

PATRIMÓNIO TEXTUAL E HUMANIDADES DIGITAIS DA ANTIGA À NOVA FILOLOGIA

MARIA FILOMENA GONÇALVES
ANA PAULA BANZA
(Coord.)



BIBLIOTECA

ESTUDOS & COLÓQUIOS

SÉRIE E-BOOKS - Nº 1



Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora

CIDEHUS

FICHA TÉCNICA

Maria Filomena Gonçalves e Ana Paula Banza (coord.), *Património Textual e Humanidades Digitais: da antiga à nova Filologia*, Évora: CIDEHUS, 2013.
ISBN: 978-989-95669-7-2

Design gráfico: Ana Catita – anacatitag@gmail.com

Todos os textos deste livro foram submetidos ao parecer de uma comissão internacional de leitura, através do sistema de *double-blind peer review*. A Direcção do CIDEHUS agradece a todos os peritos desse comité e a todos os Autores e Coordenadores da obra a compreensão manifestada perante este esforço adicional.



ÍNDICE

In Limine.....	3
Arnaldo do Espírito Santo – O <i>Viridarium</i> de Francisco de Mendonça, S.J. Apresentação de uma obra injustamente esquecida.....	11
Francisco A. Lourenço Vaz – A importância histórica dos manuscritos da Biblioteca de Évora – O Exemplo da Correspondência de Frei Manuel do Cenáculo	25
João Paulo Silvestre – A <i>Prosódia</i> manuscrita da Biblioteca Pública de Évora (BPE-CXIII-2-26): um elo perdido da tradição lexicográfica portuguesa	57
Maria Filomena Gonçalves & Ana Paula Banza – Fontes de metalinguísticas para a história do português clássico – O caso das <i>Reflexões sobre a Língua Portuguesa</i>	73
Maria Clara Paixão de Sousa – A <i>Filologia Digital em Língua Portuguesa: alguns caminhos</i>	113
Paulo Quaresma – Análise linguística de documentos da BPE: uma abordagem informática	139
Manuel Raaf – Easily annotating manuscripts online: a Web-Application for linking images to texts	157
Nota biográfica dos autores.....	174

IN LIMINE

Património Textual e Humanidades Digitais Da antiga à nova Filologia

We now live in a pervasively digital world and Humanists have an opportunity to rethink our goals. On the one hand, we can now develop research projects that are broader and deeper in scope than was feasible in print culture. First, we can trace ideas across dozens of languages and thousands of years. Second, the explosion of high-resolution digital representations of source texts, objects, and archaeological data sets has, in some quarters, transformed the traditional (and out of fashion) task of editing. At the same time, the shift to a digital world does not simply allow professors to produce more specialist publications. Rather the explosion in source materials available to a global net public requires advanced researchers and library professionals to draw upon student researchers and citizen scholars as essential collaborators.

(Gregory Crane, *Humanities in a Digital Age*, 2012)

Nos últimos anos tem-se assistido a um “retorno à filologia” (Paul de Man, *Retourn to Philology*) mas esse regresso à esfera dos problemas em torno do texto não se traduz, como bem enfatiza Ivo Castro (2005), numa simples “restauração” dos tradicionais conceitos e dos métodos de leitura com vista à edição textual. Entre as actuais definições de Filologia, a de Rita Marquilhas¹ resume bem o alcance deste termo:

estudo do texto escrito na perspectiva de sua produção material, da sua transmissão através do tempo e da sua edição. O que é essencial no texto que constitui o objecto da filologia é o seu registo em suporte material, ficando os textos orais excluídos das preocupações desta disciplina. O termo evoluiu de uma acepção muito lata, romântica sobretudo, que englobava os estudos literários e linguísticos, para o conceito estrito de disciplina concentrada na recriação das coordenadas materiais e culturais que presidiram à fabricação e sobrevivência de um texto escrito. A orientação última é de preparar a edição do texto, daí que a *filologia* culmine na *crítica textual*. Tem, ainda, como disciplinas auxiliares, a *codicologia*, a *bibliografia material*, a *manuscriptologia* e a *paleografia*, segundo as quais se descreve e interpreta a dimensão material do texto: o livro, o documento e a letra que o enformam.

Não sendo propósito desta introdução desenrolar a teia de práticas e conceitos filológicos mencionados pela autora da citação acima, porque para tal existe abundante

¹ Cf. “Filologia”. In: Carlos Ceia ed. (2010), *E-Dicionário de termos literários*. Disponível em: http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=200&Itemid=2

bibliografia específica², optamos por interrogar-nos sobre a repercussão das actuais ferramentas tecnológicas na materialidade do texto, acerca das potencialidades oferecidas pelos novos recursos mas também da verdadeira revolução que estes supõem, seja em termos de armazenamento textual, seja de elaboração de *corpora* com distintos objectivos e funcionalidades, que podem ir da simples quantificação de ocorrências, à anotação sintáctica ou extracção automática das datações lexicais, para apenas referir algumas das inúmeras possibilidades.

Com efeito, os caminhos trilhados, quer pelo texto, quer pela disciplina filológica, cujas afinidades históricas com a Literatura e a História da Língua são sobejamente conhecidas, cruzaram-se com os desenvolvimentos tecnológicos que, sem substituírem o caldo de cultura em que se enraíza a Filologia, colocaram ao dispor do filólogo novos suportes de texto, várias formas de manipulação e processamento da escrita – OCR (*Optical Character Recognition*) e NPL (*Natural Language Processing*), por exemplo – e, graças à *Linguística de Corpus*, a optimização do gerenciamento de acervos textuais com inúmeras virtualidades. Como é evidente, a Filologia e a Crítica Textual confrontam-se actualmente com os problemas inerentes às edições digitais, que colocam novos desafios ao filólogo.

No entanto, do feliz conagraamento entre as mais recentes tecnologias e a antiga Filologia, surgiu um novo universo de possibilidades para a preservação, disponibilização e análise de textos antigos, universo em que é possível oferecer ao leitor mais de uma edição do mesmo texto, permitindo que tenha ao seu dispor o texto editado, em diferentes versões, e o seu original. Por outro lado, os acervos ou bibliotecas digitais apresentam-se ao investigador, e bem assim ao público em geral, como verdadeiras bibliotecas globais, possibilitando-lhe o acesso a fontes em qualquer parte do mundo, sem sair do escritório, fontes que podem ser colecionadas numa *pen-drive* ou partilhar livremente, com a simples mediação do *notebook* ou de um *tablet*.

Cada vez mais especializado e menos tangível, o livro, no universo hoje conhecido como *Digital Humanities – DH (Humanidades Digitais – HD)*, perde a sua materialidade física para adquirir uma dimensão virtual, e o texto, por sua vez, passa a ser objecto de novas práticas não só na reprodução mas também em termos de leitura e, ainda, de investigação.

Se é verdade que continua a ser discutido o estatuto deste recente domínio e, em concreto, a repercussão da transferência tecnológica para o âmbito da Filologia, é ponto assente que as *Humanidades Digitais* requerem equipas multidisciplinares, uma vez que

² A título meramente exemplificativo, refiram-se as referências arroladas mais adiante, no Capítulo intitulado “Fontes metalinguísticas para a história do português clássico: o caso das *Reflexões da Língua Portuguesa*”.

apenas o concurso de competências diversas permite responder aos problemas técnicos, filológicos e linguísticos inerentes à manipulação informática de textos, dos antigos em particular.

São muitas as perspectivas em torno do exercício filológico mas também não são poucas as reflexões e posições suscitadas pelas *Humanidades Digitais*, porquanto estas, assentando embora na transferência de ferramentas informáticas para o terreno das *Humanidades*, não são, afinal, uma mera extensão da Linguística Computacional e da Linguística de *Corpus*, dado que as *Humanidades Digitais* não dispensam o conhecimento da elaboração histórica da escrita, consubstanciada no texto. Na verdade, as *HD* implicam conhecer quer as práticas de escrita de cada época, quer as suas especificidades gráficas, pontuacionais e até braquigráficas. Tal como afirma Paris O'Donnel (University College of London), o alcance das *Humanidades Digitais* excede amplamente a mera transferência de meio:

Digital Humanities is a quickly evolving interdisciplinary activity that not only transfers to digital media but also radically extends the potential uses and impacts on texts, cultural objects and other data.

Nessa transferência radica precisamente o desafio epistemológico que as *Humanidades Digitais* representam para as disciplinas de raiz humanística. Desvalorizadas desde há décadas pela cultura do rendimento imediato, das falácias do “empreendedorismo”, “empregabilidade” e da utilidade e consumo imediatos, as tradicionais Humanidades encontram nas *Humanidades Digitais* um terreno bastante promissor, com impacto directo na preservação e divulgação do património, mas também na economia. O universo digital trouxe para a esfera do livro e do texto uma dimensão global, permitindo que às multisseculares bibliotecas se tenham acrescentado as bibliotecas virtuais, cuja acessibilidade tornou mais rápida e menos árdua a actividade do investigador, que deixou de estar condicionado aos horários de arquivos e bibliotecas convencionais. Também estas têm entrado no mundo digital, inventariando e disponibilizando materiais – catálogos *on line*, por exemplo –, até há pouco reservados aos *happy few* que pudessem deslocar-se a dada biblioteca para consultar uma preciosidade bibliográfica. Porém, nem a facilidade e a rapidez do acesso, nem a economia de esforço que supõe “descarregar” documentos digitalizados em qualquer parte do mundo, suprem, ao menos para um bibliófilo, um filólogo ou um historiador, o manuseio do livro convencional, pois este é um objecto de fruição cultural e intelectual cujas características físicas – volume, textura, cor, aroma... – são insubstituíveis tanto quanto o são as antigas bibliotecas – vejam-se, por exemplo, a Joanina da Universidade de Coimbra, a do

Convento de Mafra ou a Pública de Évora –, pensadas como “sedes da sapiência” e que traduzem a ideologia e a cultura do seu tempo. Ora, por mais que o *e-Book* possa concorrer com o livro em papel e por mais práticas e úteis que sejam (e são!) as bibliotecas digitais, dificilmente aquele e estas substituirão o prazer estético-cultural até hoje suscitado por um códice iluminado ou um vasto acervo de obras raras.

No entanto, o processo de inovação tecnológica é imparável.

Por isso, as *HD* são compelidas a equacionar o seu escopo epistémico, na linha sugerida por um título recente de David. M. Berry – *Understanding The Digital Humanities* (2012). Apesar da notória dispersão conceptual e metodológica³ existente em *HD*, os centros que se vêm dedicando a este domínio já avançaram bastante quer no tocante à problematização da natureza das *HD* – vejam-se os estudos de Crane (2008) e Berry (2012), entre outros –, quer quanto à sua aplicação a problemas concretos. Entre as instituições pioneiras no âmbito das *HD* importa realçar, por exemplo, o CESTA – *Center for Spatial and Textual Analysis* (Stanford University), o *Institute for Digital Research in Digital Humanities* (University of Kansas), o *ITSEE – Institut for Textual Scholarship and Electronic Editing* (University of Birmingham) e o *LOEWE – Center Digital Humanities* (Goethe-Universität, Frankfurt am Main).

Que as *HD* são um fenómeno verdadeiramente global, prova-o a criação de associações como a *European Association for Literary and Linguistic Computing* (ALLC: <http://www.allc.org>), a *Asociaciones per l'informatica umanistica e Cultura Digitale* (<http://www.umanisticadigitale.it/>), a *Canadian Society for Digital Humanities / Société Canadienne des Humanités Numériques* (CSDH/SCH: <http://csdh-schn.org>), a *Australasian Association for Digital Humanities* (aaDH: <http://aa-dh.org/>) e a *Japanese Association for Digital Humanites* (JADH: <http://www.jadh.org>), entre outras.

Muitas destas associações integram, por sua vez, a *Alliance of Digital Humanities Organizations* (ADHO), que realiza conferências anuais desde 1990, o que constitui uma manifestação inequívoca do processo de institucionalização das *HD*.

No mundo hispânico são várias as redes que agrupam centros de investigação e projectos especializados em *Humanidades Digitais*: a *HDH – Humanidades Digitales Hispánicas. Sociedad Internacional*, criada em Espanha; *RedHD – Red de Humanidades Digitales* (México) e a *HDA – Humanidades Digitales Argentina* (<http://hdargentina.weebly.com/>).

³ A multiplicidade de teorias e de práticas não é, em si mesma, um aspecto negativo, antes pelo contrário. A esse propósito, cabe aqui perguntar se o conceito de *HD* significa o mesmo para todos quantos trabalham neste domínio. Por outro lado, se as *HD* vão além da simples transferência de meio, como sustenta O'Donnel, será igualmente pertinente perguntar em que tipo de problemas encontra a *Filologia Digital* a sua especificidade e qual será a sua verdadeira vocação humanística e científica.

No caso do Português, as *Humanidades Digitais* deram passos significativos graças a projectos como o *CIPM – Corpus Informatizado do Português Medieval* (CLUNL, <http://cipm.fcs.unl.pt/>), o *DIClweb – Corpus Lexicográfico do Português* (Universidade de Aveiro/CLUL, <http://clp.dlc.ua.pt/Projecto.aspx>) e o *P.S. Post Scriptum – Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna* (<http://alfclul.clul.ul.pt/cards-fly/index.php>). No Brasil, por sua vez, merecem destaque os seguintes projectos: *Corpus Tycho Brahe* (www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus), primeiro e único corpus histórico do português a apresentar textos com anotação morfossintáctica, e em cujo âmbito foi criado o *e-Dictor*, ferramenta de editoração usada por vários grupos de investigação quer no Brasil, quer em Portugal; o Grupo de Pesquisa – *Humanidades Digitais da Universidade de São Paulo* (<http://humanidadesdigitais.org/apresentacao-2/>), integrado na AHDig, *Associação das Humanidades Digitais* (<http://ahdig.org/>), criada expressamente para congregar projectos em torno das *HD* no universo da língua portuguesa.

Como resultado desta aliança entre a informática / computação e as Humanidades (em particular a Filologia e a História da Língua), quem pretenda hoje rastrear fontes desconhecidas ou esquecidas nas bibliotecas portuguesas ou tenha ao seu dispor acervos documentais de grande valor dispõe não apenas de ferramentas adequadas ou adaptáveis a objectivos específicos mas também de meios de difusão da informação inimagináveis quando, na década de 60 do século passado, surgiram as edições de “hipertexto” ou, ainda, quando o computador entrou nas nossas casas como quem veio para ficar, mudando hábitos de trabalho, de lazer e consumo e, em especial, de investigação, acrescentando novos desafios aos antigos problemas filológicos.

Com este livro, intitulado *Património Textual e Humanidades Digitais – Da antiga à nova Filologia*, pretende-se, por um lado, recuperar e valorizar não só fontes da memória textual do português clássico que ou são desconhecidas ou têm andado esquecidas – vejam-se os textos de Arnaldo Espírito Santo e João Paulo Silvestre e, ainda, o de Maria Filomena Gonçalves e Ana Paula Banza – mas também demonstrar o interesse cultural e filológico de espólios de manuscritos da fase final do período clássico (o espólio cenaculano, estudado por Francisco Vaz); por outro lado, pretende-se mostrar como hoje é possível aplicar o meio digital a fontes antigas e quais as soluções encontradas para casos concretos, conforme ilustram os trabalhos de Maria Clara Paixão de Sousa, Paulo Quaresma e Manuel Raaf. O percurso desenvolvido neste volume, que vai da Filologia tradicional à *Filologia Digital*, culmina na apresentação de uma ferramenta criada expressamente para apoiar a investigação

filológico-linguística de manuscritos que, evidentemente, colocam dificuldades distintas das dos impressos.

Os textos reunidos neste volume representam, pois, o percurso da antiga à nova Filologia, que se assume como uma Filologia Digital, representando algumas das áreas de investigação que se situam (ou se adentram) em domínios de tangência com as *Humanidades Digitais* – a história do livro e da leitura, a inventariação de espólios, o resgate de textos clássicos e a análise de fontes pouco ou escassamente estudadas – e congregando temas quer de raiz filológica, linguística e historiográfica, quer do âmbito da Informática e da Linguística Computacional.

Reputado investigador vieirino, latinista e estudioso da literatura renascentista em língua latina, Arnaldo Espírito Santo oferece-nos um excelente exemplo de resgate e análise do *Viridarium* (1631), do Padre Francisco de Mendoça SJ, Reitor da Universidade de Évora, obra “injustamente esquecida”, que assim se vê revalorizada no contexto da literatura das primeiras décadas de Seiscentos.

Da inventariação do espólio epistolar de Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas, fundador da bicentenária Biblioteca Pública de Évora, trata o texto de Francisco Vaz, estudioso da história das bibliotecas, do livro e da leitura em Portugal.

Na recuperação e a análise do precioso manuscrito (inédito) da *Prosódia*, de Bento Pereira (1605-1681), famoso lexicógrafo e gramático da escola eborense do século XVII, centra-se o estudo de João Paulo Silvestre, especialista em história da lexicografia portuguesa e membro da equipa do *DIClweb – Corpus Lexicográfico do Português*.

Na análise historiográfica e linguística do léxico arrolado nas *Reflexões sobre a Língua Portuguesa* (1842), de Francisco José Freire (1719-1773), obra publicada em consonância com as práticas filológicas do século XIX, detêm-se Maria Filomena Gonçalves e Ana Paula Banza, investigadoras do *EDHILP – Edições Digitais para a História da Língua Portuguesa*, projecto em que se inscreve o estudo do manuscrito e da edição oitocentista daquela obra.

Dos rumos da Filologia na era das *Humanidades Digitais* trata o texto de Maria Clara Paixão de Souza, historiadora da língua e coordenadora do Grupo de Pesquisa – *Humanidades Digitais*, da Universidade de São Paulo, que desta feita se/nos interroga acerca dos aspectos filológicos decorrentes da transição da “cultura escrita” para uma “cultura digital”, trazendo reflexões da maior pertinência para quantos se aventuram no universo da chamada *Filologia Digital*.

O trabalho de Paulo Quaresma, especialista em Engenharia Informática, constitui uma excelente demonstração, quer dos recursos informáticos, quer das soluções encontradas

para a pesquisa automática na edição das *Gazetas Manuscritas de Évora* (1729-1754), inéditas até há poucos anos.

A encerrar o volume, Manuel Raaf, investigador do *LOEWE-Center Digital Humanities*, da Goethe-University Frankfurt am Main, apresenta um exemplo concreto da anotação de manuscritos *on line*, descrevendo a ferramenta desenvolvida naquele Centro e a sua utilidade não só para o subprojecto *Caucasian Palimpsests* como para projectos semelhantes.

Os textos apresentados neste volume estabelecem, pois, uma ponte entre a Filologia tradicional, assente em sólida e fundamentada lição do texto, e uma nova Filologia que, embora escorada em recursos tecnológicos, não dispensará o conhecimento inerente àquela, porquanto a nova janela filológica deve aliar as competências humanísticas e práticas de uma às mais actualizadas técnicas da outra. Desse cruzamento resultam as *Humanidades Digitais*, domínio cuja epistemologia continuará a ser equacionado com vista à delimitação de uma área que congrega filólogos, linguistas, especialistas em Ciências da Computação e *Processamento Natural da Linguagem*.

O recente *Seminário Internacional de Humanidades Digitais*, realizado em São Paulo de 23 a 25 de Novembro de 2013, é um exemplo cabal da inter/ transdisciplinaridade inerente quer às problemáticas teóricas e práticas, quer às metodologias que configuram as *HD*, ou, ainda, das vantagens de um trabalho colaborativo em rede.

Com as contribuições reunidas neste volume esperam as suas organizadoras trazer novas e relevantes achegas para a discussão em torno dos novos caminhos que, da antiga, nos vêm conduzindo a uma nova Filologia.

MARIA FILOMENA GONÇALVES

ANA PAULA BANZA

O VIRIDARIUM DE FRANCISCO DE MENDOÇA, S.J. APRESENTAÇÃO DE UMA OBRA INJUSTAMENTE ESQUECIDA

ARNALDO DO ESPÍRITO SANTO

Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras
Centro de Estudos Clássicos

1. ASPECTOS GÉNERICOS

Aos 3 dias do mês de Junho de 1626, morria em França, na cidade de Lião, o Reitor da Universidade de Évora, Padre Francisco de Mendoça da Companhia de Jesus. Regressava de Roma, para onde partira em 1625, a fim de participar na Congregação de Procuradores Provinciais. Fazia a viagem em companhia do Padre Francisco Freire, natural de Estremoz, autor de uma *Vida da Rainha Santa Isabel*, escrita em latim. Ao chegar a Lião, caiu doente e faleceu. No dia seguinte, 4 de Junho, Francisco Freire escrevia uma carta para Portugal, a comunicar a doença e o falecimento de Francisco de Mendoça, carta que actualmente se encontra no Archivum Romanum Societatis Iesu¹. Neste mesmo arquivo, encontram-se dois pareceres do Padre João de Matos sobre as *Práticas Espirituais* e os *Sermões* do Padre Mendoça, e ainda mais dois pareceres do Padre Baltasar Álvares, nos quais se aprovam os *Sermões*, ao que parece, a merecerem alguma vigilância por parte da Inquisição².

Os *Sermões* foram publicados em Lisboa em 1632 e em 1649, e, em tradução para espanhol, em 1636 e 1642 (Barcelona), e para italiano em 1637 (Veneza). Algumas décadas antes, tinha Francisco Mendoça apenas 22 anos, publicara o ensaio intitulado *Metaphysicae assertiones*, trabalho académico apresentado por altura da sua graduação em Artes, vindo a lume em 1595 na tipografia de António Barreira³. Escreveu também um Comentário aos Livros

¹ Cf. João Pereira Gomes, *Os Professores de Filosofia da Universidade de Évora*, Évora, Câmara Municipal, 1960, pp. 286 e 287.

² Cf. *idem*, pp. 247 e 166.

³ *Metaphysicae Assertiones. Controversia Disputanda. Possit ne vlla a Deo condi supernaturalis ordinis substantia [...] defendet Franciscus de Mendoça, ex eadem societate. Die Iouis. Cum facultate*

dos Reis em três volumes, com duas edições em vida (Coimbra 1621 e Lisboa 1624) e várias póstumas em Lião, Colónia e Veneza, entre 1631 e 1647.

Era, pois, um autor com alguma projecção nacional à data da sua morte e internacional após a sua morte. Todavia, a obra que mais o notabilizou foi um conjunto de textos de géneros muito variados a que foi dado o título, em edição póstuma, de *Viridarium Sacrae ac profanae eruditionis*, A P. Francisco de Mendoça Olyssiponensi, S.I., Doctore theologo [...] satum et excultum, Posthuma proles, Lugduni 1631 (um título deliciosamente barroco), a que se seguiram mais doze edições até 1733 (durante 100 anos), em Lião e Colónia. Desta obra existem hoje exemplares nas bibliotecas centrais de toda a Europa, de Lisboa a Moscovo, passando pelo Porto, Braga, Madrid, Valência, Barcelona, Paris, Hungria, etc. Foi uma obra fundamental na formação de algumas gerações de estudantes que passaram pelos colégios jesuítas e pelas universidades, muito marcada pela estética barroca, à qual correspondeu com entusiasmo e que exemplificou. Acerca desta obra, Aníbal Pinto de Castro disse que foi «uma espécie de manual do homem cristão»⁴, e coloca-a entre as obras que, “sem apresentarem uma teorização sistemática”, assumiram, no entanto, “um relevante significado na definição de certos conceitos característicos do barroco ou no alargamento das regras da Retórica a outros géneros literários da especial preferência do homem culto e discreto do século XVII”⁵.

Não é meu propósito fazer aqui uma análise aprofundada do *Viridarium Sacrae ac profanae eruditionis*, mas antes dar uma ideia geral da sua estrutura e do conteúdo genérico de cada um dos primeiros quatro livros, salientando o que me pareceu ser o mais importante.

Começo pelo título: *Viridarium* designa, em latim, um lugar com árvores, um parque, um jardim ou, num termo clássico, um vergel. Foi usado como alegoria do lugar onde se semeia e cultiva todo o tipo de saberes ou de conhecimentos. Durante o século de seiscentos produziram-se algumas dezenas de obras com o título de *Viridarium* de toda a espécie de matérias: das virtudes, da política, das matemáticas, dos santos, etc. Os elementos da alegoria são as flores e as plantas que se semeiam e cultivam com carinho, se regam, se desenvolvem, crescem e dão os seus frutos, tal como o conhecimento e a ciência.

Logo no título se diz que este *Viridarium* foi *satum* (semeado) e *excultum* (cultivado) pelo Padre Francisco de Mendoça. Trata-se de um *Viridarium eruditionis*, um *Jardim de instrução*, concebido como uma obra destinada a ensinar e a instruir, e resultante, em grande parte, do envolvimento académico e universitário do seu Autor, como aluno e como

Inquisitorum et Ordinarii. Nona die Martii. 1595. Apud Antonium Barrerium.

⁴ *Retórica e Teorização Literária em Portugal, do Humanismo ao Classicismo*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1973, p. 71.

⁵ *Ibidem*, p. 73.

professor. Isso querem dizer as palavras *satum* e *excultum*. Em suma, trata-se de uma obra eminentemente pedagógica, de temática muito variada, como convém a um *instrumentum paedagogicum* destinado a proporcionar, seja a quem for, mas principalmente a alunos em formação, um programa de cultura geral, tão vasto e tão ambicioso que possa envolver toda a erudição, quer a sagrada, quer a profana. Neste *Viridarium*, as ciências sagradas e as profanas são, pois, as flores que se semeiam e cultivam.

O título, sem ser original, é de facto sugestivo. Do que não temos a certeza é que seja do Autor. Muito provavelmente foi congeminado pelo Padre Francisco Machado, nascido em Vila Real em 1597, discípulo de Mendoça, que se ocupou da publicação desta obra após o falecimento do mestre. Também não podemos ter a certeza se é da sua autoria a dedicatória da obra ao Príncipe D. Alexandre, filho de D. Teodósio II, sétimo Duque de Bragança. O Príncipe era o irmão mais novo do futuro D. João IV e tinha 19 anos de idade quando morreu Francisco de Mendoça.

2. O QUE IRÁ O PRÍNCIPE ENCONTRAR NESTA OBRA?

“Sub rustico habitu internoscis ciuilem togam, urbanumque sermonem”. Isto é: sob rústica veste – rústica da alegoria do jardim, onde se cultivam as flores – descobrirá uma toga citadina, e uma linguagem polida. Encontrará também muitos ensinamentos de filosofia, revestida de ornatos, que deleitem ao mesmo tempo que ensinem: “Plurima Philosophiae documenta, et ornamenta, quae doceant, quae oblectent”. Encontrará o gosto pela poesia e pela música, ele que é conhecido por se deliciar com ela: “Scio te Musices concentu beari immortaliter: Musas audies”. Como tudo nesta obra será sujeito a uma profunda metamorfose (um dos tópicos constantes do Barroco) verá Marte transformar-se em Narciso, Belona em Flora, as flechas em lírios, as lanças em rosas, e entre os capacetes e os férreos aprestos de guerra irromper um barrete de paz e espalhar delícias de mil cores.

Tudo isto é dito, como se vê, em alegorias sucessivas, numa profusão sem limite de acumulação de palavras e de ornatos retóricos, que bem caracterizam o ambiente literário em que se insere o *Viridarium*.

Chamando-se o Príncipe Alexandre, não podia escapar, neste contexto, uma alegoria por alusão. E logo, em alta prosa, surge a comparação: assim como Alexandre da Macedónia teve Aristóteles por mestre, assim também o Príncipe Alexandre de Bragança teve por mestre o “Aristoteles Lusitanus”, que foi o Padre Mendoça, pelo seu saber filosófico e pela sua ciência literária. Com uma vantagem do mestre eborense sobre o filósofo grego: é que, graças ao ensino de Mendoça, o Príncipe aprenderá mais eficazmente, terá uma formação mais recta,

tornar-se-á mais sábia: “sub huius Aristoteleis disciplina disces praestantius, formaberis rectius, euades sapientior”.

E mais ainda: quem como o Príncipe ama as auras poéticas, aqui, no *Viridarium*, encontrará o “Latinum Homerum”; mas um Homero que conduzirá a algo de melhor, a uma cultura da paz e da piedade.

Assim, as vantagens que o Príncipe Alexandre encontrará na obra de Mendonça são muito superiores a tudo aquilo que Alexandre da Macedónia alcançou da literatura, da filosofia, da escultura e da pintura. Com os seus versos:

*Edicto vetuit, ne quis se prater Apellem,
Pingeret, aut alius Lysippo duceret ara
Fortis Alexandri vultum simulantia.*

Horat. lib. 2. epist. 1.

Por decreto proibiu que alguém, a não ser Apeles,
O retratasse, ou outro Lisipo esculpisse um bronze
Que se assemelhasse ao vulto do valente Alexandre,

Horácio é chamado a testemunhar que Apeles se vangloriava, segundo diz Plutarco, de que havia dois Alexandres: “um gerado por Filipe, que ninguém podia imitar com a espada, outro pintado por ele próprio, Apeles, que ninguém poderia reproduzir com o pincel”.

E logo vem o contraste: “Tuum etiam Apellem, Lusitane Alexander, felicius sortitus es, qui te coloribus non delineauit, sed floribus animauit, e quibus suavissimi efflantur odores, qui sensus capiunt, et titillant meos. Odoror, et delibo tuae pietatis violas, tuae humanitatis rosas, tuae nobilitatis lilia, tuae maiestatis cariophylla, tui ingenii hyacintos, et reliquos virtutum tuarum venustissimos flores”. Em tradução: “Também tu, ó Alexandre português, conseguiste ter, com mais felicidade, o teu Apeles, que não te pintou com cores, mas te deu vida com flores que conquistam e afagam os meus sentidos. Cheiro e aspiro levemente as violetas da tua piedade, as rosas da tua cultura, os lírios da tua nobreza, os cravos da tua majestade, os jacintos da tua inteligência, e as outras belíssimas flores das tuas virtudes”.

Esta pequena anedota de Alexandre e Apeles é referida por Plutarco. Aqui é evocada para que a erudição e a ostentação da leitura dos clássicos fundamente o espírito engenhoso, a subtilidade das ideias, o brilho da alegoria e o pictórico do símile estabelecido entre o Alexandre Macedónico e o Português. Pela minha parte menciono tudo isto para exemplificar o tipo de discurso assumido como prática corrente no *Viridarium*: cristão nos valores, clássico na erudição retórica, barroco nos códigos estéticos da “copia rerum”, “abundância dos

materiais”, na ornamentação exacerbada em metáforas consecutivas, em que abunda o apelo aos sentidos – “sensus capiunt, et titillant meos” – e a volúpia das palavras: «cheiro, aspiro, violetas, rosas, lírios, cravos, jacintos e todas as outras flores”.

Uma parte importante da estética barroca está condensada neste excerto. O símbolo (flores) e o simbolizado (virtudes) unem-se na mesma expressão, de modo a proporcionar uma *inuentio* que faísca das próprias palavras, da metáfora sugere novas metáforas e novos símiles, que por sua vez geram novas alegorias.

Do *Viridarium* dedicado ao “Alexander Lusitanus” há trânsito imediato para os “pensiles Babylonios hortos”, “os jardins suspensos da Babilónia”, admirados e elogiados por Alexandre da Macedónia. Assim, da comparação de conceitos, da associação de episódios e da sua alegorização resulta sempre a afirmação da superioridade do humanismo cristão em face da cultura antiga. A espada que o “Lusitanus Alexander” deve desembainhar não é para cortar o nó górdio, mas sim para proteger este “*Viridarium*, ou, se preferes, este Paraíso”, diz o texto.

Por este processo metalinguístico, das situações, das palavras, das figuras e das imagens, se passa do Alexandre Lusitano ao Alexandre da Macedónia, do *Viridarium* de Mendoça “aos jardins suspensos da Babilónia”, da espada do nó górdio à espada dos Querubins que guardam o Paraíso, que não é senão o éden da criação do homem em estado de inocência e felicidade.

Com razão se tem dito, e já o repetimos, que a metamorfose é um dos factores essenciais do Barroco. Aqui mesmo, o *viridarium* da criação se torna, por mera magia metalinguística, em “Sapientiae Paradisus”, em “Paraíso de Sabedoria” e, logo a seguir, em *Viridarium* de cultura, cuja guarda está confiada “ao Querubim tutelar”, que vem a ser o Príncipe D. Alexandre de Bragança, que não deve tomar essa custódia como um trabalho penoso, “*laboris afflictio*”, mas como um prazer, “*sed operatio voluptatis*”⁶. Enfim, em termos de conclusão, diz o texto: “Diante da porta do Viridário está de sentinela Alexandre, está de sentinela o Querubim”⁷. E aflora uma citação de Vergílio, do canto VI da Eneida, verso 68: “*Procul o, procul este profani*”. Longe, para longe os que não aderem a este requinte de humanismo, feito de sensibilidade e cultura.

⁶ “Haec autem custodia, Tutelaris Cherubine, non tibi erit, ut Augustini verbis utar, laboris afflictio, sed operatio voluptatis” (p. a3).

⁷ *Ibidem*, p. a3 verso.

3. *OPTIMO LECTORI*

Passo à saudação ao Leitor, que antecede as licenças de publicação da obra e a profusão de poemas de amigos e conhecidos em louvor do Padre Francisco de Mendoza, reitor, professor e companheiro de muitos que lhe dedicam os seus versos. Impressionante o número de versos e a mestria com que são feitos. Independentemente do seu valor literário são o testemunho vivo de que a Companhia de Jesus tinha assumido totalmente a ideologia e a estética do Barroco.

A dedicatória ao Leitor diz o seguinte: “Optimo Florum Lectori Salutem Plurimam Impertior”. Penso que a melhor tradução será: “Saúdo vivamente o Leitor, óptimo Leitor, das Flores deste Viridário”.

Esta linguagem tem uma tonalidade arrebatadora, ou melhor prima pela ostentação do arrebatamento das hipérboles desmedidas. Como diz o Poeta Antonio Machado:

El pensamiento barroco
pinta virutas de fuego,
hincha y complica el decoro.
Sin embargo...
- Oh, sin embargo,
hay siempre un ascua de veras
en su incendio de teatro⁸.

O pensamento barroco
pinta virutas de fogo,
incha e complica o ornamento,
Contudo...
-oh! contudo,
há sempre uma acendalha deveras,
no seu incêndio de teatro⁹.

Se o *Viridarium* é um jardim, um “Paradisus”, precisa de ser aberto para que nele o leitor possa indagar e encontrar o que há de “iucundius” e “amoenius”, de “mais agradável” e de “mais ameno”. É o que faremos, percorrendo um a um os primeiros quatro livros, e registando os seus lugares mais amenos.

⁸ Trata-se de dois passos – LXXXVIII e LXXXIX de “Proverbios y Cantares”, dedicados a José Ortega y Gasset, incluídos na recolha *Nuevas Canciones*. Antonio Machado, *Poesías Completas*, Edición Manuel Alvar, Madrid, Espasa Calpe, 2002, pp. 304-305.

⁹ Tradução minha do poema de Antonio Machado.

4. LIVRO PRIMEIRO

O Livro Primeiro é constituído por dez *Pervigilia*, discursos homiléticos pronunciados na Vigília de Natal em ambiente académico. O que há de mais notável, para começar, é que Mendoça inicia cada prática com um conceito predicável, tirado da Bíblia, que lhe permite fazer ao longo de dez anos, tantos quantos são os das homilias, uma leitura do mistério do Natal, à luz da história da salvação.

São homilias de tema único: a expectativa do Messias, desde o princípio do mundo; vivem da interpretação do Antigo Testamento em sentido figurado, na esteira do que fizeram os Padres da Igreja e a maior parte dos exegetas medievais, e ainda muitos do Renascimento, e, antes de todos eles, Fílon de Alexandria. Como disse o Padre António Vieira, quando o sol nasce, projecta a sombra dos corpos para diante; quando se põe, projecta-a para trás. O mesmo se passa com a profecia e com as realidades futuras. Os profetas do Antigo Testamento anunciaram prefigurações ou figuras do que há-de vir. Mas era o Verbo de Deus que estava no fim da caminhada, ao terminar da História, que projectava para trás a imagem do seu corpo. O corpo e a sombra, a figura e o figurado, eis a questão. Mendoça e tantos outros não cessavam de glosar e explicitar de várias formas as palavras de São Paulo: “*quae sunt umbra futurorum, corpus autem Christi*”¹⁰. Por mais voltas que lhes demos estes dez discursos daqui partem e aqui chegam.

Chamo a atenção para um facto tão importante que só por si justifica a fama de que gozou Mendoça: o ter sido ele, como lembrou Aníbal Pinto de Castro, o inventor do conceito predicável, peça fundamental da parenética do Barroco. Mas, além deste elemento original, Mendoça usa com mestria, nestes discursos, as frases sentenciosas. Algumas delas de traça alheia, como aquela que diz: “*Amor meus, pondus meum*», em tradução livre, “a minha densidade é o que amo”, que é citada de Santo Agostinho. Outras originais, não menos belas: “*amoris locutionem solus qui amat intelligit*”: “só quem ama entende a linguagem do amor”. “*Non potest capere ignitum eloquium frigidum pectus*»: «coração gelado não pode perceber uma linguagem ardente”. “*lingua amoris ei qui non amat, barbara est*”: “bárbara é a linguagem do amor para quem não ama”¹¹.

¹⁰ Col 2: 17.

¹¹ *Viridarium*, p. 2.

5. LIVRO SEGUNDO

Assim como o livro primeiro é constituído por dez *Pervigilia* (dez discursos da véspera de Natal), assim também o livro segundo é formado por dez *Problemata*, dez questões mariológicas. E assim como no livro primeiro o que estava em causa era a demonstração do uso do conceito predicável em prédica breve de tema único, assim também no livro segundo o exercício incide, em máximo grau, no manejo da erudição e da linguagem. Em poucas linhas citam-se as melhores frases de sabor poético e erudito, desde Plínio e Marcial até Gregório Nazianzeno, Cipriano, Efrém da Síria, Bernardo de Claraval, Hugo de São Vítor, entre outros. Num jogo de linguagem metafórica de efeito vistoso dominam as flores, o «hortus clausus», o “Paradisus”, a “amoenitas”. Uma frase de São Bernardo, encadeada com outra de Hugo de São Vítor, dá expressão sintética a uma cadeia de raciocínios, que talvez hoje nos deixem indiferentes, mas que então eram sentidos como o pico mais elevado do conceito engenhoso, de pendor lírico: “nata es [...] ut flos de spinis, sed spina carens. Eva equidem [...] spina fuit, Maria Rosa; Eva spina vulnerando, Maria omnium affectus rosa mulcendo [...]”. Em tradução: “Nascestes [...] qual flor do meio dos espinhos, mas flor sem espinhos. Eva foi espinho, Maria é rosa; Eva ferindo com o espinho; Maria suavizando os afectos de todos com a rosa”¹².

A estrutura dos *Problemata* deste livro baseia-se no modelo da argumentação dialéctica. Dado um *Problema*, uma questão, o desenvolvimento é feito pela parte negativa, argumentando contra, e pela positiva, argumentando a favor. Tal como na dialéctica, os argumentos são de vários tipos: das escrituras, dos Santos Padres, da razão, etc. Desta forma, a exposição torna-se um exercício que se destina a ensinar como se faz um ensaio, como se escreve um artigo, como se entra numa discussão, em suma como se rebatem ideias heréticas, ou como se defendem as ortodoxas. Devo dizer que, como método de ensino, é eficaz; mas pouco criativo e monótono.

De vez em quando, porém, a exposição é amenizada com um pequeno excursus, normalmente para reforçar a argumentação com «exempla», como é caso da narrativa de um milagre que salvou a cidade de Évora da peste. A questão colocada, o *Problema*, era se é mais útil invocar o nome de Jesus ou o de Maria. Para se provar que é mais útil invocar o de Maria, diz-se que a peste grassava já há muito tempo apesar de todo o tipo de orações, lágrimas e flagelações, diante de uma imagem de Cristo flagelado, que se encontrava na igreja do colégio, mas sem qualquer resultado, até que «eadem calamitas extremum Eborae minatur exitium»: “a mesma calamidade ameaçava Évora de extermínio”. “O que havia de fazer a cidade – pergunta o autor – prestes a ser reduzida a cinzas dentro de poucos dias?” Decidiram

¹² *Ibidem*, p. 25.

os cidadãos de Évora oferecer e dedicar a Nossa Senhora, ela que é “a Sacrossanta cidade do refúgio”, um ex-voto em prata que representava a cidade, para que protegesse e mantivesse incólumes os cidadãos. Foi então que se deu o milagre. “Pois a Santíssima mãe de Deus – continua o texto – levantou à volta da cidade que a si recorria uma muralha de bronze: a peste pôde lançar-se contra as portas da cidade, mas não pôde arrombá-las”.

O milagre pode não ser crível. Já o Padre Mendonça o admitia, pois que repreende quem não acreditar nele: “Se algum deste Colégio, que foi libertado por protecção singular da Virgem, duvidar será ingrato”. Também nós podemos não acreditar no milagre: do que não resta dúvida é que na igreja do colégio havia uma imagem da flagelação de Cristo, que talvez ainda exista por aí algures, e bem como uma representação da cidade de Évora em prata, que se ainda existir encontra neste texto um bom elemento para a sua datação. E quanto à peste é certo que Évora não escapou à de 1598 a 1603, que grassou, violenta, um pouco por todo o país. Pode consultar-se sobre esta questão o excelente trabalho da Professora Laurinda Abreu¹³.

As referências a Évora e à sua Universidade e aos “férteis campos do Alentejo”, “Feracibus agris transtaginis”, são mais um motivo do interesse de que se reveste o *Viridarium*. Identifiquei 8 referências à cidade, 25 à Universidade e cerca de 15 ao Colégio.

Para encerrar este livro II, acrescento que, quanto aos conteúdos das questões postas à discussão, pode-se afirmar que não está nelas a grande mariologia da teologia católica, mas apenas alguns temas menores, que se colocam ao nível do debate polémico com as igrejas reformadas. O principal objectivo em vista pode ser esse mesmo. Preparar algumas respostas a problemas do quotidiano, dentro do espírito apologético da Contra-Reforma.

6. LIVRO TERCEIRO

O livro terceiro contém um conjunto de debates em torno da cultura patrística, dos Padres da Igreja e de São Paulo. A palavra utilizada para os designar é, mais uma vez, *Problemata*. É isso que se indica no título: *De Sanctissimis Ecclesiae Doctoribus, et D. Paulo maximo gentium Doctore problemata*.

Deste livro, fundamental para a formação do homem cristão, imbuindo-o das raízes da teologia, da espiritualidade e da história da Igreja que transparecem dos seus escritos, passo a salientar apenas alguns aspectos, sobretudo aqueles que dizem respeito ao espírito do Barroco.

¹³ “A cidade em tempo de peste: medidas de protecção e combate às epidemias em Évora, entre 1579 e 1637”: http://www.ugr.es/~adeh/comunicaciones/Abreu_L.pdf. Consultado em 26/10/2010.

A primeira observação a fazer é que as unidades textuais mais expressivas do ponto de vista da estética do Barroco se encontram nas *Prolusiones*, ou prelúdios com que abre cada um dos livros. É aí que brilham as metáforas mais abundantes e mais arrojadas. Se da Virgem Maria se trata, tudo são flores, lírios, rosas, vergéis de prazer e paraísos de amenidade. Os quatro Padres da Igreja, Santo Agostinho, São Jerónimo, Santo Ambrósio de Milão e São Gregório Magno, são os «quattuor flumina de loco voluptatis, seu de paradiso terrestri egredientia, quae universam faciem terrae irrigabant». Em tradução, são eles “Os quatro rios que nascem num lugar de prazer, ou do paraíso terrestre, que irrigavam toda a face da terra”. Faço notar que esta imagem é tomada do livro do Génesis, 10, 12. Mas além de rios de sabedoria que inundam toda a terra, estes Santos Padres são também Querubins alados que conduziam a quadriga de Ezequiel. As metáforas sucedem-se, todas elas de origem bíblica. Faço notar também que, nesta imagem dos quatro Padres da Igreja, três deles são os mesmos que se encontram no *Auto da Alma* de Gil Vicente. Não me admira que Mendoça, que cita João de Barros, Damião de Góis, e mostra conhecer bem a literatura portuguesa do séc. XVI, se tenha inspirado na alegoria vicentina.

Uma das imagens mais grandiosas deste contexto é a que identifica os quatro doutores da Igreja com os quatro ângulos em que se apoia o edifício da Igreja militante, o qual é uma imitação da Jerusalém Celeste, disposta em quadrado. Todas as imagens referidas são de grande efeito visual, as quais só por si esclarecem, mais do que os raciocínios e as palavras, a função essencial que eles tiveram e têm na fundamentação da doutrina da Igreja.

Em todos estes recursos é óbvia a intenção de deleitar, de captar a atenção do leitor para a obra. Mas o essencial reside em transmitir uma cultura geral vasta e sólida. É por isso que, sobre cada um destes modelos de Sabedoria, é dada uma biografia essencial, acentuando-se que a principal virtude do intelectual é a capacidade para reconhecer o erro quando se engana.

Dentro do mesmo plano de formação e erudição, Mendoça vai citando uma imensa lista de autores clássicos, que devem fazer parte da bagagem literária e filosófica de um estudante do curso de Humanidades. Aqui aparecem Aristóteles (a *Ética*), Cícero (*Academica*), Diógenes Laércio (*Vidas dos Filósofos*); em outros lugares, conforme as matérias, surgem o *De anima* e a *Metafísica* de Aristóteles, os *Florida* de Apuleio, a *História Natural* de Plínio, o *Banquete* de Platão, o *Tratado da Velhice* de Cícero, enfim, Horácio, Marcial, Juvenal, Sílio Itálico, Vergílio, Homero, Eurípides, Heródoto, Tucídides, Salústio, Tito Lívio, etc. Nem tudo se aprende nas aulas; o convite à leitura dos textos fundamentais da cultura é uma constante no *Viridarium*. Para abrir o apetite, e porque também faz parte da bagagem de um erudito, citam-se alguns ditos de autores célebres. Eis alguns exemplos: de Diógenes, o filósofo cínico:

“mortuo mederi et senem docere, idem est”: “medicar um morto e ensinar um velho, é tudo o mesmo”; do poeta Teógnis, “Ne doceas, aetas me facit indocilem”: “Não me ensines, porque a idade fez de mim um indócil (uma pessoa que já não aprende)”. A mentalidade generalizada é que a juventude é a idade para aprender e a velhice para ensinar e dirigir. É isso o que diz um pensamento de Quintiliano, que também é citado neste contexto: “Militem legimus iuuenem, imperatorem facimus senem”: “recrutamos um soldado quando ele é jovem, fazemos dele um general quando é velho”.

É preciso dizer que todas estas frases se enquadram na questão: qual é a idade mais apta para aprender, de que aliás Santo Agostinho tratou no *De Doctrina Christiana*. Há outras citações e outros autores que, tal como as anteriores, se enquadram dentro da matéria de que se trata.

No meio de tudo isto discutem-se conceitos fundamentais no que diz respeito à eloquência, porque a questão nuclear, quer se trate de erudição ou de cultura geral, é que a eloquência não existe sem público e o seu exercício destina-se a transformar a vida social, seja em que domínio for: o da religião, o da política, o da governação, o da paz ou o da guerra. Na resolução dos problemas de cada um individualmente, não é necessária a intervenção da retórica. Já Quintiliano, aqui citado, dissera: “Elimine-se a eloquência na condução dos assuntos humanos, se tratarmos deles singularmente, de pessoa a pessoa”. Por isso, a eloquência deve ser coerente, o discurso deve obedecer às regras da gramática e da dialéctica para ser conforme ao entendimento racional. Se não há gramaticalidade, nem linguagem, nem uma cultura comum, o mais ampla que é possível, não pode haver diálogo nem entendimento.

Uma outra face do problema é o da retórica clássica aplicada à pregação. Na perspectiva do Padre Francisco de Mendoça, São Paulo era totalmente desconhecedor das técnicas da retórica greco-latina. Hoje prova-se o contrário ou, pelo menos, não somos tão categóricos em afirmá-lo. Mas Mendoça, convicto disso, conduz toda a sua argumentação de modo a afirmar que a ignorância de São Paulo em relação à retórica clássica foi providencial. E porquê? Porque, se São Paulo tivesse usado da força que deriva do manejo da retórica, de uma oratória culta, do ornamento das palavras, dos atavios e elegâncias artificiais do discurso, havia de se acreditar que tinha sido, não a virtude de Deus, mas a graça humana a arrastar todo o mundo para o Evangelho, dizendo que foi a eficácia oratória e não o poder de Deus que triunfou do paganismo¹⁴.

¹⁴ Cf. *Viridarium*, p. 55.

Paulo conhecia a língua e a literatura grega? Conhecia. Era um homem culto? Era. A prova é que cita Epiménides na Epístola a Tito (*Cretenses semper mendaces, malae bestiae, ventres pigri*), Menandro na 1ª aos Coríntios (*Corrumpunt mores bonos, colloquia mala*) e Arato, nas palavras que dirigiu aos Atenienses no Areópago (*Ipsius enim et genus sumus*).

Mas há que distinguir as coisas. A cultura é essencial para a retórica. O que está em causa não é a retórica em si mas o uso da retórica no púlpito e na pregação. O *Viridarium* destina-se não só à formação do homem cristão em geral, mas também especificamente à daqueles a quem incumbirá o exercício da evangelização pela palavra, em suma a pregação. Assim, de degrau em degrau, Mendoça propõe São Paulo como modelo do orador cristão, pela simples razão de que não utilizou uma retórica rebuscada, mas natural. Em síntese, “non tam Paulus eloquentiam, quam eloquentia Paulum sequebatur”: “não era Paulo que seguia a eloquência, mas sim a eloquência que seguia São Paulo”¹⁵. Quer isto dizer que ele “não incutiu no discurso floreios, mas sim força; não palavras capciosas, mas razões de peso; não se pôs ao serviço dos ouvidos, mas antes procurou ser útil ao espírito”.

Em última análise, é este o ideal proposto por Agostinho no *De Doctrina Christiana*, propulsor de uma nova atitude perante a cultura, mas herdeiro como ninguém do património da Cultura Clássica. A retórica é importante para a pregação. Se os defensores da mentira usam a retórica da persuasão para imporem as suas patranhas, porque não hão-de usá-la os defensores da verdade para a proclamarem? Devem, no entanto, abandonar aquela retórica “leuem, mollem, fallacem, adulatricem, iuveniliter exultantem, Sirenum cantibus persimilem, [...] phaleratam, pigmentatam, calamistratam, [...] solum ad blandiendum auribus, et ad colligendam auram popularem, et ad prestigias quasdam inducendas”¹⁶. Traduzo: uma retórica “leviana, efeminada, falaciosa, adulatora, juvenilmente dançante, muito semelhante ao canto das sereias, [...] ataviada, pintalgada, frisada, [...] só para afagar os ouvidos, e para colher fama, e acalentar malabarismos”.

Pelo contrário, em vez desta, o orador cristão deve adoptar uma retórica “séria, máscula, amadurecida, venerável pelos seus cabelos brancos, palpitante de sumo e sangue, cheia de vigor e de nervo, uma retórica que se empenha eficazmente em cultivar a inteligência, em erradicar o erro, em induzir à prática das virtudes, para modelar e afeiçoar toda a República aos bons costumes”.

¹⁵ *Ibidem*, p. 56.

¹⁶ *Ibidem*.

7. LIVRO QUARTO

O livro quarto intitula-se *De Floribus Philosophiae*: “Flores da Filosofia”. Mas no jardim da Filosofia só há flores entre espinhos que rasgam as batinas, ferem o corpo, e por isso mais se devem chamar agulhões do que flores, mais espinhos do que rosas. E o prelúdio prossegue em acumulações de vocabulário associado à aspereza e à obscuridade, expressas em frases proverbiais como “tot enim sunt tormenta, quot argumenta”: “tantos são os tormentos quantos os argumentos”, “amoena vireta inscribis, aspera dumeta ostendis”: “anuncias ameno jardim e mostras um áspero matagal”¹⁷.

Nada há de mais barroco no vocabulário, no jogo das antíteses e nas imagens. Mas (e neste mas está mais uma vez o espírito de contradição do Barroco) entre os espinhos brilha (“nitet”) um raminho de rosas, delícia de mil cores. Aqui, pois, neste quarto livro, encontram-se as rosas da Filosofia, que Mendoça, enquanto “*Philosophiae Professor*”, espalhou em Coimbra “*inter laureatos Academiae doctores*”¹⁸.

O discurso já vai longo. Encaminho-me para a conclusão, ficando pelo quarto livro, sem concluir a apresentação da sua matéria e sem mencionar sequer a dos restantes. Em relação aos livros anteriores, e isso pode ser dito em relação a todos eles, apenas muda a matéria, o assunto. O método discursivo quanto à análise do conteúdo e a própria exposição mantêm-se iguais do princípio ao fim, privilegiando uma espécie de molde retórico que qualquer aluno pode apreender e usar com êxito mais tarde, se o treinar em exercícios ou *Progymnasmata* deste género.

Este livro, que começara com a complexa discussão dos predicamentos aristotélicos, termina a falar da estatura física, pequena ou mediana dos Portugueses, incluindo os mais valentes e célebres como um Nuno Álvares Pereira, “*Brigantinae domus auctor, Lusitaniae gentis decus immortale*”: “fundador da Casa de Bragança, glória imortal do povo português”¹⁹; ou como o Grande Albuquerque, Duarte Pacheco Pereira e muitos outros que fizeram o Império do Oriente à custa do seu sangue. E, assim, voltamos a uma afirmação feita no início, expressa numa citação do orador Favorino (80-150), amigo de Plutarco e de Frontão. Essa tese é a da afirmação de um Humanismo, de uma Cultura alicerçada nos valores supremos da dignidade do homem e da excelência do espírito sobre todas as coisas: “*Nihil in terris magnum, praeter hominem, nihil in homine magnum praeter mentem*”: “nada no mundo é grande, excepto o Homem; nada no Homem é grande excepto o espírito”²⁰.

¹⁷ *Ibidem*, p. 63.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ *Ibidem*, p. 66.

²⁰ *Ibidem*, p. 64.

Nestas palavras está expressa a afirmação majestosa do sistema harmonioso e universalista veiculado pelo pensamento barroco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Laurinda: "A cidade em tempo de peste: medidas de protecção e combate às epidemias em Évora, entre 1579 e 1637". Disponível em: http://www.ugr.es/~adeh/comunicaciones/Abreu_L.pdf [Consultado em 26/10/2010].
- CASTRO, Aníbal Pinto de (1973): *Retórica e Teorização Literária em Portugal, do Humanismo ao Classicismo*. Coimbra: Centro de Estudos Românicos.
- GOMES, João Pereira (1960): *Os Professores de Filosofia da Universidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal, 286-287.
- MACHADO, António (2002): "Nuevas canciones". In: *Poesías Completas*. Edición de Manuel Alvar. Madrid: Espasa Calpe, 304-305.
- MENDOÇA, Francisco (1595): *Metaphysicae Assertiones. Controversia Disputanda. Possit ne vlla a Deo condi supernaturalis ordinis substantia [...] defendet Franciscus de Mendoça, ex eadem societate*. Die louis. Cum facultate Inquisitorum et Ordinarii. Nona die Martii. Apud Antonium Barrerium.
- MENDOÇA, Francisco de (1631): *Viridarium Sacrae ac profanae eruditionis*, A P. Francisco de Mendoça Olyssiponensi, S.I., Doctore theologo [...] satum et excultum, Posthuma proles. Lugduni.

A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DOS MANUSCRITOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA O EXEMPLO DA CORRESPONDÊNCIA DE FREI MANUEL DO CENÁCULO

FRANCISCO A. LOURENÇO VAZ

Universidade de Évora/Departamento de História

CIDEHUS-UÉ/FCT

A Biblioteca Pública de Évora foi fundada em 1805 por iniciativa do arcebispo D. Frei Manuel do Cenáculo, que desde início exigiu que ela estivesse aberta ao público. Trata-se, portanto, de uma instituição bicentenária e é uma das mais importantes bibliotecas de Portugal, quer pela coleção bibliográfica que possui, quer por ter sido uma das primeiras a abrir as suas portas aos leitores. De facto, os Estatutos de 1811 passaram a garantir a leitura presencial, para todos os que quisessem, em três dias da semana. A biblioteca assegurou ao longo do século XIX a leitura a um público maioritariamente cidadão constituído essencialmente por estudantes¹.

Com este trabalho procede-se a uma análise a uma parte substancial da coleção dos manuscritos, coligidos e reunidos pelo fundador da Biblioteca, catalogados pelos bibliotecários e colocados desde início ao serviço dos leitores. Utilizámos como ponto de partida os resultados conseguidos com um projeto concluído em 2009, em torno de dois fundos importantes, o Diário de Frei Manuel do Cenáculo e a correspondência, as numerosas cartas que lhe enviaram diferentes personalidades, as cópias e rascunhos das que o próprio Cenáculo escreveu e que na sua grande maioria se encontram na coleção da Biblioteca Pública de Évora.

¹ Publicámos em 2012 uma versão em língua inglesa deste trabalho na *Revista História Autónoma*, nº 1, 89-106. Nesta nova versão, em português, acrescentámos em apêndice algumas das cartas que ilustram o valor histórico deste tipo de fontes, particularmente, as suas potencialidades parara estudos transdisciplinares e a nível da micro-história.

1. OS MANUSCRITOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA

Os fundos bibliográficos iniciais da Biblioteca de Évora eram provenientes dos livros deixados por D. Frei Joaquim Xavier Botelho de Lima e pelos muitos milhares que o próprio Frei Manuel do Cenáculo trouxe de Beja. É também sabido que o espólio de Frei Manuel do Cenáculo não se limitava aos livros e que a biblioteca recebeu outras preciosidades da coleção, que o bispo reuniu ao longo da vida, constituída pelo monetário, produtos naturais, pinturas e peças arqueológicas, as antiguidades, como então se dizia².

Relativamente aos livros impressos e manuscritos, numa carta dirigida ao Príncipe Regente Cenáculo indica 40.000 volumes. O juiz do inventário *post mortem*, José António de Leão, avaliou a coleção de livros em 50.000 volumes. O mesmo número apontou José Silvestre Ribeiro, incluindo nele os livros já existentes no paço episcopal. Contudo, segundo Túlio Espanca o fundo original da Biblioteca era constituído por 25.000 volumes impressos e manuscritos, de doação particular de Cenáculo e por mais 2.314 livros deixados no Paço pelo prelado antecessor, D. Frei Joaquim Botelho Lima (Espanca, 1981-1982 e Vaz, 2006).

Perante a diversidade dos números apontados, e atendendo a que estamos numa época em que a estatística, então designada Aritmética Política, estava a dar os primeiros passos, é muito difícil com os dados recolhidos e, sobretudo, porque não existe um catálogo sistemático dos fundos bibliográficos, chegar a um número exato. Como mera hipótese de trabalho, pensamos que os números avançados por Cenáculo são os mais credíveis e que não contrariam o inventário *post-mortem*. Estes números são também confirmados por Cunha Rivara.

Saiba-se pois que a grande biblioteca de Évora, fundação do insigne arcebispo D. Frei Manuel do Cenáculo contem 50.000 volumes impressos, pela maior parte muito seletos. Contém 2.000 e tantos códices manuscritos muito preciosos e bastante raros, e alguns únicos e originais, contem uma rica coleção de medalhas e moedas que não desce de 5 para 6.000 e uma bela galeria de pinturas de mais de 300 painéis, um pequeno e curioso museu de produtos da natureza, de raridades de arte e monumentos da antiguidade³.

Também Augusto Simões, ao referir-se ao tempo em que Cunha Rivara iniciou as suas funções de bibliotecário, escreve:

² Relativamente ao monetário, o próprio arcebispo deixou um inventário que atesta a sua importância e valor. Cf. Vaz (2006: 63).

³ Cf. Rivara (Cerico, 2007: 88-89). Nesta e nas restantes citações actualizámos a ortografia, mantendo a grafia original apenas nos títulos das obras.

Continha a biblioteca para cima de trinta mil volumes impressos, perto de dois mil códices manuscritos, livros iluminados, pinturas e outras obras de arte e da natureza, algumas de inestimável valor. Apenas alguns livros estavam catalogados. Faltava classificar e catalogar os restantes, inventariar os manuscritos, ordenar as coleções⁴

Portanto, Augusto Simões corrobora números próximos aos de Cunha Rivara e do juiz do inventário de Cenáculo. Uma coisa é indiscutível: a grande dimensão e valor do espólio deixado por Frei Manuel do Cenáculo.

Para uma melhor percepção da raridade e dimensão da coleção bibliográfica, podemos referir a valiosa coleção de bíblias e comentários bíblicos, que já em anterior trabalho inventariámos e descrevemos, onde avultam as bíblias políglotas, em latim hebraico, caldeu e árabe, as versões da *vulgata*, ou traduções bíblicas em espanhol, português, etíope, inglês e alemão (Vaz, 2006: 70-73).

A organização e catalogação dos fundos manuscritos foram obra do bibliotecário Cunha Rivara, que exerceu as suas funções entre 1838-1855. O seu Catálogo *dos Manuscritos da Biblioteca Pública de Évora* recebe o aplauso da historiografia e ainda hoje é uma referência obrigatória para a consulta de cimélios (Cerico, 2007).

Num primeiro volume reuniu todos os documentos que se referiam ao Ultramar, ou seja, América, Ásia e África, constituindo uma obra de 400 páginas. O segundo volume saiu em 1868 e compreendia a Literatura, tendo o bibliotecário adotado a classificação de Brunet, distribuindo os papéis catalogados na Literatura em nove secções: Gramática, Retórica e Oratória, Poética, Arte Dramática, Epistolografia, Mitologia, Facécias e Novelas, Diálogos e Filologia. O volume compreende mais de 700 páginas, sendo a secção de Epistolografia a mais vasta, uma vez que só a correspondência dirigida a Frei Manuel do Cenáculo ocupa mais de 200 páginas. O terceiro volume compreende a História e o quarto contém as notícias dos códices e papéis relativos às Ciências, Artes e Ofícios.

Tratámos com pormenor, no projeto de investigação já referido, o fundo da correspondência do Bispo de Beja e depois Arcebispo de Évora; quer os milhares de cartas que recebeu dos correspondentes nacionais e internacionais, quer da própria correspondência de Cenáculo, as cartas e outros documentos de que deixou rascunhos e cópias feitas por ele próprio ou pelo secretário. Resumimos no quadro seguinte os números relativos a correspondência e diário, que analisamos e catalogámos.

⁴ Cf. Augusto Simões (Vaz, 2006: 69).

QUADRO 1 – Os Manuscritos de Cenáculo

BASES	Nº DE DOCUMENTOS CATALOGADOS	TRANSCRIÇÕES
Cartas do Catálogo de Gusmão	4269	176
Cartas e outros documentos inéditos de diversos correspondentes	1612	308
Cartas e outros textos Autógrafos de Cenáculo (incluindo diário)	1134 ⁵	248
Totais	7002	732

(Fontes: Gusmão, 1944; Vaz, 2009)

O catálogo de Armando Gusmão manteve a ordenação que Cunha Rivara e Teles de Matos tinham adoptado para descrever a correspondência dirigida a Frei Manuel do Cenáculo, ou seja, apresenta as cartas por correspondente e por ordem alfabética. Apesar de não ter catalogado todos os correspondentes, é uma obra notável pela quantidade de documentos resumidos e transcritos. O valor histórico foi apontado pelo bibliotecário como determinante para a sua realização, destacando que as cartas revelam as diligências de Cenáculo para adquirir obras para as bibliotecas portuguesas (Gusmão, 1944: 15)⁶. Não nos diz qual foi o critério das transcrições feitas, mas uma simples análise revela o lugar privilegiado dado aos róis de livros, cartas de livreiros e agentes de Cenáculo. Uma grande percentagem das transcrições é de correspondentes estrangeiros (70 transcrições, 40% do total).

Demos continuidade ao catálogo de Gusmão, resumindo as cartas dos correspondentes que ele não catalogou, e transcrevendo os documentos que consideramos importantes para a História do Livro e das Bibliotecas nacionais. Do mesmo modo, catalogámos as cartas e outros documentos de Cenáculo, que se encontram na Biblioteca de

⁵ Neste número incluem-se as cartas que se encontram na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal.

⁶ "Nesta correspondência se toma conhecimento das somas fabulosas que despendeu para enriquecer ou criar as Bibliotecas portuguesas, mandando vir dos principais pontos da Europa, tudo o que de melhor aparecia, impresso e manuscrito" (Gusmão, 1944, 1: 15).

Évora, Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa e Biblioteca Nacional, e transcrevemos os que considerámos importantes. Com esse trabalho, analisámos também a importância da correspondência do Bispo de Beja para manter uma rede de agentes que lhe proporcionavam estar a par das novidades literárias e adquirir obras para a sua colecção (Vaz, 2009). Procuremos agora reforçar essa ideia e ver como essas cartas constituem também uma fonte importante para outros domínios da História, da Literatura e da Pedagogia.

2. O EXEMPLO DA CORRESPONDÊNCIA

Tomamos como exemplo dois importantes fundos da epistolografia cenaculana, que não foram catalogados por Armando de Gusmão e, por isso, têm passado despercebidos à historiografia. Trata-se das cartas que Joaquim José da Costa Sá e Alexandre Faria Manuel escreveram ao Bispo de Beja. Em ambos os casos, comprovam um dos traços característicos deste tipo de documentos, trata-se de correspondência que se norteia pelo estabelecimento de relações clientelares, bem características das sociedades pré-industriais (Burke, 1980, 68-70). O patrono dá benesses que podem ser mesmo pecuniárias, ou acesso a cargos remunerados, patrocínios para publicação de obras, e outros. Em troca, o cliente presta favores que sabe serem do agrado do patrono: envia livros, faz de intermediário em transações e demonstra, por atos e palavras, o seu agrado. Nos momentos de aflição não se coíbe de apelar para a generosidade do patrono. Relativamente a este último aspeto, anote-se no seguinte passagem de uma carta de Joaquim Sá:

Remeto a *Introdução dos Anais Literários*, como havia prometido a Vossa Excelência Reverendíssima, e não vai ainda o Morellio⁷; [...] Sendo do agrado de Vossa Excelência Reverendíssima, e cabendo na possibilidade desejara a Vossa Excelência Reverendíssima desse a António José Correia seis moedas e meia do Pertence, que me fez Rolland, para ele tirar o anel de José, para se vender; pois necessita: Sinto nas minhas entranhas falarmos nisto a Vossa Excelência Reverendíssima, e não é justo que Vossa Excelência Reverendíssima a nosso respeito tenha incómodos; pois assaz devemos muitos benefícios, e muitos favores, e graças a Vossa Excelência Reverendíssima. De Pertence de Rolland tenho recebido de Vossa Excelência Reverendíssima 144\$000 réis, e vem a restar do mesmo Pertence 139\$164 réis, que fazem ambas as quantias a soma de 283\$164 réis, que é o total do mesmo Pertence⁸.

⁷ Trata-se do autor Iacobo Morellio, autor de catálogos de códices latinos e de obras sobre antiguidades clássicas. A obra em causa poderá ser: *Codices manuscripti Latini Bibliothecae Naniaene a Iacobo Morelli relati*, Veneza, 1776.

⁸ Carta de 8 de Junho de 1781, BPE, BPE, CXXVIII / 1-1, fl. 65.

A etiqueta e forma elogiosa presente no tratamento repetido vezes sem conta, “Excelência Reverendíssima”, bem como no formulário presente no fim de cada uma das missivas, faz parte do ritual em que o cliente demonstra por palavras todo o seu respeito, fidelidade e subordinação⁹. Há, portanto, um interesse recíproco em manter uma correspondência regular e este meio de comunicação contribui para o estreitar desse clientelismo sendo, no contexto político de finais de antigo regime, um dos traços estruturantes da sociedade.

2.1. AS CARTAS DE JOAQUIM SÁ A FREI MANUEL DO CENÁCULO

Comecemos a nossa análise pelo primeiro correspondente. Joaquim José da Costa Sá (1740-1803) foi professor régio de Gramática Latina e um dos latinistas mais conceituados, tal como o seu mestre, António Pereira de Figueiredo. No tempo de Pombal, pela mão de Frei Manuel do Cenáculo, exerceu o cargo de professor régio de Latim no Colégio dos Nobres, cargo que lhe viria a ser retirado em finais de 1777, no contexto da mudança política ocorrida com D. Maria I, como se lamentará em carta ao seu protetor¹⁰. Foi sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e nomeado Oficial da Secretaria dos Negócios da Marinha e Ultramar em 11 de Fevereiro de 1799. Casou com D. Ana do Nascimento Rosa de Oliveira Villas-Boas, prima de Cenáculo, e deixou oito filhos. Além desta numerosa prole, deixou outra também numerosa de obras literárias, em que sobressaem as traduções de clássicos: Horácio, Fedro, Cícero, Terêncio e Virgílio; bem como dicionários de italiano e de francês, obras de instrução pedagógica, lições de latim, a *Instrução cristã* e uma obra de carácter “físico”, que versa um dos temas que na época despertava a curiosidade lisboeta: *Nouvelles aerologiques* (Lisboa, 1784). Foi ainda autor do *Plano de estudos para o governo e direcção da Academia Real da Marinha e Commercio novamente creada na cidade do Porto*, que lhe foi encomendado pelo Ministro da Marinha, D. Rodrigo de Sousa Coutinho mas, como diz Inocêncio da Silva, o plano não chegou a ser adoptado (Silva, 1858-1923: 97- 102).

Joaquim José da Costa Sá escreveu 117 cartas ao Bispo Cenáculo, acompanhadas por vezes com outros documentos, e todas datadas de Lisboa entre 1775-1802¹¹. Nessas cartas,

⁹Praticamente todas as cartas de Alexandre Faria Manuel terminam com a seguinte etiqueta: *Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor/ De Joelhos/ Beija a mão de Vossa Excelência/Seu mais humilde Criado/Alexandre Ferreira de Faria Manoel*. Carta de 27 de Novembro de 1772, BPE, CXXVIII 1-10, fl. 128. As cartas de Joaquim Sá têm como final: *Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo Presidente/ De Vossa Excelência Súbdito o mais reverente e obrigado/Joaquim José da Costa e Sá*. BPE, CXXVIII / 1-1, fl. 3.

¹⁰ Carta de 18 de Dezembro de 1777, BPE, CXXVIII / 1-1, fl. 33.

¹¹ Também irmão de Joaquim Sá, José Anastácio da Costa Sá foi um assíduo correspondente de Cenáculo, que, além das suas obras, forneceu ao Bispo de Beja informações sobre as novidades

algumas em latim, os livros e a troca de obras são tema constante. A novidade é o apoio concedido ao Bispo na publicação de algumas obras entre 1794 a 1798¹². Este apoio surge também documentado nas cartas de Cenáculo a Frei Vicente Salgado e a Frei Plácido Barroco (Vaz, 2009: 68, 184).

As cartas de Joaquim José da Costa Sá merecem um estudo detalhado, particularmente por interessarem para a Filologia e o ensino do Latim. Fornecem elementos sobre o ensino no Colégio dos Nobres, os atos públicos, exames e obras adoptadas. Como não podia deixar de ser, a partir do momento em que Cenáculo abandonou a Corte e partiu para Beja, estas cartas constituíam um meio importante para o bispo se manter informado e a par do que de mais importante acontecia em Lisboa. De facto, algumas das missivas descrevem com pormenor as intrigas e notícias da Corte e actos de censura política. Por exemplo, numa delas, que transcrevemos em anexo, diz que Francisco Costa fora preso por causa de uma *Apologia* que fizera ao Marquês de Alorna¹³.

Um aspeto que gostaríamos de realçar é que nas suas missivas Joaquim Sá vai dando conta da sua atividade de tradutor e latinista, de obras clássicas e textos modernos, em italiano e francês. Assim, por exemplo, na carta já referida e datada de Lisboa (19-02-1781) revela que o Duque lhe mandara traduzir a *Economia Civil*, de António Genovesi, autor que nessa época marcava o pensamento das elites em Portugal, dado que os seus manuais eram adotados no ensino filosófico e jurídico (Vaz, 1997, 2001). É provável que esta tradução estivesse nos planos da recém-criada Academia das Ciências de Lisboa, agremiação interessada em divulgar os conhecimentos úteis e as obras de cariz económico mais recente.

Não falta também nas cartas de Joaquim Sá a notícia sobre as grandes traduções, como a que António Pereira de Figueiredo fez da Bíblia. Aliás, e uma vez que Joaquim Sá tinha

literárias que iam surgindo, incluindo dados estatísticos sobre o comércio de Portugal, notícias da Revolução Francesa ou dos principais eventos de Lisboa e mesmo uma crítica a obra de Campomanes. Cf. BPE, Cod. CXXVIII/1-1, [Cartas e opúsculos de Joaquim José da Costa Sá e de José Anastácio da Costa Sá], fl. 444 a 445. José Anastácio da Costa Sá foi Oficial da Secretaria dos Negócios da Marinha e Ultramar e autor de traduções de obras poéticas de Racine, de um poema épico, *Princípios elementares da arte diplomática*, Lisboa, 1797 e do *Atlas moderno, para uso da mocidade portuguesa*. (1812). Cf. Silva (t. 4, 220-221).

¹² "A obra de V. Ex.^a. R.^a. *Piedade Christã* pára na minha mão sem despacho algum; o que me faz desconfiar», BPE, cod. CXXVIII/1-1 [Cartas e opúsculos de Joaquim José da Costa Sá e de José Anastácio da Costa Sá], fl. 173. Invoca dificuldades levantadas pela conjuntura revolucionária em França para atrasos de publicações. Diz que não é questão de censura: "pois que não precisa de censura cousa de V. Ex.^a". *Idem, ibidem*, carta datada de Lisboa (24 de Março de 1794). Nesta mesma carta, informa sobre a continuação dos trabalhos literários para o Dicionário Português da Academia das Ciências.

¹³ "[...] tão insolente e insultante em seus princípios, além de mil citações falsas, que quase segundo os mesmos princípios a Fidalguia pôde pôr, e tirar do trono os Nossos Príncipes, e como assim não era graça a restituição das Casas extintas pela Conjuração. [...] Sirva-se V. Ex. destas espécies, e das que pertencem ao Príncipe, sem transpirar". Carta de 19 de Fevereiro de 1781. BPE, Cod. CXXVIII 1-1, fl.107.

o Padre António Pereira de Figueiredo como referência no seu trabalho literário, muitas são as indicações sobre as obras e os projetos do seu mentor:

O Padre Pereira trabalha na Versão de Testamento velho; e além disto tem apresentado á Academia três Dissertações sobre a origem dos Povos de Espanha; sobre a etimologia dos Vocábulos *Espanha*, e *Lusitânia*, e a sua Ortografia; materiais para o tecido da Historia Nacional. Porém ele vive desgostoso; e espera esta nova Forma da Mesa, que dizem sairá brevemente¹⁴.

As cartas são uma fonte importante para vermos o contexto literário e a sua evolução em finais do século XVIII, a afirmação de uma tendência neoclássica nos cânones literários e do purismo na maneira como se escreve e fala¹⁵. Os estudiosos da Literatura e da tradução de obras clássicas encontrarão muitos subsídios e informação nesta correspondência. Do mesmo modo, o interesse muito presente sobre as antiguidades, peças arqueológicas, lápides e inscrições vão ao encontro de uma das paixões do Bispo de Beja e anunciam a mentalidade romântica que começava a fazer-se sentir no mundo ocidental.

Relativamente à pedagogia, são os testemunhos de Joaquim Sá sobre o ensino no Colégio dos Nobres que sobressaem. A sequência da correspondência permite constatar que a instituição era no tempo de Pombal a “jóia da coroa” em matéria de ensino, mesmo depois de a reforma da Universidade ter despojado o Colégio da novidade do ensino científico, o Colégio como local onde se reunia a nata da nobreza nacional, continuava a ter, por parte do poder, uma atenção especial, que se traduzia na presença da Corte nos atos públicos, nomeadamente na abertura do ano letivo.

As cartas de Joaquim da Costa Sá constituem uma boa fonte para compreendermos a vida de um “profissional das letras” em finais do século XVIII e vermos os expedientes a que tinha de recorrer para assegurar a subsistência dele e da família. Depois de ter sido afastado do cargo de professor de Latim do Colégio dos Nobres, José Sá, antes de ter conseguido a nomeação para o cargo de secretário do ministério da Marinha (1799), teve de recorrer ao trabalho de tradutor e revisor de textos; empenhou-se na impressão das obras do bispo Cenáculo, servindo de intermediário com os editores, enviando as provas dos textos para o

¹⁴ Carta, 18 de Abril de 1781, BPE, Cod. CXXVIII 1-1, fl. 62. Outras obras traduções do P. António Pereira de Figueiredo referidas são: *Lei Latina dos Cristãos Novos* (carta de 17-1-1775, em que diz enviar um exemplar desta obra). Nesta mesma carta, noticia ter sido admitido como sócio da Academia das Ciências e que era nessa qualidade que projetava alguns dos trabalhos literários, além da tradução da Economia Civil de Genovesi. Em carta de 17 de Setembro de 1781, Informa que se iam imprimindo as *Épocas* do Padre Pereira. Noutra, de 31 de Janeiro de 1783, fala sobre o “brilhante” desempenho do Padre Pereira na Academia do domingo anterior.

¹⁵ Em anterior trabalho, centrado na obra de Bento Farinha, analisámos esta tendência purista e muitas vezes de imitação dos autores quinhentistas. Veja-se também o estudo de Gonçalves (2007).

bispo rever e dando notícias frequentes acerca de como estava a decorrer o trabalho de impressão.

Como tradutor, o seu trabalho foi sobretudo de verter para português textos latinos, ou rever textos latinos para corrigir os erros, como por exemplo, a revisão de Constituições das ordens religiosas, de que se queixa estarem cheias de erros e necessitarem de imensas erratas. Além do latim, faz algumas traduções de obras francesas.

Refira-se que os livros são uma constante praticamente em todas as cartas e em muitas são mesmo a matéria principal. Por isso, elas mostram-nos igualmente os gostos literários e as práticas de leitura da elite eclesiástica e da clientela, que vivia à sua volta e que conseguia imiscuir-se no círculo da nobreza de corte. Por outro lado, para agradar aos patronos essa clientela movimentava-se bem no mundo dos livreiros, tendo em vista enviar livros ou simplesmente informações sobre as novidades literárias aos seus protetores.

Tal como outros, Joaquim Sá serve de intermediário de Cenáculo na compra e venda de livros nos livreiros lisboenses, nomeadamente Bertrand e Borel (Vaz, 2009). Mesmo quando as notícias não são animadoras, como em carta que informa ter falado com Bertrand sobre os exemplares das *Memórias Históricas* que Cenáculo lhe referira, e que este dissera "que nada se vende absolutamente" (Carta de 22-07-1780).

A presença constante dos livros demonstra também a afirmação de uma cultura impressa, a par da persistência de um gosto por textos manuscritos, que continuam a ser utilizados (como as próprias cartas) em obras e géneros de pequeno fôlego, ou nas que ainda não chegaram aos prelos, como os panfletos, as gazetas manuscritas, ou as poesias que por vezes são da autoria do próprio Sá, ou dos irmãos, e se norteiam pela prática clientelar que assinalámos¹⁶.

Na tentativa de aprofundar a nossa pesquisa sobre este intenso intercâmbio literário, inventariamos as menções a livros e leituras, a atividade editorial que surgem nas cartas de Joaquim Sá. Algumas vezes o tema é mesmo o assunto principal ou exclusivo na correspondência, como por exemplo na carta de 24 de Março de 1794, em que revela que o tinham feito censor de uma *Gramática Latina* de um monge de S. Jerónimo, professor em Belém, acrescentando que estava ainda a cuidar das *Lectiones Latinitatis* de Broeder¹⁷, com versão portuguesa e que eram *excertos de vários Autores Gregos e Romanos*, postos em latim para uso da Universidade de Oxford. Promete, ainda, enviar uma ideia clara da obra. Revela

¹⁶ Como por exemplo, quando enviou um exemplar de uma *Elegia* latina, que o irmão José fizera aos *Cuidados Literários*, informando que se havia de licenciar para se imprimir, assim como estava licenciada uma que o irmão fizera aos anos da Sereníssima Princesa Viúva. Carta de 31 de Julho de 1792, BPE, Cod. CXXVIII 1-1, fls. 165 e 166.

¹⁷ Christian Gottlob Broeder (1744-1819), filólogo e latinista alemão.

que tinha consigo a obra *Piedade Christã*, de Cenáculo, sem despacho algum. E conclui esta carta dizendo que havia muita demora nas licenças para várias obras, relacionando-a com o melindre da corte em relação aos Franceses. Diz que o seu Mestre, António Figueiredo, tinha passado a manhã a ler o *Livro Memórias Históricas* que fora no dia anterior ao *Pode Correr*¹⁸.

Inventariámos 164 menções a leituras, bibliotecas e à livros impressos e outros textos de diversa categoria, nomeadamente, panfletos e editais. Organizando essa informação e começando pelas práticas de leitura, que são apenas 3, numa delas afirma que a Rainha mãe chorou ao ler as pastorais de Cenáculo, que Joaquim Sá levou à Corte, depois de as ter mandado *encadernar com capas de papel dourado, com guardas de papel pintado, e douradas e brunidas pelas folhas*¹⁹.

Quanto a bibliotecas, as referências que surgem são à fundação da Real Biblioteca Pública, em 1797 e, sobretudo, à generosa doação que Frei Manuel do Cenáculo enviou e que consistiu numa valiosa coleção bibliográfica, onde avultavam uma Bíblia manuscrita do século XII, o Novo Testamento editado pelo impressor inglês Baskerville e os manuscritos arábico-orientais (Cf. Carta de 25 de Maio de 1797, em anexo). Além destas preciosidades, a doação incluiu uma coleção de mapas, antiguidades e um monetário de 2100 peças. Todas estas preciosidades despertaram a curiosidade da elite intelectual lisboeta e da corte, que, tal como diz Joaquim Sá, ficaram todos *hiantibus oribus*²⁰.

À criação da Real Biblioteca Pública dedica Joaquim Sá cinco cartas, entre 1796-1801, que são uma boa fonte para perceber o impacto da doação do Bispo e para compreender também como se inscreveu na prática característica das sociedades de antigo regime, em que os donativos tinham subjacente o interesse de obter benesses para o benfeitor. De facto, o que as cartas de Joaquim Sá nos mostram é que esta doação passou pelas diligências do Ministro de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho e esteve associada, por um lado, à obtenção de uma renda pecuniária para Cenáculo, que se consubstanciou no pagamento dos ordenados de Presidente do subsídio literário no tempo de Pombal²¹ e, por outro lado, na nomeação de Cenáculo para Arcebispo de Évora em 1803²².

¹⁸ BPE, Cod. CXXVIII 1-1, fls. 173 e 174. Sobre a obra de Boroeder dará informação mais detalhada na carta seguinte, diz que se dividia em duas partes: a primeira - *Lições de Latinidade* e a segunda - *Lições de Eloquência* - e prometendo enviá-la mandaria pelo correio Gamito o que houvesse de prova.

¹⁹ Carta de 21 de Novembro de 1780. As outras duas referências são uma a seu Mestre o P. António Pereira de Figueiredo que estivera toda a conferencia da Mesa Censória a ler as *Memórias Históricas* de Cenáculo. Carta de 24 de Março de 1794.

²⁰ Carta de 25 de Maio de 1797, BPE, CXXVIII 1-1, fl. 92

²¹ Vejam-se: Dias (1976), Pereira (2005: 75-76), Domingos (2006: 11) e Vaz (2009).

²² Anote-se nas seguintes passagens das cartas de Joaquim Sá: "Eu havia já anunciado na antecedente, que o Excelentíssimo Senhor D. Rodrigo de Sousa Coutinho, quando tomou posse daquela Inspeção, se encarregara de pôr na augusta Presença do Príncipe Regente Nosso Senhor este negócio [...], ora diga-

Nos livros, seja nos impressos, seja nos manuscritos, predominam os textos de carácter religioso, as bíblias e versões bíblicas, no original ou traduzidas. Em matéria de obras de religião e instrução religiosa, as cartas estão repletas de referências a bibliografia de Frei Manuel do Cenáculo: pastorais, Cuidados Literários e obras sobre a Província da Terceira Ordem de S. Francisco. Como dissemos, as referências aos clássicos e traduções de autores clássicos denotam a importância que o classicismo tinha, quer no ensino, quer nas leituras das elites intelectuais; os que surgem referidos nas cartas são: Cícero, Horácio, Nepote. Há também referência a coletâneas ou antologias europeias neste domínio dos clássicos: *Collecção* de Chompré, latinista e jesuíta, e as já citadas *Lectiones Latinitatis* de Broeder.

Outro aspecto que a correspondência de Joaquim Sá retrata são os aspectos da vida familiar: as dificuldades financeiras, as doenças, a atitude com as crianças, ou com os afectos. Este retrato da pequena história ou, se preferirmos, do drama existencial de cada um, está muito mais presente na correspondência de Alexandre Faria Manuel, que analisaremos mais adiante. Relativamente aos afectos e particularmente ao casamento, numa das missivas Joaquim Sá explica ao seu protetor como decidiu o seu casamento, em 1782, pedindo a bênção de Cenáculo:

Querendo eu ausentar-me para Inglaterra, se opôs e embaraçou este meu projeto o Senhor Joaquim de Oliveira, e obrando a meu respeito ações eficazes e favorecedoras, nasceu entre nós uma harmonia tão vinculada, que se estreitou a comunicação e familiaridade, da qual com o andar do tempo se originou *uma recíproca e inocente afeição* entre mim, e a sua Filha mais velha a Senhora D. Ana Maria, (...); e como porém estas não possam conseguir uma venturosa dita sem a bênção, favor, e proteção de Vossa Excelência Reverendíssima, me resolvo a comunicá-las a Vossa Excelência Reverendíssima segundo prometi, para que dignando-se Vossa Excelência Reverendíssima aprová-las, e abençoá-las, eu me julgue em todo o sentido pelo mais feliz e venturoso²³.

Deduz-se da carta, e do modo como se descreve a afeição pela futura mulher, que o casamento se assemelhou a uma espécie de contrato, em concordância com a vontade e interesses do pai da noiva e certamente também do interesse do noivo. Ou seja, o casamento

me Vossa Excelência Reverendíssima em franqueza; e logo, que Partido deseja se tome sobre o modo, e natureza da Recompensa, que há certamente de exceder uma boa parte mais do seu valor; se dinheiro logo de contado, ou se uma Pensão anua, que Vossa Excelência Reverendíssima aplique àquele fim que lhe agradar. Este abrimto deve ser tácito, e comigo somente; não obstante que espero que Vossa Excelência Reverendíssima dirija por mim uma Carta de agradecimento *in genere* a Sua Excelência pelo modo, com que quer que Sua Alteza Real atenda ao merecimento, e justiça de sua Doação" (Carta de 13 de Janeiro de 1801, BPE, CXXVIII 1-1, nº 109). "Entreguei imediatamente ao meu Ministro a Carta, que Vossa Excelência lhe dirigiu; e no momento favorável espero poder corresponder ao amor de Vossa Excelência solicitando os interesses de Vossa Excelência que se acham pendentes" (Carta de 10 de Fevereiro de 1801, BPE, CXXVIII 1-1, fl. 111).

²³ Carta de 7 de Setembro de 1782, BPE, Cod. CXXVIII 1-1, fl.130.

surge como um bom negócio em que se reforçam os laços clientelares com o protetor, que também era parente da noiva e, por isso, dada a situação de dependência em que Joaquim Sá se considerava, solicita a concordância e bênção de Cenáculo. Mais do que aos pais é ao patrono que se quer agradar e de quem se quer receber o aval. O amor, se existiu nesta relação, traduziu-se na expressão inócua: *uma recíproca e inocente afeição*. Os laços clientelares com Cenáculo seriam reforçados com o nascimento do primeiro filho e com o convite dirigido a Frei Manuel do Cenáculo para ser padrinho do pequeno José.

2.2. CORRESPONDÊNCIA DE ALEXANDRE FARIA MANUEL

O outro fundo que analisámos é o conjunto das cartas de Alexandre Ferreira Faria Manuel, que reúne um total de 111 documentos, datados entre 1772-1786, que resumimos e transcrevemos no âmbito do projeto de investigação sobre o espólio de Cenáculo²⁴. Pouco se sabe de Alexandre Manuel. A notícia biográfica que podemos dar resulta das cartas e documentos enviados a Frei Manuel do Cenáculo. Faria Manuel exerceu o cargo de Secretário da Repartição dos Estudos na Mesa Censória, durante o tempo em que o Bispo de Beja foi seu Presidente. Com o afastamento de Cenáculo, rapidamente caiu em desgraça e viria mesmo a ser acusado de desviar livros da Mesa, preso no Limoeiro e, posteriormente, recambiado para fora de Lisboa, para a vila do Rabaçal.

As Cartas de Alexandre Manuel cobrem os anos em que Frei Manuel do Cenáculo exerceu o cargo de Presidente da Real Mesa Censória (1770-1777)²⁵, e o período dos primeiros anos do governo mariano. Podemos dividir esta correspondência em três períodos distintos: o primeiro que vai até Maio de 1777, o segundo até a prisão do Secretario da Mesa, em que descreve com pormenor as acusações de que foi alvo e depois a sua prisão, em Outubro de

²⁴ Desses 111 documentos, 97 são cartas dirigidas a Frei Manuel do Cenáculo entre 1772-1786 os restantes são documentos anexos e cartas diversas: 3 cartas do Marquês de Pombal a Cenáculo; Carta de Manuel Vieira de Mendonça a Alexandre Ferreira de Faria Manuel. (07 de Janeiro de 1772); Carta de João José de Faria da Costa e Abreu Guião a Alexandre Ferreira de Faria Manuel (05 de Fevereiro de 1772); Carta de Álvaro Luís da Guerra Ferreira Vinagre a Alexandre Ferreira de Faria Manuel (11 de Janeiro de 1775); Carta de José Dias Pereira ao secretário da Mesa Censória. (21 de Março de 1775); Documento sobre raridades "da humana e provida natureza" (06 de Abril de 1775); Carta de Alexandre Ferreira de Faria Manuel a Frei Vicente Salgado (15 de Julho de 1777); Carta de Alexandre Ferreira de Faria Manuel a Frei Vicente Salgado (21 de Outubro de 1777; Carta de Francisco António da Fonseca a D. Maria Joaquina de Mascarenhas. (29 de Fevereiro de 1780); Carta de Bernardo de Antas de Cunha e Brito a Alexandre Ferreira de Faria Manuel. (20 de Janeiro de 1785); Cópia da carta com determinações da Rainh. (14 de Janeiro de 1786); Carta de João António Sanches a Alexandre Ferreira de Faria Manuel.

²⁵ A partir de 7 de Dezembro de 1768, Cenáculo é Deputado Ordinário da Real Mesa Censória e em 16 de Março de 1770 foi nomeado Presidente, cargo que manteve até ao fim do consulado pombalino, em 1777. Cf. Marcadé (1979: 59-79).

1777, e o último os anos de exílio, vale dizer, a retirada para o Rabaçal e depois para a sua quinta da Ameixoeira, próximo da capital.

Até 1777 Alexandre Manuel transmite ao Presidente da Mesa Censória o essencial sobre o que ocorre nas “conferências” da mesa, dedicadas a uma análise das obras que vão à censura e de outros assuntos da vida literária e pedagógica. Como é sabido a Mesa não só censurava tudo o que se publicava no reino, como também tinha jurisdição e zelava pelo ensino e os estabelecimentos de ensino, como o Colégio dos Nobres e as aulas de Estudos Menores²⁶. Por isso, abundam os assuntos relativos ao movimento de professores, licenças para ensinar, ou licença para os professores se ausentarem para irem a sua pátria, quando eram estrangeiros. Do mesmo modo, caíam sobre a alçada censória a manifestações públicas, festas, sermões, e outras do género. Por exemplo, logo numa das primeiras cartas, o secretário informa que chegara à Mesa um pedido para se vender talco de várias cores e destinado aos festejos do Entrudo, pedido que não foi atendido²⁷.

Em alguns casos (5) envia mesmo a minuta do que aconteceu em cada uma das conferências, noutros descreve em carta (7) o que de mais importante se decidiu. Num e noutro caso, o seu testemunho permite acompanhar a atividade censória, ver as questões que levantavam mais celeuma e as que, à cabeça, eram motivo para não dar o indispensável “pode correr” as publicações. Entre elas, as obras e sermões conotados com o sigilismo, por ter sido uma corrente encarada por Pombal como congregando o alto clero contra o seu governo e política centralizadora (Vaz, 2009b: 84). Era também atribuição da Mesa passar as licenças especiais a determinadas pessoas, para poderem ler as obras consideradas proibidas²⁸.

No testemunho de Alexandre Manuel sobressai também as dificuldades de compreender onde começavam e terminavam as competências da Mesa como, por exemplo, numa questão levantada pelos cegos de Lisboa para que se não permitisse, aos vendedores ambulantes venderem livros e papéis, tendo chegado mesmo o Conservador dos cegos a solicitar ao Ministro do Reino a prisão de um vendedor. O caso resultava do facto de os cegos terem o exclusivo da venda ambulante de livros, importante para a sua sobrevivência. O vendedor, que foi efetivamente preso, recorreu para a Mesa e o seu requerimento levantou

²⁶ Assim, em carta de comunica que através de um aviso Real, o Marques de Pombal participava à Mesa a “Licença de oito meses, que Sua Majestade concedeu a João António de La Bella Professor de Fisica Experimental no Colégio dos Nobres para poder ir á Itália sua pátria”. Carta de 23 de Janeiro de 1772.

²⁷ Carta de 30 de Janeiro de 1772, BPE, CXXVIII 1-10, fl. 133-134.

²⁸ O P. António Pereira de Figueiredo numa conferência defendeu que uma vez ser jurisdição da Mesa passar as licenças, “se registassem as petições das pessoas, ou Comunidades que pedissem licença para terem ou lerem livros proibidos”. A proposta seria considerada desnecessária, uma vez que os pedidos estavam registados e a eles era anexo o despacho. BPE, Cod. CXXVIII 1-10, fl. 12, Conferência de 23 de Janeiro de 1772.

dúvidas se tal competência cabia ou não à Mesa, ou era competência direta de Sua Majestade. Depois de muito debate, acabou por se remeter a questão para o ministro decidir da liberdade ou não do vendedor de livros e esperar que o presidente da Mesa decidisse o que fazer com as petições²⁹.

O segundo período das cartas de Alexandre Manuel, refere-se aos primeiros meses do governo mariano, quando a mudança de política originou na Mesa a tradicional mudança das cadeiras e lugares. Ontem, como hoje, quando o poder muda, mudam os acólitos. Por isso, logo a partir de finais de Abril, e coincidindo para o secretário com um período de doença, começam a surgir as intrigas e acusações diversas ao trabalho do secretário da Repartição dos Estudos. São os professores de Retórica de Beja que se queixam de que o secretário levava indevidamente uma propina de 1.080 réis pelas apostilas e, depois, um oficial da secretaria que, como Alexandre Ferreira, refere estava desejoso de ocupar o seu lugar, torna público que o secretário levava indevidamente 480 réis pelas certidões de estudantes³⁰.

Mas depois vieram as acusações mais graves de desvio de livros. Em 10 de Maio, um tal Manuel António, chamado o Filho da Velha, apresentou na Mesa uma petição contra o secretário, pelo facto de que *metiera nas Licenças 16 originais os quais todos lá lhe ficaram, uns em poder de Vossa Excelência e outros que eu vendi*³¹. Mas a acusação mais grave partiu do livreiro Roland, que enviou requerimento à Mesa para que o secretário lhe pagasse os livros constantes de um rol, livros que enviara a Mesa, naturalmente, para obterem a licença e que não lhe tinham sido devolvidos³².

A acusação de Rolland envolve também o Bispo de Beja, porque no rol que Alexandre envia ao seu patrono alguns estão anotados como estando com Cenáculo. O livreiro Roland foi também uma das testemunhas que viriam a incriminar o secretário e levá-lo à perda do lugar, prisão, condenação de degredo para fora de Lisboa. De acordo com esse rol, o desvio de obras foi avaliado em 103.200 réis, comprometendo-se o bispo de Beja a pagar o *Bocacce*, editado em Londres e com figuras³³, avaliado em 19.200 réis e, portanto, o resto caberia ao secretário. Uma análise quantitativa e qualitativa deste rol permite comprovar dados

²⁹ “[...] tornaram todos a falar e se mandou finalmente que informasse o Ministro: param em meu poder as Petições, esperando a vontade, e resolução de Vossa Excelência nesta matéria”. BPE, Cod. CXXVIII 1-10, fl. 26. Carta de 30 de Janeiro de 1772.

³⁰ Carta de 4 de Maio de 1777, BPE, Cod. CXXVIII 1-10, fl. 16.

³¹ Carta de 7 de Maio de 1777, BPE, Cód. CXXVIII 1-10, fl. 18-19.

³² “Porque Roland diz que meteu tais Livros, e se lhe não entregaram Logo eu devo paga-los”. Carta de 28 de Maio de 1777, BPE, Cód. CXXVIII 1-10, fl. 26 -28.

³³ Pensamos tratar-se de uma obra de Boccaccio, provavelmente o *Decameron* em versão manuscrita; mas pelos dados apresentados é difícil identificar o autor e a obra, que pelo preço é das mais caras do conjunto, certamente por causa das figuras.

importantes para a História do Livro, nomeadamente, no que se refere aos preços de venda das obras estrangeiras e sua circulação.

QUADRO 2 – Rol de Livros apresentado por Rolland

Jogos	Autor/ Obra	Vols. Obra	Vols. Total	Formato	Preço por título	Preço Total (em réis)
4	Diogenes Moderne	2	8	8	800	3.200
1	Contes de La Fontaine	2	2	8	12.000	12.000
1	Bocacce, Fig. Londres (m)	5	5	8	19.000	19.000
2	Philosophie de La Nature	4	8	12	1.440	2.880
6	Belisaire de Marmontel	1	12	12	600	3.600
6	Letres Persanes	2	12	12	720	4.320
4	Questions sur Le Enciclopedie	9	36	8	7.200	28.800
3	Antiquite de voile	3	9	12	1.800	5.400
6	Histoire Philosophique des Andes	6	12	4	4.000	24.000
Totais		34	104		47.560	103.200

(Fonte: BPE, Cód. CXXVIII 1-10, fl. 26- 28)

O rol merece uma análise qualitativa. Em primeiro lugar, anote-se que algumas das obras estão repetidas, o que pressupõe que eram muito procuradas. A nossa pesquisa permitiu identificar a grande maioria das obras. Assim, o *Diogenes Moderne* é uma obra escrita pelo jesuíta Jean-Louis Castilhon que, em dois volumes e usando um estilo epistolar, refuta as ideias de Jean-Jacques Rousseau e de Voltaire³⁴. O *Belisario* é o romance *Belisaire*, da autoria de Jean François Marmontel (Paris, 1767); o autor, utilizando a figura de Belisário, general do tempo do imperador Justiniano, faz uma crítica à atuação de Luís XV³⁵. O artifício literário era muito utilizado em França, na época pré-revolucionária, como refere Robert Darnton, que também nos indica a lista de obras proibidas com maior circulação (Darnton, 2000). Entre elas, dois *bestsellers*, que constam neste rol de Alexandre Manuel; as *Lettres Persanes*, um romance epistolar de Montesquieu (Amesterdão, 1721) e as *Question sur l' Encyclopédie* de Voltaire. Outra obra que consta no rol e que foi também muito procurada na segunda metade de setecentos é a *De la Philosophie de la Nature* (Amsterdão, 1770), de Jean Sales, um livro

³⁴ Jean-Louis Castilhon: *Le Diogène moderne, ou le Désapprobateur*, A Bouillon, 1770. Consultámos o 1º volume (395 p.); 30 cartas. Disponível em: http://books.google.pt/books?id=sE46C3SPfhYC&hl=pt-PT&source=gbs_navlinks_s

³⁵Foi obra proibida em França antes da Revolução.
Disponível em : http://books.google.pt/books?id=bbkFAAAQAAJ&pg=PP11&hl=pt-PT&source=gbs_selected_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false

que resume a filosofia do direito natural e também um sucesso, em 1789 ia já na sua 5ª edição³⁶.

O rol vem assim comprovar que a circulação de livros proibidos e a sua leitura eram uma realidade, e que as nossas elites tinham acesso às novidades literárias em voga no estrangeiro com relativa facilidade.

Devemos também tomar em consideração a informação que Alexandre Ferreira dá de que Rolland estava a exagerar o preço de cada obra, porque aos preços praticados no mercado o rol devia ser avaliado apenas em 89.800 réis. De qualquer modo, uma biblioteca de nove obras estrangeiras, 34 volumes, acabava por não estar ao alcance de qualquer bolsa, sobretudo se as obras tivessem figuras, como os contos de La Fontaine, que na carta diz serem estampados, perguntando se porventura o Bispo os tem com ele³⁷.

A questão remete para a organização da Mesa e a sua atividade de censura de obras que ali davam entrada, de apreensões feitas na alfândega e também da venda de livros, muitas vezes dobrados, que eram comprados por livreiros ou mesmo papeleiros. Pelo que se depreende da correspondência, a Mesa vendia muitos livros, sobretudo os dobrados, e não havia uma contabilidade rigorosa dos livros saídos, mesmo daqueles que alguns levavam da Mesa, como o próprio Bispo Cenáculo fazia. Anote-se na seguinte passagem:

Acrescentou o Arcebispo que o dito Padre Tomás lhe dissera que Vossa Excelência continuamente levava Livros, e que quando se fora mandara alguns Exemplares deles; respondi eu não foram alguns Exemplares foram três carros; e alguns mariolas carregados. Tornou o Arcebispo: Mas perguntei ao Padre Tomás se havia Rol dos que foram, ou dos que vieram, e disse-me que não; e sempre foi mau saírem Livros sem ficar disso Lembrança para que quando voltassem, se voltassem ver se faltavam alguns. Respondi: Não adivinhava o Senhor Bispo de Beja que se havia de fazer dele o baixo conceito de que ficaria indevidamente com uma coisa. Engoliu em seco: disse-me Também há notícia de que se tem vendido alguns: Isso é certo lhe respondi: E o dinheiro? me perguntou! Entregá-lo-ei; tornei a dizer. Dos Livros dobrados vendi muitos utilizei-me do dinheiro agora pagá-los-ei. Continuou sempre foi mau não ficarem estas coisas assentadas. Respondi: Muitas coisas vejo eu ainda sem Assento³⁸.

Portanto, até o próprio Secretário confirma o desleixo relativamente à saída de livros e sua entrega e, inclusive, como ele próprio vendeu muitos livros. Mesmo assim, as acusações contra o secretário acalmariam alguns meses até final de Setembro, continuando ele no exercício do cargo. Mas em Outubro foi acusado, preso a 2 desse mês, libertado por volta de

³⁶ Disponível em : http://books.google.pt/books?id=egDYAUWdBjkC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Não conseguimos identificar as Duas obras mencionadas no fim do rol: *Antiquite de voile* e *Histoire Philosophique des Andes*.

³⁷ Carta de 28 de Maio de 1777, BPE, Cod. CXXVIII 1-10, fl. 26-28.

³⁸ Carta de 10 de Junho de 1777, BPE, Cod. CXXVIII 1-10, fl.29.

27; tentou fugir a 3 de Novembro, mas viria a ser capturado em Mértola e recambiado de novo para a cadeia, donde sairia para ir cumprir a pena a 30 léguas de Lisboa, escolhendo a vila do Rabaçal, onde chegou a 19 de Novembro³⁹.

A descrição que deixa nas cartas a Cenáculo sobre o processo que lhe foi movido, demonstra desvios maiores de livros. Em causa estão os fundos provenientes das livrarias dos jesuítas, em grande parte transferidos para a Mesa Censória, e que viriam a ser o núcleo principal para criar a biblioteca da Mesa, delineada por Cenáculo e que depois transitaram para a Real Biblioteca Pública em 1797. Relativamente a esses livros dos jesuítas a ideia que Alexandre Manuel transmite é a de que, pouco valiam e que, de facto, não eram assim tantos como o vulgo dizia ou pensava, nem tinham obras de especial valor como escreveu em carta datada de 3 de Novembro 1777 (cf. Anexo). Nesta mesma carta, dá conta de que outros livros eram objecto de trato mais intenso, dada a natural curiosidade que despertavam no público letrado da capital. Referimo-nos aos livros proibidos, que a Mesa apreendia nas alfândegas e depois eram vendidos como ele diz aos interessados

E tornando a falar sobre Livros proibidos, e sobre Livros vendidos; respondi = Não duvido que se tenham vendido Livros proibidos da Mesa, e outros que eu não saiba; pois é certo, e indubitável que haverá três anos um homem que tem loja de papeis, e de livros na Casa do Rubi ao Arsenal disse ao Padre Bernardo de Couto que é Capelão em Santo António, que um oficial da Mesa Censória lhe fora vender um saco de Livros, e que mandando (ele José) examinar, e ver que Livros eram achou que todos eram Livros proibidos, por cujo motivo lhos entregava outra vez: e que eu era testemunha de vista de ver na mesma loja alguns Livros que certamente tinham sido extraídos da Secretaria da Mesa; e eu mesmo dissera ao tal José que dissesse a quem lhos tinha vendido, que vendo-os eu dissera que eram furtados da Mesa e que assim bom era examinar isto porque não era justo se me imputasse o que outro tinha feito (cf. Anexo Carta de 3 de Novembro de 1777).

O degredo de Alexandre Manuel na vila do Rabaçal foi de seis meses e corresponde ao início da terceira fase desta correspondência com o Bispo de Beja. São cartas repletas da “pequena história”, que já referimos, com uma descrição acentuada das suas dificuldades financeiras, esperando e conseguindo sempre algum donativo monetário de Cenáculo, falando das suas doenças que, naturalmente, a idade ia acentuando. Já quando estava em Lisboa dava conta de ter problemas de bexiga, ao ponto de ter de recorrer ao cirurgião com frequência. No Rabaçal, esse e outros problemas agravaram-se. Por isso, estas cartas também nos permitem ver como as pessoas viviam as enfermidades, como se sentiam desamparados e sós e como finalmente, viviam a dor, e como a medicina muitas vezes agravava os males (Cf. Carta de 19 de Dezembro 1777, em anexo).

³⁹ Carta de 19 de Novembro de 1777, BPE, Cód. CXXVIII 1-10, fl.75.

As cartas que depois escreveu da sua quinta da Ameixoeira, próxima de Lisboa, continuam neste estilo familiar e doméstico. As muitas dívidas que contraíra e o pagamento das sanções aplicadas trazem os efeitos esperados, os credores pedem o arresto de todos os seus bens⁴⁰, e por isso, os pedidos de apoio multiplicam-se. Uma leitura atenta das cartas permite levantar a suspeita de uma certa chantagem por parte de Alexandre Manuel. De facto, numa delas diz remeter um rol: “eu não remeto a Vossa Excelência este Rol, e esta Carta, como quem pede uma dívida; mas sim como quem suplica uma esmola”⁴¹. Passados alguns meses, o donativo de Cenáculo chegou: “Quinta-feira 17 do presente Mês recebi vinte moedas de oiro do Reverendíssimo Senhor Definidor Geral, pelas quais beijo a Vossa Excelência os pés em demonstração do meu agradecimento”⁴². Este não seria o último pois outros se seguiram, dado que além dos bens móveis, Alexandre Manuel foi ameaçado de penhora da quinta, o que viria a ser comutado para pagamento de uma quantia correspondente a seis meses de rendimento⁴³.

Todas estas dificuldades, acrescidas de uma descrição de factos curiosos e mexericos a que as populações se entregavam, dão a estes documentos um valor histórico acrescido. Com efeito, além das dívidas e da inclemência dos sequestradores, que até as portas da quinta levaram, são noticiadas superstições a que a população se entregava⁴⁴.

3. NOTAS FINAIS

A análise feita a estes dois correspondentes de Frei Manuel do Cenáculo constitui um exemplo das potencialidades históricas deste tipo de fontes. Tem-se referido a importância da falta de estudos neste domínio (Monteiro, 2000: 9-22). Faltam também estudos transdisciplinares, onde se conjuguem os contributos de diversos domínios científicos, nomeadamente, os da Literatura, da História, da Pedagogia e da Ciência da Informação. Temos sublinhado a importância da correspondência e dos correios como meio de informação

⁴⁰ “No sequestro que se me fez até a roupa que estava para ir á Lavadeira Levaram; nem hum única Cadeira deixaram a minha mulher. Hum único Colchão que havia da sua cama, esse Levaram, deixando-lhe só o xergão de Palha: daqui se pode conhecer o que estes senhores usaram; deixaram porem tudo o que era roupa, e fato de mulher”. Carta de 23 de Março de 1778, BPE, Cód. CXXVIII 1-10, nº 98 e 99.

⁴¹ Carta de 23 de Março de 1778, Cód. CXXVIII 1-10, fl. 82 e 83.

⁴² Carta de 22 de Setembro de 1778, BPE, Cód. CXXVIII 1-10, fl. 86 - 87.

⁴³ “Rogo a Vossa Excelência pela sua vida e saúde, e pela vida, e saúde da Senhora Dona Antónia minha senhora, e pela sagrada morte e paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo me queira fazer a mercê, e esmola de me mandar as ditas vinte moedas com a maior brevidade que lhe for possível; pois tenho ordem de dar os ditos 91\$160: até quinze de Fevereiro com pena de penhor”. Carta 24 de Janeiro de 1780, BPE, Cód. CXXVIII 1-10, fl. 98- 99.

⁴⁴ Por exemplo, numa das cartas descreve pormenorizadamente como um monge se entregava a enganar a população dizendo que a irmã estava possuída pelo demónio, com quem ele fingia dialogar diante dos incrédulos. Cf. Carta de 26 de Julho de 1779, BPE, Cód. CXXVIII 1-10, fl. 90.

e comunicação nas sociedades pré-industriais, onde as notícias e a informação se inscreviam num quadro espacial e temporal bem diferente do nosso. Neste quadro, os correios e as cartas eram sem dúvida um dos mais importantes meios para as pessoas assegurarem a comunicação.

Com a leitura que fizemos neste trabalho reforçam-se essas ideias: por um lado, o facto de a informação ter nas sociedades de início da época contemporânea uma importância na vida dos homens que muitas vezes a historiografia tem subestimado e, por outro, a necessidade de fazer os referidos estudos de cariz transdisciplinar para uma melhor compreensão das fontes.

Para o conhecimento histórico, anotámos que, com os testemunhos de personagens secundárias, caracterizadas por um discurso subjectivo e próprio da micro história, será sempre mais fácil compreender os contextos em que os “grandes acontecimentos” surgiram, como foram vividos pelos contemporâneos e qual o papel que os homens neles desempenharam. Por outro lado, numa época que ainda não conhecia a fotografia, o realismo que muitas vezes é colocado nas descrições cumpre o papel da imagem e traz-nos o testemunho de atitudes, comportamentos e ideias que normalmente estão ausentes das fontes oficiais e dos livros. Neste sentido, as cartas tornam-se fonte importante para o estudo da vida quotidiana, dos ambientes domésticos e das dificuldades existenciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

Biblioteca Pública de Évora, Cod. CXXVIII / 1-1, *Correspondência de Joaquim José da Costa Sá a D. Frei Manuel do Cenáculo*, fl. 117.

Biblioteca Pública de Évora, Cod. CXXVIII / 1-10, *Correspondência de Alexandre Ferreira Faria Manoel a D. Frei Manuel do Cenáculo*, fl. 121.

Outras Obras

BURKE, Peter (1990): *Sociologia e História*, Lisboa: Afrontamento.

CASTILHON, Jean-Louis (1770): *Le Diogène moderne, ou le Désapprobateur*, A Bouillon, 1º vol., 395p. 30 cartas. Disponível em: http://books.google.pt/books?id=sE46C3SPfhYC&hl=pt-PT&source=gbs_navlinks_s [Consultado em 20-9-2013].

CENÁCULO, Manuel do (1791): *Cuidados Literários*. Lisboa: Oficina de Simão Thadeo Ferreira.

- CHARTIER, Roger (1991): "Des "secrétaires" pour le peuple ? Les modèles épistolaires de l'Ancien Régime entre littérature de cour et livre de colportage". In : Roger Chartier dir., *La Correspondance. Les usages de la lettre au XIXe. Siècle*, Paris.
- CHARTIER, Roger (1999): "Livres, Lecteurs, lectures". In: *Le Monde des Lumières*. Paris: Aubier, 284-315.
- CURTO, Diogo Ramada et alii (2007): *As gentes do Livro. Lisboa, século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- DARNTON, Robert (2000): "An Early information Society. News and media in eighteenth-century Paris". *The American Historical Review*, nº 105. Disponível em: http://www.historians.org/info/aha_history/rdarnton.htm [consultado em 19-9-13].
- ESPANCA, Túlio (1981-1982): "Subsídios para a História da Biblioteca Pública de Évora". *Revista a cidade de Évora*, nº 63-64, 193-267.
- FARIA, Manuel Severim de Faria (2003[1655]): *Notícias de Portugal*. Introdução e notas de Francisco Vaz. Lisboa: Colibri.
- GONÇALVES, Maria Filomena Gonçalves (2007): "Recreação filológico-linguística com a geração de Cenáculo". *Revista de Letras, Série II*, Dezembro, CEL/UTAD, 37-51.
- GUSMÃO, Armando Nobre de e António Leandro Sequeira ALVES (1956): *Catálogo da Correspondência dirigida a D. Fr. Manuel do Cenáculo*, vol. 6. Évora.
- GUSMÃO, Armando Nobre de (1944-1948): *Catálogo da Correspondência dirigida a D. Fr. Manuel do Cenáculo*, 5 vols. Évora.
- MARCADÉ, Jacques (1978): *Dom Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas. Évêque de Beja, Archevêque d' Evora (1770-1814)*: Paris: Centro Cultural Português – Fundação Calouste Gulbenkian.
- MARMONTEL, Jean François (1767): *Belisaire*, Amsterdam : Chez Merlin.
- Disponível em: http://books.google.pt/books?id=bbkFAAAQAAJ&hl=pt-PT&source=gbs_navlinks_s [Consultado em 20-9-2013].
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo ed. (2000): *Meu Pai e meu Senhor muito do meu coração. Correspondência do conde de Assumar para seu pai, o marquês de Alorna*, Lisboa: Quetzal Editores.
- PEREIRA, José Esteves Pereiran (1989): *O pensamento político em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SALES, Jean (1770): *De la philosophie de la nature: ou, Traité de morale pour l'espece humaine, tiré de la philosophie et fondé sur la nature*. Amsterdam.
- Disponível em: <https://play.google.com/store/books/details?id=hosHAAAAQAAJ&rdid=book-hosHAAAAQAAJ&rdot=1>
- SILVA, Francisco Inocêncio da (1858-1923): *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VAZ, Francisco (2002): *Instrução e Economia. As ideias económicas no discurso da Ilustração Portuguesa*. Lisboa: Colibri.
- VAZ, Francisco (2006): "A ideia de Biblioteca Pública em Portugal nos séculos XVIII e XIX". Coordenação de Avelino de Freitas Menses e João Paulo Oliveira Costa coord., *O Reino, as Ilhas e o Mar Oceano – Estudos de Homenagem a Artur Teodoro de Matos*, vol.

- I. Lisboa/Ponta Delgada: Universidade dos Açores/Centro de História de Além-Mar/Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 169-184.
- VAZ, Francisco, coord. (2009a): *D. Manuel do Cenáculo: Instruções Pastorais, Projectos de Bibliotecas e Diário*. Porto: Porto Editora.
- VAZ, Francisco coord. (2009b): *Os Livros e as Bibliotecas no Espólio de D. Frei Manuel Do Cenáculo*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.
- VAZ, Francisco e José António CALIXTO coord. (2006): *D. Frei Manuel do Cenáculo Construtor de Bibliotecas*. Vale de Cambra: Caleidoscópio.

APÊNDICE DOCUMENTAL

Doc. 1. Carta de Joaquim José da Costa e Sá a Frei Manuel do Cenáculo (19 de Fevereiro de 1781)

Excellentissimo e Reverendissimo Senhor

Muito meu Senhor, e muito do meu maior respeito, e obrigação. Recebi com summo gosto as ternissimas Letras de Vossa Excellencia Reverendissima em data de 10 do Corrente, e a ellas correspondo com a devida gratidão, propria das boas lições, que Vossa Excellencia Reverendissima me deo, e me dá ainda; com o que muito me honro. Sinto à molestia do Reverendissimo Senhor Definidor Geral; e espero recupere os allivios, que todos desejamos. Eu, meu Senhor, vou soffrendo o rigor do frio, e do tempo; e a tudo me devo attemperar. Trabalho não falta. Os premios esperão-se. Emquanto ás cousas do Doutor São paio nada digo. Tem seu genio; e he de constituição algumas vezes incombinavel. O Duque⁴⁵ me mandou traduzir a Economia Civil de Genovezi e que bem sabía quanto era desagradavel o trabalhar; e isto quando se vivia magoadado, e descontente. Serve-se, porque tambem vive descontente. Quem diria que entrando o Duque no quarto d'El Rey, ouviria esta grande Personagem aos Fidalgos, que se encostão ás paredes as chufas seguintes: = Eu estive em Vienna. Outro: = Estive em Constantinopla. Aquell' outro: = Eu entrei no Cerralho; etc. etc. etc. Que o Conde da Ponte lhe fizesse tal pergunta diante do seu amo; que se vio obrigado a responder-lhe: Se hum Grande fizesse esta pergunta diante d'el Rey de França seria condenado não digo < só > a não vir á Cortes; mas nem ainda a passear na Cidade. Viverá contente o Duque sabendo que el Rey dissera que a Academia estava no Noviciado, mas que não havia de professar? O duque porém com o pretexto do Museu do Principe Nosso Senhor vai tomando medidas. No seu Quarto, como me disse o Padre Pereira, falla-se a todo o panno contra tudo o que vemos, e sentimos. Frei Mathias he o primeiro pelo seu genio livre; etc. etc. Parece que nestes ensaios se verificação aquellas palavras, que a Rainha Mãi, que Deos haja, disse á nossa Soberana: Olha, Maria, o mesmo que tu fazes a teu Pai; te há de fazer teu Filho. He certo que aquella Senhora acabou desgostosa sobre modo, e que não se agradava muito dos procedimentos da Filha. Pereira teve seus Itens com Angeja de maneira que se mandou para a Praça dos soldados de Alcantara. Sabbado prendêrão Francisco da Costa, filho de

⁴⁵ Trata-se do Duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança, fundador da Academia das Ciências de Lisboa.

Antonio da Costa, Official da Meza da Consciencia e Ordens por huma Apologia, que fez ao Marquez da Lorna, tão insolente, e insultante em seus principios, além de mil citações falsas, que quasi segundo os mesmos principios a Fidalguia póde pôr, e tirar do Throno os nossos Principes, e como assim não era graça a restituição das Casas extintas pela Conjuração. Esta Apologia foi vista no Desembargo do paço; e a elle levárão-lhe todos os seus papeis. A tanto chega o frenesi de espiritos convulsos! Que direi do sucesso do Demetrio? O Padre Pereira foi o Censor; e não só riscou aquella execranda passagem; mas outras tambem; o que não obstante imprimirão. Este he o maior desafforo; o Filho da velha, o célebre Manoel Antonio, está de segredo, onde se fez louco, etc. emfim paga o que deve. O Barnabé, a não ser favorecido dos Angejas, tinha divertimento. Mas a desgraça he haverem Fidalgos, que dizem nos Livreiros, que não tem dúvida de jurarem, e de asseverarem por escrito o dito da pagina 54. Sirva-se Vossa Excellencia Reverendissima destas especies, e das que pertencem ao Principe, sem transpirar. Ainda fazendo hum grande Museo, dirigido pelo Duque; que não póde soffrer a separação de Vossa Excellencia Reverendissima. O Abbade Correa he util. Remetterei a minha Introdução, etc. etc. Digne-se Vossa Excellencia Reverendissima cubrir-me com a sua sagrada Benção, e a meus Irmãos, pois todos desejamos obedecer, como devemos, a Vossa Excellencia Reverendissima a quem Deos guarde muitos annos. Lisboa 19 de Fevereiro de 1781.

Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Bispo de Béja.

De Vossa Excellencia Reverendissima

Subdito muito reverente, e Servo muito fiel, e obrigado,

P. S.

Agora recebo huma Carta de Vossa Excellencia Reverendissima em a data de 16; a que responderei o que não faço pela pressa; e receio⁴⁶

Joaquim José da Costa e Sá

⁴⁶ Reticências presentes no original.

Doc. 2. Carta de Joaquim José da Costa e Sá a Frei Manuel do Cenáculo
(25 de Maio de 1797)

Excellentissimo e Reverendissimo Senhor.

Muito meu Senhor, e muito do meu maior respeito, e obrigação. Seja Vossa Excellencia Reverendissima sempre assistido por Deos nosso Senhor de vigorosa saude, e de mil bens, em que tambem a nossa saude, e bens tem seu firme apoio. Estou bom, o Senhor louvado, mas aquecido do Sol, e de andadas, mas prompto para obedecer. Aqui ficarão todos hiantibus oribus; quando virão os preciosissimos thesouros vindos de Béja; tudo para os circusntantes foi de summo assombro. O mesmo Antonio Ribeiro o vi eu aturdido já com o Monetario, já com os Livros, e sobre tudo as riquissimas e singulares Biblias: que direi do Novo Testamento impresso por Bascreville? O mimo para o dito Senhor foi singularissimo: o grande Painei, as caras dos velhos, e as aptitudes, e colorido das mais Figuras, bellissima cousa! A incomparavel amfora; etc. Como se dispuzesse tudo, e arranjasse partio logo o Senhor Antonio Ribeiro para casa do Marquez Mordomo Mór; que não achou em casa, porque tinha hido para Queluz ao despacho, e para o Conselho d'Estado, que houve; pois na Terça feira não houve despacho, porque Sua Alteza deo duas caneladas a bordo do Galiota; e he de notar, que Sua Alteza mandou despedir na Terça feira os Ministros d'Estado por João Luiz; hoje mesmo veio o Senhor Antonio Ribeiro trazer a inclusa, e daqui foi para o Senhor Marquez M. M., pois tinha ordem que logo que chegassem as Raridades com o Monetario desse parte para Sua Alteza vir ver: os officios estão resolutos por Sua Alteza, mas o Marquez ou por negligencia, ou pelos affazeres, que trazem as cabeças de todos os Ministros pelos ares, não expedio os despachos uteis e de honra para Vossa Excellencia Reverendissima, e o Ministro d'Estado o Senhor D. Rodrigo⁴⁷ me pediu lhe contasse tudo, para elle entrar com Sua Alteza em cousas respectivas a Vossa Excellencia Reverendissima, a quem me disse diante de Muller, que era devedor de mimos e finezas desde pequenino; e se elle era Ministro d'Estado o devia a Vossa Excellencia Reverendissima, sim Senhor Muller, porque sempre me mettia aos olhos do Principe que Deos haja; etc e como este Senhor me ordenou que fosse a sua Casa, passado que fosse o Baptizado, então elle me dirá, e eu direi: Tem determinado hir com o Senhor Marquez de Pombal, Morgado de Oliveira, e comigo á Bibliotheca pública para < a > ver, e juntamente para conhecer o que Vossa Excellencia Reverendissima mandou. O Senhor Luiz Pinto vem de proposito huma tarde destas para ver d'espago os Mappas de Portugal que

⁴⁷ D. Rodrigo de Sousa Coutinho?

Vossa Excellencia Reverendissima mandou. Tornando ao Senhor Ribeiro < disse > que elle hia determinado a fazer as maiores instancias, para que o Marquez Mordomo Mór aviasse os despachos necessarios: A Inglaterra, e a Hespanha nos tem servido bem com as suas velhacadas: terça feira foi expedido hum Correio a Vienna de Austria a D. Lourenço de Lima, dizem que para presidir ao Congresso que se ha de celebrar em Berne: sempre o Gabinete de Hespanha tinha em vista em unir Portugal á sua Coroa, e repartir entre si e a França a nossa America: os Inglezes com as pertensões sobre as nossas Conquistas de Africa: enfim, segundo o que dizem, temos estado em balança como os Polacos, já que não aproveitarão as conjuncturas: tem se dormido, brincado, e comido; etc. Sua Alteza Real deo os pontos aos Conselheiros d'Estado, para o estudarem, e depois responderem: O Senhor Marquez não tinha ainda prompto o que deseja mandar a Vossa Excellencia Reverendissima cuja Sagrada benção peço: Deos guarde a Vossa Excellencia Reverendissima muitos annos Lisboa 25 de Maio de 1797.

De Vossa Excellencia Reverendissima
Excellentissimo e Reverendissimo Senhor
Subdito, e Servo muito fiel, e obrigado

Joaquim José da Costa e Sá.

(BPE, CXXVIII 1-1, nº 92)

Doc. 3. Carta de Alexandre Ferreira de Faria Manuel a D. Frei Manuel do Cenáculo
(03 de Novembro de 1777)

Excelentissimo e Reverendissimo Senhor

Meu Senhor: Estimo muito que Vossa Excelencia continue em passar Livre de toda a molestia. Não me tem sido possivel até agora dar a Vossa Excelencia huma noticia individual das minhas infelicidades, nem ainda agora o faço com a exactidão que a materia pedia; mas na consideração de que tenho hum portador seguro informarei a Vossa Excelencia de algumas circumstancias bem notaveis.

Fui prezo em Mertola com o motivo de não ter Passaporte. No Correio antecedente á minha chegada a Mertola tinha o juiz de Fóra tido cartas de Lixboa em que se lhe dava por novidade que Eu estava prezo no Segredo, e os meus Bems confiscados, esta noticia, e o aparecer eu ali fez que o dito Juiz de Fóra fizesse as maiores diligencias para me prender supondo que da minha prisão lhe resultaria hum grande Despacho. Fui remetido ao Limoeiro com grandes recomendações do dito Juiz de Fóra; e se heide dizer a Verdade em Mertola achei todas as acções de honra em o governador, que ainda depois de eu estar prezo me foi vizitar a Cadêa, e foi cauza de Juiz de Fora me tirar da Enxovia a onde me tinha mandado pôr.

Chegando ao Limoeiro fui metido em Segredo á ordem do Infante e tenho chegado em huma Quinta feira, na Sexta seguinte pela manhã o dito Infante mandou se me abrisse Assento a Ordem de Meza; e de tarde foi o Juiz do Crime do Limoeiro fazerme perguntas, que duraram desde as trez horas e meia da tarde até depois da meia noite.

Perguntou-se-me a onde me prenderam, e porque; respondi que em Mertola, e por não Levar Passaporte. Que hia eu fazer a Mertola? Que me auzentava por ser voz geral em Lixboa que me queriam prender, e que nisto havia o maior empenho, segundo se dizia. Porque se me queriam prender? Respondi que achandosse presos trez homens, e sendo voz geral que era por me Comprarem Livros da Meza, este era o motivo que davam tambem para a minha prisão. E vossa merce vendeo com efeito algum Livros da Meza? perguntou-me o Juiz do Crime: alguns? (respondi eu) muitos, não só centos mas mais de mil. A quem? Replicou o Ministro; a esses trez que estam presos, respondi e a ninguem mais? Disse elle: respondi; mais tal, ou qual Livro; mas isso he couza insignificante.

Que fizéra ao dinheiro, pois constava da Devassa que eu tinha vendido mais de trinta mil cruzados de Livros. Respondi que quem tal dissera, ou jurára; mentira, ou por malevolencia, ou por ignorancia, pois era evidente, e ocularmente certo que todas as Livrarias dos Jezuitas Portuguezes que vieram para a Meza não valiam trinta mil cruzados, e que nenhum Mercador

de Livros daria por ellas todas vinte mil cruzados; que para prova disto alegava eu com a Livraria de Coimbra que sendo ella a mais numeroza, e notavel dos Jezuitas Portuguezes, e sendo ella toda examinada pelos [Depu]tados Frei Joaquim e Xavier elles não acháram em toda ella hum único Livro de Historia Portugueza, nem de Poezia Portugueza, nem hum Prozodia, nem Livro algum de Theologia, ou Belas Letras moderno; mas somente Livros antigos de Theologia, de Direito etc. De sorte que elles pediram na Meza os não incumbissem de examinarem mais Livraria de Jezuitas. Disse o juiz do Crime que constava da Devassa ter Eu vendido hum Alonço Rodrigues, isto que he facto falço, o neguei com aquella energia que pedia o ver eu que se me imputava semelhante falcidade e o Ministro me respondeo; está feito a respeito deste Livro não se esforce vossa merce mais, pois eu conheci (em quem falou nisto) incoherencia, e que se perturbava como quem faltava á verdade.

Inquirio com que ordem vendia eu os Livros: Respondi, que eu não tivera nunca ordem expressa para a dita venda; mas que havendo na Meza hum Aviso para elles se venderem, e estando eu encarregado de os apartar etc. procedi á sua venda sempre com animo de os pagar á Meza; mas que passados tempos era constante que eu os vendia, pois eu sempre desde o principio o dissera a todos; respondeo-me o Ministro = não há duvida, isso todos dizem que vossa merce publicava que os Livros que vendia eram Livros da Meza =

Se sabia eu que Vossa Excelencia tivesse Levado Livros da Meza? respondi que sim, e muitos que eu mesmo os mandava a Vossa Excelencia e que tambem o Bibliotecario fazia o mesmo; porem que Vossa Excelencia quando fora para Béja os mandou restituir á Meza em trez Carradas e alguns Mariólas Carregados delles. Instou, se no Convento de Jesus, ou em Béja ainda haveria, ou teria Vossa Excelencia alguns Livros pertencentes a Jesuitas. Respondi que não sabia: replicou, = mas que presume vossa merce? = Respondi, se o Senhor Bispo de Béja tem Livros pertencentes á Meza ainda em seu poder, elle o ignora; pois elle me mandou dizer ha Mezes que se achasse alguns (quando puzesse a sua Livraria a direito) os remeteria; e que eu sabia que entre os Livros que Vossa Excelencia remeteo para a Meza foram alguns dos seus proprios, e que nunca foram dos Jesuitas.

E que Contas tem vossa merce com o Senhor Bispo de Béja? Perguntou o Ministro. Nenhumas, lhe respondi. Instou elle: Consta da Devassa, que vossa merce disséra que elle lhe era devedor de grande quantia, e he certo que vossa merce tem grandes contas com elle, pois só de Papel que vossa merce para elle comprou fiado foram mil cruzados. Respondi que era Certo que a Manoel Joze (o Bochecha) comprei mais de dois mil cruzados de Papel para Livros que Vossa Excelencia imprimio, mas que elle estava pago como constava de recibo que eu [ilegível] dizia o Contrario; e que estas foram as maiores contas que com Vossa Excelencia tive. E instando ainda mais o dito Ministro respondi que eu havia mais de quatorze annos tinha

a honra de conhecer a Vossa Excelencia e que em todo este tempo tinha tido contas com Vossa Excelencia mas que ao presente Vossa Excelencia não me deixa nada: foi se o Ministro.

Voltando para novas perguntas na Segunda feira seguinte me representou (o dito Juiz do Crime) que eu fazia mal em não falar a verdade pois todos conheciam que as minhas respostas eram afectadas, e que certa pessoa lhe tinha dito que eu me culpava só por desculpar a Vossa Excelencia, que tratasse eu de me defender a mim, que Vossa Excelencia não necessitava de defesa [sic]; pois ainda que eu imputasse a Vossa Excelencia o que não fosse, ao presente tinhamos huns Soberanos para quem o Estado Ecclesiastico era sumamente respeitavel, quanto mais hum Bispo. Eu respondi, que tinha dito a verdade e que eu não dizia outra coiza, pois nem a sabia, nem se o dissesse era verdade: Renovando as perguntas, instou que dissesse eu com quem tinha repartido do dinheiro? Respondi que não era eu tão rico que pudesse dar dinheiro a pessoa alguma. E tornando a falar sobre Livros prohibidos, e sobre Livros vendidos; respondi = Não duvido que se tenham vendido Livros prohibidos da Meza, e outros que eu não saiba; pois he certo, e indubitavel que haverá trez annos hum homem que tem Loge de papeis, e de Livros na Caza do Rubi ao Arsenal disse ao Padre Bernardo de Couto que he Cappelão em Santo Antonio, que hum official da Meza Censoria lhe fora vender hum sacco de Livros, e que mandando (elle Joze) examinar, e ver que Livros eram achou que todos eram Livros prohibidos, por cujo motivo lhos entregáva outra vez: e que eu era testemunha de vista de ver na mesma Loge alguns Livros que certamente tinham sido extrahidos da Secretária da Meza; e eu mesmo disséra ao tal Joze que dissesse a quem lhos tinha vendido, que vendo-os eu disséra que eram furtados da Meza e que assim bom era examinar isto porque não era justo se me imputasse o que outro tinha feito = Não obstante isto escreverse; não resultou nada, sendo certo que ou Joze Thomar, ou Caetano Porteiro, ou ambos sem hum saber do outro foram os que fizeram aquellas boas obras; porem Como qualquer destes, não obstante te-los eu servido não só emprestando-lhes dinheiro, mas ainda n'outras coizas, dizem mal de mim há certos tempos, de nada se fez cazo. Em fim eu fui sentenceado em dez de Outubro; e a treze ainda me fizeram perguntas.

Mandandome buscar os Papeis que eu tinha comigo no Segredo Levaram a carta que Vossa Excelencia tinha escrito ao Manoel Mayne, e o outro bilhete sobre os Livros de Roland: antes de eu sahir do Segredo < quazi > todos me annunciavam a ultima desgraça, depois huns dizem assim, outros assado: o Procurador geral de Santo Antonio dos Capuchos disse a Manoel Joze Esteves Pinheiro, que se compadecia do que me sucedera, pois lhe affirmára pessoa de verdade que tudo fora maquinação de inimigos etc. Digam o que disserem Excelentissimo Senhor o certo he que a inveja, e odio me perderam; e se não fora a bondade suma de El Rey, e da Raynha peor, e muito peor sería. O Beneficiado Fonseca publica que he

certo ter eu vendido trezentos e cincoenta mil cruzados de Livros. O Povia está hum fogo por eu dizer (e constar da Carta de Vossa Excelencia ao Mayne) que elle Levára muitos Livros da Meza, como que se isto não fosse huma pura verdade; e blasfema.

Os meus inimigos, descontentes de não me verem na sepultura, derám n'outra venáda, e dizem que eu digo mal de Vossa Excelencia ah meu rico Senhor! Athé donde chega a malicia; suppõem, e he certo, que Vossa Excelencia he o unico refugio que tenho no meu infelíz Estado, procuraram agora este diabolico meio para totalmente me dezacreditarem, e me arruinaem; mas eu dou graças a Deos por me afastar do defeito de ser ingrato; não meu Senhor antes me falte a vida, e eu me veja na maior desgraça, e minha triste mulher e inocente filho do que vir-me ao pensamento dizer huma palavra em que offenda a Vossa Excelencia. Eu só tenho recebido de Vossa Excelencia beneficios a montes, sempre os Confessei, e sempre os Confessarei: Deos dê o pago a quem me tem injustamente reduzido a tão triste figura.

Francisco Gregorio Ancora falou ao tio do Padre Pedro, e elle disse que não solicitasse a minha soltura porque eu era etc. Joze Gregorio Jrmão de Felis Joze dizia na Secretaria que eu certamente hia para Caconda, ou Angola.

Emfim Excelentissimo Senhor algum dia se Deos me der vida e Saude remeterei a Vossa Excelencia huma exacta relação dos meus trabalhos; e informação circunstanciada de minhas suppostas culpas.

A doze deste Mez parto desta Cidade ou para Condexa, ou para o Rabaçal; nunca deixarei de saber de Vossa Excelencia. Rogo a Vossa Excelencia pelo amor de Deos, e pelas chagas de Nosso Senhor Jezus Christo se não esqueça de mim, de minha desgraçada mulher e do seu Afilhado; pois he Vossa Excelencia o unico amparo que temos neste mundo.

Já mandei dizer a Vossa Excelencia que o Capitam Francisco Joze de Souza Mascarenhas parente de minha mulher e morador na Calçada da graça he a quem deixo recomendadas todas as minhas coizas, e a elle heide escrever, e em seu nome remetter as Cartas do Correio: Deos guarde a Vossa Excelencia muitos anos. Ameixoeira em trez de Novembro de 1777.

Excelentissimo e Reverendissimo Senhor
Beija a Sagrada mão de Vossa Excelencia
Seu mais humilde Criado

Allexandre Ferreira de Faria Manoel

(BPE, Cód. CXXVIII 1-10, nº 69 e 70)

Doc. 4. Carta de Alexandre Ferreira de Faria Manuel a D. Frei Manuel do Cenáculo

(19 de Dezembro de 1777)

Excelentissimo e Reverendissimo Senhor⁴⁸

Meu Senhor muito estimarei que Vossa Excelencia continue em paçar com todas as felicidades que lhe dezejo. Ahinda nam tem finalizados os meos trabalhos mans neste que agora me sucede me vejo muito mais conforme com a certeza de Deus por ser elle, emediatamente dado pella sua mam, deste mes⁴⁹ seriam coatro horas da madrugada me deu hum estupor que me deixou toda a parte esquerda leza ahinda mesmo a vista do olho esquerdo e fiquei sem fala alguma e ahinda que o me creado nam deu fé disto senam dipoes das des oras do dia cuidando que eu estava dormindo comtudo, xamado logo medico que veiu instantemente me deitaram huma grande quantidade de ventozas desde os hombros ate o calcanhar, o que fés o mesmo medico puzeram me telhás em braza nos pes e xegando o sirurgiam me sangraram nas espadoas altas as quais sargas eu nam senti menos o ultimo golpe da parte direita puzeramme Causticos nos braços e nas pernas e sangraramme o braço e pe direito e Coando era la pellas sete oras da noute eu me axava com a milhora de estar quasi tartamudo na quinta pella manham axando a vos mais dezembaraçada mans inposeibilitado para ingolir espera para a sesta feira e nesta manham me comfecei e [ilegivel] o viatico tendoçeme ungido no dia do ataque prezentemente tenho a fala tualmente boa os olhos ambos os abro suposto do esquerdo nam vejo e alem diço me acreçeo nam puder mexer todo o braço direito a minha vontade por cauza da sangria que me tem feito enxar e tres dedos da mão com pouca seçaçam é vezivel que isto prosedeo da sangria poes a sizura figou angular, tenho tomado alguns remedios da botica tanto de bebidas como de perolas, nem o tempo da molestia, nem os rigores da estaçam tem dado Lugar a outras milhoras.

Eu nam tenho mais que dizer a Vossa Excelencia ahinda que o podia dizer porque quem me escreve esta Carta e o Reverendissimo Padre Cura desta terra huma das pessoas mais benementes compasivas e honrradas com quem tenho tratado porem eu sei que nam e presizo alegar motivos para me ver Compaixam a Vossa Excelencia.

A ilustericima e excelentissima pessoa de Vossa Excelencia guarde Deos muitos anos para amparo de todos aquelles a quem a falta tam presioza vida fara perecer em prosticima mizeria.

⁴⁸ Carta redigida pelo pároco do Rabaçal.

⁴⁹ Nota à margem esquerda: a des.

Rabaçal 19 de Dezembro 1777.

De Vossa Excelencia humilde creado a fiel amigo.

Allexandre Ferreira de Faria Manoel

(BPE, Cód. CXXVIII 1-10, nº 77)

A *PROSÓDIA* MANUSCRITA DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA (BPE-CXIII-2-26): UM ELO PERDIDO NA TRADIÇÃO LEXICOGRÁFICA PORTUGUESA

JOÃO PAULO SILVESTRE

Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

A Biblioteca Pública de Évora conserva um precioso manuscrito que, só pelo título, mereceu o estatuto de “monumento” da língua portuguesa e da lexicografia jesuíta. No *Catalogo dos manuscritos*, Cunha Rivara descreve um “Exemplar para uma nova edição da *Prosódia* de Bento Pereira, que não se chegou a publicar”. A tradição constituiu-se reverencialmente a partir do comentário do bibliófilo: “É provável que este seja o exemplar revisto e correcto pelo Padre Pedro Caeiro, cujas primeiras folhas se chegaram a imprimir em Évora” (Rivara, 1870: II, 9).

Quando consultei o códice pela primeira vez, em 2008, preparava um roteiro de dicionários manuscritos de língua portuguesa¹. Nesse contexto, estava mais cativado pela forma do objecto, do que pelo seu conteúdo: a análise da configuração material dos manuscritos, indícios sobre a técnica lexicográfica e o processo de compilação, a diversidade de mãos enquanto testemunho da dimensão da equipa de trabalho e das fases de redacção e cópia, a regularidade do traço, o aproveitamento do papel, a observância do pautado e outras características que permitiam avaliar a habilidade escritural dos intervenientes.

A descrição da folha de rosto era congruente com a hipótese de Rivara:

Prozodia ou Vocabulario das Lingoas Latina e Portugueza. Composta pelo padre Dr. Bento Pereira da Companhia de Jesus. Novamente reformada, reduzida a melhor methodo, e augmentada com innumeraveis modos de fallar dos Autores Classicos, traduzidos na nossa Lingoa, e necessarios para a intelligencia da Latina. Dividida em dois Alphabetos. O primeiro contem somente as palavras rigorosamente latinas, e uzadas pelos Autores da primeira e da segunda classe, para uzo e segurança dos que pertendem fallar, e escrever com pureza a Lingoa Latina. O segundo comprehende todas as palavras latinas barbaras de que

¹ Silvestre (2011).

uzaram quaesquer authores que escreveram na Lingoa Latina desde o Seculo Argenteo da mesma lingoa athe o nosso.

Obra utilissima, e necessaria a todos os que versão Livros Latinos de Letras Sagradas, e profanas, Theologos, Juristas, Filosofos, Medicos e Geografos e a todos os que dezejão ser eruditos.

Offerecida ao Serenissimo Senhor D. Pedro, Infante de Portugal, pelo Collegio e Universidade de Evora.

Mas esta certeza inicial não resistiu às primeiras leituras. Revelam-se artigos extensos, documentados com abundantes citações de autores clássicos, pontuados com informação de tipo enciclopédico. Não podia ser este o substituto da *Prosódia*, pelo menos do dicionário que era usado assiduamente por milhares de alunos nos colégios dos jesuítas, como esteio essencial da aprendizagem do vocabulário latino e apoio da escrita.

Na verdade, o código representa uma fase, até hoje não noticiada, de um longo processo de revisão, reescrita e reformulação da *Prosódia*. Trata-se de um testemunho original da evolução da técnica dicionarística e das orientações teóricas dos lexicógrafos jesuítas, pois são assinaláveis as diferenças entre o material compendiado neste manuscrito e um outro trabalho, esse sim da responsabilidade do Pe. Caeiro, e que viria a ser parcialmente impresso. Os jesuítas tinham preparado outro trabalho, tipologicamente diferente e desconhecido pela historiografia linguística.

1. ENSINAR A TRADIÇÃO

O ensino da gramática – entendendo-se por gramática a língua latina e a escrita do português – tinha por referência as práticas dos colégios dos jesuítas. A proficiência do método em muito se devia à criação de uma série de instrumentos metalinguísticos, que vinham sendo compilados a partir de meados do século XVI, e que garantiam uma sólida unidade metodológica.

Neste ecossistema pedagógico, os manuais em uso cobriam as principais áreas do saber linguístico – lexicografia, gramática, retórica, ortografia – numa rede intertextual de mútuas autorizações. A gramática justifica o dicionário, o dicionário justifica uma norma ortográfica; norma essa que, por sua vez, é aplicada na composição de novos textos gramaticais.

Até ao final do século XVII, o saber metalinguístico latino-português tinha por referência as seguintes obras:

1572 – Manuel Álvares, *De institutione Grammatica libri tres*

1634 – Bento Pereira, *Prosodia in vocabularium trilingue*

1647 – Bento Pereira, *Thesouro da lingua portugueza*

1666 – Bento Pereira, *Regras geraes, breves e comprehensivas da melhor orthographia, com que se podem evitar erros no escrever da lingua latina e portugueza, para se ajuntar á Prosodia*

No caso específico da *Prosódia*, o dicionário português-latim sofreu poucas alterações desde a edição de 1634, e o latim-português apenas conheceu uma ampliação em 1697. Em geral, privilegiavam a informações sobre o latim e mantinham inúmeras incoerências e insuficiências na descrição do português².

O movimento ideológico, político e legislativo que consagrará a autonomização do ensino do português é uma revolução pombalina, mas que tem a sua origem no início do século XVIII. A polarização de um grupo de autores eruditos em torno da corte, a constituição de academias literárias com preocupações filológicas, a publicação de textos historiográficos e linguísticos por autores da Academia de História, um mecenato cultural de D. João V que se consolida progressivamente até à década de 40 são o contexto para a codificação e instituição de uma “língua de corte”, em que se reconhece uma norma culta para o português. É um importante facto sociolinguístico: pela primeira vez identificam-se a língua da corte e a língua da nação.

Esta língua é descrita e codificada por um novo conjunto de obras metalinguísticas, devidas a autores da esfera da corte e ligados ao ensino particular de nobres:

1712 – Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino*.

1721 – Jerónimo Contador de Argote, *Regras da lingua portugueza, Espelho da lingua Latina, ou Disposiçam Para facilitar o ensino da lingua Latina pelas regras da Portugueza*.

1722 – Manuel de Andrade de Figueiredo, *Nova Escola para aprender a ler, escrever, e contar*

1736 – Luís Caetano de Lima, *Ortografia da língua portuguesa*

Inicia-se uma progressiva distinção em relação aos métodos das escolas jesuítas, sobretudo no que respeita ao espaço dedicado à aprendizagem e aperfeiçoamento do português. Mesmo que as críticas não sejam explícitas, demonstram que a descrição da língua

² Para uma síntese do percurso editorial da *Prosódia*, cf. os estudos de T. Verdelho (1982, 1993) e, mais recentemente, a tese de doutoramento de Helena Cameron (2012). No total houve 12 edições: 1634, 1653, 1661, 1669, 1674, 1683, 1697, 1711, 1723, 1732, 1741, 1750.

dos dicionários jesuítas era desatualizada e não representavam os parâmetros da língua da corte, no uso, no léxico e na ortografia.

No seu conjunto, o dicionário de Bluteau e os textos da Academia configuram uma norma do “Estado”, sem que os textos metalinguísticos e pedagógicos dos jesuítas dêem provas de quererem reflectir essa modificação.

As etapas seguintes no processo de crítica dos métodos e instrumentos linguísticos dos jesuítas estão amplamente documentadas e têm como principais intervenientes António Vernei e António Pereira de Figueiredo, que apontam distorções filológicas que os tornavam inadequados para um renovado ensino do latim. Mas será um erro de julgamento considerar que os jesuítas não tinham consciência dessa obsolescência e que não tentavam produzir novos materiais. O código BPE-CXIII-2-26 demonstra não só que essa consciência existia entre os lexicógrafos jesuítas e se esforçaram por modernizar os materiais de ensino e estudo da latinidade.

2. NOS OMBROS DE GIGANTES: A TRADUÇÃO DOS DICIONÁRIOS DE DANET E FACCIOLATI

Neste capítulo permito-me retomar algumas informações sobre as características materiais e a descrição lexicográfica do código, recentemente publicadas num artigo em coautoria com Ana Margarida Borges (Silvestre, Borges 2012).

O texto reunido no código BPE-CXIII-2-26 corresponde a várias fases de redacção e revisão iniciadas bem antes da data de edição da última *Prosódia* (1750). O compilador procurou conferir uma ordenação alfabética a todo este material, que inclui cadernos redigidos por rever, cadernos revistos com anotações marginais e linhas canceladas, e cadernos que resultam de cópias do texto revisto.

Estão presentes dois tipos de numeração: uma da mão dos respectivos redatores, que identifica as sequências de cadernos que tratam de uma determinada letra do alfabeto; uma posterior, efectuada pelo organizador do conjunto, que numerou as folhas de 1 a 1536.

O manuscrito não fornece indicações precisas que permitam identificar os redactores. Resta apenas uma anotação, apenas após a folha de rosto, e que é numerada como fólho 2. O apontamento, intitulado “cadernos trasladados”, indica apenas quatro nomes de responsáveis pela cópia final de determinadas sequências (Pe. Cordeiro, parte da letra A; Pe. Saraiva, parte da letra H; Furtado, parte da letra C e Pe. Leitão, parte da letra D), que, pela técnica lexicográfica e pelas fontes, se devem situar na primeira geração de redactores. No código não se encontra testemunho de grande parte do trabalho do período inicial, faltando, por

exemplo, os cadernos que na lista de trasladados são atribuídos ao Pe. Cordeiro (início da letra A até Aedes).

A identificação e distinção das diversas mãos presentes ao longo do códice revela-se uma tarefa complexa, pois consoante os textos são rascunho, cópia ou correcção, o esmero caligráfico é distinto. Não é de excluir que a mesma mão seja responsável pela primeira redacção e pela sua versão trasladada. Apenas são claramente distintas as mãos dos revisores. No total, identificam-se com alguma segurança pelo menos dez mãos.

O material reunido neste códice corresponde a várias fases de redacção e revisão iniciadas bem antes da data de edição da última *Prosódia* (1750). O compilador procurou conferir uma ordenação alfabética a todo este material, que inclui cadernos redigidos por rever, cadernos revistos com anotações marginais e linhas canceladas, e cadernos que resultam de cópias do texto revisto.

Estão presentes dois tipos de numeração: uma da mão dos respectivos redactores, que identifica as sequências de cadernos que tratam de uma determinada letra do alfabeto; uma posterior, efectuada pelo organizador do conjunto, que numerou as folhas de 1 a 1536.

Na folha de rosto prometem-se dois alfabetos, ou seja, uma diferenciação das palavras bárbaras. A dupla indexação seria um expediente para renovar filologicamente a nomenclatura do dicionário, sem perturbar a continuidade de uma tradição lexicográfica e didáctica de mais de um século. Todavia, tudo indica que os redactores rapidamente optaram por uma modernização definitiva da nomenclatura. No códice apenas resta um caderno de palavras bárbaras (AB-ALO) e não há indícios de que o segundo alfabeto tenha sido elaborado para todas as letras. Esta nova distinção de palavras da boa latinidade parece reproduzir a nomenclatura do *Magnum dictionarium* de Pierre Danet, que recorria estritamente aos autores clássicos latinos.

O texto dos cadernos com datação mais antiga, estabelecida a partir da lista de cadernos trasladados, corresponde a uma tradução quase ao pé da letra do *Magnum dictionarium latinum et gallicum*, o último e mais elaborado de uma série de dicionários que Pierre Danet (c.1650-1709) compusera em França *ad usum Delphini*³. Além de ser um modelo prestigioso – um dicionário pensado para a educação da nobreza – correspondia a uma lexicografia latina autorizada e documentada que Bluteau recentemente inaugurara em Portugal, e que teria, no entender dos jesuítas, condições de recepção para ser aperfeiçoada e ampliada.

³ *Radices seu Dictionarium linguae Latinae* (1677), *Dictionarium nouum latinum et gallicum* (1680), *Nouveau dictionnaire françois et latin* (1683).

A tradução reproduz o alargamento sinonímico, a abundância de exemplos e citações, a delimitação de usos metafóricos, mas também dados enciclopédicos, literários e de erudição clássica. Em comparação com a *Prosódia* de 1750, representa uma profunda alteração do texto dicionarístico, com uma reestruturação dos artigos, mais rigor na divisão das acepções, introdução de exemplos de estruturas latinas e de extensas citações de autores clássicos.

Manuscrito

Candeo, es, ui /sem sup./ ere. Catul. Hor. *Estar branco com huma alvura resplandecente, como a neve e a marmore.* ¶ Item . *Estar todo feito fogo, como o ferro na fragoa, que parece branco.*

Magnum Dictionnarium

CANDEO, candes, candui, candere. Catul. Hor. *Estre blanc d'un blanc brillant comme la neige et le marbre.*

CANDEO. Ovid. *Estre tout en feu comme le feu dans la forge qui paroît blanc.*

O facto de o código ser composto por cadernos em diferentes fases de redacção e revisão dá testemunho do uso das fontes dicionarísticas. Pode considerar-se que há uma nova fase a partir do momento em que os redatores passam a usar, de forma sistemática, o *Septem linguarum Calepinus* de Jacobo Facciolati (1682-1769). Trata-se de uma versão revista e ampliada do Calepino, editada em Pádua a partir de 1718, redigida em latim e particularmente abundante em citações de autores clássicos. Os redactores podem optar por um dos dicionários como base do artigo, mas por norma ainda recorrem ao dicionário italiano para completar os artigos traduzidos de Danet.

O dicionário italiano tornou-se progressivamente uma fonte mais recorrente que Danet, como se pode verificar nos cadernos das letras L, M, Q, R, T e U, da responsabilidade de um mesmo redactor. Não só aumenta o número de artigos traduzidos de Facciolati, como o trabalho de revisão desses cadernos vai no sentido de acrescentar informação do dicionário italiano, seja sob a forma de aditamentos, seja corrigindo ou precisando textos de Danet, com informações literalmente extraídas de Facciolati (represento com um risco o texto cancelado, sublinho o tenho corrigido ou acrescentado:)

Manuscrito

Labeates, g. tum m. pl. *Plin.* Os povos da Liburnia que habitão junto do Lago de Scutari, cuja capital he scorda.

Magnum Dictionnarium

Labeates, genit. *Labeatum* m. plur. *Liv.* Peuples de Liburnie.

Septem Linguarum Calepinus

Labeatis lacus, *lago di Scutari*, lacus Dalmatiae, montibus undique septus, nisi ad Septentriones, apud Scodram urb. [...]

A “Advertência” à letra S é o único testemunho do trabalho de redacção. Neste texto, o lexicógrafo pretende transmitir indicações de correcção para o revisor, revelando indiretamente informações sobre a técnica de composição.

Advertencias.

Em 13 Cadernos esta a Composição de toda a letra S, na qual segui inteiramente a Facciolato, procurando cercear, o que me pareceu se podia escuzar; e talvez peque por diminuto, mais que por extenso

O que podia accrescentar do novo Thesaurus não me foi possível polo aqui; porq nunca me veyo a mão o d.to livro por estarem no mesmo tomo as letras S. e U. Bem creyo que pouco faltará porque Facciolato na minha opinião he abundantissimo, e não falta ao que he substancial. Se porem houver alguã falta, sem muito trabalho o suprira, quem entrar a rever, e emendar estes cadernos.

Tambem se deve supprir do Diccionario Geographico o que falta nos nomes de terras, rios &c., e para se conhecer, aonde he a falta, se achara a margem hum asterisco * devendose advertir, que aqui so puz os nomes das d.as terras, rios, &c. que tenham authoridade de algum dos authores, a quem seguimos. [...]

Segui sempre o methodo da uniformidade, que me deraõ escritto, se bem que do S. U. por diante evitey o por pen. b. e couzas semelhantes uzando de accentuaçoens, ou notas, assim por ser mais breve, como por ouvir dizer que ultimamente assim se practicava.

Ainda que fiz m.to por pôr o exemplo do author, que allegava, algumas vezes a não puz ou por serem vocabulos, que a cada passo se encontraõ, ou por serem de rarissimo uzo, como são palavras facultativas de Medicina, Architectura, nomes de ervas, arvores, pedras preciosas &c. contentandome nestes de citar o auhtor que delles uzou; porque tambem Facciolato assim o praticca m.tas vezes.

Finalmente não duvido que nesta composição se encontrem descuidos, e muito, que notar, mas como non omnia possumus omnes tenha a paciencia de os emendar, quem melhor souber.

Nesta fase, os redactores já seguem explicitamente Facciolati, com o intuito de o abreviar, e dispensam o recurso a outras fontes de referência, como o *Tesouro* de Estinenne, argumentando que o dicionário italiano era “abundantissimo, e não falta ao que he substancial”. Há poucos elementos que auxiliam na datação das diversas fases de composição do manuscrito. Sabe-se, por exemplo, que a primeira compilação da letra M decorre após 1750⁴ e que a letra S é ainda posterior, porque o lexicógrafo aplica normas de redacção que descreve como mais recentes.

⁴ No artigo *Museum* (fol. 84 r.) refere-se a construção da Capela de S. João da Igreja de São Roque, dos inícios da década de 50.

3. REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO DICIONÁRIO

A última revisão acompanha os critérios de selecção de nomenclatura e acepções observados pelos dicionários modelares. O dicionário torna-se “filológico”, com uma delimitação que não é estritamente diacrónica, que evita as palavras formadas tardiamente, ou as alterações semânticas testemunhadas ou introduzidas pelos autores posteriores à queda do império romano. Nas definições, que são construídas a partir da interpretação de usos em textos, são suprimidas as referências a autores de menos pura latinidade. Na primeira versão, esses usos eram assinalados, indicando aos utilizadores que deveriam ser evitados caso o objectivo fosse uma expressão latina que emulasse o léxico e a semântica do período clássico; a revisão suprime as referências.

Missus g. ús. m. ~~Lib.~~ Nepos. A acção de attivar, e lançar alguma couza, . v.g. Lanças, settas, &c. ¶ Item. O mando, a acção de mandar. Liv. ¶ Item. A acção de fazer partir dos seus lugares aos cavalleiros dos jogos circenses, ou outros semelhantes, de dous em dous, ou de quatro em quatro; e tambem a acção de mandar os gladiadores; de despedirem para o carro as feras, que se havião de correr. Suet. ~~Varr.~~ ¶ Item. ~~Para com os Authores de menos pura Latinidade, a acção de levar os guizados á meza, e a repartição de os levar cada hum, por sua vez.~~

Mandator, g. oris. ~~incr.~~ + m. Suet. in. Tito. O que persuade, move e excita; ~~ou peita, e soborna~~ principalmente ao accuzador, para que delate ou prosiga a cauza. ¶ ~~Geralmente significa o que manda alguma couza, mas nesta acepção não tem uzo entre os Authores classicos.~~

A revisão melhora substancialmente a redacção das definições. A existência de uma tradição dicionarística e o esteio de memória textual impressa contribuem para uma percepção da propriedade de sentido. Procura-se reduzir a acumulação sinonímica marcadamente redundante e as paráfrases extensas, que eram características das edições da *Prosódia* compiladas no século XVII. As substituições são possíveis em parte devido ao alargamento lexical, a partir de formas decalcadas do latim ou pela derivação a partir de sufixos analógicos aos latinos. Vd., no seguinte exemplo, a substituição de *couza cheia de artificios* por *artificioso*:

Macerare¶ Item. Lançar alguma couza de molho, Curtir, ~~abrandar alguma couza~~ na agoa, ou outro licor. Vimina macerare in piscina. Colum. Abrandar o vime ~~na agoa ou na fonte~~ no tanque.

Machinosus, a , um. Suet. Couza antifíciosa feita por maquinas ~~, e artes. Couza~~ ~~cheia de artifícios, e maquinas.~~

As alterações de conteúdos informativos respondem a uma adequação ideológica, motivada por orientações políticas e morais. Tentar aferir a “neutralidade” dos lexicógrafos é invocar conceitos potencialmente anacrónicos: os textos e a prática didáctica, nesta época, são entendidos como uma demonstração de fé e um veículo de valores éticos e espirituais. Há certamente um desejo de conformação com a ordem estabelecida e preservação dos costumes, evitando interpretações subversivas dos factos históricos, mas, do ponto de vista da descrição lexical, parece mais interessante notar que a revisão opera uma actualização da relação com os referentes. Assim, as definições procuram recobrir o significado no contexto da língua clássica e também os eventuais usos modernos. No exemplo seguinte, além da óbvia censura da descrição que insinua a corruptibilidade dos funcionários administrativos, se a substituição de *publicanos* por *junta dos rendeiros*:

Magister societatis. Cic. O prezidente da junta dos ~~publicanos~~ rendeiros, ou cobradores dos dinheiros, e tributos reaes. ~~Magister Curiarum. O que reparte dinheiro, para assim poder alcançar os votos no seguimento dos cargos.~~
[da condensação resulta esta versão final:]
O prezidente da junta dos rendeiros, ou cobradores dos dinheiros, e tributos reaes.

Mantém-se, todavia, as informações que introduzem um discurso de tipo doutrinário, que visa denunciar a falsidade de outras religiões, a idolatria e os rituais pagãos.

Magia, g. ae. f. Plin. ~~Apul.~~ A Magia, a arte mágica. Esta se divide em duas especies, a primeira consiste no perfeito conhecimento, e sciencia das couzas naturaes, ao qual se applicarão Pithagoras, Platão, e outros insignes Filozofos. A segunda consta de varias feiticerias; consiste em muitas invocações do Demonio, e em encantos: Em todas as leys he prohibida.

Tratando-se de um dicionário latino, regista-se a cristianização dos textos clássicos, sob a forma de traduções que reconvertem a terminologia religiosa e o contexto de referência:

Mactus, a, um. Cat. Couza augmentada, accrescentada. [...] Macti ingenio este, coeli interpretes. Plin. Mostraí oh Divinos interpretes, que Deus vos comunicou hum grande espirito, e entendimento.

O dicionário caracteriza-se pela expansão da informação de tipo enciclopédico, que é a apresentação de factos associados às palavras em estudo, por oposição ao conhecimento metalinguístico sobre as palavras. Esta convergência de saberes extralinguísticos não era muito desenvolvida em obras de apoio à escolarização, mas era omnipresente nos dicionários-tesouro, que faziam a ponte entre os estudos filológicos, literários e históricos. Rafael Bluteau registou nos artigos do *Vocabulário* longas secções de informação enciclopédica em português. Seguindo o exemplo, os primeiros redactores do dicionário de Évora traduzem esse género de excursos digressivos, em que confluem diferentes tipos de informação.

Os dicionários do século XVII incorporavam fundo textual de tradição escolástica, com notícias míticas e pitorescas que, não pretendendo ser factuais e comprovadas, constroem uma rede de símbolos e dão origem a lugares comuns partilhados. São iterações de folhas volantes, tratados e relações com descrições de povos, costumes e casos prodigiosos (cf. Silvestre, 2007). O *Vocabulário* de Bluteau ainda dá espaço a alguns destes relatos, mas com o distanciamento que não compromete o lexicógrafo com a veracidade dos factos.

Os revisores do dicionário têm uma perspectiva crítica sobre a validade informativa destes conteúdos, que em meados do século XVIII se tornavam insustentáveis em face da renovação do conhecimento experienciado e documentado. Boa parte destes textos são suprimidos, o que contribui para uma modernização e simplificação dos artigos. Alguns exemplos de excertos cortados no manuscrito:

Mammae porci. Mart. As ~~tetas~~ uberes das porcas.

[excerto suprimido:]

Prodigiosamente estes animaes uzão de suas primazias com os seus filhos, por que aos que primeiro nascem, costumão as mays dar as uberes mais immediatas ao pescoço, e as que se seguem por sua ordem aos outros, que nascem depois: e de tal sorte ficão affeiçoados os leitões á que lhe cahio por sorte a primeira vez, que não sugão em outra: se se separa algum delles do abrigo da may, seccase logo aquella ubere, que lhe pertencia; se lhe tirão á may todos, excepto hum, só a ubere deste dá leite.

[artigo suprimido:]

Machlis, g. lis. Plin. Huma especie de animal semelhante ao alce, especial da Ilha Scandinavia, sem juntas nos pês; e por esta razão não pode dormir deitado, mas só encostado nos troncos das arvores; o que dá ~~lugar~~ oportunidade aos cassadores para cortarem os ditos troncos, a que se hande encostar, donde succede cahirem no chão os ditos animaes com as arvores; e deste ~~modo~~ modo ficão preza dos cassadores, a qual não poderião haver de outro modo pella sua ligeireza.

Um aspecto original do manuscrito é o registo da evolução de perspectivas sobre o grau de abrangência da informação enciclopédica. Representa a euforia acumulativa que caracteriza os dicionários da primeira metade do século, que tem como modelo o dicionário de Trevoux, publicado a partir de 1704, em que se aceitava a combinação de informações que com o avançar do século se viriam dividir em diferentes tipos de dicionários. (sobre o dicionário de Trevoux, cf. Quemada, 1998: 60-61). Este sincretismo será avaliado com novas exigências críticas, que vêem na abundância o excesso e a desorganização. A informação conservada é essencialmente do domínio da história:

Maecenas, ou Moecenas, ou Mecaenas, g. atis, [~~in~~er.] Cic. C.
Clinio Mecenas, natural de Toscana, nobre cavalheiro, e celeberrimo fautor, e patrono das letras humanas, e dos que a ellas se applicavão: por cuja cauza lhe dedicou Virgilio as suas Georgicas, e Horacio o primeiro livro dos seus versos. Floreceu no tempo de Augusto, e não só era pulchro, e delicado no traje, e costumes, mas tambem no estilo de compor; por esta cauza lhe chamava Augusto mellindroso, e o censurava de tudo lhe parecer mal, e de ser máo imitador dos Authores, como diz Suetonio; donde procedeu chamarem-se Mecenas, os que erão notados em semelhantes defeitos [...]

Museum, ou Musaeum, g. ei, ou aei. n. Plin. O lugar consagrado ás Muzas, aonde davão reposta como oraculos. Houve hum destes lugares em Macedonia, junto do monte Olympo. § Item. O lugar, ou edeficio, aonde concorrem muitos a aprender as artes, e e sciencias. Suet.

Musea. Plin. se dizem nos edeficios as formaturas, e artefactos compostos de pedras bem levigadas, e unidas;
[suprime-se o seguinte excerto]
a obra de pintura Mozaica, de que há muitas em Roma; e novamente para a capella de S. João da Caza Professa de S. Roque dos. PP. da Companhia em L.xa vierão trez quadros, que cauzarão grande admiração, por serem os primeiros, que entrarão em Portugal: Ajuntãose estas pedras entre si, e se apertão do mesmo modo que nas impressas as letras.

A revisão trouxe mais coerência ao conjunto, na medida em que valorizou a informação histórica factual sobre a cultura clássica e as instituições sociais e políticas modernas. As marcas de afiliação à instituição jesuíta foram moderadas ou mesmo suprimidas, propondo um texto que ultrapassaria o universo escolar e poderia fazer parte das bibliotecas particulares.

4. UM ELO PERDIDO

Se tivesse ido impresso, o dicionário jesuíta seria uma obra original na lexicografia portuguesa, ampliando o espaço do discurso enciclopédico nos textos metalinguísticos. O

principal texto disponível em português era o *Vocabulário* de Bluteau, que reproduzia fontes do final do século XVII. Em meados do século XVIII as suas informações estavam ultrapassadas em face da contínua atualização dos dicionários enciclopédicos franceses, que eram importados para Portugal. A história do que “poderia ter sido” é naturalmente especulativa, mas um texto enciclopédico saído dos prelos jesuítas teria uma larga repercussão e motivaria decerto a publicação de outras obras de síntese e divulgação de conhecimentos, como a série de volumes da *Recreação Filosófica* de Teodoro de Almeida, publicada entre 1751 e 1800.

O manuscrito de Évora é um elo perdido na tradição lexicográfica portuguesa, que comprova a evolução das influências tipológicas e da técnica dos padres da escola jesuíta. O longo esforço de compilação e revisão dos materiais acompanha a percepção de que o público dos dicionários e a sua função social estavam em sensível mutação. Na última revisão reconhece-se que o espaço da língua latina e dos conhecimentos que o seu estudo mobiliza também mudou, com uma maior exigência nas correspondências entre o latim e o português, e uma redobrada atenção na propriedade de expressão na língua vernácula. Se na *Prosódia* escolar, em uso nos colégios, o português era uma língua segunda, neste ensaio enciclopédico tornou-se objecto dos mesmos cuidados que merecia o latim, evitando repetições, sinónimas supérfluas e paráfrases inadequadas a uma língua em expansão lexical.

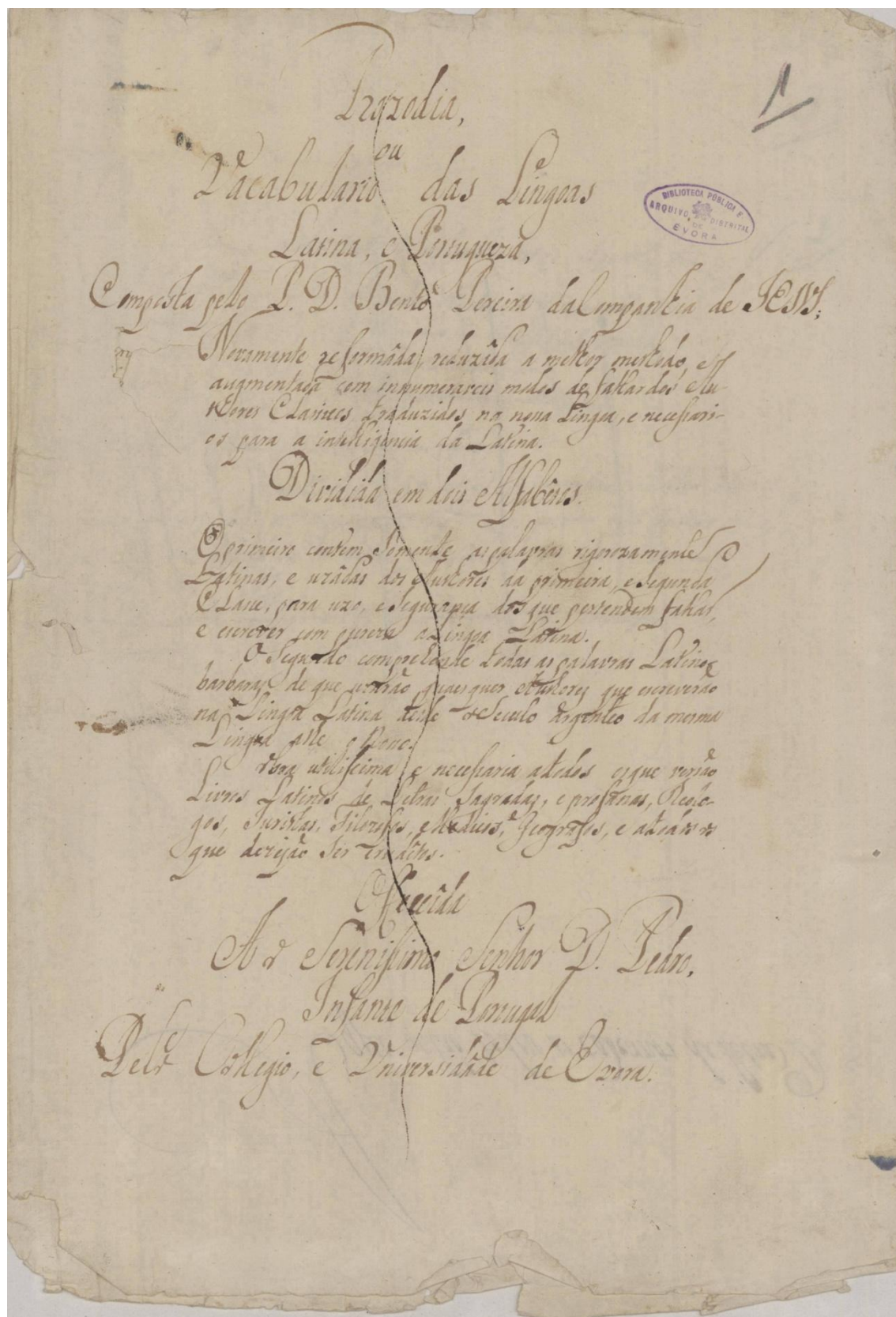
Este é também o elo que anuncia e ensaia a nova lexicografia escolar latino-portuguesa dos jesuítas. O Pe. José Caeiro, por volta de 1754, foi encarregado da redacção de uma nova *Prosódia* escolar, em Lisboa (vd. Morais, 1939: 5). Na preparação desse dicionário, tal como os seus antecessores de Évora, segue Facciolati, adoptando critérios filológicos que corrigem muitas críticas apontadas à *Prosódia* ainda em uso. A impressão inicia-se em 1759, mas é interrompida na letra S pela expulsão dos jesuítas de Portugal. A história subsequente já é conhecida: não obstante a sua qualidade, o dicionário permaneceu armazenado por quase 30 anos, até que os oratorianos receberam a incumbência de o completar para suprir a urgente necessidade de um bom dicionário latino. Manuel de Pina Cabral (1746-c.1810) é encarregado de redigir as letras finais e, com o título de *Magnum Lexicon*, sairá em 1780 sem que anunciar a verdadeira autoria e a filiação jesuíta.

Expandindo a metáfora, o manuscrito BPE-CXIII-2-26 é um precioso “fóssil” metalinguístico que nunca conheceremos sob a forma de documento final, mas que, fixado num momento do seu percurso de redacção, combina as características dos seus antecessores e descendentes evolutivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALEPINO, Ambrogio e Jacobo FACCIOLATI (1746): *Septem linguarum Calepinus: Hoc est Lexicon Latinum, variarum linguarum interpretatione adjecta in usum Seminarii Patavini*. Patavio: Typis Seminarii.
- CAMERON, Helena (2012): *A Prosodia de Bento Pereira: contributos para o estudo lexicográfico e filológico*. Tese de doutoramento. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- DANET, Pierre (1726): *Magnum dictionarium Latinum et Gallicum: ad pleniorum planiorumque scriptorum Latinorum intelligentiam, collegit, digessit, ac nostro vernaculo reddidit cum notis*. Lugduni: Apud Nicolaum de Ville.
- FURNO, Martine (1997): "Les dictionnaires de Pierre Danet pour la collection Ad usum Delphini". *Histoire de l'éducation*, nº 74, 115-130.
- PASINI, Giuseppe (1758): *Vocabula Latini, Italique Sermonis ex aureis, et optimis scriptoribus collecta, ac in duos libros distributa, quibus quibus insertae sunt elegantiores & difficiliore utriusque Linguae phrases, locutiones, proverbia &c. ad usum studiosae humaniorum literarum juventutis in taurinensi gymnasio ceterisque subalpinæ Italiae Scholis*. Augustae Taurinorum: Ex Typografia Regia.
- PEREIRA, Bento (1697): *Prosodia in vocabularium bilingue, Latinum, et Lusitanum digesta... / Auctore Doctore P. Benedicto Pereyra.... Septima editio auctior, et locupletior ab Academia Eboresi [...]*. Eboræ: ex Typographia Academiae.
- _____. *Prozodia ou vocabulario das línguas latina e portugueza. Composta pelo padre Dr. Bento Pereira da Companhia de Jesus. Novamente reformada, reduzida ao melhor methodo e augmentada com innumeraveis modos de fallar dos auctores clássicos, traduzidos na nossa lingua, e necessarios para a intelligencia da latina*. B.P.E., Cod. CXIII – 2/26.
- RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha e Joaquim António de Sousa Teles MATOS, (1869): *Catalogo dos manuscriptos da bibliotheca publica eborensis*, tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SILVESTRE, João Paulo (2007): "Diferença e preconceito: testemunhos linguísticos de percepções interculturais no século XVIII". In: Glauco Vaz Feijó e Jacqueline Fiuza da Silva Regis orgs., *Festival de Cores: Dialoge über die portugiesischsprachige Welt*. Tübingen: Calepinus Verlag, 95-101.
- SILVESTRE, João Paulo (2011): "Testemunhos manuscritos da lexicografia bilingue". In: Telmo Verdelho, João Paulo Silvestre eds., *Lexicografia bilingue. A tradição dicionarística português – línguas modernas*. Lisboa/Aveiro: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa/Universidade de Aveiro, 68-81.
- SILVESTRE, João Paulo e Ana BORGES (2012): "A escola lexicográfica de Évora: um contributo jesuíta para a reforma pombalina". In: Sara Marques Pereira e Francisco L. Vaz coords., *Universidade de Évora (1559-2009). 450 anos de modernidade educativa*. Lisboa: Chiado Editora, 323-334.
- VERDELHO, Telmo (1982): "Historiografia Linguística e Reforma do Ensino – A propósito de três centenários: Manuel Álvares, Bento Pereira e Marquês de Pombal". *Brigantia*, vol. II, 4, 347-560.
- VERDELHO, Telmo (1993): "Aspectos da obra lexicográfica de Bento Pereira". In: *XXème Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, t. IV, Section VI, 777-785.

ANEXOS



MUS

Musculus, g. f. m. cic. O pequeno rato. Hem. Hum peixe pequeno, que serve de guia á baleia, para que não ~~caia~~ vá cair em alguns vãos ou lugares baixos do mar; ^{ou rochões} providencia da natureza, por que é quasi cega a baleia. Plin. Lat. Hem. Hum especie de peixes de Concha. Plaut. Hem. O musculo, de peespa, a parte carnosa do corpo, Plin. que serve de instrumento para o movimento voluntario dos animaes. Plaut. Plin. Hem. Hum maquina militar para arazar os muros de alguma fortificação. Lat. de quibus veteres sunt instrumenta militaria, com que entlem os fortes da terra, para com facilidade de subirem as marchas inimigas.

Muscus, g. f. m. vis. O musgo, que se cria nas arvores, pedras, e lugares humidos, e tambem nos rochedos do mar; o qual o mesmo mar arreja ás praias, aonde se chama Alga.

Museum, ou Museum, g. ei. ou ei. n. Plin. O lugar consagrado ás Musas, aonde havia reposita como oráculos. Houve tam destes lugares em Macedonia, junto do monte Olympus. Hem. O lugar, ou edificio, aonde concorrem muitos a aprender as artes, e sciencias. Lat. Hem. Musea. Plin. se dizem nos edificios as formaturas, e artefactos compostos de pedras bem levigadas, e unidas. ~~a estas se chama a pintura Musica, de que se viu- tas em Roma, e novamente para a capella de S. João da casa Profeta de Illogue das PP. da Companhia com a sua visao por quadros, que causaria grande admiracao, por serem os primeiros, que entraram em Portugal. Ajustasse estas pedras entre si e se aperta de maneira a ser, que nas impossiveis se letra. Alguns escrevem Museum, ou Museum, outros, Musion, ou Musium, e outros Musivum.~~

Museus, vid. Museus.

Musica, g. a. ou Musice g. ces. f. ou Musica, g. gram. ~~isto~~ pl. n. cic. Quint. Antigamente o estudo das Humanidades, mas hoje, e particu- larmente, a Musica, a sciencia, que ensina o modo de cantar. Foi de tanta veneração para com os Gregos esta arte, que aos Musicos tam- bem chamavam Pates e Apudentes. Quintil. l. 1. c. 10.

3 Musice. Idem. Plaut. Por solfa, por musica, a maneira de musico. Musice statem agere. Idem. Plaut. Pagar a vida em divertimentos, como fazem os Musicos, a custa alheia.

1 Musiciarius, g. m. O artifice de instrumentos Musicos. Ex vet. Inscrip.

2 Musiciarius, a com Apud. Couza feita conforme os regnos da solfa, e per- ceitos da Musica.

Musicius, a, um. Plaut. Couza pertencente a Musica. Musicius modis. Cantica exigere. Quint. Ouvir cantos de solfa: couza cantada por solfa. Hem. Couza pertencente aos estudos das Letras, Humanida- des, e poezia. Artem musicam tractare. Terent. Compor Come- dias. Ad studium musicum se applicare. Plaut. Idem. Applicar-se ao es- tudo das Letras. Hem. Musica (no plur. cic. Absolutamente, significa, a Musica, a arte de cantar; alguns querem que seja substantivo n. do plur. vid. Musica.

FONTES METALINGUÍSTICAS PARA O PORTUGUÊS CLÁSSICO. O CASO DAS *REFLEXÕES SOBRE A LINGUA PORTUGUEZA*

MARIA FILOMENA GONÇALVES
ANA PAULA BANZA

Universidade de Évora/Departamento de Linguística e Literaturas
CIDEHUS-UÉ/FCT⁵

1. HISTÓRIA DE UM PROJECTO EM CURSO

A Biblioteca Pública de Évora (BPE) foi fundada em 1805 por D. Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas (1724-1814), Bispo de Évora e relevante erudito da “ilustração” portuguesa, cuja acção enquanto “construtor de bibliotecas” (Vaz, 2006: 5), bibliófilo e coleccionador de obras artísticas e de peças arqueológicas contribuiu também para a fundação da Biblioteca Nacional de Lisboa e da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa. Estima-se que, à data da sua morte, o Bispo de Évora tivesse coleccionado cerca de 100 000 livros, ainda hoje integrados nos antigos fundos da BPE.

Após várias vicissitudes, em 1838, com a nomeação de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (1809-1879), que foi o primeiro bibliotecário civil da BPE, a instituição eborense conheceria uma nova fase. Bacharel em Medicina e Professor de Filosofia no Liceu de Évora, Cunha Rivara exerceu, entre 1838 e 1855, uma acção notável de inventariação, catalogação, investigação e divulgação do valioso espólio arquivístico e bibliográfico da BPE, bem como do património monumental da cidade alentejana, a ele se devendo a organização e publicação do *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Pública Eborense* (Rivara, 1850; Rivara, 1868-1871), que é referência obrigatória por ser o único disponível até hoje⁶. No entanto, dos quatro volumes que constituem o *Catálogo*, apenas o primeiro (1850), relativo às *Cousas da América e África*,

⁵ Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora.

⁶ A BPE já disponibiliza *on line* quer este *Catálogo*, quer outros, de manuscritos e de impressos, o que constitui, sem dúvida, um importante avanço na abertura desta biblioteca à globalização dos seus acervos. Cf. <http://www.evora.net/bpe/Catalogos/Catalogos.htm>

foi inteiramente preparado por Cunha Rivara, sendo os restantes três (1868-1871) organizados pelo bibliófilo Joaquim António de Sousa Teles de Matos, baseado embora em anotações de Rivara. A este se ficou a dever, por outro lado, o início da integração dos impressos (cerca de 5000 volumes oriundos das Livrarias dos conventos extintos) na Biblioteca, existindo notícias de que muitos outros, por falta de estantes, terão ficado dispersos por várias instituições e livrarias (Vaz, 2006: 79). Entre as preciosidades existentes nos acervos da BPE (Ruas, 2005), contam-se 664 incunábulos (Cid, 1988) e 6445 livros impressos do século XVI (Monte, 1968; Anselmo, 1997, 2002; Curto, 2003), para além de vários núcleos de manuscritos e de 20000 títulos de publicações periódicas⁷.

Naturalmente, um acervo desta natureza não poderia passar despercebido aos investigadores da Universidade de Évora que, desde 2008, vêm tentando pôr de pé um projecto de divulgação e estudo destas obras, tão interessantes como pouco acessíveis a quem pretenda estudá-las ou simplesmente lê-las, pois, além de não estarem disponíveis *on line*, mesmo *in loco* a catalogação oitocentista dificulta sobremaneira a pesquisa. Desde o início, a atenção das investigadoras na génese do projecto, ambas estudosas da História da Língua Portuguesa, centrou-se naturalmente nas fontes que constam dos acervos da BPE, com destaque para as de natureza (meta)linguística (Cardoso, 1994), disponíveis para o português a partir do séc. XVI, que, como é sabido, são duplamente interessantes para a História da Língua, na medida em que funcionam como fontes primárias e secundárias.

Devido ao grande número e, em alguns casos, ao deficiente estado de conservação das obras, o projecto terá necessariamente de seleccionar, das obras editáveis, as consideradas de maior valor para a chamada “memória linguística”, muitas das quais únicas ou raras (Cid, 1988; Ruas, 2005), quase todas deficientemente catalogadas, pelo que se imporá, antes de mais, a sua catalogação prévia, recenseando-se, em seguida, os textos a editar de entre aqueles que se encontram em boas condições e inéditos ou com edições deficientes e/ou dificilmente acessíveis.

A escolha de documentos de natureza metalinguística como objecto do presente projecto justifica-se, além do já referido duplo interesse como fontes para a História da Língua Portuguesa, pelo facto de, dos poucos *corpora* existentes para o português, serem raros os que incluem textos desta natureza.

Por outro lado, a opção pela edição de documentos à guarda da Biblioteca Pública de Évora prende-se com os factores de proximidade e serviço à comunidade e com a vocação do

⁷ Pelas relações com a Universidade de Évora, é de realçar o “[...] espólio herdado da produção universitária dos séculos XVI-XVIII, rica em livros impressos, em obras manuscritas, em lições de todas as matérias [...] em apontamentos tomados pelos alunos, em ensaios científicos, em criações literárias, em registos históricos, em planos de obras e em relatórios de despesas” (Espírito Santo, 2006: 7).

CIDEHUS, o centro de investigação no qual se inscreve o projecto, para as problemáticas do Sul, em diversas perspectivas, mas também com o facto de, sendo a Biblioteca Pública de Évora uma biblioteca riquíssima, mas de acesso difícil aos investigadores, os benefícios deste projecto irem muito além da comunidade local, assumindo relevância nacional e internacional.

Assim, num primeiro momento, o projecto nasce centrado na BPE, enquanto manancial deste tipo de fontes, com o título de *Memória (Meta)linguística do Português na Biblioteca Pública de Évora (MEP-BPE)*.

Num segundo momento, que pretendia enfatizar a dimensão digital, o projecto passou a denominar-se *Memória (Meta)linguística do Português na Biblioteca Pública de Évora: Para uma Biblioteca Digital (MEP-BPEDig)*. O desafio era, já então, antes de mais, disponibilizar à comunidade internacional parte significativa dos acervos da BPE, relevante para a promoção e o estudo da língua portuguesa no mundo, uma vez que a dificuldade de acesso àqueles materiais tem retraído o avanço do conhecimento e do estudo sobre fases pretéritas da língua portuguesa. Nesse sentido, no plano deste projecto, além da digitalização e disponibilização das fontes, contemplava-se também a selecção e o estudo das mais relevantes.

O plano de investigação, as tarefas, a metodologia e os resultados previstos visavam, pois, alcançar um maior conhecimento das fontes metalinguísticas do Português, contribuir para o seu espaço na rede e para o avanço da investigação sobre a língua portuguesa e a sua memória. No actual estado do conhecimento, tais objectivos têm grande pertinência, uma vez que a investigação linguística sobre o português não tem produzido e disponibilizado dados e materiais suficientes, apesar de se tratar de uma língua com uma longa tradição escrita, uma das mais faladas no mundo e global, antes mesmo do fenómeno de “globalização”.

Centrado numa das mais antigas Bibliotecas Públicas do país, este projecto foi, pois, concebido como um contributo relevante para o avanço do conhecimento da memória metalinguística do português, conciliando, em termos metodológicos, a tradição filológica com a inovação técnica e disponibilizando ao público e ao investigador, pela primeira vez, um vasto conjunto de materiais desconhecidos, inéditos ou raros.

Nesta fase, o plano desenvolver-se-ia do seguinte modo:

a) Levantamento sistemático de fontes relevantes (manuscritas e impressas, em Português e em Latim), existentes na BPE, para o estudo da “memória (meta)linguística” do português;

b) edição de um catálogo informativo contendo a identificação e a descrição bibliográfica das obras consideradas relevantes para a História / Historiografia da Língua Portuguesa;

c) disponibilização *on line* de um catálogo descritivo das obras inventariadas;

d) elaboração de uma base textual *on line*.

e) edição e estudo de alguns desses materiais, a seleccionar.

A segunda versão do MEP-BPE, o MEP-BPEDig, enfatizava a ideia de este projecto poder constituir-se como uma primeira fase para a transformação da BPE numa Biblioteca Digital, pressupondo já uma mais estreita articulação e maior equilíbrio entre as vertentes filológica e técnica.

No entanto, a evolução da reflexão sobre o objecto e os objectivos do projecto, levaria a equipa a repensar mais profundamente o seu escopo, que deixa de ser a BPE para passar a ser as fontes propriamente ditas. Nesta nova versão, passa, então, a designar-se *Edições Digitais para a História da Língua Portuguesa (sécs. XVI-XIX) - EDHILP*, designação que pretende reflectir, por um lado, o alargamento do âmbito, que, continuando a partir dos acervos da BPE, prevê, em fases posteriores do projecto, a incorporação de outros fundos, portugueses e/ou estrangeiros; e, por outro, o reforço da componente informática, que passa a incluir, além da divulgação dos textos em formato imagem e formato texto, várias ferramentas de análise consideradas úteis à utilização dos textos como fontes para a história da língua portuguesa.

Mais marcadamente interdisciplinar e com maior peso da componente tecnológica, o *EDHILP* centra-se, assim, na divulgação e utilização das fontes metalinguísticas do português para estudos linguísticos, tendo como objectivo o desenvolvimento de edições *on line* de documentos históricos de natureza metalinguística, que terão a peculiaridade de funcionar, em simultâneo, como edições e como *corpora*, permitindo a comparação da imagem do manuscrito (Cf. Anexo 2) com a sua edição diplomática e a sua análise através das ferramentas informáticas criadas para o efeito, as quais se pretende que sejam facilmente utilizáveis e adaptáveis a textos históricos de diferentes naturezas, nomeadamente, um dicionário do Português Clássico, ferramentas de etiquetagem para pesquisa linguística e ainda ferramentas de identificação de entidades mencionadas e de polaridades de opinião, com vista à identificação e valoração das fontes citadas ou referidas pelos autores das obras editadas. Tais edições, bem como as ferramentas informáticas a elas associadas, serão úteis essencialmente para linguistas e historiadores, mas também para um público mais alargado, apresentando, em relação a outras formas de disponibilização *on line* de documentos, como a digitalização, vantagens consideráveis, quer quanto à qualidade, quer quanto à versatilidade.

Assim, o *EDHILP* assume-se como um projecto claramente interdisciplinar, promovendo interfaces entre a Linguística, a História, a Literatura e a Informática, e cujos resultados permitirão disponibilizar em versões acessíveis e funcionais um número significativo de documentos históricos de interesse (meta)linguístico, permitindo, pela criação de ferramentas informáticas adequadas, perspectivar, em desenvolvimentos futuros deste projecto, o alargamento do *corpus* a outras obras da mesma natureza, mas também a obras de diferente natureza e aos acervos de outras bibliotecas.

Agora em fase de conclusão, continua a identificação e catalogação das obras com interesse metalinguístico à guarda da BPE, que se prevê possa dar origem a um catálogo temático, e tem vindo a ser desenvolvida, em conjunto com grupos de trabalho da área das Humanidades Digitais, uma reflexão teórica sobre a aplicação dos meios informáticos à actividade filológica da edição.

Entretanto, a par das tarefas antes referidas – catalogação, selecção do *corpus* e criação de ferramentas automáticas com diversas funcionalidades – tem vindo também a ser realizado o estudo de algumas das fontes recenseadas, a começar por uma da qual se possui, quer o manuscrito autógrafo, produto da língua escrita e da reflexão metalinguística setecentista em Portugal, quer uma primeira edição, produto da língua escrita, da reflexão metalinguística e das práticas filológicas oitocentistas. Falamos das *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*, de Francisco José Freire⁸, mais conhecido pelo pseudónimo arcádico de Cândido Lusitano, obra relevante a vários títulos, escrita por Freire em 1768, mas, em virtude da sua morte em 1773, inédita até 1842, data em que Heliodoro da Cunha Rivara decidiu editá-la.

Nas secções seguintes apresentam-se alguns resultados dos estudos filológicos e linguísticos desenvolvidos pelas autoras sobre as *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*

2. FONTES METALINGUÍSTICAS PARA O PORTUGUÊS CLÁSSICO: O CASO DAS *REFLEXÕES*

2.1. FRANCISCO JOSÉ FREIRE

Francisco José Freire, autor das *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*, aqui em apreço, viveu em pleno século XVIII (1719-1773), sob D. João V, o Magnânimo (1706-1750) e D. José I, o Reformador (1750- 1777), ou, melhor dizendo, sob Pombal, a quem, com mais propriedade, poderia aplicar-se aquele epíteto.

⁸ Cf. ANEXO 1.

Membro da Congregação do Oratório, que não era exactamente uma ordem religiosa, embora se subordinasse à autoridade episcopal, Freire pertencia a uma elite cultural que, na época, constituía a expressão mais esclarecida da nova mentalidade das Luzes em Portugal.

Desde o início do século XVIII que, sob o influxo das Luzes europeias, difundidas entre nós, em grande parte, pelos estrangeirados, se tornava urgente uma reforma do ensino e, neste contexto, os Oratorianos surgiam, por oposição aos Jesuítas, como representantes de uma pedagogia mais moderna, traduzida sobretudo na adopção das ciências experimentais e algébricas e na importância atribuída ao estudo da língua pátria. Acompanhando esta tendência, as políticas de D. João V foram, desde a sua subida ao trono, criando as condições necessárias a que os Oratorianos pudessem concorrer com os Jesuítas nos Estudos Menores, terminando assim com dois séculos de monopólio jesuíta no ensino. Seria, porém, já no reinado de D. José I, com Pombal, que a grande reforma pedagógica, associada à expulsão dos Jesuítas (1759), se concretizaria.

É neste contexto que surge, em 1756, a Arcádia Lusitana ou Olisiponense, agremiação literária cuja vida foi, aliás, curta (desapareceu em 1774, escassos dezassete anos após a sua fundação). Associada ao combate aos excessos do barroquismo setecentista e à defesa do bom gosto e de um programa neoclassicista, alinhava sob o eloquente símbolo da faca de podar, associado à, não menos significativa, divisa *inutilia truncat*.

Francisco José Freire, ou Cândido Lusitano (Cf. Anexo 1), foi um dos seus mais destacados membros e o seu principal teorizador. Da sua obra, destaca-se a *Arte Poetica* (1748), que, embora anterior à fundação da Arcádia, viria a constituir o seu manifesto e acaba por se reflectir em toda a obra de Freire, que, além desta e de outras obras de carácter teórico e crítico e de várias traduções de autores greco-latinos, se distinguiu ainda, no panorama metalinguístico do séc. XVIII português, como preceptista estilístico e gramatical, com obras como *Secretario Portuguez* (1746)⁹, *Diccionario Poetico* (1765) e *Reflexões sobre a Lingua Portuguesa* (datadas de 1768).

2.2. AS REFLEXÕES: ASPECTOS FILOLÓGICOS

As *Reflexões sobre a Lingua Portuguesa* são, de facto, um dos melhores exemplos do riquíssimo património de fontes textuais da BPE, bem como da relevância da conservação, disponibilização, estudo e divulgação desse património, que integra a nossa herança textual. Escritas em 1768, mas editadas postumamente, como acima se disse, as *Reflexões* conheceram a sua primeira edição em 1842, em Lisboa, na "Collecção de inéditos publicados

⁹ A obra teve outras edições em 1746, 1787, 1815 e 1849. Da 1ª parece ter existido uma reimpressão, no mesmo ano (1746); outro tanto se observa acerca da edição de 1787.

pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis”¹⁰. Esta edição, no entanto, como em geral todas as edições oitocentistas, encontra-se hoje, além de esgotada, desactualizada, porquanto os seus pressupostos não são actualmente aceitáveis à luz dos princípios teóricos e metodológicos da crítica textual (Spina, 1977; *Critique*, 1986; Spaggiari e Perugi, 2004; Cambraia, 2005; Castro, 2007).

Com efeito, a edição de 1842, claramente interpretativa, não só altera substancialmente o texto do Autor, como não dá a conhecer ao leitor o teor e o alcance das intervenções editoriais, uma vez que não existem critérios de transcrição expressos, o que torna a edição inutilizável para estudos linguísticos. Em nota à “Prefação da Presente Edição”, é dito que “o Sr. Rivara [...] teve a bondade de vigiar pela exacção da copia do Ms.” (Rivara, 1842: XXIV), nota que ilustra bem o *modus faciendi* das edições oitocentistas, cuja transcrição ficava a cargo de qualquer obscuro funcionário de biblioteca, não identificado, cabendo ao “editor” não mais do que a revisão da transcrição e a redacção do prefácio e notas. Não espanta, por isso, que, apesar da erudição dos editores, como é o caso, a análise destas edições revele banalizações e outros erros de transcrição, bem como uma enorme inconsistência ao nível dos critérios utilizados; além da modernização e uniformização indiscriminada de grafias, que, regra geral, oculta importantes factos linguísticos.

Urge, pois, visitar o manuscrito de Francisco José Freire e fornecer ao leitor actual uma edição fidedigna das *Reflexões*. Uma tal edição terá de definir de forma clara, em função do tipo e cronologia do texto e do público-alvo da edição, critérios e normas de transcrição, que, atendendo à inexistência de outras edições, terão de ser razoavelmente conservadores. Só este procedimento permitirá a conservação, disponibilização, estudo e divulgação desta importantíssima obra, que, como antes referido, é apenas uma das muitas, de idêntico valor e interesse, que constituem o espólio da BPE e que é objectivo do presente projecto resgatar da poeira dos arquivos e devolver ao público. Vejam-se, nas Tabelas a seguir, alguns exemplos ilustrativos do que acima fica dito sobre as intervenções editoriais de Rivara¹¹.

¹⁰ Além de promover a edição de várias obras inéditas, esta Sociedade fundou *O Panorama* (1837-1844), um dos mais importantes periódicos da primeira metade do século XIX, no qual, entre outros escritores, colaboraram Alexandre Herculano, Garrett, Castilho e Camilo. Neste periódico foram divulgadas muitas novidades literárias, científicas e também linguísticas.

¹¹ Esta edição encontra-se disponível *on line*, na Biblioteca Nacional Digital (Memórias - Língua), no seguinte endereço: <http://purl.pt/135>. A obra localiza-se, ainda, em outro endereço: <http://archive.org/details/reflexessobreloofreigoog>.

TABELA 1

PONTUAÇÃO E MAIÚSCULAS	
MANUSCRITO	EDIÇÃO
Muito ha, que para ...	Muito há que para
...da Lição de todos os Authores, que geralmente são tidos por Classicos...	...da lição de todos os Auctores que geralmente são tidos por Clássicos...
...mudámos de opinião, persuadindo-nos, de que este Livro...	...mudámos de opinião, persuadindo-nos de que este livro...
...com a correcção, e energia, que lhe he devida...	...com a correcção, e energia que lhe é devida...
A ordem que seguiremos, será dividir...	A ordem, que seguiremos, será dividir...
...satisfazendo assim a huns reparos que nos fizeram...	...satisfazendo assim a uns reparos, que nos fizeram...
...satisfazendo assim a huns reparos que nos fizeram...	...satisfazendo assim a uns reparos, que nos fizeram...
...passaremos a mostrar, que esta não he...	...passaremos a mostrar que esta não é...
Livro	livro
Tratado	tratado
Linguagem	linguagem
Partes	partes
Parte	parte

TABELA 2

MODERNIZAÇÃO / REGULARIZAÇÃO DE GRAFIAS	
uzo	uso
prezentes	presentes
uzarem	usarem
Introdução	Introdução
Reflexoens	Reflexões
Authores	Auctores
authoridade	Autoridade

Algũas Hũa	Algumas Uma
Atequi	até aqui
hum huns he	um uns é
Teoricamente	Teoricamente
Escritores Escritor	Esriptores Esriptor
estabellecermos	Estabelecermos

TABELA 3

DESENVOLVIMENTO DE ABREVIATURAS	
1 ^a	primeira
2 ^a	segunda
3 ^a	terceira

TABELA 4

OUTRAS INTERVENÇÕES	
Acrescentos na margem e na entrelinha	Introdução de todos os acrescentos no corpo do texto sem qualquer indicação.

Estes e outros exemplos, que facilmente se identificam no confronto do manuscrito de Freire com as páginas correspondentes da edição de Rivara (1842)¹², são suficientemente ilustrativos dos vários problemas filológicos da edição oitocentista realizada pelo bibliotecário e revelam a urgência de uma edição crítica que devolva ao público este importantíssimo texto para efeitos de análise linguística.

¹² Importa salientar que as Partes das *Reflexões* saíram em fascículos diferentes, depois reunidos num só volume, motivo por que cada Parte tem paginação autónoma. A obra de Freire registou uma 2ª edição em 1863, impressa em Lisboa na Tipografia do Panorama (Cf. Anexo 2, imagem 5).

Um dos aspectos em que as *Reflexões* assumem particular interesse linguístico é o que se refere ao léxico do português setecentista, assemelhando-se muitas das *Reflexões* a dicionários “temáticos”, por exemplo, de palavras caídas em desuso ou de palavras consideradas inaceitáveis em determinados géneros literários, mas comumente usadas. Das *Reflexões* como exercício “paralexicográfico” (Verdelho, 1995: 225) tratar-se-á no ponto seguinte.

2.3. ASPECTOS (PARA)LEXICOGRÁFICOS

Por texto paralexicográfico entende-se qualquer rol de unidades lexicais ou fraseológicas que apresente uma estrutura (micro e macro) semelhante ou equivalente à das obras lexicográficas, a saber: ordenação alfabética, lema destacado seguido de campos relativos quer a especificidades da definição do lema – sinonímica ou perifrástica – (perífrase descritiva ou explicativa), quer aos vários usos da palavra-entrada no contexto da variação linguística que, por meio de “marcas”, vale dizer, de expressões abreviadas, fornecem uma informação complementar acerca do uso das palavras (Porto Dapena, 2002: 250). Assim, ao marcar certa unidade como “vulgar” (vulg.), “familiar” (fam.) ou “chula”, por exemplo, o lexicógrafo está a delimitar o que considera ser o estatuto sociolinguístico e estilístico dessa unidade.

Ora, a verdade é que nas *Reflexões* se apresentem procedimentos equivalentes aos das obras lexicográficas, uma vez que Freire organiza alfabeticamente as listas de palavras, esclarece o significado destas, aduz textualizações literárias, baseadas nos clássicos nacionais (Banza, 2012), e assinala o uso de cada palavra em função de uma hierarquização estilística (Thielemann, 2007) em cujos extremos se encontram o “estilo magnífico ou sublime” e o “chulo”, passando pelo “oratório”, o “familiar”, o “vulgar” e o “popular”, correspondentes a outras tantas “marcas lexicográficas” (Porto Dapena, 2002: 250-251), muito embora não surjam abreviadas.

Com efeito, as *Reflexões* comungam de alguns dos princípios inerentes à técnica lexicográfica, coincidindo com esta, desde logo, na aplicação do critério alfabético, consoante se observa, por exemplo, na “Reflexão 7ª da Parte Primeira”, na qual a ordem dos lemas deriva da ortografia usada pelo editor das *Reflexões*.

TABELA 5

ORDEM ALFABÉTICA (Freire 1842, Parte I, <i>Reflexão 7^a</i> ¹³ : 77-80)	
<i>Abastado</i>	<i>Acossar</i>
<i>Abdicação</i>	<i>Acrisolar</i>
<i>Abnegação</i>	<i>Acre</i>
<i>Aborrecer</i>	<i>Actor</i>
<i>Aborto</i>	<i>Ademanes</i>
<i>Abstemio</i>	<i>Adejar</i>
<i>Absurdo</i>	<i>Admirativo</i>
<i>Abundancia</i>	<i>Admoestar</i>
<i>Abusão</i>	<i>Adolescencia</i>
<i>Acatamento</i>	<i>Adoração</i>
<i>Accumular</i>	<i>Adormecer</i>
<i>Acenos</i>	<i>Affavel</i>
<i>Achaquoso</i>	<i>Affecto</i>
<i>Acorrer</i>	<i>Affeçoado</i>

Quanto ao segundo princípio lexicográfico – existência de definição (campo definicional) da palavra-entrada – também neste aspecto se aproxima Freire da prática do lexicógrafo, visto que o interesse do autor das *Reflexões* radica, precisamente, na elucidação semântica das unidades, na destriça entre formas que, não raro, eram tomadas como sinónimas, procurando devolver-lhes um uso social e estilístico que as reconduzisse ao que julgava ser a legitimidade e transparência perdidas no decurso do século XVII.

Com o rigor da “locução” ou do “estilo”, relaciona-se a problemática da sinonímia, da qual trata Freire na *Reflexão 7^a*. O processo de equivalência é analisado no âmbito do “valor e propriedade de muitos termos Portuguezes, a qual anda pervertida pelos Escriptores ignorantes, persuadidos de que são synonymas palavras, que muitas vezes na significação são entre si contrarias, e opostas” (Freire, 1842, Parte I, *Reflexão 7^a*: 70).

Em conformidade com a teoria lexicográfica (Haensch, 1982; Porto Dapena, 2002), a definição tanto pode ser “intralinguística”, consistindo numa relação sinonímica entre duas unidades lexicais consideradas equivalentes, como pode corresponder a uma perífrase, a qual, em geral, consiste num enunciado descritivo do referente nomeado ou da sua função ou utilidade. Esta definição não se realiza por referência a outra(s) unidade(s) do léxico, mas por remissão para o universo dos referentes nomeados pelos signos linguísticos. Às anteriores

¹³ Intitula-se *Em que recommendando-se o falar com toda a propriedade se oferece um Catalogo de termos proprios, cujo legitimo uso frequentemente se perverte* (Freire, 1842: I, *Reflexão 7^a*: 70).

acrescenta-se, por outro lado, a definição enciclopédica, caracterizada pela descrição pormenorizada do referente nomeado, motivo por que é extralinguística.

No entanto, os dicionários oferecem, não raro, definições mistas, nas quais aparecem, não só sinónimos, como também perífrases, servindo estas para esclarecer algum aspecto do significado ou, se for o caso, do referente nomeado pelo lema. Ora, também neste ponto, as *Reflexões* acompanham a prática lexicográfica, uma vez que, ao definir as unidades, Freire recorre, simultaneamente, a sinónimos e a perífrases – definição mista – porquanto visa reconduzir as palavras à sua pureza primigénia, vale dizer, ao significado original e preciso, denunciando, assim, diferentes graus de sinonímia (sinónimo “próprio”, “impróprio” e “figurado”). Vejam-se, a seguir, exemplos de “definições mistas” de algumas das unidades reunidas na Tabela anterior.

TABELA 6

DEFINIÇÕES
<i>Abstemio</i> , não significa o que se abstem de comida, mas de <i>bebidas</i> , especialmente de <i>vinho</i> .
<i>Aborrecer</i> não é sinonimo proprio de <i>desgostar</i> . <i>Aborrecer</i> a Pedro por desgosto de Pedro. <i>Aborrecer</i> é ter aversão com tédio, e horror.
<i>Abusão</i> , e <i>abuso</i> , não significam o mesmo, como entendem os ignorantes. <i>Abusão</i> val o mesmo que <i>superstição</i> ; e <i>abuso</i> só significa máo uso de alguma cousa. [...].
<i>Achaquoso</i> é mais que <i>doente</i> , e <i>enfermo</i> ; porque <i>achaque</i> é o mal que sobrevem a uma grave doença, ou que nasce de má disposição de temperamento, e é habitual, e quasi natural do corpo.
<i>Acorrer</i> , e <i>acodir</i> diferem, porque <i>acorrer</i> é <i>acodir</i> com aceleração e pressa.
<i>Adejar</i> , proprio das aves, quando batem as azas. [...].
<i>Admoestar</i> é advertir alguma cousa com brandura, <i>reprehender</i> com severidade; <i>inrepar</i> com aspereza [...].
<i>Adormecer</i> é começar a dormir. <i>Adormentar</i> é causar somno. O vinho <i>adormenta</i> , e faz <i>adormecer</i> ao embriagado, disse Vieira.

Algumas destas definições realizam-se pela negativa – “não significa”, “não significam o mesmo”, “não é sinonimo” –, processo ao qual Freire recorre com frequência, e que não

equivale, em bom rigor, a uma definição por antonímia, conforme se observa nos exemplos seguintes:

TABELA 7

<p><i>Importuno</i> é o contrario de <i>oportuno</i>, e só no sentido figurado é que se toma por homem pezado, e que falla ou obra cousas fóra de tempo”.</p> <p>(Freire, 1842, I, <i>Reflexão 7ª</i>: 127)</p>
<p><i>Indigencia, pobreza, penurua e inopia</i> não são synonimos. [...].</p> <p>(Freire, 1842, I, <i>Reflexão 7ª</i>: 128).</p>
<p><i>Rapina</i> não é synonimo de <i>furto</i>, porque é tirar com violência o alheio, e furto é tira-lo com destreza, ou sem violência sensível. <i>Demais, rapina é roubo publico, e furto é particular</i></p> <p>(Freire, 1842, I, <i>Reflexão 7ª</i>: 143).</p>

O princípio da “marcação” lexicográfica está igualmente presente nas *Reflexões*, se bem que as marcas (Porto Dapena, 2002: 250-251) não apareçam abreviadas, como referido acima, contudo, a julgar pelos exemplos a seguir, não restam dúvidas de que Francisco José Freire reconhece o uso específico das unidades lexicais como “termos”, isto é, como palavras próprias de uma actividade ou profissão, pertencendo, pois, ao que hoje se conhece como terminologia técnica ou científica, vale dizer, linguagens especiais (Verdelho, 1998). São exemplos da marcação lexicográfica, as seguintes palavras: “*Decotar*: termo proprio para as arvores, quando lhes cortam os ramos. Na Arte da Caça, pag. 75, tambem se aplica este verbo ao tirar as pennas ás aves” (Freire, 1842, I, *Reflexão 7ª*: 99); *Encamizada*, que recebe a marca “termo militar”, significa o “assalto, que se dá ás escuras, vestindo os soldados as camisas, ou outros pannos de linho, sobre as fardas para se distinguirem dos contrários na escuridade. [...]” (Freire, 1842, I, *Reflexão 7ª*: 113).

2.4. ASPECTOS LEXICAIS

Como acima se demonstrou, entre os *topói* que percorreram o século XVIII conta-se a variação lexical. É no contexto do purismo setecentista que se discute, quer a pertinência da importação de palavras (em especial de origem francesa), quer a revitalização de vocábulos vernáculos que, embora tivessem caído em desuso, poderiam ser reintroduzidas na língua, de molde a enriquecerem o caudal lexical, uma vez que estavam validadas pelo uso dos clássicos

quinhentistas e, ainda, de alguns seiscentistas, em particular de António Vieira (Banza, 2012), considerado um dos representantes do “português de lei”.

Do mesmo modo, o interesse pelas palavras “antigas” ou “antiquadas” irá traduzir-se num exercício de apreciação da utilidade dessas unidades.

2.4.1. DIACRONISMOS

Algumas das *Reflexões* de Freire centram-se precisamente na avaliação de um *corpus* coligido de autores dos séculos XVI e XVII, com vista à possível reactivação de palavras que, legitimamente, poderiam renovar o léxico literário setecentista, sobretudo depois dos exageros praticados pela maioria dos seiscentistas. Mas, se a proposta de Freire representa, por um lado, uma renovação “endógena”, fundada na tradição linguística, por outro, também mostra que as “palavras antiquadas” eram vistas como um importante recurso estilístico, tanto na poesia como na prosa, já que a preocupação do autor incidia na língua literária; não na língua oral.

Apesar de defender a renovação “intrassistémica”, Freire não recusava completamente a importação lexical, embora esta devesse obedecer a certos critérios, como a inexistência de uma alternativa na tradição nacional, porquanto a via endógena tinha a vantagem de recuperar léxico patrimonial, legítimo e autorizado. Esta atitude purista, baseada em parâmetros que, por serem clássicos, não deixavam de ser subjectivos – “energia”, “força expressiva” e “pureza” –, opera em sentido contrário à dinâmica da língua, à qual é inerente a variação.

Na *Reflexão* 2ª da Parte Primeira das *Reflexões*, trata Freire precisamente do “uso de algumas vozes antiquadas”, onde o arcádico escritor esclarece que

“[...] o uso recebido pelos sabios, que se seguiram a estes mestres, tem maior auctoridade, do que elles, porque esta é a differença das Linguas vivas ás mortas, faremos agora memoria de algumas vozes, que tendo sido usadas pelos melhores Classicos, estão hoje inteiramente antiquadas” (Freire, 1842, I, *Reflexão* 2ª: 22),

acrescentando a seguir:

não espere aqui o leitor um catalogo prolixo de nomes, que já despresar por antiquados o insigne João de Barros, quando em seus admiraveis escritos deo polimento, e cultura á nossa Linguagem, porque de taes vozes trataram já Duarte Nunes de Leão, Bento Pereira, e com especialidade o P. Bluteau em um especial Catalogo, que anda no tomo segundo do Suplemento ao seu Vocabulario (*ibid.*).

O período compreendido nesta *Reflexão* 2ª vai de Barros a Vieira, quando “floreceram reinantes” (*ibid.*) muitas palavras que vieram a “murchar na idade presente”, vale dizer, na

época do Autor. Esta Reflexão segue-se a outra sobre a “auctoridade dos Auctores Classicos da Lingua Portugueza”, considerados como modelos a seguir pelo escritor principiante, a quem a obra é dedicada¹⁴, e constitui, em conjunto com as reflexões terceira e quarta, respectivamente sobre palavras “das quaes frequentemente se usa, e os criticos não admittem” e sobre “nomes latinos introduzidos na Lingua Portugueza por Escritores de inferior classe, aos quaes não se deve seguir”, um conjunto de reflexões sobre vocabulário comumente usado e dicionarizado, mas que, de acordo com o autor, não deveria ser usado pelos escritores, não devendo, por isso, figurar nas obras lexicográficas.

A *Reflexão 2ª* trata, pois, de palavras antiquadas, entendendo-se por tal palavras que deixaram de ser usadas pelos escritores, o que não significa que o autor concorde com o seu afastamento do léxico do português. Logo na introdução a esta Reflexão, Freire adverte que não tratará nesta lista das palavras que já eram “antiquadas” no tempo de João de Barros (séc. XVI), porque delas tratou Bluteau, no segundo tomo do *Supplemento* (1728) ao seu *Vocabulario Portuguez, e Latino* (Silvestre, 2008, 2013) entre outros autores, como Duarte Nunes de Leão ou Bento Pereira; mas tão só daquelas “que desde Barros até Vieira [sécs. XVI-XVII] floresceram reinantes, e vieram a murchar na idade presente [sécs. XVII-XVIII], sem mais fundamento, que a opposição do uso, arbitro muitas vezes imprudente em taes materias” (Freire, 1842, I, *Reflexão 2ª*: 22). Assim, Freire, além de se demarcar dos autores que, pelo desuso, tornaram antiquadas as palavras elencadas, assume-se, desde logo, como complementar em relação a Bluteau, na medida em que este trata apenas das palavras que já não eram usadas no tempo de Vieira, enquanto Freire acrescenta aquelas que caíram em desuso desde o tempo de Vieira até ao seu, isto é, entre o final do séc. XVII e a data em que escreve, 1768, perfazendo um período de cerca de setenta anos.

Efectivamente, encontramos ainda em Bluteau todas as palavras apontadas por Freire como antiquadas, o que significa, antes de mais, que, efectivamente, estas palavras não eram ainda arcaicas quando Bluteau inicia a publicação do *Vocabulário*, escassos anos após a morte de Vieira (diz Freire que “desde Barros até Vieira floresceram reinantes”), mas, aparentemente, haviam-se tornado antiquadas em 1768, quando Freire escreve as *Reflexões*. No entanto, e quando esperaríamos que tais palavras já não figurassem no dicionário de Moraes, no final do séc. XVIII, em 1789, eis que elas ressurgem, como se nunca tivessem saído de uso, mantendo-se, muitas delas, vivas até hoje, como é o caso de palavras como *delonga*, por ‘demora’; *derradeiro*, por ‘último’; *estugar*, por ‘apressar’ ou *timoneiro*, por ‘aquele que governa o leme de uma embarcação’

¹⁴ Cf. *Introdução ao escriptor principiante* (Freire, 1842, I: 1-4).

O rol de Francisco José Freire inclui setenta e duas unidades, algumas das quais se encontram reunidas na tabela abaixo.

TABELA 8

DIACRONISMOS LEXICAIS ¹⁵							
Agrura	Derradeiro	Doestar	Esmolar	Genitura	Louçania	Prêa	Sobreceño
Alpargata	Desazo	Embair	Esparcelado	Gentalha	Manceba	Precintado	Timoneiro
Anojo	Desdar	Embestegar	Esquivar	Governalho	Mescabar	Privado e Privança	
Arenga	Desnacer	Emboras	Estugar	Hoste	Miramento	Queixume	
Arrear	Despeado	Emprenhido	Fallecer	Imigo	Mutra	Realeza	
Atavio	Desquerido	Emfarado	Feitiça	Ladear	Nadivel	Referta	
Cohirmão	Desviver	Escarcéu	Feitura	Látego	Patrisar	Remoela	
Companha	Devanco	Escudar	Feros	Lasso	Poento	Replenado e Repleno	
Córrego	Dição	Esgares	Grey	Lide	Pompear	Sáfaro	
Delonga	Dissidente	Esmechar	Galardoar	Longor	Posteriores	Sahimento	

Ora, uma observação sistemática da lista de setenta e duas palavras dadas como “antiquadas” por Freire entre o final do séc. XVII e a redacção das *Reflexões*, em 1768, permite verificar que todas elas se encontram, com algumas alterações, em Morais, sendo poucos os casos em que este lexicógrafo confirma o estatuto de “antiquadas” às palavras elencadas por Freire. A maioria delas consta também no dicionário de Houaiss (2001).

Tal é o caso de palavras como *Imigo*, por ‘inimigo’, que continuam a aparecer em Morais, mas registadas como diacronismo ou o de *longor*, por ‘comprimento’, que se mantém também em Morais, mas com a indicação de “pouco usado”. Em palavras como *Esgares*, registada em Freire no sentido de ‘acenos, e movimentos feitos com a cabeça, ou com os olhos’, Morais regista apenas o sentido de ‘gestos do rosto’, o que parece denotar um processo de restrição semântica, mas não de antiquação. Nestes casos, as alterações

¹⁵ É de notar que algumas destas unidades serão talvez empréstimos castelhanos. Veja-se o exemplo de “alpargata” (do árab. hisp. al-parga, segundo A. G. Cunha, 1994) que, com as formas “alparcata” e “alpargate” (Cunha, 1994: 35), se regista, em português, no século XVII. Por sua vez, Houaiss regista as formas “alpergata” (1595), “alpargata” (1685) e “alpercata” (1899).

registam-se logo em Moraes e mantêm-se em Houaiss, o que indica que são datáveis do final do séc. XVIII e se mantêm vivas até aos nossos dias.

Noutros casos, as alterações registam-se apenas em Houaiss, o que indica serem talvez posteriores à obra de Moraes. É o caso de palavras que registavam duas formas, como é o caso de *mescaçar/menoscaçar*, por 'desestimar', e *replorado/repleno*, por 'cheio', em que Moraes regista ainda as duas formas, mas Houaiss apenas a segunda.

De notar também casos de palavras que desaparecem entre Moraes e Houaiss. É o caso de *desnacer*, por 'voltar a recolher ao útero', *esparcelado*, por 'mar com bancos de pedra' (em Houaiss encontra-se, porém, *esparcel/parcel*), *miramento*, por 'atenção' (em Houaiss encontra-se, porém, *mirar*), *mutra*, por 'sinete', e *referta*, por 'contenda'.

Finalmente, registam-se ainda, entre Moraes e Houaiss, alguns casos de mudança semântica. É o caso de *devaneo*, por 'desvanecimento' e *dição*, por 'domínio', que existem actualmente com significados diversos. Nos casos de *genitura*, por 'geração', e *governalho*, por 'leme', Houaiss anota estas formas apenas já como diacronismos.

TABELA 9

F. J. FREIRE (1842)	MORAIS SILVA (1813)	HOUAISS (2001) ¹⁶
1. <i>Agrura</i> por impureza	O sabor agro [...]. A aspereza (Silva, 1813: 68).	Não registado com a acepção de Freire.
2. <i>Alpargata</i>	Vieira escreve sempre assim. V. Alpargate (Silva, 1823:104).	1595 m.q. <i>alpercata</i>
3. <i>Anojo</i> : chamavam os bons antigos ao animal de um anno.	Não regista a acepção de Freire.	Não regista a acepção de Freire.
4. <i>Arenga</i> por discurso serio	Pratica, discurso, falla, oração. (Silva, 1813: 176).	1452 discurso ou oração proferidas em público
5. <i>Arrear</i> por enfeitar	V. Arreyar. (Silva, 1813: 186) <i>Arreiar</i> – arraiar, ornar, ataviar as bestas. Ataviar, adornar, enfeitar qualquer pessoa. [...] fig. Arreiar-se: adornar-se (Silva, 1813: 189).	XV colocar enfeites em (algo, alguém ou em si próprio); ataviar(-se), ornamentar(-se)
6. <i>Atavio</i> por enfeite tambem e	Ornato, enfeite, adorno (Silva, 1813: 221).	1381 ato ou efeito de ataviar(-se); ataviamento, arrumação,

¹⁶ Na referência aos artigos de Houaiss (2001) prescindiu-se dos dados menos relevantes para a comparação com os de Freire.

antiquado		ornamentação
7. <i>Cahir mão</i>	V. <i>Coirmão</i> , e <i>Com-irmão</i> . (Silva, 1813: 410)	Só está registado “coirmão”: 1297 diz-se de ou cada um dos filhos de um irmão ou irmã em relação aos do outro irmão ou irmã
8. <i>Companha</i> por companhia	Gente militar, e de guerra, que seguia algum Capitão. (Silva, 1813: 425).	Para Houaiss, esta palavra é antiga: “XIII 1 <i>ant.</i> grupo de pessoas que seguem juntas; grupo de pessoas, montadas ou apeadas, que acompanha alguém nas montarias, jornadas etc”
9. <i>Corrego</i> significava o mesmo, que hoje regueiro.	Regueiro d’água, que sai de tanque, &c. (Silva, 1813: 476).	1087 1 fenda ou sulco aberto na terra pelas águas correntes; corga
10. <i>Delonga</i> por dilação	Dilação do negocio [...] (Silva, 1813: 526).	sXIV 1 ato ou efeito de delongar(-se); alongamento 2 adiamento, atraso, demora
11. <i>Derradeiro</i>	Ultimo, final (Silva, 1813: 535)	sXIV 1 que não é sucedido por nenhum outro de seu gênero, de sua espécie
12. <i>Desazo</i> por negligencia ou descuido	Desaso. Desmazelo [...]. Negligencia. [...] (Silva, 1813: 550).	XV 1 falta de azo, de ensejo 2 falta de aptidão, de jeito; inaptidão 3 falta de cuidado; desmazelo, negligência
13. <i>Desdar</i> por desatar	Desatar (Silva, 1813: 566).	Sem data em Houaiss, significa: “retomar (o que se dera)”
14. <i>Desnacer</i>	Tornar a recolher-se a criança que coroava; ou recolher algum membro que linha lançado para fóra do útero. <i>Vieira</i> . (Silva, 1813: 590)	Não registado.
15. <i>Despeado</i> por maltratado dos pés	[...] maltratado dos pés de sorte, que se não póde andar sem grande pena [...] (Silva, 1813: 593).	1553-1615 que se despeou 1 que tem os pés machucados [...].
16. <i>Desquerido</i> por não amado	p. pass. de Desquerer. <i>Vieira</i> . Desquerer. Deixar de querer bem. <i>Vieira</i> . [...] (Silva, 1813: 600).	1 que não é querido, amado; desprezado 2 que não se quer ou não se quis mais; desamado

Na verdade, uma observação sistemática da lista de setenta e duas palavras dadas por antiquadas por Freire entre o final do séc. XVII e a redacção das *Reflexões*, em 1768, permite verificar que todas elas se encontram em Moraes, ainda que, em alguns casos, com algumas

alterações, e a maior parte delas chega à actualidade, encontrando-se também registadas no dicionário de Houaiss, sendo poucos os casos em que Moraes confirma o estatuto de “antiquadas” às palavras elencadas por Freire.

Como explicar, então, que Freire dê como antiquadas entre o final do séc. XVII e meados do séc. XVIII palavras que Moraes, no final do mesmo século, reabilita, permanecendo ainda, na sua maior parte, até à actualidade? A explicação para tal facto, encontramos-la nas notas do editor, Cunha Rivara, a esta Reflexão. Na verdade, Freire escreveu as *Reflexões* em pleno séc. XVIII (1768), ainda no rescaldo do seiscentismo, e, como faz notar Rivara, aquando da primeira edição da obra, setenta e quatro anos depois, já em pleno século XIX (1842):

Quando o Auctor [Freire] escreveu ainda reinava o demasiado escrupulo dos que entendiam que certos vocabulos não se admittiam em discursos graves, ou em versos sobre serios assumptos. O seiscentismo foi o precursor da decadencia da pura linguagem portugueza: os homens que então metrificavam (e havia uma praga delles, nenhum dos quaes passará á posteridade) limitaram-se ao uso de um certo numero de palavras, que empregavam por conta e medida, apoucaram as formaturas do idioma, cercearam-lhe as galas, diminuiram-lhe o cabedal, com que Fr. Luiz de Sousa, Barros, Vieira, e outros que verdadeiramente podêmos chamar Classicos, ostentaram riquezas, que hoje vão desenterrando, e descobrindo novamente polidas, os poucos que se esmeram em fallar portuguez livre tanto de archaismos como de innovações desnecessarias, abundante em termos genuinos e expressões fecundas e proprias. Nessa epocha de calamidade para a lingua e tambem para o progresso intellectual, as metaphoras violentas suppriam ideas, e meia duzia de palavras sonoras a copia da dicção. [...] Pelo que respeita a vozes antiquadas algumas há que o uso dos modernos escriptores tem acreditado, e a propriedade dellas lhes deu cabimento. O bom juizo do nosso Auctor luta com os preconceitos do seu tempo, que tinham desterrado muitos termos expressivos, de cuja supressão se lastima. Veja-se o que diz de – *queixume, esquivar, dissidente, feitura, grey, sobreceño*, e outros vocabulos tão necessarios para variar a frase, e que a moda então reputava por antiquados: não duvidamos hoje emprega-los, e assim outros muitos, em que actualmente ninguem faz reparo; por exemplo: - *derradeiro, delonga, doestar, atavio, embair, escudar, esmolar*. No tempo do seiscentismo de que ainda em vida do Auctor havia ressaibo, proscreveram-se palavras com a estulta distincção de termos prosaicos, ou metricos, e alem disso chamaram velhas ou plebeas a palavras, sem mais sentença do que a tyrannia da moda, que por então imperou no discurso escripto ou pronunciado, como hoje (e sempre) dicta leis no vestuario e nos moveis. Palavra verdadeiramente *velha* temos nós que é a que foi substituída por uma ou mais palavras de maior euphonia, graça, e força d’expressão, e por isso não convem resuscita-la, principalmente sendo tão obsoleta que hoje careça de traducção. (Freire, 1842, I: 164-165).

Não seria, pois, este o caso das palavras elencadas por Freire como antiquadas. Na verdade, estas palavras não seriam verdadeiramente “velhas”, no sentido em que o editor das *Reflexões* usa o termo, mas terão ficado apenas “fora de moda” num período situável entre o final do séc. XVII (depois do Padre António Vieira) e o terceiro quartel do séc. XVIII, uma vez

que Freire, em 1768, as considera ainda como antiquadas (injustamente, em muitos casos), tendo, no entanto, sido reabilitadas no decurso dos vinte anos seguintes, uma vez que a obra de Morais, em 1789, as reintegra como palavras autorizadas.

Muitas destas palavras terão provavelmente sido substituídas por estrangeirismos (Boléo, 1965), sendo posteriormente recuperadas. Importa lembrar aqui que, na época de Freire, se assistia a uma verdadeira contenda, entre puristas, que, rejeitando a importação, defendiam o património lexical oferecido pelos clássicos, e adeptos do empréstimo, que adoptavam sem reservas toda a sorte de estrangeirismos, particularmente galicismos, muitos deles “inovações desnecessárias” que, na época, invadiam a literatura. Esta disputa já é sensível no tempo de Freire, que lhe dedica uma das suas mais interessantes reflexões, e estende-se até meados do séc. XIX.

Importa esclarecer que nenhum indivíduo conhece todas as variedades sociais, geográficas e estilísticas da língua, motivo por que, em geral, os lexicógrafos incluem nos dicionários fontes diversas, assim como unidades que apenas têm circulação restringida. Com efeito, o lexicógrafo recolhe no dicionário palavras que já não são usadas para, registando-as no inventário, as resgatar do esquecimento ou desconhecimento. Na verdade, nenhum dicionário reflecte apenas a contemporaneidade da língua, já que toda a obra lexicográfica recolhe e classifica a variação passada e actual em função de modelos linguísticos que, em certas épocas, são “escrupulosos”, deixando “fora de moda” muitas unidades.

Ora, os exemplos acima a permitem concluir que os testemunhos dos lexicógrafos (antigos e modernos) sobre a obsolescência lexical devem ser filtrados e contrastados com testemunhos de outra natureza.

2.4.2. NEOLOGISMOS

O binómio português-francês é outro dos vectores em que se demora a reflexão linguística setecentista. Ao contrário do binómio português-latim, no qual, dada a relação de filiação de um no outro, o vínculo entre os elementos é natural, a relação entre o português e o francês era analisada como interferência linguística, empréstimo lexical e, inclusive, como neologia. Porém, neste binómio, está em causa não só o galicismo lexical mas sobretudo o galicismo fraseológico e o sintáctico, que motivaram uma ampla discussão entre os intelectuais portugueses (S. Luís, 1824). O termo “francesia”, “galomania” (ou “galiparla”) ridicularizava a imitação despropositada da língua francesa entre meados de Setecentos e meados da centúria seguinte (Teyssier, 1994), período em que o combate ao galicismo servia de bandeira ao nacionalismo linguístico, conforme revelam as palavras de Freire:

Faço esta reflexão, para tornar contra um numero infinito de modernos que, prezando-se mais de francezes que de portuguezes, affectam não usar d'esta figura, e dizem sempre à franceza: Eu vejo, eu pasmo, eu me confundo, etc., em occasiões que não pede, antes reprova, a energia e indole da nossa linguagem (Freire, 1842, I, *Reflexão 6ª*: 66).

Além de traduzir a simbiose entre língua e nação, o tópico da língua como emblema da identidade nacional, remontando embora às primeiras produções gramaticais em vernáculo, no século XVI, percorre as obras setecentistas em Portugal (Gonçalves, 1997) e integra-se num programa de restituição da pureza e da vernaculidade à língua e à literatura. Apesar de não ser o primeiro autor a tratar da questão dos galicismos¹⁷, Francisco José Freire apresenta uma interessante lista de palavras emprestadas ou decalcadas do francês, algumas das quais voltarão a aparecer no *Glossário de Palavras e Frases da Lingua Franceza*¹⁸, publicado por Fr. Francisco de S. Luís (1766-1845), mais conhecido como Cardeal Saraiva (1824: 1-146). Este *Glossário* vem a lume justamente na sequência dos textos setecentistas em que, de forma mais ou menos aprofundada, o assunto vinha sendo discutido, ainda que sem o fôlego incutido pelo Cardeal, o que prova quanto a questão era candente entre os intelectuais da época, conforme demonstram as memórias apresentadas por António das Neves Pereira (1792, 1793a, 1793b) à Academia Real das Ciências de Lisboa.

Quando considerado em geral, o fenómeno de importação lexical afigura-se a Freire, no entanto, como um processo natural, visto responder a necessidades sentidas sobretudo nos domínios técnico e científico (Verdelho, 1998); casos há, contudo, em que a adopção de palavras estrangeiras é escusada por existirem alternativas na própria língua:

Porém os “amantes da pura linguagem Portuguesa” queixam-se de se introduzirem termos novos, meramente por moda, e não por precisão, pois que a nossa lingua tinha muitos, e bons, com que se explicava antes que se mendigassem outros ás estranhas para se exprimir o mesmo (Freire, 1842, Parte I, *Reflexão 5ª*: 61).

Não era, pois, esta uma situação normal de importação, quer do ponto de vista quantitativo, quer do ponto de vista qualitativo e, neste contexto, as opiniões dividiam-se, regra geral extremadas, porque a situação era extrema, entre os “escrupulosos”, puristas que nada permitiam, e os “indulgentes”, que tudo concediam (Freire, 1842, I, *Reflexão 5ª*: 62).

¹⁷ Do assunto já se ocupara, entre outros autores, o ortografista Monte Carmelo (1767: 297-298). Disponível em: <http://purl.pt/9>

¹⁸ Esta Memória académica correspondia aos objectivos do Programa proposto pela Academia Real das Sciencias de Lisboa para o ano de 1810. Disponível em: <http://www.archive.org/stream/glossariodaspalaoosluuoft#page/n5/mode/2up>

É nesse aspecto que a posição defendida pelo Autor é particularmente interessante, na medida em que, numa época de posições radicais, propõe uma sensata concordância entre os dois extremos. Tal posição, no entanto, não é totalmente original, pois Freire baseia-a na autoridade das grandes Academias nacionais, nomeadamente da *Crusca*, a prestigiada Academia italiana, fundada em 1583, em Florença, cujo papel na manutenção da pureza da língua italiana é visível no *Vocabolario della lingua italiana* (1612). Na linha desta, são também mencionados por Freire como modelos a seguir neste assunto Monsieur Fouretiere (1619-1688), cujo *Dictionnaire Universel contenant generalement tous les mots tant vieu que modernes. & des termes de toutes les Sciences et des Arts*, apesar da contenda do autor com a Académie Française (1635), acabaria por sair, postumamente, em 1690, quatro anos antes do da própria Academia, que viria a lume em 1694 e, ainda, as Reais Academias castelhana e francesa, a que poderiam juntar-se as Academias alemã e inglesa, igualmente seguidoras do espírito da *Crusca*.

Assim, na esteira destes grandes exemplos de defesa da pureza vernacular, Freire aceita a introdução de empréstimos apenas nos casos onde o Português carece de palavras adequadas e económicas condenando os empréstimos inúteis. Para ilustrar a posição dos “escrupulosos” e “rigoristas”, Freire aponta as palavras ou expressões seguintes:

TABELA 10

GALICISMO	CORRESPONDÊNCIA EM VERNÁCULO
<i>abandonar</i>	desamparar
<i>affares</i>	negócios
<i>Bellas Letras</i> ¹⁹	Letras humanas, Boas Artes
<i>bom gosto</i> ²⁰	discernimento
<i>susceptivel</i>	cousa capaz de receber outra

¹⁹ A expressão foi registada por Vieira (1871: 750), definindo-a da seguinte maneira: “Na classificação dos conhecimentos humanos, dá se este nome áquella parte da literatura em que o bello é o principal carcter, como a Poesia, a Eloquencia, a arte Dramatica, a Historia”. Houaiss (2001) também regista a expressão; porém, sem apontar uma origem, nem uma datação.

²⁰ A questão do “bom gosto” também fez parte do ideário linguístico-literário de Freire na *Ilustração Crítica* (1751: 9): “Este *bom gosto* he hum nome, que appareceo em os nossos tempos, e parece hum nome vagabundo, sem ter patria certa”. Além disso, o bom gosto consistia em “toda aquella boa ordem e disposição, que pede a materia, debuxando-a com uma natural graça, e precisa exacção, dando-lhe aqueles ultimos toques, que fazem o composto não só delicado, mas vivo” (Freire, 1851: 9).

<i>viajar</i>	correr terras
<i>manobra</i>	mareação

Para Freire, o processo de importação, sobre ser natural em qualquer língua viva, quando necessário traduz-se num enriquecimento do qual já tinham beneficiado as línguas inglesa e castelhana, por exemplo.

No entanto, tal como a maioria dos que condenavam a importação de palavras francesas, Freire não parece ter em conta a efemeridade da maior parte dos empréstimos. Por isso, o autor distingue os que permaneceram – galicismos antigos –, já totalmente assimilados, dos de geração recente, muitos dos quais “reprováveis” por serem desnecessários. Dos primeiros, aponta Freire os seguintes, localizados em escritores portugueses antigos: *reproche* (em Duarte Nunes de Leão), *policia* (em João de Barros), *pedante* e *pedantesco* (em Duarte Nunes de Leão), *suplantar* (i.e. ‘usar de força ou artifício para tirar a alguém o cargo, ou fortuna que possui’).

Dentre os segundos, aponta os seguintes como reprováveis:

TABELA 11

GALICISMO	CORRESPONDÊNCIA EM VERNÁCULO
<i>cadete</i> ²¹	filho não primogénito
<i>criterio</i>	arte critica
<i>canoculo</i> ²²	óculo de ver ao longe
<i>charlatão</i>	palrador ignorante

²¹ Em Houaiss (2001), “cadete” tem como primeiras acepções “filho não primogénito de uma família nobre ou considerada de boa estirpe” e, “por extensão de sentido. filho não primogénito; filho segundo em geral”. A terceira acepção da palavra remete para o domínio militar “Rubrica: termo militar. Diacronismo: obsoleto. jovem de família nobre, incorporado ao exército (esp. na cavalaria e infantaria) na qualidade de aprendiz das artes da guerra e do ofício de guerreiro e que, como soldado, gozava de certos privilégios e regalias e ascendia diretamente ao oficialato sem passar pelos postos inferiores”, passando depois a denominar “aquele que é aspirante a escola militar superior do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica” ou, ainda no domínio militar, “aquele que cursa o último ano de uma escola desse tipo e está em via de se tornar aspirante a oficial” (Houaiss, 2001).

²² Em Moraes Silva (1789: 227) a unidade é definida como “oculo de longamira”. Houaiss (2001) não a regista.

<i>chischisbéu</i> ²³	galan ou amante
<i>delicadeza de engenho</i>	subtileza
<i>dessert</i>	aparato de sobremesa
<i>discolo</i> ²⁴	extravagante, e mal procedido
<i>passagem</i>	logar, ou passo de algum Auctor
<i>retalhos de eloquencia</i>	pedaços de eloquencia
<i>garante e garantia</i>	fiador e affiançar
<i>imagens</i>	logares, e passos eloquentes, ou fantasia, ou juizo
<i>interessante</i>	importante
<i>prejuizo</i>	antecipação de juizo, ou juizo antecipado
<i>projectar</i>	dar idéas, e arbitrios
<i>responsavel</i>	obrigado a responder

Sempre que existam “termos proprios, que exprimem o mesmo que os outros novamente introduzidos”, condena a introdução destas e de outras palavras (Freire, 1842: 64). A esse lote pertencem algumas das acima indicadas, como abandonar (desamparar), *resurce* (‘remedio’), *discolo* (‘malprocedimento’), *affaires* (‘negocio’), *intriga*, *intrigante*, *intrigador*²⁵ (‘enredo, enredar, enredador ou máquina, maquinar, maquinador’), *character* (‘distinctivo’), *conducta* (‘procedimento, governo, prudência’, etc.).

Mas a importação de França afecta também a sintaxe. Freire considera, entre outras, condenáveis construções decalcadas do francês como as seguintes:

²³ Entrou na língua portuguesa através do francês *sigisbée*, empréstimo do italiano *cicisbeo*. Segundo Houaiss (2001), a primeira atestação portuguesa remonta a 1727, no *Supplemento ao Vocabulario Portuguez e Latino*, de D. Rafael Bluteau. *Sigisbéu* também consta da nomenclatura de Houaiss.

²⁴ De origem grega (*dúscolus*), a palavra estará atestada na língua portuguesa desde 1696, significando “que ou quem é mal-educado, sem polidez”.

²⁵ Morais Silva (1789: 733), que regista “intriga e “intrigante”, ainda não atesta “intrigador”.

TABELA 12

GALICISMOS	CORRESPONDÊNCIAS EM VERNÁCULO
Isto não é que um favor	Isto não é senão um favor
Esta acção faz o objecto do publico assombro	Esta acção é o objecto do publico assombro
Fazer as delicias do povo	ser as delicias do povo

Se a luta contra o galicismo fazia parte da “agenda nacionalista” (Diogo, 1996: 46), visto ameaçar a “pureza” da língua (Thielemann, 2001: 69), para Cândido Lusitano “esta [pureza da linguagem] consiste em usar daquelles vocabulos, daquellas frases e idiotismos, que constituem o distinctivo, e indole legitima do idioma em que se escreve” (Freire, 1842, I, *Reflexão 1ª*: 5), donde colocar-se igualmente a questão da legitimação dos usos, antigos (arcaísmos) ou modernos (plebeísmos e estrangeirismos, sobretudo os galicismos). Tão frequente na terminologia setecentista, o conceito de “idiotismo” remetia para a “perfeição”, sendo que esta decorria, por sua vez, da imitação do modelo dos *Auctores classicos*. Fruto de *idiotismo* são construções como “Aborreço a affectação”, em vez de “Aborreçe-me a affectação”, “Esqueceu-me o negocio”, em vez de “Esqueci-me do negocio”, ou “Lembro-me eu”, por “Lembra-me a mim” (Freire, 1842, I, *Reflexão 6ª*: 70).

Em contraponto ao uso dos clássicos nacionais, o uso corrente, em especial o do “vulgo ignorante”, era subtraído do modelo linguístico, embora nem os “homens letrados pouco escrupulosos nas propriedades da sua língua” (Freire, 1842, I, *Reflexão 1ª*: 6) fossem imunes à exclusão, à luz de um filtro purista (Vilela, 1981) por que também passa o “sociolecto culto”. Além da “plebe”, o expurgo atingia ainda uma certa burguesia instruída (Diogo, 1996: 46-51), uma vez que, em Portugal, na segunda metade de Setecentos, se registou a ascensão social da burguesia (Saraiva, 1975: 654), cuja iniciativa no comércio e na indústria foi favorecida pelo consulado pombalino que se propunha, em especial após o terramoto de 1755, renovar o tecido produtivo e diversificar as formas de financiamento do Estado.

Para identificar o modelo linguístico a seguir pelos escritores, Francisco José Freire ocupa-se demoradamente da definição de *autor clássico* ou de *clássicos nacionais*, problemática reveladora da referida parceria ideológica entre língua e nação, associação tanto

mais sensível quanto se sabe ser esta uma época em que a expressão linguística estava inequivocamente ao serviço do poder *absoluto e esclarecido* do Marquês, como se observa na legislação relativa ao ensino (Verdelho, 1982).

Para Cândido Lusitano (1842, I, *Reflexão 1^a*: 6), o uso modelar é aquele que “floreceu, e floresce entre aqueles que mais se distinguiram na pureza do fallar proprio, genuino, e natural da sua nação”. Os termos *legítimo* e *genuíno* enformam o programa linguístico e literário nacional vertido nas *Reflexões* de Freire, além de fazerem parte dos *topói* reflexivos do último quartel de Setecentos, como se vê nas *Memórias de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa*, publicadas em 1792. Do ponto de vista social, Francisco José Freire opera, como já se viu, a discriminação dos usos “impróprios”, que vão do “povo idiota” aos “letrados”, e destes aos “rigoristas”. Pretensiosos, estes exercem sobre a língua um policiamento próximo do zelo da moral e bons costumes. A tentativa de definição do *clássico nacional*, vale dizer, do modelo vernáculo da língua e da literatura, recorrente nas *Reflexões* de Freire, assenta em critérios de natureza retórica, mas também subjectiva. As quatro qualidades enformadoras do bom uso, funcionalizado como norma, são a “propriedade”, a “energia”, a “pureza” e a “abundância”²⁶, acrescidas da “elegância” e da “gravidade”, qualidades das quais depende a identificação dos autores *mais ou menos clássicos*. A *auctoritas* (Banza, 2012) destes decorre da análise da presença das referidas qualidades em cada autor (Freire, 1842, *Introdução*: 1), o que conduz a uma hierarquização dos modelos vernáculos, como se conclui da referência aos “escriptores de inferior classe”, por contraste com os “auctores clássicos”.

Amparado na doutrina dos Clássicos, para Freire, a *pureza*, que é determinada pela “critica judiciosa”, sobrepõe-se a qualquer outra qualidade de um escritor. A sua perspectiva normativa e legitimadora leva-o a propor uma espécie de selecção das espécies linguísticas, quando examina as “palavras antiquadas”, muitas delas ainda hoje acolhidas nos dicionários – veja-se Houaiss (2001) –, e não reservadas, necessariamente, a um uso restrito ou literário. Pretendendo distanciar-se dos “rigoristas”, o autor manifesta, no entanto, um purismo semelhante àquele que critica em contemporâneos seus²⁷. Com efeito, o purismo enforma o

²⁶ Estes conceitos continuam a fazer parte da terminologia filológico-linguística reunida no *Escholiaste Portuguez* (Neto, 1884: 493, 222, 498), o primeiro dicionário do género publicado em Portugal. No entanto, em 1865, já havia sido publicado, no Rio de Janeiro, o *Diccionario Grammatical Portuguez* de J. A. Passos.

²⁷ O termo não aparece propriamente nas *Reflexões* de Francisco José Freire, embora a posição deste corresponda por vezes ao perfil do *purista*. Em Oitocentos, segundo Neto (1884: 498), o “purismo” é definido como: “o defeito d’aquelle que affecta muito a pureza da linguagem, ou que procura mui escupulosamente no estylo; é como o *rigorismo* na moral”. Já o *purista* é “aquella pessoa que presume de escrever e fallar puramente; dedica-se a não empregar expressões convenientes, phrases conformes com as regras da syntaxe, affectando de tal modo a pureza na linguagem, que se exprime sempre em

ideário linguístico e literário subjacente às *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*: se por um lado Freire pretendia restituir à língua a pureza e o esplendor da época dos “bons auctores” – os “nossos clássicos” –, por outro, procurava libertar a literatura nacional da ganga de artifícios irracionais, como a excessiva figuração retórica, de molde a devolver às palavras o seu rigor primordial.

Na base da “decadência” e “corrupção” linguístico-literária, para Cândido Lusitano estavam factores externos e internos: entre os primeiros, incluía a perda da independência entre 1580 e 1640 e, a seguir, a influência cultural francesa, que suscitou várias polémicas (Boisvert, 1983-1985; Gonçalves, 2005) tanto no século XVIII como no seguinte e, ainda, o deficiente ensino da língua materna; entre os segundos factores, estaria o bilinguismo luso-castelhano e a galomania (Passos, 1865: 133)²⁸ ou “francezia” (Vilela, 1982; Gonçalves, 2005).

Apesar do seu “rigorismo”, Freire era já sensível à inevitabilidade da mudança, neste caso a lexical, operada por empréstimo ou importação de palavras de outras línguas, reservando-se, no entanto, o “juízo” sobre a legitimidade de cada estrangeirismo, aceitando uns, proscrevendo outros, em consonância com o “espírito” purista de Setecentos.

3. NOTA FINAL

Os *tópoi* atrás analisados integram-se num contexto ideológico mais amplo – o “iluminismo linguístico” (Vilela 1981, 1982; Gonçalves 2006b) – fruto do império da razão e do espírito neoclássico, de que Freire acaba por ser um interessante testemunho. Para lá dos temas analisados nas secções acima, a obra de Freire é um repositório de muitos outros, não menos relevantes e especiosos para o estudo de fontes (meta)linguísticas de Setecentos, período que, em termos linguísticos, é ainda relativamente pouco estudado.

Apesar do seu valor, as *Reflexões* são apenas um exemplo das muitas obras importantes e raras que jazem esquecidas na Biblioteca Pública de Évora, como em muitas outras, e que importa divulgar e estudar, pelo seu valor científico, como fontes para o estudo da História e da Historiografia da Língua Portuguesa, no caso em apreço, mas também como parte da nossa memória linguística e literária, cujo resgate e disponibilização em formato digital é da maior importância social – e daí o relevante papel das Humanidades Digitais –,

phrase ridícula ou friamente correcta, de que gosta de fazer alarde” (Neto, 1884: 498-499).

²⁸ Segundo o autor do *Diccionario gramatical portuguez*, “o grande uso do galicismo na língua portuguesa já foi moda, com que o deplorável má gosto de muitos nacionais a iam tornando em *gallo-lusa* linguagem, indigna de um povo que tem a felicidade de possuir um dos mais belos idiomas modernos, tão amado das Musas, e onde não é sem orgulho que temos no original uma das mais sublimes e maravilhosas produções que que ellas hão inspirado, o poema *Lusiadas*” (Passos, 1865: 133).

porque “criar o novo ou sonhar com um futuro de esperança será impossível se se acreditar que cada momento é toda a história [...] ou o seu grau zero absoluto” (Catroga, 2001: 35).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSELMO, Artur (1997): *Estudos de história do livro*. Lisboa: Guimarães Editores.

_____(2002): *Livros e mentalidades*. Porto: Guimarães Editores.

BANZA, Ana Paula (2011): “As *Reflexões* (1768) de Francisco José Freire e o Vocabulário (1712-1728) de Bluteau”. In: Mancero Cestera, A. M, Molina Martos, I. e Paredes García, F. eds., *La lengua, lugar de encuentro. Actas del XVI Congreso Internacional de Lingüística y Filología de América Latina (ALFAL)*. Alcalá de Henares, (S5 – Filología y Lingüística Histórica), 2485-2494. Disponível em: <http://alfal2011.mundoalfal.org/>

_____(2012a): “Freire e Vieira: a questão da *auctoritas* nas *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*, de Francisco José Freire”. *Limite - Revista de Estudos Portugueses y de la Lusofonía*, nº 6, 103-123. Disponível em: www.revistalimite.es/volumen%206/o6banz.pdf.

_____(2012b): “Reflexão metalinguística no séc. XVIII: o caso das *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*, de Francisco José Freire”. In: Rolf Kemmler, Barbara Schäfer-Prieß e Roger Schoentag eds., *Lusofone Sprachwissenschaftsgeschichte I*. Tübingen: Calepinus Verlag, 7-20.

_____(2012c): “As *Reflexões* (1768) de Francisco José Freire e o Vocabulário (1712-1728) de Bluteau”. In: Ana M. Cestero Mancera, Isabel Molina Martos, e Florentino Paredes García eds., *La lengua, lugar de encuentro. Actas del XVI Congreso Internacional de la Alfal* (Alcalá de Henares, 6-9 de junio de 2011), Alcalá de Henares: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alcalá. ISBN: 978-84-8138-771-1. Publicación en CD. Disponível em: <http://alfal2011.mundoalfal.org/>

_____(2013): “*Reflexões sobre a ‘Pronúnciação’ no séc. XVIII português*”. In: J. F. Val Álvaro et alii. eds., *De la unidad del lenguaje a la diversidad de las lenguas* (Actas del X Congreso Internacional de Lingüística General, Universidad de Zaragoza 2012). Zaragoza: Publicaciones de la Universidad, 56-65.

_____(no prelo): “A questão do empréstimo nas *Reflexões sobre a Língua Portuguesa* (1768), de Francisco José Freire”. In: 9. *Congresso da Associação Alemã de Lusitanistas*. Viena: Universidade de Viena, Setembro de 2011.

BLUTEAU, Rafael (1712-1721): *Vocabulario Portuguez & Latino*, vol. 1-4, Coimbra, 1712-1713; vol. 5-8, Lisboa, 1716-1721. Disponível em Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/13969/4/>

_____(1727-1728): *Suplemento ao Vocabulario Portuguez, e Latino*. vol. 1, 1727; vol. 2, Lisboa, 1728. Disponível em Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/13969/4/>

BOISVERT, Georges (1983-1985): “Guerra às palavras afrancesadas!”. Une polemique linguistique dans la presse lisboanaise en octobre 1812 ». *Bulletin d’Etudes Portugaises et Brésiliennes*, 44/45, 243-271.

- BOLÉO, Manuel de Paiva (1965): "O problema da importação de palavras e o estudo dos estrangeirismos (em especial dos francesismos) em português". *O Instituto, jornal científico e litterario*, vol. 127, tomo 2. Coimbra: Imprensa da Universidade, 245-302.
- BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando (2001): *Corre manuscrito: una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons.
- _____(2001-2002): "Cultura escrita e história do livro: a circulação manuscrita nos séculos XVI e XVII". *Leituras – Revista da Biblioteca Nacional*, nº 9-10, 63-95.
- CAMBRAIA, César Nardelli (2005): *Introdução à Crítica Textual*. São Paulo: Martins Fontes.
- CARDOSO, Simão *compil. e org.* (1994): *Historiografia gramatical (1500-1920). Língua Portuguesa – Autores Portugueses*. Porto: Faculdade de Letras do Porto.
- CASTRO, Ivo (2007): "Lampadário de palavras". *Edição de Texto. II Congresso Virtual do Departamento de Literaturas Românicas / Textual editing. Second Virtual Congress of the Romance Literature Department*, ed. de Ângela Correia e Cristina Sobral. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. [texto inédito]. Disponível em: http://www.clul.ul.pt/files/ivo_castro/2007_Lampadrio_de_palavras.pdf
- CATROGA, Fernando (2001): *Memória: História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto.
- CID, Isabel (1988): *Incunábulo da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora*. Évora.
- Critique Textuelle Portugaise* (1986): *Actes du Colloque* (Paris, 20-24 Octobre 1981). Paris: Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais.
- DE MAN, Paul (1986): "The Return to Philology". In: *The Resistance to Theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 21-26.
- DIOGO, Américo Lindeza e Osvaldo Manuel SILVESTRE (1996): *Rumo ao português legítimo. Língua e Literatura (1750-1850)*. Braga: Angelus Novus.
- ESPÍRITO SANTO, Arnaldo *et alii* (2006): *Librorum Monumenta. Imagens da cultura eborense (séculos XVI-XVIII) – Catálogo da Exposição Bibliográfica* (29 de Julho – 30 de Setembro de 2005). Évora: Biblioteca Pública de Évora.
- FIGUEIREDO, António Pereira de (1792): "Espírito da lingua portugueza, estrahido das Décadas do insigne escritor João de Barros". In: *Memorias de Litteratura Portugueza*, T. III. Lisboa: na Typographia da mesma Academia, 111-226.
- FREIRE, Francisco José (1768): *Reflexões Sobre a Lingua Portugueza, Escriptas por Francisco Joze Freire da Cong.m do Oratorio de Lisboa em 1768*, Manuscrito: Biblioteca Pública de Évora, Cod. CXIII / 2-1.
- _____(1842): *Reflexões sobre a língua portuguesa*. Lisboa: Typ. Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis.
- Disponível em Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/135/2/>; Internet Archive: <https://archive.org/details/reflexessobreao2freigoog>
- _____(1863): *Reflexões sobre a língua portuguesa*, 2ª ed. Lisboa: Typographia do Panorama. Disponível em Google Books: http://books.google.com.br/books?id=axQTAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false
- GONÇALVES, Maria Filomena (2001): "Aspectos da história e da historiografia da língua portuguesa na época pombalina". In: Werner Thielemann *ed.*, *Século XVIII: Século das Luzes – Século de Pombal*. Biblioteca Luso-Brasileira, 21. Frankfurt am Main: TFM, 11-31.

- _____(2002): "Da «francezia» ou o problema das palavras afrancesadas no século XVIII: as ideias de António das Neves Pereira. *Estudios Portugueses*, 5. Salamanca, 45-62.
- _____(2003a): "As *Reflexões sobre a Língua Portuguesa* (1773/1842) no contexto das ideias linguísticas do século XVIII. In: Francisco Sánchez Miret ed., *Actas del XXIII Congreso Internacional de Lingüística y Filología Románica* (Salamanca, 24-30 septiembre 2001), vol. V, Sección 8. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 181-189.
- _____(2003b): *As ideias ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- _____(2006a): "As ideias pedagógicas e linguísticas de António Pereira de Figueiredo: os manuscritos autógrafos da Biblioteca Pública de Évora". In: Werner Thielemann ed., *Século das Luzes. Portugal e Espanha, o Brasil e a região do Rio da Prata*. Frankfurt am Main: TFM, 133-152.
- _____(2006b): "Iluminismo e pensamento linguístico em Portugal: o exemplo das gramáticas filosóficas". In: *VII Congrès de Lingüística General* (Barcelona, 18 al 21 d'abril de 2006). Barcelona: Universitat de Barcelona, 18pp. CDRom.
- _____(2007a): "Recreação filológico-linguística com a geração de Cenáculo". *Revista de Letras*, nº6, Série II, Dezembro. UTAD/Departamento de Letras/CEL, 37-51.
- _____(2007b): "A variação lexical no discurso metalinguístico de Setecentos: apontamentos sobre o arcaísmo". In: Clotilde de A. A. Murakawa e Maria Filomena Gonçalves orgs., *Novas contribuições para História e Historiografia da Língua Portuguesa*, col. Trilhas Linguísticas, vol. 11. São Paulo/Araraquara: Cultura Acadêmica Editora/Laboratório Editorial da FCL, 45-73.
- _____(2013): "As Reflexões sobre a Língua Portuguesa y la variación léxica en el siglo XVIII". In: J. F. Val Álvaro et alii. eds., *De la unidad del lenguaje a la diversidad de las lenguas* (Actas del X Congreso Internacional de Lingüística General, Universidad de Zaragoza 2012). Zaragoza: Publicaciones de la Universidad, 347-354.
- _____(no prelo): "Do familiar, cómico e jocoso no português setecentista: o exemplo das *Reflexões sobre a Língua Portuguesa* (1842[1768]), de Francisco José Freire (1719-1773)". In: A. Marcos de Dios ed., *La Lengua Portuguesa*. Salamanca: Publicaciones de la Universidad de Salamanca.
- GONÇALVES, Maria Filomena e Ana Paula BANZA (2007): "Património, Língua e Cultura: contributos da Biblioteca Pública de Évora para a Memória (Meta)linguística". *Revista de Letras*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/Departamento de Letras: Centro de Estudos em Letras, Série II, nº 6, 53-71. Disponível em: http://www.utad.pt/vPT/Area2/investigar/CEL/Research/RevistadeLetras/Documents/revistao6%20%282007%29_capa%20exterior-final.pdf
- HAENSCH, G., L. WOLF, S. ETTINGER & R. WERNER (1982): *La lexicografía: De la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Editorial Gredos.
- HOUAISS, António (2001): *Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa*. 2.1. Rio de Janeiro: Instituto de Lexicografia António Houaiss, CDRom.
- LISBOA, João Luís, Tiago MIRANDA & Fernanda OLIVAL (2002): *As Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. Vol. 1 (1729-1731). Lisboa: Colibri/CIDEHUS-UE/CHC-UNL.
- _____(2005): *As Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. Vol. 2 (1732-1734). Lisboa: Colibri/CIDEHUS-UE/CHC-UNL.

- MARQUILHAS, Rita (2010): "Filologia". In: Carlos Ceia ed., *E-Dicionário de termos literários*. Disponível em: http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=200&Itemid=2
- MENÉNDEZ, Fernanda Miranda (1997): *A «construção do discurso» setecentista. Dos processos discursivos à história da língua*. Universidade Nova de Lisboa/FCSH. Dissertação de Doutoramento em Linguística – Análise do Discurso [texto policopiado].
- MONTE, Gil do (1968): *Subsídios para a História da Tipografia em Évora nos Séculos XVI a XVIII*, nº 96, 102, 277, 272, 384, 395 e 402. Évora.
- MONTE CARMELO, Fr. Luís do (1767): *Compendio de Orthographia* [...]. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo
- NETO, António M. de A (1884-1885): *Escholiaste Portuguez ou Subsídios Litterarios grammaticaes, philologicos e rhetoricos compiliados dos melhores auctores e divididos em tres partes accommodadas ao estudo elementar e complementar da Lingua Portuguesa* (1ª, 2ª e 3ª Partes). Lisboa: Typographia Universal.
- PASSOS, J. A. (1865): *Diccionario Gramatical Portuguez*. Rio de Janeiro.
- PEREIRA, António das Neves (1792): "Ensaio critico sobre qual seja o uso prudente das palavras de que se servirão os nossos bons Escritores do Seculo XV e XVI; e deixarão esquecer os que depois a seguirão até ao presente". In: *Memorias de Litteratura Portuguesa da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, t. IV. Lisboa: na Typografia da mesma Academia, 339-467.
- _____(1793a): "Continuação do Ensaio Critico, sobre qual seja o uso prudente das palavras, de que se servirão os nossos bons Escritores do Seculo XV, e XVI; e deixarão esquecer os que depois se seguirão até ao presente". In *Memorias de Litteratura Portuguesa da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, t. V. Lisboa: na Typographia da mesma Academia, 152-252.
- _____(1793b): "Ensaio sobre a Filologia Portuguesa por meio do exame e comparação da Locução e Estilo dos nossos mais insignes Poetas, que florescêrão no seculo XVI". In: *Memorias de Litteratura Portuguesa da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, t. V. Lisboa: na Typographia da mesma Academia, 1-151.
- PRISTA, Luís e Cristina ALBINO (1996): *Filólogos portugueses entre 1868 e 1943* (Catálogo da Exposição Organizada para o XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Faculdade de Letras, 1995). Lisboa: Colibri/Associação Portuguesa de Linguística.
- RIVARA, Heliodoro da Cunha (1850): *Catálogo dos manuscriptos da Biblioteca Pública Eborense ordenado com a descrições pelo bibliotecário* [...], t. 2. Lisboa: Imprensa Nacional.
- _____(1868-1871): *Catálogo dos manuscriptos da Biblioteca Pública Eborense ordenado com a descrições pelo bibliotecário [...] e com outras próprias por Joaquim António de Sousa Telles de Matos*, tomos, II, III, IV. Lisboa: Imprensa Nacional. Disponível em: <http://purl.pt/819>
- RUAS, João coord. (2005): *Tesouros da Biblioteca Pública de Évora: Bicentenário 1805-2005*. Lisboa: INAPA.
- S. LUÍS, Fr. Francisco (Cardeal Saraiva) (1824): "Glossario das Palavras e Frases da Lingua Franceza, que por descuido, ignorancia, ou necessidade se tem introduzido na Locução Portuguesa moderna; com juizo critico das que são adoptaveis nella". In: *Memorias de Litteratura Portuguesa*, t. 4. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1-146.

Disponível

em:

<http://www.archive.org/stream/glossariodaspalaoosluiuoft#page/n5/mode/2up>

SILVA, Innocencio Francisco da (1858-1923): *Diccionario Bibliographico Portuguez*, 23 vols. Lisboa: Imprensa Nacional.

SILVA, António de Moraes ([1813]¹1789): *Diccionario da Lingua Portuguesa recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Typographia Lacerdina. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario>

_____(1922²1813]): *Diccionario da lingua portuguesa*. Por Antônio de Moraes Silva. 2 vols. Edição comemorativa do primeiro centenário da Independência do Brasil. Photographada pela "Revista de Língua Portuguesa" sob direção de Laudelino Freire. Rio de Janeiro: Officina da S. A. Litho-Typographia Fluminense.

SILVESTRE, João Paulo (2008): *Bluteau e as Origens da Lexicografia Moderna*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

_____(2013): *A Língua Iluminada*. Antologia do Vocabulário de Rafael Bluteau. Fontes – BNP. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal / Babel.

SPAGGIARI, Barbara e Maurizio PERUGI (2004): *Fundamentos da Crítica Textual (História. Metodologia. Exercícios)*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.

SPINA, Segismundo (1977): *Introdução à Edótica*. São Paulo: Editora Cultrix.

THIELEMANN, Werner (2001): "Língua culta – Palavras antiquadas – Plebeísmos. A linguagem e a sociedade portuguesa na época o Marquês de Pombal". In: Werner Thielemann ed., *Século XVIII: Século das Luzes – Século de Pombal*. Frankfurt am Main: TMF, 50-97

_____(2007): "Uso e pureza em tratados metalinguísticos sobre o Português nos século XVII e XVIII". *Revista Investigações (Linguística e Teoria Literária)*, vol. 20, nº 2 Julho, 128-152. Disponível em:

http://www.revistainvestigacoes.com.br/Volumes/Vol.20.N.2_2007_ARTIGOSWEB/WernerThielemann_USO-E-PUREZA-EM-TRATADOS-METALINGUISTICOS_Vol20-N2_Ato8.pdf

VASCONCELOS, José Leite de (²1929[1888]): "Filologia Portuguesa – Esboço Histórico". In: *Opúsculos – Filologia (Parte II)*, vol. IV. Coimbra: Imprensa da Universidade, 841-919.

VAZ, Francisco A. Lourenço & José António CALIXTO (2006): *Frei Manuel do Cenáculo, construtor de bibliotecas*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

VERDELHO, Telmo (1982): "Historiografia linguística e reforma do ensino. A propósito de três centenários: Manuel Álvares, Bento Pereira e Marquês de Pombal". *Brigatía*, vol. II, nº 4 (Out.-Dez.), 347-356. Disponível em: http://clp.dlc.ua.pt/Publicacoes/Historiografia_linguistica_memoria_ensino.pdf

_____(1995): *As Origens da Gramaticografia e da Lexicografia Latino-Portuguesas*. Aveiro: Instituto Nacional de Investigação Científica.

_____(1998): "Terminologias na língua portuguesa. Perspectiva diacrónica. In: Jenny Brumme ed., *La història deles llenguatges iberoromànics d'èspecialitat (segles XVII-XIX): solucions per al present*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra/Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 98-131.

_____(2004): "Dicionários: testemunhos da memória linguística". In: Ana Maria Brito, Olívia Figueiredo e Clara Barros orgs., *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa* (Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva). Porto: Faculdade de

Letras/Secção de Linguística do Departamento de Estudos Portugueses e de Estudos Românicos, 413-427.

VERDELHO, Telmo e João Paulo SILVESTRE org. (2007): *Dicionarística Portuguesa. Inventariação e estudo do património lexicográfico*. Col. Theoria Poesis Praxis. Universidade de Aveiro.

VIEIRA, Fr. Domingos (1871-1874): *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portuguesa*, 5 vols. Porto: Em Casa dos Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes.

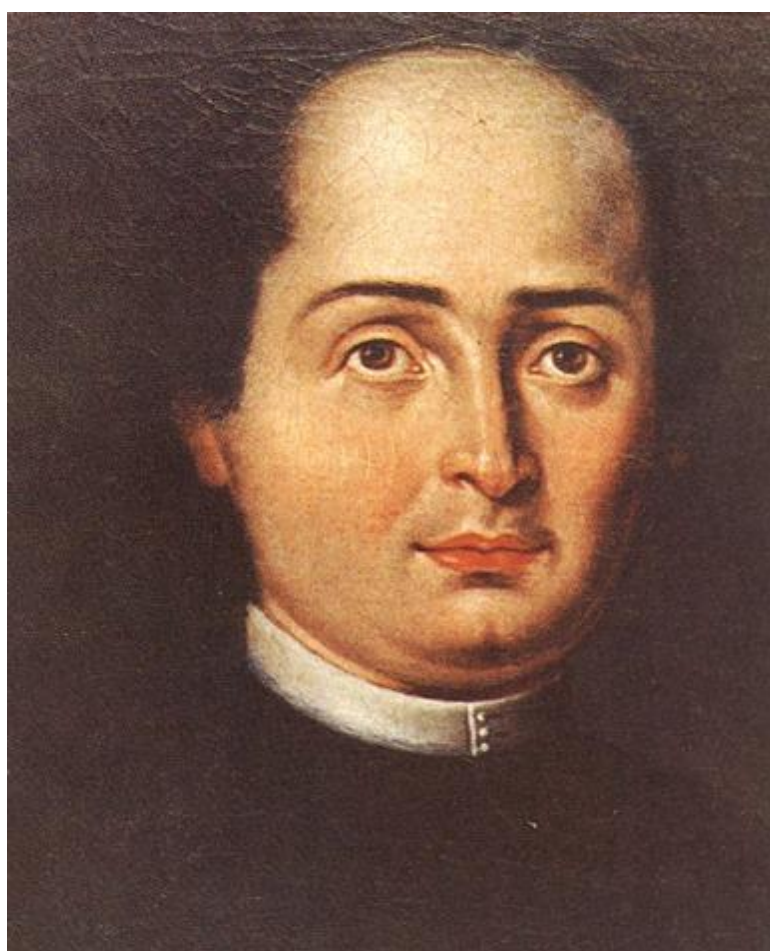
VILELA, Mário (1981): "A «norma» purista no século XVIII (com base num exemplo). *Revista de História*, vol. IV, 49-61.

VILELA, Mário (1982): "A ilustração na teoria linguística do Cardeal Saraiva". *Boletim de Filologia*, t. XXVII, 411-425.

ANEXOS

ANEXO 1

Retrato de Freire



ANEXO 2

Reflexões, manuscrito (BPE, Cód. CXIII/2-1) e impresso

Imagem 1 – Portada das *Reflexões*

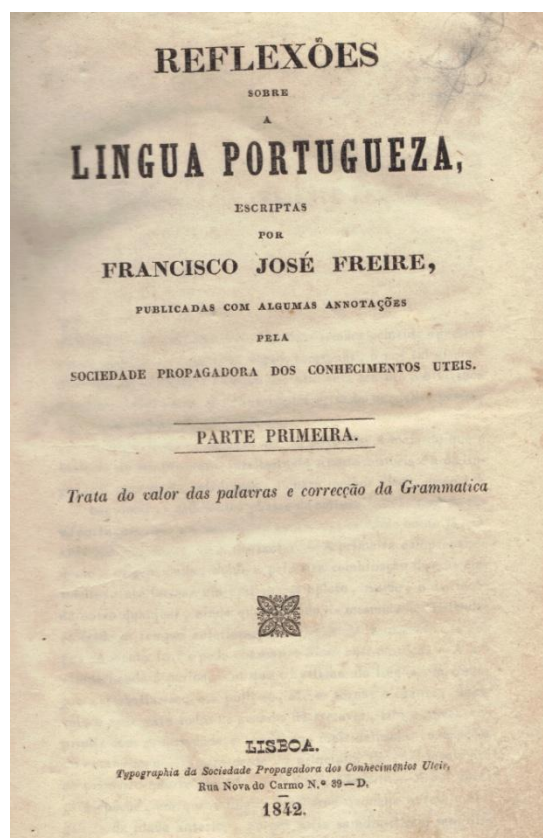
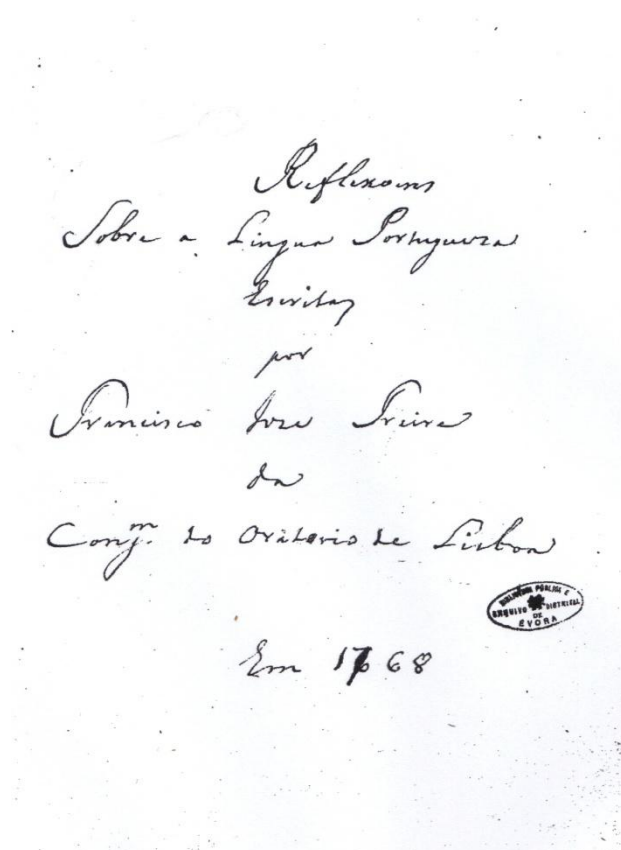


Imagem 2 – Introdução "Ao escritor Principiante" (Primeira Parte)

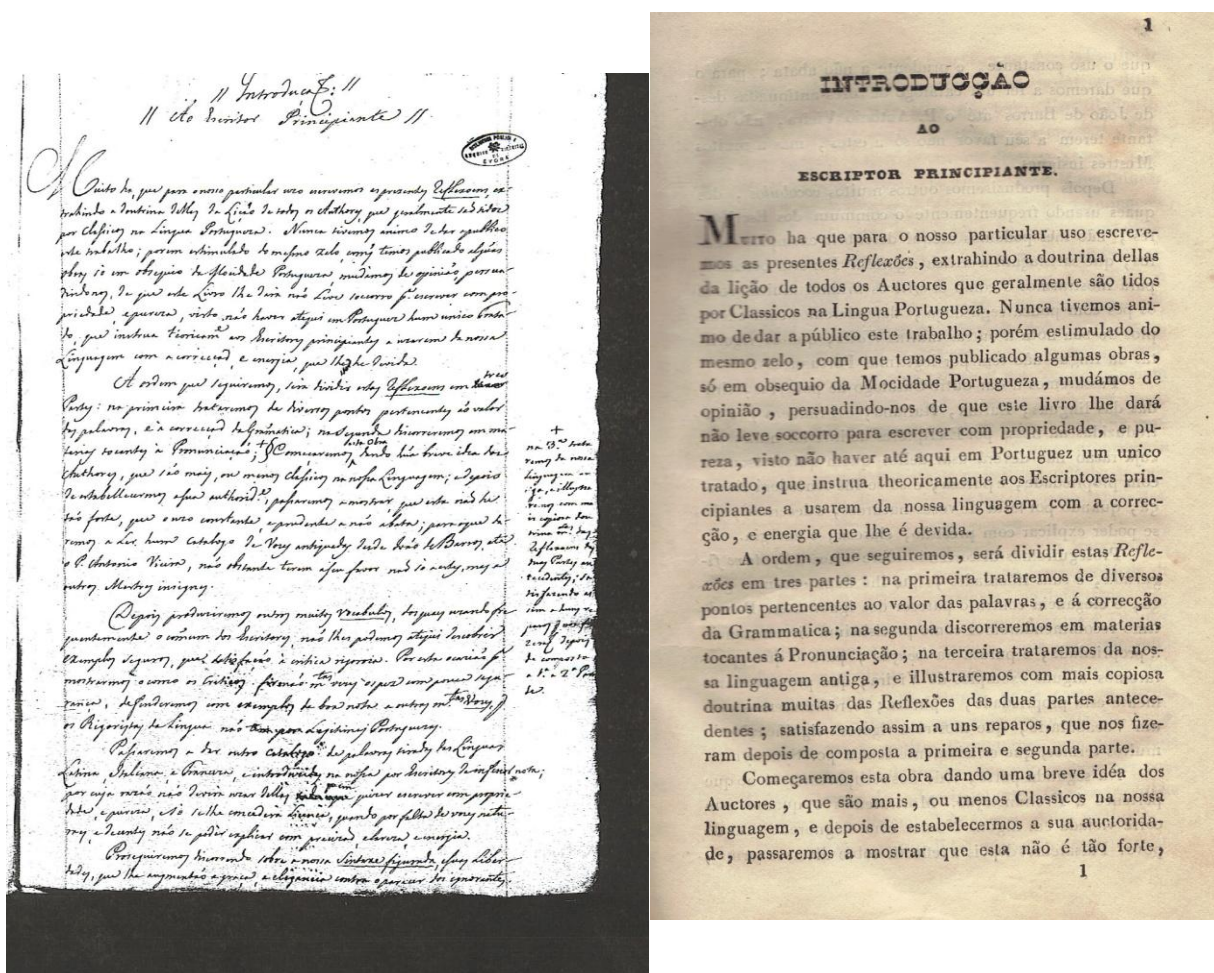


Imagem 3 – Reflexão 2ª (Primeira Parte)

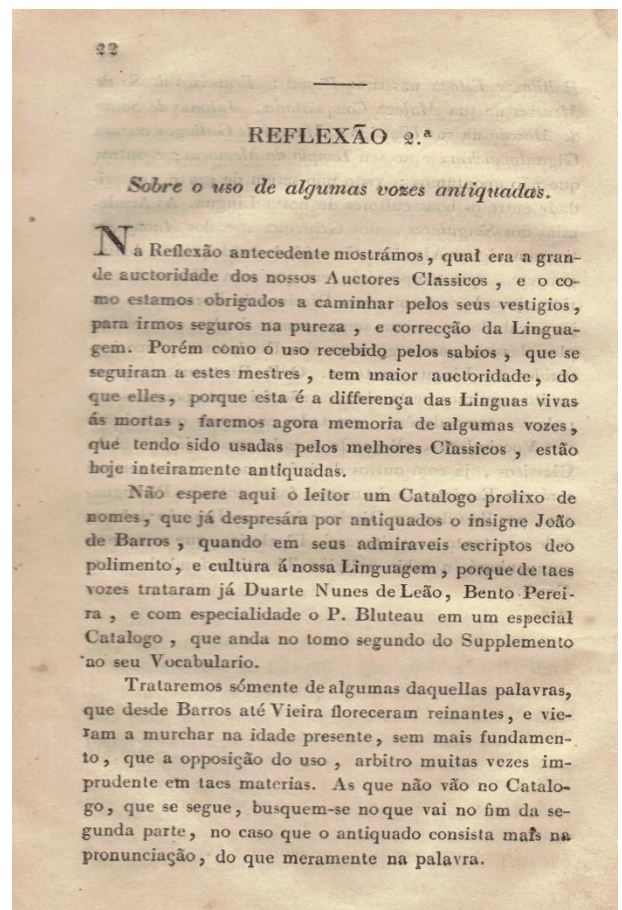
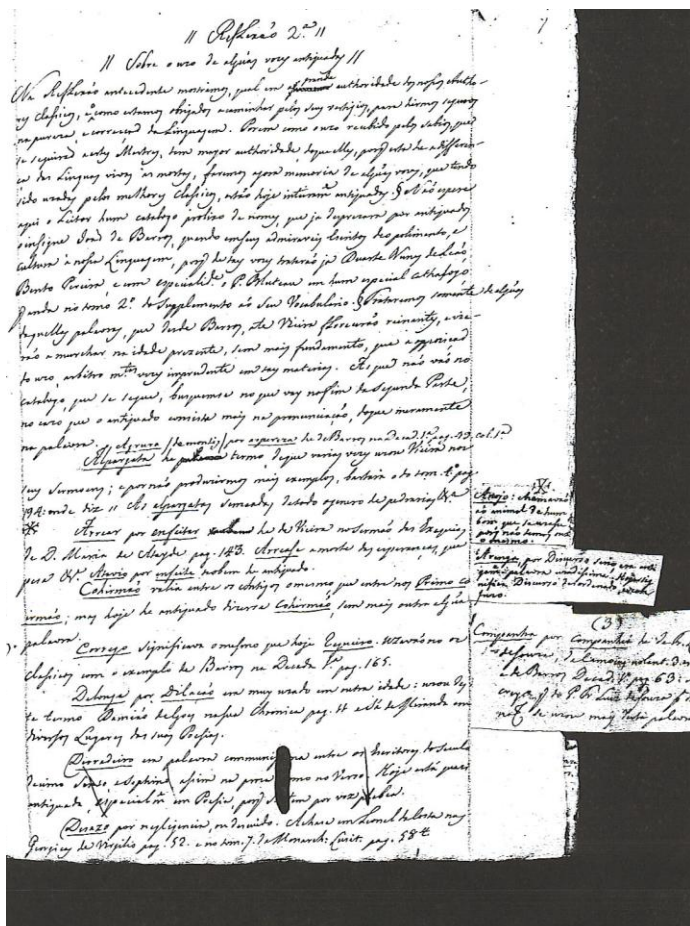
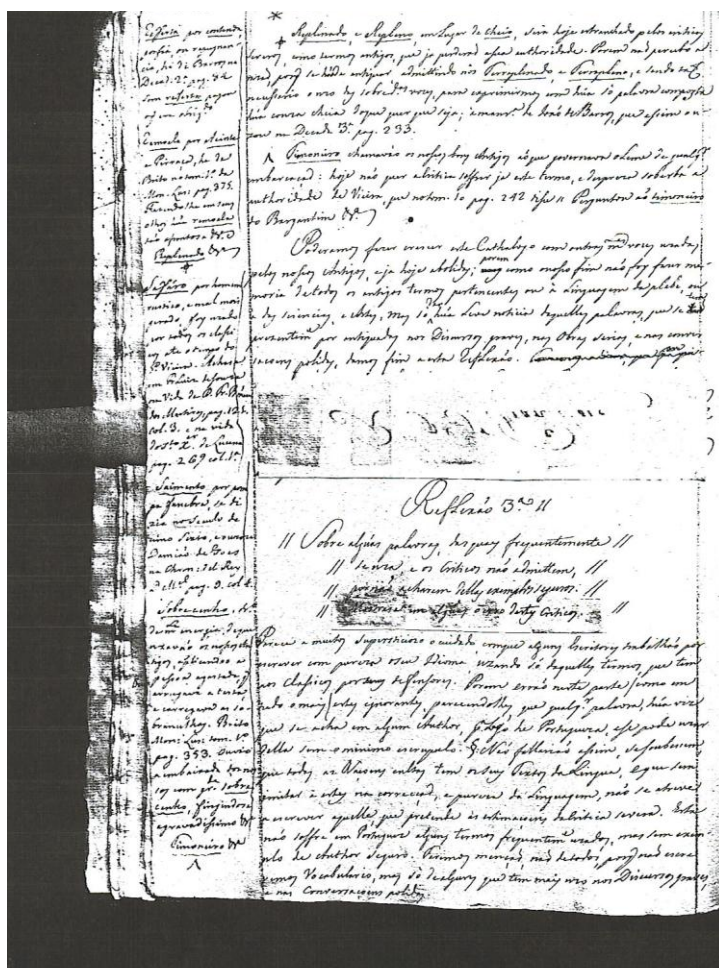


Imagem 4 – Reflexão 3ª (Primeira Parte)



Timoneiro chamavam os nossos bons antigos ao que governava o leme de qualquer embarcação: hoje não quer a critica soffrer já este termo, e despresas soberba a auctoridade de Vieira, que no tom. 10 pag. 242 disse: « Perguntou ao timoneiro do bergantim, &c. »

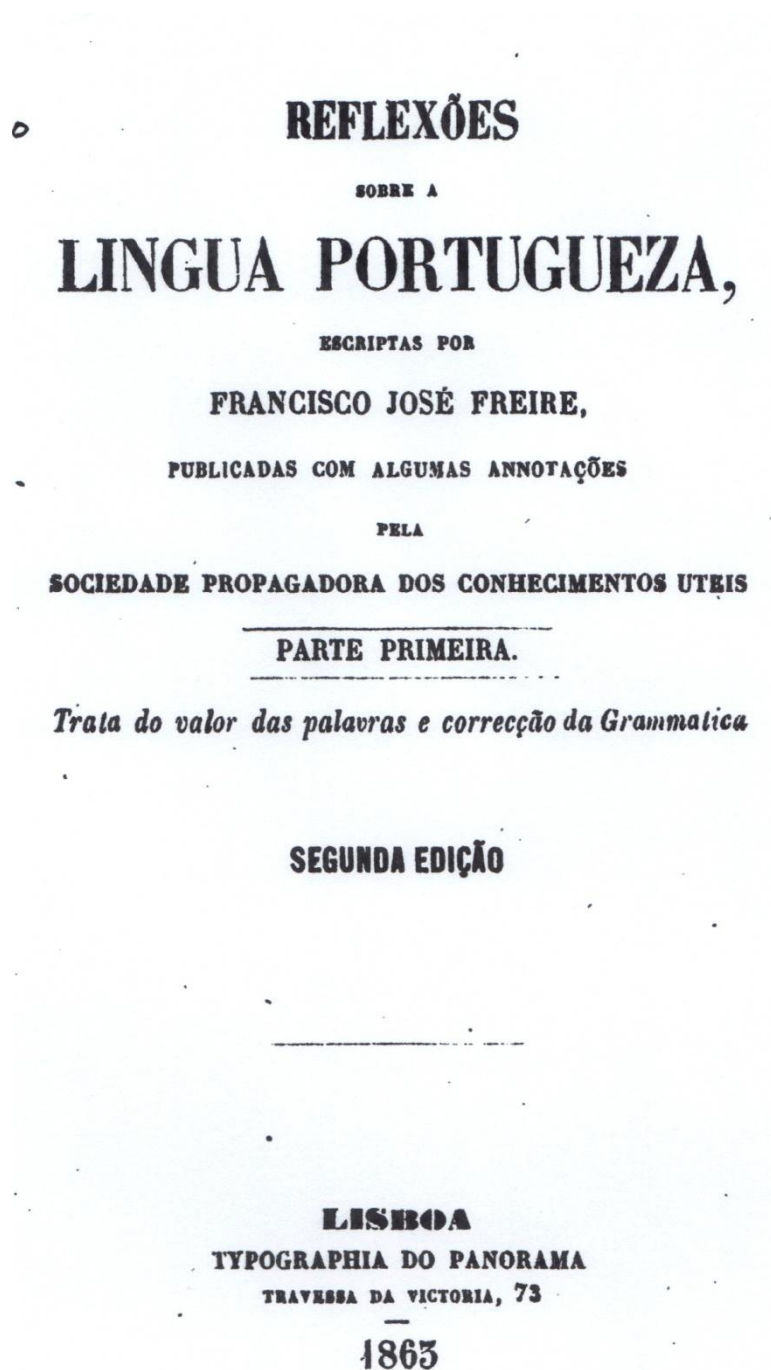
Poderamos fazer crescer este catalogo com outras muitas vozes, usadas pelos nossos antigos; e já hoje abolidas; porem como o nosso fim não foi fazer memoria de todos os antigos termos, pertencentes ou á lingua-gem da plebe, ou á das sciencias e artes, mas só dar uma leve noticia daquellas palavras que se teem pre-sentemente por antiquadas nos discursos graves, nas obras serias, e nas conversações polidas, damos fim a esta reflexão.

REFLEXÃO 3.^a

Sobre algumas palavras, das quaes frequente-mente se usa, e os criticos não admittem, por não acharem dellas exemplos seguros. Mostra-se em algumas o erro destes criticos.

Parece a muitos supersticioso o cuidado com que alguns Escriptores trabalham por escrever com pureza o seu idioma, usando só daquelles termos que teem aos Classicos por defensores. Porem erram nesta parte [co-mo em tudo o mais] estes ignorantes, parecendo-lhes que qualquer palavra, uma vez que se ache em algum auctor, para logo é portugueza, e se póde usar della sem o minimo escrupulo.

Imagem 5 – Folha de rosto das *Reflexões*, 2ª edição (1863)



A FILOLOGIA DIGITAL EM LÍNGUA PORTUGUESA: ALGUNS CAMINHOS

MARIA CLARA PAIXÃO DE SOUSA

Universidade de São Paulo

1. INTRODUÇÃO

É possível dizer que o trabalho filológico no meio digital é contemporâneo à própria invenção do computador se lembrarmos que, já a partir de 1942, o jesuíta Roberto Busa começa a construir o monumental *Corpus Thomisticum*¹, um trabalho de reunião, indexação e anotação linguística da obra de S. Tomás de Aquino que passou por todas as etapas da tecnologia computacional: do uso de quilômetros de fichas de papel perfurado, ao uso das mais recentes tecnologias de difusão virtual dos textos (Busa, 2004). Outros projetos pioneiros, na segunda metade do século passado, voltaram-se para as novas possibilidades de trabalho textual abertas pelo meio digital, como o *Thesaurus Linguae Graecae*², iniciado em 1972 (e que hoje congrega uma coleção de edições eletrônicas de textos gregos que vão da época clássica à queda de Bizâncio), ou o *Perseus*³, ativo desde 1985. Entretanto, é na virada entre o século XX e o século XXI que veremos multiplicarem-se iniciativas de construção de repositórios e ferramentas para a edição filológica, e surgir um grande número de periódicos dedicados ao tema das edições eletrônicas – notadamente no campo dos estudos clássicos, mas também nos estudos medievais, em diferentes línguas. Apenas para citar alguns projetos emblemáticos, lembramos o *Digital Classicist*⁴, ativo desde 2005, no campo dos estudos clássicos; o *Rossetti Archive*⁵ e o *Digital Variants*⁶ (ativo desde 1996), no âmbito românico; o exemplar *Quixote Interactivo*⁷, no mundo hispânico; e as iniciativas *Digital Medievalist*⁸ (ativo

¹ Cf. <http://www.corpusthomisticum.org/>

² Cf. <http://www.tlg.uci.edu/>

³ Cf. <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/>

⁴ Cf. <http://www.digitalclassicist.org/>

⁵ Cf. <http://www.rossettiarchive.org/>

⁶ Cf. <http://www.digitalvariants.org/>

⁷ Cf. <http://www.bne.es/es/Colecciones/Cervantes/Quijoteinteractivo/index.html>

desde 2003) e *DigiPal*⁹ (ativo desde 2011), no campo dos estudos medievais da cultura anglo-saxã.

Longe de pretender apresentar aqui uma lista exaustiva, reúnem-se aqui esses exemplos apenas para lembrar que a experiência de pesquisa acumulada, na fronteira entre os anos 1900 e os 2000, por esses projetos leva alguns pesquisadores a afirmarem o surgimento de um novo campo, denominado *Digital Philology*, ou, para alguns, “*e-Philology*” (Crane, 2008; Fiormonte, 2013): a filologia realizada por meio de ferramentas computacionais. Como traço comum, os projetos nesse campo apresentam o objetivo de desenvolver tecnologias computacionais de última geração aplicadas ao trabalho filológico, às disciplinas afins tradicionais da filologia (notadamente, a paleografia e a diplomática), e à elaboração dos instrumentos tradicionais da investigação crítica (como os glossários, os catálogos, e as próprias “edições críticas”). Neste texto, queremos interrogar a participação da filologia portuguesa – ou seja, do trabalho com o texto em língua portuguesa¹⁰ – nesse novo universo da edição eletrônica.

Veremos que já alguns caminhos abertos no sentido de uma *Filologia Digital* em português, mas que nos resta, ainda, muito mais a percorrer. Alguns projetos envolvendo a edição eletrônica de textos portugueses foram iniciados já na primeira década dos 2000, como aqueles apresentados em Verdelho (2004), Emiliano (2006), ou Paixão de Sousa (2006). Grande parte dos trabalhos de edição digital no mundo da língua portuguesa, desde então, tem sido realizada por projetos ligados à formação de corpora eletrônicos, com recursos de linguística computacional (concordâncias, anotação morfossintática, busca lematizada, etc.): é o caso do *Corpus Tycho Brahe*, projeto pioneiro da linguística de corpus brasileira, sediado desde 1998 na Universidade Estadual de Campinas¹¹; do *Corpus Informatizado do Português Medieval* (no Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa¹²; do *Corpus Electrónico Português do Período Clássico* (do Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada da Universidade de Coimbra, CEC – PPC¹³; ou do *Corpus Lexicográfico do Português*, da

⁸ Cf. <http://www.digitalmedievalist.org/>

⁹ Cf. <http://www.digipal.eu/>

¹⁰ Neste capítulo, usarei o termo “*Filologia Portuguesa*” para designar o trabalho filológico feito sobre textos escritos em língua portuguesa, independente de onde é feito esse trabalho (quer em Portugal, quer no Brasil) e da nacionalidade de quem o faz (quer portuguesa, quer brasileira). Esse uso da terminologia parece-me autorizado por diversos trabalhos de peso, dos quais cito como paradigmático MEGALE & CAMBRAIA, 1999 – cujo título, “*Filologia Portuguesa no Brasil*”, seria paradoxal em qualquer outra acepção do termo “*Filologia Portuguesa*”.

¹¹ Cf. <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/index.html>

¹² Cf. <http://cipm.fcsh.unl.pt/>

¹³ Cf. <http://www.uc.pt/uid/celga/recursosonline/cecppc>

Universidade de Aveiro e do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa¹⁴, apenas para citar alguns exemplos.

O histórico de projetos e trabalhos na área de Linguística de Corpus em Portugal e no Brasil é de fato notável; não se pretende de modo algum, aqui, realizar um panorama dessa área que cresce a cada ano nos dois lados do Atlântico (remetemos, nesse sentido, a Shepherd, 2010, entre outros). Quero concentrar-me aqui nos trabalhos dedicados, mais focalmente, à *edição filológica*, mais que à linguística de corpus, áreas (cada vez mais) conexas, mas que não se confundem. Nesse universo, farei ainda um segundo recorte, separando pesquisas que me parecem importantes por terem se dedicado especificamente a encontrar “soluções computacionais” para os problemas da edição.

Assim, deixarei de fora, inevitavelmente, inúmeros projetos importantes que mereceriam destaque fosse o objetivo do capítulo apresentar um panorama geral da *edição eletrônica* de textos em língua portuguesa. Nosso objetivo, entretanto, é outro: queremos examinar pesquisas que buscaram desenvolver novas tecnologias para a edição eletrônica de textos escritos em português. Limitando ainda mais o universo a ser aqui discutido, selecionarei ainda, entre os inúmeros aspectos que poderiam ser listados nesse contexto, apenas dois: a codificação de caracteres e a codificação de texto visando múltiplas apresentações editoriais. A escolha desses dois aspectos está ligada ao conceito de *texto digital* que tomarei como guia deste capítulo: o conceito de texto *descorporificado*, apresentado em Paixão de Sousa (2013), e discutido mais à frente.

Examinemos agora, nesse espírito, dois projetos que ilustram bem a exploração desse caráter “descorporificado” do texto no universo da filologia em língua portuguesa (Emiliano, 2006; Paixão de Sousa, 2006).

2. DOIS PROJETOS VOLTADOS AO DESENVOLVIMENTO COMPUTACIONAL PARA A EDIÇÃO FILOLÓGICA EM LÍNGUA PORTUGUESA

2.1 DESENVOLVIMENTO DE NOVAS TÉCNICAS PARA A CODIFICAÇÃO DE CARACTERES

Para falar das perspectivas abertas pelas tecnologias digitais frente ao problema da representação de caracteres, e do quadro que essas tecnologias colocam, hoje, para a filologia

¹⁴ Cf. <http://clp.dlc.ua.pt/>

portuguesa, não encontraríamos melhores palavras do que aquelas usadas por António Emiliano em um dos seus trabalhos pioneiros sobre o tema:

As tecnologias da informação põem hoje à disposição dos filólogos variadíssimos recursos (aplicações, utilitários, redes, suportes para armazenamento de grandes quantidades de texto) para editar, processar e analisar textos medievais. A representação tipográfica de textos medievais é uma das áreas que sofreu grandes avanços nas últimas décadas, com o desenvolvimento da tecnologia tipográfica digital, com o estabelecimento de diversas normas internacionais para representação de caracteres de escrita, e com o surgimento e desenvolvimento de aplicações de linguagens de anotação ("markup languages"). Estes desenvolvimentos e avanços interpelam decisivamente os filólogos portugueses, que são obrigados a repensar os procedimentos e estratégias editoriais praticados até o advento e generalização do computador pessoal: **não é possível continuar a pensar as edições como objectos fechados e fixados imutavelmente na página impressa em papel**, ou como simples transposições dos textos medievais para o suporte impresso através da utilização do escasso número de caracteres contido na versão moderna do alfabeto romano (Emiliano, 2006: 141, *grifos nossos*).

O projeto relatado em Emiliano (2006) propôs uma ampliação do inventário de caracteres codificáveis nos sistemas computacionais, de modo a incluir símbolos correspondentes àqueles usados nos manuscritos medievais portugueses; criou-se, assim, a fonte para computador *Notator Mono* (uma ampliação do tipo *Medieval 2*, proposto por Ribeiro, 1995, *Apud* Emiliano, 2006). O *Notator* é um sistema de representação direta isomórfica – ou seja, no qual se procura não uma equivalência (computacionalmente programada) entre o caractere do texto original e sua representação visual no texto editado, mas sim a efetiva inclusão de novos caracteres ao quadro disponível nas principais linguagens de codificação de texto. Como ressalta o autor, os sistemas de representação direta são os mais adequados frente ao objetivo de uma edição conservadora – que inclua, inclusive, o menor grau possível de operações de transliteração. Tipos como o *Notator*, embora não pretendam reproduzir “fotograficamente” os caracteres usados nos manuscritos medievais, constituem um modo fidedigno de representar seu sistema grafemático (é o que o mesmo autor chama de conservadorismo de “índole sistêmica e estrutural” (Emiliano, 2002).

Entretanto, ainda que não almeje uma reprodução visualmente exata da paleografia medieval, o *Notator* permitiria um trabalho bastante flexível frente ao desafio da riqueza de caracteres desse tipo de texto – em especial já que “além de conter uma grande quantidade de glifos especiais alfabéticos e analfabéticos (sinais de abreviação diversos, diacríticos, sinais de pontuação, letras sobrescritas), permite a combinação livre de qualquer diacrítico ou letra sobrescrita com qualquer letra de base para a geração de caracteres compósitos, em vez de

pré-definir um conjunto numeroso de caracteres compósitos, como sucede noutros tipos especiais.” Esses diacríticos combináveis remetem, por exemplo, aos caracteres medievais que podem apresentar cortes em suas hastes, como o b minúsculo ou o h uncial; estão ilustrados no Quadro 5 de Emiliano (2006), reproduzido aqui como Quadro 1.

Quadro 1 (*Apud* Emiliano, 2006: 151, Quadro 5): Caracteres literais compósitos decomponíveis

		SIGNO 15 (2005)	
		151	
CARÁCTER	CAR#	DESIGNAÇÃO	VALOR
ḃ	#098 + #189	B minúsculo traçado	B minúsculo + sinal abreviativo geral em abreviatura vocabular
ḥ	#072 + #189	H uncial traçado	H(aec) / H(ec) / H(oc)
ḥ	#104 + #189	H minúsculo traçado	h(aec) / h(ec) / h(oc) / h(er)
ṭ ṭ	#147 + #223/224	I alto traçado	I(n)
ḱ	#075 + #189	K maiúsculo traçado	K(arta)
ḱ	#107 + #189	K minúsculo traçado	k(arta)
ḱ	#107 + #189	K minúsculo traçado na haste e traçado na base	k(artam)
ṭ ṭ	#108 + #223/224	L minúsculo traçado	L minúsculo + sinal abreviativo geral em abreviatura vocabular

Quadro 5
Caracteres literais compósitos decomponíveis

O sistema, assim, permite a realização de efetivas transcrições *paleográficas* de documentos medievais portugueses. Para ilustrá-lo, reproduzem-se, aqui, as transcrições da primeira linha de um mesmo documento – “*Testamento, manda e notícia de doações de Gondesindus prolus Erus*”, 947 (ANTT, PT-TT-MSPP/12/1/1) - conforme apresentadas em Emiliano (2007:17-21).

Figura 1 – Ilustração de transcrição paleográfica em Emiliano (2007:17)

L01 (XP) Dubium / qdēm / nom efa / fēa plērif / quē mēnd / comm=aum / ēd=quē / ordin=ms eum / |n uēri=dāe ;
hēo quod ego / gonderind / proljŕ eruf / ēl ēdorind / ēcēpia / muljēr / |n con|umgjo / nñē endērgnē
conmēnāo

Figura 2 --Ilustração de transcrição diplomática em Emiliano (2007:21)

¹⁰¹ | ¹⁰² (*chrismon*) Dubium quidem nom est set plerisque manet comnitum adque ordinamus eum in ueridate heo quod ego Gondesindus prolis Erus et Adosinda accepit mulier in coniumgio nomine Enderquina, conmento | ¹⁰² Pala filla dux Menemodus Gutierizi et Ermesinda, iermana de domna Geluira regina, qui fuit mulier de Ordonius rex, mater Ranemirus principe, unde abuit filius nominibus Suarius, Ermesinda, et Adosinda et Froilo.

Além do projeto apresentado em Emiliano (2006), não temos notícia de outros dedicados ao problema da codificação computacional de caracteres antigos para textos portugueses. Assim, parece-nos que o projeto apresentado em Emiliano (2006) é único, e colocou a filologia portuguesa no círculo dos avanços mais importantes da filologia digital – avanços que, nesse âmbito específico da codificação de caracteres, podem ser bem representados por projetos internacionais como aqueles reunidos sob a iniciativa *Medieval Unicode Font Initiative* (MUFI)¹⁵.

Em uma perspectiva mais ampla, de fato, pode-se observar que é no âmbito dos estudos medievais que diferentes projetos de filologia têm apresentado resultados especialmente interessantes no campo da codificação de caracteres, com influências sobre o sistema internacional de codificação de textos – os quais, assim como aconteceu nas décadas anteriores com diversos alfabetos não-românicos, passaram a incluir caracteres utilizados nas tradições de escrita medievais europeias. Importa notar que essa linha aberta por Emiliano (2006) tende a expandir-se, tendo em vista as possibilidades abertas pela disseminação dos métodos não-mecânicos de entrada de informações nos computadores mais recentes. Como explorei em Paixão de Sousa (2013), os teclados dos nossos computadores atuais representam a última barreira mecânica que nos separa do texto efetivamente fluido, efetivamente descorporificado, que será característico do meio digital, como tratarei adiante.

Assim, a criação de fontes computacionais para representar mais fielmente as escritas em desuso é um dos exemplos iniciais que trazemos, aqui, das possibilidades abertas para a edição filológica digital em contraposição à mecânica. Um segundo exemplo, que discutiremos agora, remete à correspondência entre *texto lógico* e *texto material*. Tocamos, aqui, nas possibilidades abertas pelas tecnologias computacionais de codificação de texto para a concepção de diferentes formas de apresentação da edição filológica.

¹⁵ Cf. <http://www.mufi.info/>

2.2. DESENVOLVIMENTO DE NOVAS TÉCNICAS DE CODIFICAÇÃO DE TEXTOS

Nessa seção, procuramos mostrar as possibilidades abertas pelo trabalho de edição no meio digital – mais especificamente, no que toca à questão da codificação de texto, *text encoding* – sobre a produção de “representações” ou “apresentações” do texto editado. Usamos aqui o termo *apresentação* do texto para designar o produto técnico de organização final do texto para fins de publicação (distinguindo esse produto do trabalho ativo de edição), seguindo o que compreendemos da distinção feita por Spina (1977)¹⁶. Queremos destacar aqui um aspecto apenas nesse âmbito: no trabalho com o texto no meio analógico – seja manuscrito ou impresso – cada apresentação do texto corresponde a um objeto separado dos demais; no trabalho no meio eletrônico, múltiplas apresentações do texto podem ser derivadas de um único objeto. Isso abre possibilidades técnicas inéditas para o trabalho de edição, como procuraremos mostrar.

Para entender isso vamos tentar partir da situação tradicional, ou seja, do trabalho com o texto no meio analógico. Nesse tipo de trabalho, as técnicas de *apresentação* (Spina, 1971) e os inúmeros recursos ecdóticos que elas possibilitam estão necessariamente sujeitas às limitações características do documento em papel: de modo que, para cada apresentação que um editor queira criar, ele precisa confeccionar um novo objeto. Por exemplo: um trabalho de edição crítica pode ser apresentado na forma de uma *edição crítica* portadora de todo o aparato de elucidação do texto (transcrição, notas, ex-cursos), tomando a forma de um livro, ou seja, de uma coleção de páginas impressas que contém a apresentação de todo o aparato crítico. Mas, se o mesmo editor desejar apresentar o mesmo texto em uma versão interpretativa despida do aparato crítico (por exemplo, para fins mais amplos de divulgação e apreciação do texto), ele precisará confeccionar outro objeto (i.e., outro livro), que contenha o texto fixado, mas não o aparato crítico (cito como exemplo Megale, 2001, 2008). O elo de união entre a apresentação que inclui o aparato crítico e a apresentação sem aparato crítico é, no limite, um elo cognitivo, presente apenas na mente do editor; ou pode também corresponder ao conjunto das anotações que esse editor produziu ao longo de seu trabalho de estabelecimento do texto. Essencialmente, entretanto, não há **um objeto** que contenha todas as etapas do trabalho que este editor realizou sobre o texto.

¹⁶ "Nas operações que compreende a edição crítica de um texto distinguimos duas etapas: (A) **a da Fixação do texto**, que consiste no preparo dele segundo as normas da crítica textual (também se denomina apuração ou estabelecimento do texto); (B) **a da Apresentação do texto**, que consiste na organização técnica do texto e dos seus elementos elucidativos (história dos manuscritos, informações sobre os critérios edóticos, ex-cursos históricos e literários sobre o texto, aparato crítico, hermenêutica do texto, glossários, etc.), tendo em vista sua publicação" (Spina, 1977: 86).

O trabalho sobre o documento eletrônico tem essa diferença essencial, a meu ver: nessa técnica, todas as etapas cumpridas pelo editor sobre um texto podem estar reunidas, registradas, anotadas, em um único objeto – **um arquivo eletrônico** que contém transcrição, edição, aparato crítico. De fato, um arquivo eletrônico que contém todas as informações sobre um texto, e também, em germe, todas as suas possibilidades de apresentação final.

Essa contingência que pode parecer banal para muitos, na minha visão, é um divisor de águas entre o trabalho analógico e o trabalho digital com o texto. Para mostrar isso partirei aqui não do exemplo da edição crítica, mas de um exemplo mais limitado, que remete à separação que tradicionalmente fazemos quanto ao estilo de transcrição de um texto. Notemos neste ponto que, na separação tradicional dos estilos de transcrição em “diplomática, semi-diplomática, modernizada/interpretativa” (Cambraia, 2005), usamos termos que se referem não apenas ao tipo de trabalho feito sobre o texto, mas também aos *produtos finais ou formas de apresentação* desse trabalho. Ou seja: o termo “*edição diplomática*”, por exemplo, remete a um trabalho de interpretação textual situado num grau baixo de interferência no texto – mas remete, também, a um produto: a edição de um texto *apresentada* com um grau baixo de interferência no original.

Agora vejamos como, com a tecnologia digital, o elo entre o trabalho com o texto e sua apresentação final modifica-se. Já não há razão alguma para os “tipos de edição” serem tomados como objetos isolados entre si: podem, muito melhor, ser compreendidos como **camadas editoriais** possíveis sobre um mesmo texto – um mesmo texto lógico, aberto a múltiplas possibilidades de *representação* final. Ou seja, no contexto de uma edição digital, o trabalho de edição e o produto da edição desvinculam-se, uma vez que um mesmo texto pode conter anotações referentes a diversas etapas do trabalho de edição, reproduzíveis em diferentes camadas como produto final.

Para que essas anotações possam ser legíveis em larga escala, ou seja, para que sejam amplamente compartilhadas no âmbito acadêmico (e mesmo para além dele), faz-se necessária uma linguagem comum de anotação a ser adotada por diferentes projetos. A partir dos primeiros anos da década de 2000, entre as diferentes linguagens de anotação computacional disponíveis para a codificação de estruturas de texto, passa a despontar a linguagem XML (eXtended Markup Language), por sua combinação equilibrada entre flexibilidade e controle. Essa linguagem que viria a se tornar a base da maioria dos corpora eletrônicos e edições filológicas digitais desde então – em especial, graças aos grandes esforços realizados pela *Text Encoding Initiative*, ou TEI¹⁷ – consórcio ativo desde 1994, e

¹⁷ Cf. <http://www.tei-c.org/index.xml>

dedicado à standardização, disseminação e manutenção da qualidade da codificação de textos eletrônicos com fins acadêmicos. No âmbito da língua portuguesa, um dos primeiros projetos (senão o primeiro, em nossa ciência) a lançar mão da anotação XML para edições com finalidade acadêmica foi o *Corpus Tycho Brahe*, a partir de 2004, com o sistema proposto em Paixão de Sousa e Trippel (2004), consolidado em Paixão de Sousa (2006), que exemplificamos a seguir.

Esse sistema é atualmente usado por diferentes projetos brasileiros e portugueses – a saber, o *Corpus Anotado do Português Tycho Brahe* (Universidade Estadual de Campinas)¹⁸, o *Grupo de Pesquisas Humanidades Digitais* (Universidade de São Paulo)¹⁹, o *Laboratório de História do Português Brasileiro* (Universidade Federal do Rio de Janeiro)²⁰, o *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão, CEDOHS* (Universidade Estadual de Feira de Santana)²¹, o *Projeto Memória Conquistense* (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia), e o *P.S. – Projeto para o Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna* (Universidade de Lisboa)²². Nessa técnica, um mesmo arquivo anotado em linguagem computacional contém todas as informações do texto original e todas as interferências do editor; as diferentes formas de apresentações que podem ser (automaticamente) geradas selecionam uma ou outra forma para ser apresentada. O texto editado, entretanto, está em um único documento. O sistema é ilustrado, aqui, nas figuras [3] a [7] a seguir, tomando como exemplo a edição do livro *Relação da entrada que fez o excellentissimo, e reverendissimo senhor D. Fr. Antonio do Desterro Malheyro*, de 1747 (Rosado da Cunha, 1747).

Obra de grande importância para a história do livro no Brasil, por ser considerada a primeira a ser impressa na Colônia (antes da fundação da Imprensa Régia, e, portanto, em condições clandestinas; cf. Dines, 1998; Lotufo, 2011), a *Relação* foi um dos livros do acervo da *Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin* editados no contexto do projeto *Edições Filológicas na Brasileira Digital*, em 2010, a partir com o sistema proposto em Paixão de Sousa (2006). A Figura [3] reproduz um fac-símile da página de rosto de Rosado da Cunha, 1747. Nas figuras [4] a [7], ilustra-se o trabalho de edição e apresentação: a Figura [4] mostra um trecho do arquivo de anotação XML (*Extensible Markup Language*, W3C, 2013) da página de rosto; a Figura [5] mostra uma possibilidade de apresentação diplomática da mesma página; a Figura [6], uma apresentação modernizada, e a Figura [7], uma apresentação modernizada sem formatação.

¹⁸ Cf. <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/index.html>

¹⁹ Cf. <http://humanidadesdigitais.org/projetos/filologia/>

²⁰ Cf. <http://www.letras.ufrj.br/laborhistorico/>

²¹ Cf. <http://www2.uefs.br/cedohs/>

²² Cf. <http://www.clul.ul.pt/pt/investigacao/462-post-scriptum-home>

Figura 3 – Fac-simile, página de rosto

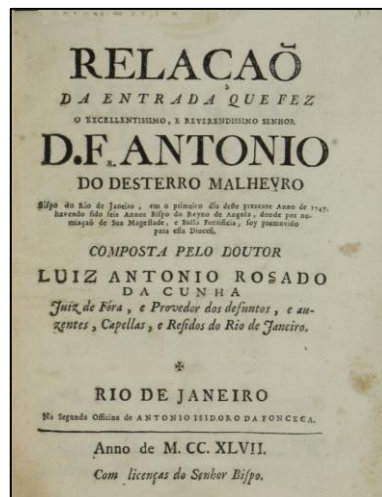


Figura 4 - Arquivo de Anotação XML (trecho)

```

147 <p id="p_7">
148 <s id="s_7">
149 <w id="s_7#0">
150 <o>RELAÇÃO<bk t="l" id="bk_3"/></o>
151 <e t="mod">RELAÇÃO</e>
152 </w>
153 <w id="s_7#1" f="i">
154 <o>PA</o>
155 <e t="ocr">DA</e>
156 </w>
157 <w id="s_7#2" f="i">
158 <o>ENTRJDJ</o>
159 <e t="ocr">ENTRADA</e>
160 </w>
161 <w id="s_7#3" f="i">
162 <o>QUE</o>
163 </w>
164 <w id="s_7#4" f="i">
165 <o>FEZ<bk t="l" id="bk_4"/></o>
166 </w>
167 <w id="s_7#5">
168 <o>O</o>
169 </w>
170 <w id="s_7#6">
171 <o>EXCELI, ENTISSIMO</o>
172 <e t="jun">EXCELI, ENTISSIMO</e>
173 <e t="mod">EXCELENTÍSSIMO</e>
174 <e t="ocr">EXCELLENTÍSSIMO</e>
175 </w>
176 <w id="s_7#7">
177 <o>,</o>
178 </w>

```

O arquivo de anotação em [4] contém, além da transcrição do texto original, todas as interferências eventualmente realizadas pelo editor sobre esse texto. No caso do trabalho com Rosado da Cunha (1747), tratava-se de editar a obra a partir do resultado da leitura automática por um programa de reconhecimento de caracteres (OCR, *Optical Character Recognition*); assim, no arquivo anotado ilustrado em [4], o que se vê são os as palavras do impresso original conforme “lidas” pelo programa de OCR (com performance baixíssima, atingindo uma taxa de acerto de apenas 40%, como se discute em Paixão de Sousa, 2010), acrescidas da correção dos editores conforme o caso, e, em seguida, da modernização ortográfica. Por exemplo, em [4], a palavra “Excelentíssimo”, do impresso de 1747, foi lida pelo programa automático como “EXCELI,ENTISSIMO” (linha 171), corrigida pelo editor para “EXCELENTISSIMO” (linha 174), e modernizada para “EXCELENTÍSSIMO” (linha 173). Todas essas informações estão guardadas e codificadas no mesmo arquivo, como parte da mesma unidade estrutural (o elemento “w”, cf. linhas 170 a 175 na figura [4]). Noutros termos: todo o trabalho dos editores do texto está contido nesse arquivo de anotação, ilustrado em [4], e apenas esse arquivo corresponde a **um objeto efetivamente envolvido no processo de edição**. O trabalho efetivo dos editores, portanto, foi o de anotar o texto em XML, preparando-o para diferentes possibilidades de apresentação, como por exemplo as versões ilustradas a seguir. Note-se porém que, fundamentalmente, nenhuma informação – seja relativa seja ao texto original, seja relativa às anotações editoriais – se perde nesse processo: todas permanecem disponíveis para estudos futuros e novas formas de apresentação que venham a ser imaginadas²³.

As figuras [5], [6] e [7] a seguir remetem a versões automaticamente geradas por uma programação em XSLT, “Extensible Stylesheet Language Transformation”, (W3C, 2013b) aplicada ao arquivo XML ilustrado em [4].

²³ Uma segunda consequência importante é a de que eventuais erros de edição cometidos durante a preparação do arquivo em [4] podem ser corrigidos no próprio arquivo, gerando-se depois, conforme o caso, novas apresentações. Mas o erro, notemos, será do editor humano – a geração automática de apresentações é simplesmente uma programação para extração de informações anotadas no texto, certas ou erradas.

Figura 5 — Apresentação Diplomática

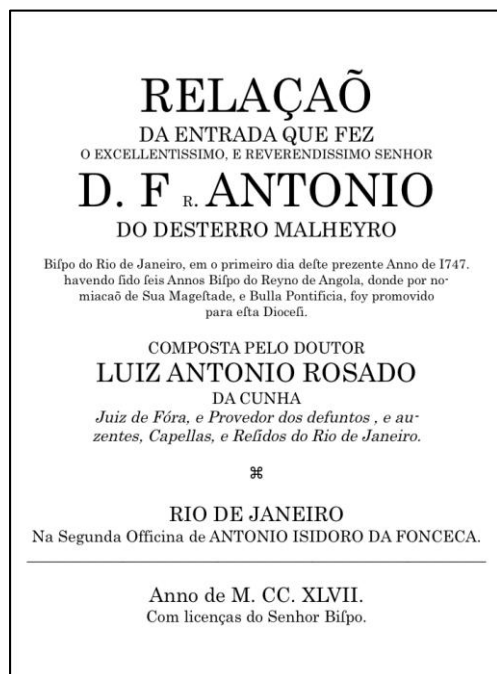


Figura 6 – Apresentação Modernizada com formatação

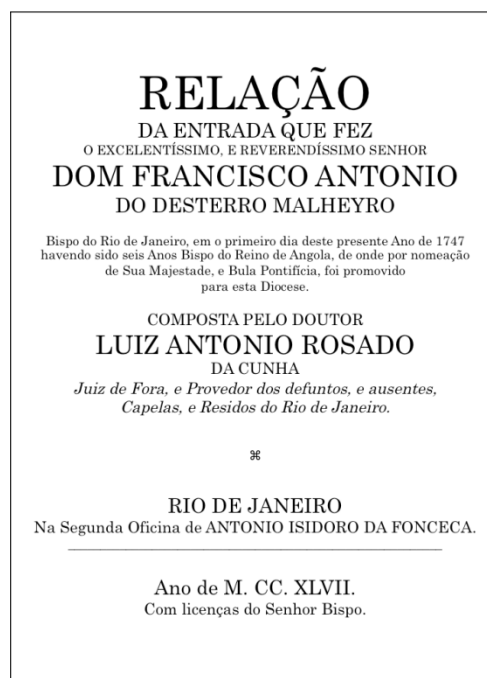
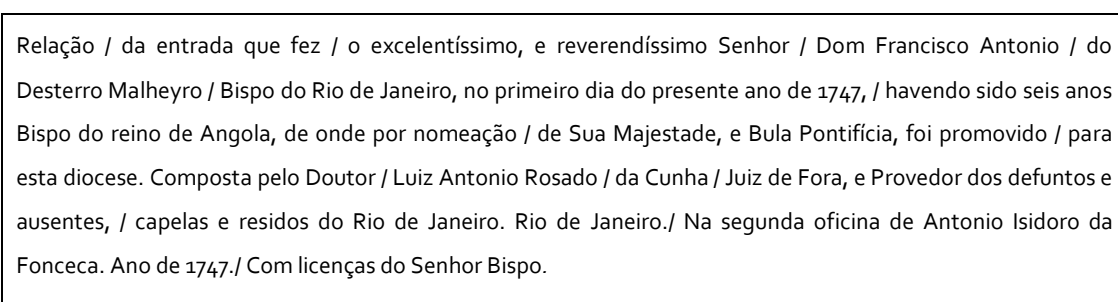


Figura 7 – Apresentação Modernizada sem Formatação



A Figura [5] ilustra uma possibilidade de apresentação *diplomática* do texto, ou seja, de uma apresentação que procura retratar a grafia e a grafemática do original. Sobre essa apresentação cabe uma observação importante, que toca novamente o problema da transposição de caracteres já discutido na sessão anterior: a um observador um menos atento, a figura em [5] parecerá idêntica à figura em [3], fora, talvez, o detalhe do colorido da página. Não é assim, entretanto: [3], o fac-símile, é um arquivo de imagem (JPEG), não de texto; [5], a

apresentação diplomática, é um arquivo de texto (em HTML, no caso) – ou seja, é, computacionalmente, formado por *caracteres processáveis*. Assim, a semelhança entre a apresentação diplomática [5] e o fac-símile em [3] resulta do fato de que essa versão [5] foi programada para ter a aparência (quanto aos tamanhos de fonte, faces, etc.) mais próxima possível do original. Trata-se, portanto, de uma *representação* computacionalmente programada, à diferença do fac-símile em [3]. Nas figuras [6] e [7] ilustram-se representações que se distanciam um pouco mais do objeto original – nesse caso, a programação operou sobre as seções do arquivo de anotação que apresentam graus mais avançados de interferência: a transposição da tipografia de 1747 para tipos modernos (e, portanto, o apagamento das suas eventuais propriedades estruturais, ao contrário do que se ilustrava em [5]), e a modernização das grafias²⁴.

As versões modernizadas ilustradas em [6] e [7] atendem a diferentes objetivos: de um lado, visam facilitar a busca textual por mecanismos automáticos; de outro lado, servem como base para ferramentas de anotação morfosintática no *Corpus Tycho Brahe*, que atualmente trabalham melhor sobre grafias modernizadas, não estando ainda preparados para processar as variantes presentes em textos portugueses anteriores ao século XX. Na Figura [8], abaixo, está exemplificada essa última camada de anotação de informações sobre o texto, a etiquetagem de categorias morfosintáticas sobre o texto modernizado.

Figura 8 – Anotação Morfosintática

Relação/NPR da/P+D-F entrada/N que/WPRO fez/VB-D o/D excelentíssimo/ADJ-S
e/CONJ reverendíssimo/ADJ-S Senhor/NPR Dom/NPR Francisco/NPR
Antonio/NPR do/P+D Desterro/NPR Malheyro/NPR Bispo/NPR do/P+D Rio/NPR
de/P Janeiro/NPR ,/, no/P+D primeiro/ADJ dia/N do/P+D presente/ADJ ano/N de/P
1747/NUM ,/, havendo/HV-G sido/SR-PP seis/NUM anos/N Bispo/NPR do/P+D
reino/N de/P Angola/NPR ,/, de/P onde/ADV por/P nomeação/N de/P Sua/PRO-\$
Majestade/NPR ,/, e/CONJ Bula/NPR Pontificia/ADJ ,/, foi/SR-D promovido/VB-AN
para/P esta/D-F diocese/N ./. Composta/VB-AN pelo/P+D Doutor/NPR Luiz/NPR
Antonio/NPR Rosado/NPR da/P Cunha/NPR Juiz/NPR de/P Fora/NPR ,/, e/CONJ
Provedor/NPR dos/P+D-P defuntos/N-P e/CONJ ausentes/ADJ ,/, capelas/N
e/CONJ residuos/N do/P+D Rio/NPR de/P Janeiro/NPR ./. Rio/NPR de/P Janeiro/NPR
./. Na/P+D-F segunda/ADJ-F oficina/N de/P Antonio/NPR Isidoro/NPR da/P+D-F
Fonceca/NPR ./. Ano/N de/P 1747/NUM ./. Com/P licenças/N do/P+D Senhor/NPR
Bispo/NPR ./.

²⁴ São mantidas conforme o original, apenas, as grafias dos nomes próprios, como *Malheyro*, *Fonceca*, ou *Antonio*, no exemplo em pauta – seguindo uma norma do sistema de edição deste projeto em particular, mas que, naturalmente, poderia ser mudada em outros projetos que o julgassem relevante.

A modernização das grafias, embora seja importante para a análise linguística automática, poderia levantar a objeção do distanciamento em relação ao ideal da fidelidade ao texto original. Note-se, entretanto, que nesse sistema a modernização não se dá em prejuízo da preservação das informações relativas às grafias do texto original, já que todas as intervenções permanecem codificadas em conjunto com as formas originais no arquivo de anotação XML, e podem ser recuperadas em qualquer etapa do trabalho. De fato, o conjunto formado por cada palavra e suas variantes de grafia, por estar contido dentro de um mesmo elemento estrutural com identificação única (o elemento “w”) pode gerar glossários de variação de grafias, que podem ser úteis para pesquisas futuras.

O sistema de edição filológica em XML com apresentação em camadas automaticamente geradas em XLST ilustrado nas figuras [4] a [7] e com a camada adicional de anotação linguística em [8] é utilizado, hoje, por diversos projetos de pesquisa em Portugal e no Brasil, como referido acima. Nos exemplos trazidos aqui, mostramos o sistema aplicado para textos impressos – ressalte-se entretanto que em vários dos projetos, ele vem sendo utilizado para a edição de manuscritos. A diferença entre a aplicação dessa técnica aos manuscritos localiza-se principalmente na etapa da transcrição – que no caso dos manuscritos, naturalmente, não é realizada por meio de processamentos automáticos. Entretanto, as etapas seguintes – inclusão de conjecturas e notas críticas, e modernizações de grafia quando desejadas – são realizadas da mesma forma como se apresentou acima, ou seja, em um arquivo de anotação que gerará diferentes apresentações. Um elemento facilitador desse sistema deu-se a partir de 2007, quando a edição, que inicialmente dependia da intervenção dos editores diretamente no código XML, passou a contar com uma ferramenta auxiliar, o software *eDictor* (Paixão de Sousa e Kepler, 2007; Paixão de Sousa, Kepler e Faria, 2010) – que inclui tanto a etapa da edição filológica, como a etapa de anotação morfossintática automática.

O aspecto mais importante a ser observado aqui sobre esse sistema é que ele permite a preservação das diversas etapas de interferência sem prejuízo da possibilidade de inúmeras formas de representação (das quais a diplomática ou as modernizadas, aqui ilustradas, são apenas exemplos). No arquivo de base, a transcrição mais próxima ao original está reunida às interferências do editor, e as diferentes formas de apresentação possível irão selecionar as camadas de informação a serem extraídas, conforme o destino que se queira dar ao texto.

Valeria dizer, portanto, que o arquivo de anotação contém as informações que se *transformam* na *edição diplomática*, na *edição semi-diplomática* ou na *edição modernizada* – melhor dito, nos parece, nas *apresentações* “diplomática”, “semi-diplomática” ou

“modernizada” – bem como em catálogos de variações, glossários, e outras versões possíveis (como a anotação morfosintática ilustrada em [8]). O limite das representações, nesse caso, está na criatividade do editor, e no seu domínio das tecnologias computacionais.

Ao falar em “domínio das tecnologias computacionais”, tocamos um dos aspectos importantes a serem discutidos quanto às consequências do uso das tecnologias digitais na filologia – o problema da formação dos filólogos. Na sessão a seguir discutiremos esse aspecto entre outras consequências trazidas pelo trabalho filológico com apoio de tecnologias computacionais de processamento de textos.

3. AVANÇOS E DESAFIOS COLOCADOS PELAS NOVAS TECNOLOGIAS DE TEXTO

3.1 O TEXTO “DESCORPORIFICADO” E OS HORIZONTES DA CRÍTICA TEXTUAL

O breve passeio que sugerimos acima em torno do estado das técnicas de edição filológica no universo da língua portuguesa está fundado na ideia de que a edição eletrônica amplia os horizontes técnicos do trabalho filológico, por *libertar* as técnicas de representação editoriais das limitações materiais colocadas anteriormente pela tecnologia do impresso. Parece-nos que isso pode ser bem observado nos dois aspectos abordados pelas propostas acima resumidas, e que tocam nos os dois aspectos centrais da natureza material do texto digital: a codificação de caracteres (*character encoding*), exemplificada aqui pelo trabalho de Emiliano (2006), e a codificação de texto (*text encoding*), atingindo a correspondência entre texto lógico e texto material, conforme exemplificada aqui pela proposta de Paixão de Sousa (2006).

Vamos começar discutindo a questão da codificação de caracteres. Vimos, com Emiliano (2006), as possibilidades de reprodução digital dos manuscritos medievais; e depois, no exemplo de edição de um impresso do século XVIII, trazido em seguida, vimos algumas possibilidades de representação da tipografia clássica portuguesa – a qual também traz desafios técnicos importantes para a etapa da transcrição filológica, embora incomparáveis ao desafio representado pela riqueza paleográfica dos textos medievais. Mas fiquemos com a tipografia clássica para exemplificar este ponto: dois casos interessantes, no que remete aos impressos portugueses dos séculos XVI a XVIII, são o caractere <f> (ou seja, famoso “s longo”), num item como “**Bifpo**” (Fig [3]), ou o uso do til sobre as vogais o, e, e i, modernamente em

desuso, num item como **RELAÇÃO** (Fig [3]). Ora: por não fazer parte do inventário de caracteres em uso nos séculos XIX e XX, esses símbolos não estavam incluídos nos teclados das antigas máquinas de escrever, e eram irreprodutíveis no sistema mecânico do século passado. Na codificação de caracteres eletrônicos, entretanto, esses símbolos estão previstos e podem ser perfeitamente reproduzidos numa transcrição filológica. No caso do “S longo”, por exemplo, a forma <f> é obtida pela ativação de alguma das codificações disponíveis para o símbolo conhecido como *latin small letter long S*, ou U+017F - o diagrama abaixo mostra sua codificação binária no sistema Unicode:

Diagrama: Latin small letter long S

11000101 : 10111111 → f

O mesmo pode ser dito para outros caracteres que apareciam no texto das figuras [3] a [8], comuns na imprensa portuguesa até o século XVIII, mas que caíram em desuso no século XX, como a letra <o> com til, <õ>²⁵. Ela corresponde ao símbolo “”, e uma das suas codificações (novamente, binária em Unicode) é representada abaixo:

Diagrama: Latin small letter o with tilde

11000011 : 10110101 → Õ

Palavras como **Bifpo** ou **RELAÇÃO**, do impresso setecentista exemplificado em [3] acima, podem portanto ser representadas com facilidade e de modo mais fiel num texto confeccionado eletronicamente que num texto confeccionado em meio mecânico. De um modo geral, as apresentações diplomáticas dos impressos portugueses produzidos nos séculos XVI, XVII e XVIII, graças aos novos mapas de caracteres, podem ser bastante fiéis aos originais de época nesse quesito – invocando-se aqui, ressaltado, um conceito estrutural de fidelidade, ou conservadorismo de índole sistêmica, como já mencionado acima no comentário sobre EMILIANO (2006).

²⁵ Curiosamente, no exemplo em pauta, impresso na oficina de Isidoro da Fonseca, o caractere < Õ > está representado de uma forma adaptada – com um pequeno J deitado sobre o <o>, a fazer as vezes do til (cf. Figura [3]). Sobre as particularidades da tipografia de Isidoro da Fonseca, remeto a Lotufo (2012).

Importa entretanto compreender o que isso significa em termos computacionais, para podermos ilustrar nosso conceito de texto *descorporificado*, explorado em Paixão de Sousa (2013). Um caractere numa tela de computador é uma simulação: é uma ilusão visual correspondente a um código matemático. Ao atribuir ao texto digital a qualidade de *descorporificação*, estou pensando em primeiro lugar nessa propriedade de simulação do caractere digital, e aludindo a uma famosa declaração de H. Carter, um dos fundadores da bibliografia material: *Type is something you can pick up and hold in your hands* (Carter, 1972). Um caractere numa tela, justamente, é algo que não podemos pegar e segurar nas mãos. E essa “descorporificação” é a qualidade que confere ao texto digital a propriedade de representação ilimitada.

Isso se aplica a esse primeiro e mais evidente plano da confecção do texto digital – a codificação de caracteres – mas também a um segundo plano, igualmente importante mas menos evidente: a codificação das estruturas de texto. Numa tela de computador, todas as informações para além da sequência de caracteres que formam um texto – por exemplo, informações ligadas à disposição espacial do texto – são, também simulacros. Não há páginas; não há margens; não há linhas. Há códigos (i.e., marcações de instruções de leitura, em linguagem convencionada) que nos fazem ver páginas, margens e linhas. Assim, esses códigos podem ser manipulados de modo a podermos compor inúmeras formas de apresentação de “um mesmo texto”. E as codificações de texto podem servir ao propósito de reproduzir da forma mais próxima possível um texto impresso ou manuscrito sobre papel, ou podem servir para construir novos objetos-texto, livres da representação-simulacro de página, linhas, etc. Mais tarde voltamos a esse ponto. Aqui importa dizer: o que visualizamos quando visualizamos um texto numa tela de computador são ilusões fabricadas por instruções computacionais, e, portanto, ilusões que podem ser re-fabricadas, re-codificadas, modificadas ao limite das necessidades de um editor. De fato, é essa possibilidade infinita, e fundamentalmente anti-linear, aberta pela codificação eletrônica do texto, que funda a ideia do hipertexto, imaginada já na década de 1960, pelo filósofo norte-americano Theodor H. Nelson (1965).

A lógica da difusão digital tem portanto como característica central (e, na minha visão, como característica mais interessante) a desvinculação entre o texto lógico e seu suporte material. Ela *descorporifica* o texto. Ela permite que “um texto” apareça como infinitos textos, de infinitas formas, em infinitos outros espaços, em infinitos tempos. Ela desvincula a representação dos caracteres (por exemplo) de qualquer limitação física – toda e qualquer forma pode ser representada, desde que seja logicamente prevista, pois as formas dos caracteres nesse caso não são mais que pontos distribuídos em uma matriz lógica, e não física.

De fato: o texto digital não tem corpo – e essa descorporificação abre um mundo inteiramente novo para o ofício da edição filológica.

Essa é, portanto, a visão que fundamenta nosso breve panorama sobre o desenvolvimento de novas técnicas computacionais no ambiente da filologia em português. Alguns projetos, como os que mostramos acima, tem tirado partido dessa propriedade *descorporificada* do texto digital para fundar novas bases para um antigo ofício. Importa salientar aqui um último aspecto: a importância de mantermos e fomentarmos projetos voltados para essas novas formas de edição filológica no âmbito específico dos trabalhos com a língua portuguesa. O projeto de Emiliano (2006) mostra essa importância de modo emblemático: com efeito, nesse âmbito da representação paleográfica, é evidente que diferentes tradições manuscritas demandarão diferentes soluções de representação computacional, não valendo, nesse caso, a opção de importação de técnicas inventadas para outras tradições. Assim, é importante destacar que os estudiosos do texto em língua portuguesa tem hoje diante de si os mesmos desafios – e as mesmas perspectivas – que se abriram recentemente para os estudiosos da escrita em outras línguas. Como, entretanto, podemos abraçar essas perspectivas, e enfrentar esses desafios? É a pergunta que tentamos explorar a seguir.

3.2. DESAFIOS PARA UM ANTIGO OFÍCIO EM UM NOVO MEIO

A filologia, raiz de todas as disciplinas das humanidades, vem mantendo por séculos seu foco principal de atenção: o texto, como *um sistema de raízes que pode ser escavado nele próprio* (nas magistrais palavras de Rosa Borges S. Carvalho (2003). Entretanto, e sem prejuízo desse foco, a disciplina adaptou-se incessantemente a novos objetos, por conta das diferentes formas inventadas pelas sociedades humanas para a difusão do texto escrito – novos suportes, novos instrumentos, novos meios de difusão. Criou, também, novas técnicas de trabalho, correspondentes às diferentes materialidades do texto – ela mesma sujeita, no seu labor cotidiano, aos condicionantes impostos pelos novos suportes, instrumentos e meios de difusão. A tecnologia do impresso, por exemplo, a um tempo foi intensamente explorada e aproveitada como técnica pela crítica textual (que se aventurou por novos instrumentos e criou novas formas de representação – fazendo surgir o formato da edição crítica moderna); e fez surgir uma nova perspectiva sobre o texto, com a chamada bibliografia material (Carter, 2002[1968] [1968]); McKenzie, 2002[1969], Stoddard, 1985), tomando para si o texto impresso como objeto de estudo.

No início do século XXI, surge uma nova forma de difusão do texto, que gradualmente passa a se integrar às metodologias consolidadas por séculos de trabalhos filológicos realizados no meio impresso. A passagem das técnicas do mundo impresso para as técnicas do mundo digital, entretanto, não tem sido sempre suave. É verdade que, já ao final do século XX, muitos filólogos (assim como todos os demais participantes do mundo da escrita) haviam abandonado suas páginas datilografadas, passando a trabalhar nos processadores de texto embutidos em seus computadores pessoais. Mas é verdade também que esses filólogos (novamente, assim como todos os demais participantes do mundo da escrita naquele tempo) se comportavam, frente a esses processadores, como se ainda estivessem diante de uma folha de papel enrolada em uma máquina de escrever. Continuávamos (por exemplo) a enfrentar os mesmos problemas de transliteração, já que o sistema de caracteres eletrônicos dos primeiros processadores de texto reproduziam, com muita proximidade, o sistema de tipos da imprensa do século XX (para cada língua). Continuávamos também a enfrentar (outro exemplo) a limitação da mancha da página, pois os processadores de texto daquela época buscavam, acima de tudo, reproduzir o ambiente possível da máquina de escrever, brindando-nos, assim, com essa invenção que pode ser considerada o *suprassumo* da representação contaminada do mundo do impresso no mundo do digital: a invenção da falsa página na tela.

E, sobretudo, continuávamos a enfrentar a limitação da correspondência entre a *materialidade do texto* e a *lógica do texto*, já que de fato trabalhávamos, diante das telas dos nossos computadores, como se estivéssemos preparando uma etapa intermediária (provisória, superável) de um objeto final (definitivo, desejável) – o Documento Impresso. Assim é que, se olharmos o produto final de uma edição filológica feita em um processador de textos nessa lógica que imperava ao final dos anos 1990, e a compararmos a uma edição feita em uma máquina de escrever, e posteriormente enviada a uma impressão em gráfica (lá pelos meados do mesmo século) – notaríamos poucas diferenças, nenhuma substantiva. Lá estarão a mancha da página; lá estarão as adaptações da transliteração; lá estará o uso da variação de face para indicar intervenção editorial; lá estarão os comentários do editor sob forma de nota de rodapé.

Muitas das edições filológicas feitas nos processadores de texto na passagem do século XX ao XXI, em resumo, eram *simulacros* de técnicas anteriores, e encontravam-se, ainda, inteiramente imersas na lógica do papel. A lógica do papel é uma lógica espaço-dependente e visual, ou seja: segundo ela, aproveita-se o espaço físico delimitado pela folha de papel e nele se codificam, visualmente, todos os elementos indicativos da edição – *conjecturou-se isso, acrescentou-se aquilo; aquilo outro está borrado*, etc. Entretanto, as

técnicas de produção e reprodução do texto no meio digital nos permitiriam ir muito além dessa lógica visual, e, portanto, muito além dos limites espaciais da folha de papel.

Pois bem: nesse campo (mais focalmente “ecdótico”, portanto), a verdade é que a *Filologia Digital* não goza de tanta receptividade ou reconhecimento no mundo da língua portuguesa como em outras partes. Mencionarei aqui, ao menos, o caso do Brasil: em larga medida, ainda seguimos as técnicas e normas de edição filológica ligadas às tecnologias do impresso. Fundamentalmente, ainda estamos constrangidos pelas limitações técnicas impostas pelo impresso, sem nos aventurarmos pelas libertações possibilitadas pela imaterialidade do digital, a qual, na verdade, ainda observamos de longe, com certa desconfiança. Por outro lado, é tal nossa confiança nas técnicas desenvolvidas nas épocas anteriores – presas, por necessidade, ao mundo do texto materializado em tinta e papel – que passamos a confundir *suporte* e *objeto*, *representação* e *procedimento*. No caso específico da edição filológica, isso significa que passamos gradualmente a naturalizar as representações em sentidos: as *formas de representação* tomaram o lugar dos *procedimentos* que elas representam. Assim é que (por exemplo) a representação *palavra em itálico* parece ter ocupado definitivamente o espaço cognitivo de *representação de adição conjectural ao texto original*, e assim por diante. Ainda enxergamos os corpora eletrônicos como *bancos de textos* feitos, essencialmente, para serem impressos; com as técnicas e limitações materiais do impresso, sem ainda explorar as possibilidades de representação abertas pela *descorporificação* que caracteriza a difusão digital.

As perspectivas abertas pelas propriedades materiais do texto digital para o trabalho filológico, entretanto, são hoje amplamente reconhecidas, como mostram os projetos citados no início deste texto. Para explorá-las como merecem, precisamos caminhar no sentido de uma mudança profunda na nossa abordagem do digital. Precisamos enfrentar, para isso, alguns dos impactos da aplicação de técnicas computacionais no ofício filológico: sendo o mais imediatamente identificável o impacto sobre o foco de formação do filólogo. Um filólogo, para trabalhar nesse novo quadro, precisa compreender seus instrumentos de trabalho: o que é um processador de textos, como ele funciona, o que é um mapa de caracteres, quais são as linguagens de anotação de textos, quais são as linguagens de representação de textos – entre outros.

Isso significaria em última análise (e conforme já defendia em Paixão de Sousa, 2005) que, para explorar plenamente as possibilidades da representação digital, a filologia precisaria passar a incluir outros campos conexos – outras “disciplinas afins”, outros saberes técnicos – fundamentalmente, precisa encampar, em seu quadro metodológico, o processamento eletrônico do texto e noções fundamentais de computação. Precisamos dominar essas novas

técnicas, porque elas são (muito simplesmente) as novas técnicas da produção de textos. Do contrário, agiríamos como filólogos do século XX que não tivessem a mais pálida ideia de como uma prensa mecânica funciona; ou de como a edição que ele está preparando em seu gabinete, datilografada, vai ser processada em uma gráfica, até se conformar como um livro impresso.

Precisamos dominar essas técnicas, em última análise, para não sermos dominados por elas: para continuar sendo os sujeitos desse processo. Volto aqui ao que lembrei no início dessa sessão, ao citar Rosa Borges Carvalho: a filologia não é só mais antiga e mais tradicional que a “cultura digital”; é também mais antiga e mais tradicional que a cultura impressa. No entanto, adaptou-se a ela, aproveitou-se dela, construindo, dentro de sua lógica, importantes instrumentos de edição e de crítica. A mesma passagem precisa se dar agora, da lógica impressa para a lógica digital.

De alguma forma, entretanto, nosso campo parece ainda apresentar resistências a essa passagem – um estado de coisas que mereceria de nossa parte uma reflexão cuidada. O processamento digital é visto, entre nós, com um distanciamento receoso; de fato, a representação digital parece muitas vezes ser vista como uma *descaracterização* do texto manuscrito – esse, que é o objeto do amor e da atenção mais dedicada da filologia. Isso não só não é verdade, como é o oposto da verdade. Antes de tudo, porque podemos considerar que a representação digital é mais irmã da difusão manuscrita que da mecânica. Já defendi isso em Paixão de Sousa (2007: 243-244), ao destacar as similaridades do processo de cópia manuscrita e digital de um lado, em contraposição ao processo de reprodução mecânica, de outro. Isso coloca, para a crítica textual a ser realizada pelas futuras gerações – aquelas, que se debruçarão sobre o texto digital como *objeto* – desafios muito interessantes. Aqui, sairei do campo de investigação do texto digital como objeto da filologia, pois quero apontar uma segunda ordem de aproximações entre o manuscrito e o digital (sempre em contraposição ao mecânico), desta vez pertinente às propriedades do digital como ferramenta de trabalho. O texto digital, assim como o manuscrito, só conhece os limites da imaginação e da criatividade humana (sendo ela, a criatividade humana, o alimento da lógica artificial). Já o texto mecanicamente composto e reproduzido está *sujeito às limitações da máquina*. Naturalmente, para entendermos isso, temos que procurar uma compreensão um pouco mais fina do que é (afinal!) o texto digital – salientando que esse termo não remete aos ambientes físicos em que esse texto se processa (ou seja, às máquinas ‘computadoras’), mas sim *aos sistemas lógicos* que permitem esse processamento. Precisamos, de fato, entender o texto digital como uma nova forma de *lógica*.

Assim que tivermos absoluta clareza sobre esse ponto, compreenderemos muito facilmente que a contraposição *manuscrito/impresso/digital* se dá, de fato, ao avesso do que se poderia pensar. Era o texto impresso, o texto mecanicamente reproduzido – este sim! – uma representação *descaracterizada* do manuscrito: pois precisava se curvar à tirania dos tipos fundidos em chumbo, à tirania do tamanho e da conformação espacial da página... Se o que queremos é uma representação a mais próxima possível do manuscrito; e se queremos incluir, nessa representação, as indicações das nossas intervenções, também da forma mais explícita possível – ora, nesse caso temos no meio digital um ambiente muito mais propício que no mecânico.

Temos aí, de fato, uma técnica na qual se atinge o texto em estado *líquido*, *descorporificado* e *liberto* do metal e do papel. Isso tudo pode parecer, no mínimo, um tanto utópico; mas, paradoxalmente, pode ser que a curteza do nosso horizonte quando olhamos para trás é que nos esteja levando a enxergar pouco do horizonte que se descortina à nossa frente. Penso que talvez possamos ganhar uma perspectiva privilegiada sobre esse problema se pensarmos nos avanços, nas inovações, e na coragem demonstrada pelos projetos em Filologia Digital no campo dos estudos clássicos – alguns, já citados aqui, em atividade desde a década de 70 do século passado, como o *Thesaurus Linguae Graecae*.

Ora, como ressaltam magistralmente Crane (2008), ao apresentarem um histórico do *Thesaurus*, quanto mais um humanista recua no tempo, mais desimportantes se configuram os debates sobre as técnicas usadas nas edições em relação as técnicas nas quais os objetos da edição foram produzidos. Pois notemos que para um classicista (como G. Crane), trabalhar um texto homérico sob a forma de uma edição crítica digital é tão *descaracterizante* como fazê-lo sob a forma de uma edição crítica impressa, ou, de fato, manuscrita. Pois *escrever* Homero, em qualquer suporte, com qualquer técnica, é distanciar-se de Homero. Não é surpreendente verificar, nesse sentido, que os projetos pioneiros nas edições eletrônicas surgiram na área dos estudos clássicos. Para os que pretendem transpor uma tradição textual oral para uma tradição textual escrita, a perspectiva temporal se amplia de tal forma que a discussão sobre a técnica da edição (*impressa ou eletrônica?*) toma um sabor de filigrana. Assim, tomamos aqui a perspectiva dos classicistas como fator absolutamente arejador dos debates nos ambientes filológicos dedicados às línguas (nessa perspectiva) mais “jovens”, ou seja, às línguas cuja tradição cultural, manuscrita ou impressa, é já, ao menos, *escrita*. Os classicistas nos fazem ver o quão pequenas são nossas divisões temporais e tecnológicas, frente ao caudaloso e imenso curso do desenvolvimento da transmissão cultural no ocidente (e isso – ainda – se quisermos ficar só no ocidente...).

Podemos, com as janelas assim abertas e arejadas, passar para o último ponto proposto para esta reflexão: as novas formas possíveis (algumas ainda nem imaginadas!) da difusão da escrita, e suas possibilidades críticas.

4. POR CONCLUSÃO

The tools at our disposal today, primitive as they may appear in the future, are already adequate to create a dynamic space for intellectual life as different from what precedes it as oral culture differs from a world of writing. At one level, little will change — the Homeric epics, products of an oral culture ironically preserved in writing, are arguably as successful as cultural products as anything that followed: the ceiling of human creativity has not changed in three thousand years of increasingly sophisticated information technology — an observation that we should consider as we fret over the codex and print. Nevertheless, we can now plan for a world where ideas cross from language to language and from culture to culture with a speed and authenticity far beyond what we have ever experienced (Crane, 2008).

Imaginemos um mundo no qual o nosso conceito de representação da linguagem pela escrita estivesse já inteiramente libertado dos condicionantes impostos pelas tecnologias do papel e, mais especificamente, pelas tecnologias da reprodução mecânica. Nesse mundo prescindiríamos dos simulacros intermediários da primeira geração de textos digitais: o simulacro da página, o simulacro da nota de rodapé... Nesse mundo os textos escritos flanariam libertos, sem corpo, sem espaço, sem limites, em um (não-)espaço compartilhado por todos.

Esse mundo novo já nem é de fato tão novo: foi imaginado já na década de 1960, pelo inventor do hipertexto, o filósofo norte-americano Theodor H. Nelson, com o seu trabalho inaugural de 1965, já citado, e mais tarde com suas *Máquinas Literárias (ou Literary Machines; Nelson, 1981)*, e com o projeto *Xanadú* (ainda hoje ativo, em <http://www.xanadu.com/>). Importa, de fato, pontuar: o hipertexto não foi inventado por um engenheiro, nem por um matemático, mas sim por um filósofo preocupado em criar novas formas de *representação e circulação* da palavra escrita. Nelson propôs o conceito inovador do “documento indireto”, que está na origem não só do hipertexto, mas da “WWW” como um todo, a “web” que, por ter se tornado gradualmente um fenômeno comercial e corporativo, tem merecido críticas ácidas de Nelson e seus seguidores. Assim, por razões diversas – quase todas políticas, mais que tecnológicas – não atingimos, ainda, as potencialidades plenas deste “admirável mundo novo” da transmissão fluida dos textos. Mas ele se desenha no horizonte – não apenas no horizonte da filologia, mas sim no horizonte da nossa cultura de escrita numa perspectiva mais geral.

Essa cultura está prestes a ser inteiramente revolucionada, e nós estamos na privilegiada posição de poder assistir a isso em nosso tempo de vida. Como já sugeri em outras ocasiões (Paixão de Sousa, 2012), os “livros digitais” criados até hoje não passam de *incunábulo*: representam o último suspiro de uma tecnologia antiga – a tecnologia da difusão impressa, traduzida para um novo meio, o digital. Ainda não abraçamos plenamente, por não as compreendermos, as potencialidades abertas por esse novo meio. Este processo é muito semelhante ao processo que aconteceu, na segunda metade do século XV, com os primeiros impressos: ainda tentamos reproduzir no meio digital as características do livro impresso. Nesta nossa década, entretanto, provavelmente já nasceram os Aldo Manuzios da nova tecnologia – aqueles que saberão criar o verdadeiro livro digital, como Manuzio criou o verdadeiro livro impresso na Veneza do final dos anos 1400.

De que forma essa transformação geral poderá afetar, especificamente, a filologia? De um lado, significará que a filologia do futuro terá à disposição um novo objeto de estudo: o texto digital nativo. Aqui, entretanto, quis salientar as outras consequências desse processo – aquelas ligadas ao fato de que o ferramental que permitirá o *novo texto* será, naturalmente, o ferramental da *nova filologia*. Nesse particular, novamente acompanho Crane (2008), quando salienta que as ferramentas digitais disponíveis para o tratamento de textos fazem vislumbrar a criação de *um espaço dinâmico para a vida intelectual que será tão diferente do precedente como a cultura oral é diferente da cultura escrita*. O recurso às técnicas computacionais tem portanto, para a filologia, o sentido de uma revolução metodológica e epistemológica. Manipular computacionalmente o texto equivale a fiar com novas fibras o próprio fio de que se forma o tecido do nosso trabalho, o tecido dos nossos mecanismos interpretativos. Precisamos, sem dúvida, refletir criticamente sobre o novo paradigma que assim se avizinha: entretanto, só poderemos fazê-lo se compreendermos com profundidade a nova lógica da “cultura digital”.

Para a geração dos filólogos nascidos ainda no século XX, essa transição é um processo migratório – estamos, todos, desafiados a emigrar para uma terra estrangeira. Estamos no cais, e o apito já soou; alguns embarcarão nesse navio assustador (ainda mal-acabado – os arrebites soltos, as balaustradas sem pintura, a casa de máquinas soltando ruídos medonhos!); outros permanecerão em terra, acenando (felizes, sem dúvida, por ter sob seus pés o chão firme do século que passou). Mas é importante sabermos todos – os que partem e os que ficam – que em breve já não haverá navios. Pois os filólogos do século XXI nasceram, já, no novo mundo. Serão as novas gerações, nativas da cultura digital, os responsáveis pelo futuro da filologia. Cabe a nós, últimos habitantes vindos do velho mundo, decidir se queremos construir pontes entre o passado e o futuro, desenvolvendo técnicas

intermediárias que poderão ficar como legados do conhecimento acumulado pelas gerações que nos antecederam, desde a antiguidade, nessa arte do amor à palavra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUSA, Roberto (2004): "Foreword: Perspectives on the Digital Humanities". In: Susan Schreibman, Ray Siemens, John Unsworth *ed.*, *A Companion to Digital Humanities*. Oxford: Blackwell. Disponível em: <http://www.digitalhumanities.org/companion/>
- CARTER, Harry (2002[1968]): *A view of early typography*. The Lyell Lectures. (Oxford: The Clarendon Press, 1969; ed. rev. Londres: Hyphen Press).
- CARVALHO, Rosa Borges Santos (2003): "A Filologia e seu objeto: Diferentes Perspectivas de Estudo". *Philologus - Revista do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*, ano 9, nº 26, Rio de Janeiro.
- CRANE, Gregory *et al.* (2008): *ePhilology: when the books talk to their readers*. In: R. Siemens e S. Schreibman *ed.*, "Blackwell Companion to Digital Literary Studies". Oxford: Blackwell. Disponível em: <http://www.digitalhumanities.org/companionDLS/>
- DINES, Alberto (1998): "Aventuras e desventuras de Antonio Isidoro da Fonseca". In: *Em nome da fé*. São Paulo: Perspectiva.
- EMILIANO, António (2006): "Tipo Medieval para Computador: uma ferramenta informática para linguistas, historiadores da língua e paleógrafos". *Signo. Revista de Historia de la Cultura Escrita* (Universidade de Alcalá de Henares), 15 (2005): 139 -176.
- EMILIANO, António (2007): "Convenções de utilização dos caracteres editoriais e críticos do tipo medieval Notator Mono para a realização de edições paleográficas de textos medievais portugueses e latino portugueses", vol. 2. In: *Documentação do Projecto Origens do Português: Digitalização, Edição e Estudo Linguístico de Documentos dos séculos IX-X*. Ref.^a POCI/LIN/58815/2004. Disponível em: http://www.fcsh.unl.pt/philologia/ODP_Convencoes_Notator_Mono.pdf
- EMILIANO, António (2002): "Problemas de transliteração na edição de textos medievais". *Revista Galega de Filoloxía*, 3, 29-64.
- FIORMONTE, Domenico *et al.* (2013): *E-Philology. Digital resources on philology and textual criticism*. Disponível em: <http://www.digitalvariants.org/e-philology>
- LOTUFO, Laura Benseñor (2012): "A oficina tipográfica de Isidoro da Fonseca e a impressão da "Relação da entrada [...]". Prefácio à edição digital da Brasiliana USP. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/node/734/>
- MEGALE, Heitor e César Nardelli CAMBRAIA (1999): "Filologia portuguesa no Brasil". *DELTA*. São Paulo, vol. 15, n. especial. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So102-44501999000300001
- MEGALE, Heitor (2001): *A Demanda do Santo Graal: Das origens ao códice português*. São Paulo: Fapesp/Ateliê Editorial.
- MEGALE, Heitor (2008): *A Demanda do Santo Graal*. Edição de Bolso. São Paulo: Companhia das Letras.
- McKENZIE, Donald Francis (1985): *Bibliography and the Sociology of Texts – The Panizzi Lectures*. Londres: The British Library.

- NELSON, Theodor H. (1965): "A File Structure for the Complex, the Changing, and the Indeterminate". In: Lewis Winner ed., *Association for Computing Machinery: Proceedings of the 20th National Conference*, 84-100. Disponível em: <http://dl.acm.org/>
- NELSON, Theodor H. (1981): *Literary Machines: The report on, and of, Project Xanadu concerning word processing, electronic publishing, hypertext, thinkertoys, tomorrow's intellectual revolution, and certain other topics including knowledge, education and freedom*. Sausalito, California: Mindful Press.
- PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara (2006): "Memórias do Texto". *Texto Digital* (UERJ), vol. 1, 10, Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/textodigital/article/view/1420/1131>.
- PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara (2007): "Digital Text: Conceptual and methodological frontiers". In: Dolores Romero e Amelia Sanz org., *Literatures in the Digital Era: Theory and Praxis*. Cambridge: Cambridge Scholarly Press.
- PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara (2012): "O livro impresso raro e o ambiente de leitura digital: um debate com base no espólio dos Craesbeeck". Comunicação ao *Seminário Mindlin 2012: Um mundo sobre papel: livros, gravuras e mapas na era dos descobrimentos*. São Paulo: Biblioteca Municipal Mário de Andrade, Abril de 2012.
- PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara (2013): "Texto digital: Uma perspectiva material". *Revista da ANPOLL* (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística), vol. 2, nº 34 (no prelo).
- PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara e Thorsten TRIPPEL (2004): "Single source processing of Historic corpora for diverse uses". In: *Proceedings of the Association for Literary and Linguistic Computing (ALLC) Annual Conference, 2004*.
- ROSADO DA CUNHA, Luís Antonio (1747): *Relação da entrada que fez o excellentissimo, e reverendissimo senhor D. Fr. Antonio do Desterro Malheyro [...]*. Oficina Tipográfica de Isidoro da Fonseca. Disponível na Biblioteca Brasileira, USP. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03908100>
- SCHREIBMAN, Susan, Ray SIEMENS e John UNSWORTH ed. (2004): *A Companion to Digital Humanities*. Oxford: Blackwell, <http://www.digitalhumanities.org/companion/>
- SHEPHERD, Tania, Tony Berber SARDINHA e Marcia Veirano PINTO org. (2010): *Caminhos da linguística de corpus*. Campinas: Mercado de Letras.
- STODDARD, R. (1987): "Morphology and the Book from an American Perspective". *Printing History*, 17, 2-14.
- VERDELHO, Evelina (2004): "Filologia, Linguística e Informática: trabalhos em tempo de mudança". In: Ana Maria Brito, Olívia Figueiredo e Clara Barros org., *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa* (Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva). Porto: Faculdade de Letras/DEPER/Secção de Linguística, 397-411.
- W3C (2013a): "Extensible Markup Language". Disponível em: <http://www.w3.org/XML>
- W3C (2013b): "Extensible Stylesheet Language Transformation". Disponível em: <http://www.w3.org/TR/xslt>

ANÁLISE LINGUÍSTICA DE DOCUMENTOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA: UMA ABORDAGEM INFORMÁTICA

PAULO QUARESMA

Universidade de Évora/ Departamento de Informática
CITI – Centro de Inovação em Tecnologias de Informação

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos têm vindo a ser desenvolvidas diversas ferramentas computacionais para o Processamento de Língua Natural e, de uma forma mais específica, para a Língua Portuguesa (Rehm e Uszkoreit, 2012). Uma arquitectura típica de um sistema de processamento de texto pode ser dividida em quatro grandes módulos: pré-processamento, análise gramatical, análise semântica, tarefas específicas (Branco *et alii*, 2012). No pré-processamento são realizadas as tarefas de limpeza dos dados, análise e remoção da formatação e identificação das unidades de processamento; na análise gramatical são identificadas as categorias e as estruturas gramaticais das frases; na análise semântica são realizadas acções de desambiguação e resolução de anáforas e é efectuada a representação das frases num modelo independente da Língua e adequado a um processamento computacional; nas tarefas específicas são realizadas tarefas complementares, tais como, sumarização e resposta a perguntas sobre o conteúdo dos textos.

Pretende-se, com este trabalho, apresentar os principais conceitos envolvidos num sistema computacional para o processamento de texto e, de uma forma mais específica, analisar algumas ferramentas computacionais existentes para a Língua Portuguesa (secção 2).

Como estudo de caso demonstrativo da utilização de ferramentas computacionais para o processamento de texto, é efectuada, na secção 3, uma análise dos textos das Gazetas

Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora, relativos ao período 1729-1754¹ (Lisboa *et al*, 2002; Lisboa *et al*, 2005).

Finalmente, na secção 4, são apresentadas conclusões e abordados alguns dos problemas em aberto e das possíveis opções visando a sua resolução.

2. SISTEMAS DE PROCESSAMENTO DE TEXTO

2.1. PRÉ-PROCESSAMENTO

Nas tarefas de pré-processamento os textos são preparados para serem objecto de uma análise linguística posterior. Para tal, é necessário eliminar eventuais símbolos de formatação e transformar os documentos em simples sequências de caracteres textuais. É também nesta fase que se eliminam duplicações de caracteres de separação de palavras (espaços, tabulação) e que se agrupam os caracteres em unidades lexicais. Estas unidades são, tipicamente, as palavras de uma determinada Língua, mas há decisões que é necessário tomar neste processo e que condicionam todo o processo posterior:

- Quais os separadores de palavras a considerar? Exemplo: o apóstrofo separa ou não duas palavras? (*d'Orey* versus *c'est*);
- Como considerar abreviaturas, siglas e acrónimos? Exemplos: *V. Ex^a*; *A/C*; *S.L.B.* Deverão estes exemplos constituir uma única unidade lexical ou ser divididos em várias unidades?

Não existe a melhor resposta para estas perguntas; o que existe é a opção mais adequada para o objectivo que se pretende atingir com o processamento dos textos.

Do ponto de vista computacional, existem várias possibilidades para a correcta execução desta tarefa:

- Utilização de ferramentas genéricas de processamento de Língua Natural, tais como, o *NLTK – Natural Language Toolkit*² (Bird *et al*, 2009), que permite a identificação das unidades lexicais (*tokenization*);
- Desenvolvimento específico de aplicações informáticas, caso se pretenda analisar textos com formatos não standard e/ou com características muito específicas.

A título de exemplo, apresenta-se o resultado de utilização da ferramenta *NLTK*:

```
>>> import nltk
```

¹ Projecto FCT PTDC/HAH/64759/2006 "Gazetas Manuscritas: informação e sociedade (1729-1754)".

² Ver: <http://nltk.org/>

```
>>> sentence = ""A Maria leu o livro.""
>>> tokens = nltk.word_tokenize(sentence)
>>> tokens
['A', 'Maria', 'leu', 'n', 'livro', '.']
```

2.2. ANÁLISE GRAMATICAL

A tarefa de análise gramatical visa obter a árvore sintáctica associada a cada frase do texto. No entanto, é comum integrar algumas sub-tarefas prévias, tais como a etiquetagem morfo-sintáctica das unidades lexicais e o reconhecimento de entidades nomeadas.

2.2.1. ETIQUETADORES MORFO-SINTÁCTICOS – *POS TAGGERS*

Esta tarefa tem como objectivo associar a cada unidade lexical uma etiqueta morfo-sintáctica. Note-se que esta é uma tarefa em que, normalmente, há necessidade de efectuar desambiguações e seleccionar qual a etiqueta adequada para cada dada palavra em cada frase. Por exemplo, a palavra “a” pode ter diferentes etiquetas (*artigo, preposição, pronome*), dependendo da sua função na frase.

Existem duas abordagens típicas para a execução desta tarefa:

1. Abordagem simbólica – Nesta abordagem, recorre-se a dicionários e definem-se regras de inferência que permitem, dada uma sequência de palavras, propor as etiquetas mais adequadas para essas palavras (tendo em conta as regras definidas);
2. Abordagem estatística – Nesta abordagem, recorre-se a um conjunto de textos de treino, que foram previamente analisados e em que foi realizada e revista a etiquetagem morfo-sintáctica, para criar um modelo computacional que é aplicado a novas frases.

Existem vários etiquetadores morfo-sintácticos para a Língua Portuguesa disponíveis na *web*. Uma opção é o software *TreeTagger*³, desenvolvido por (Schmid, 1994), que já foi aplicado a mais de 14 Línguas distintas, incluindo o Português ou, em alternativa, a ferramenta *NLTK* já referida na sub-secção anterior. Uma solução mais específica para a Língua Portuguesa, Galego e Castelhana, é o pacote de software *FreeLing*⁴, que inclui várias ferramentas para o processamento de textos em Língua Natural, entre as quais etiquetadores morfo-sintácticos. Realce-se que este pacote de software também efectua o conjunto de

³Disponível em: <http://www.ims.uni-stuttgart.de/projekte/corplex/TreeTagger/DecisionTreeTagger.html>

⁴Disponível em: <http://nlp.lsi.upc.edu/freeling/>

operações prévias necessárias a esta tarefa e referidas na sub-secção anterior: separação de frases, identificação de termos e análise morfológica.

Exemplo: A frase “A Maria leu o livro.” é analisada da seguinte forma pelo analisador *FreeLing*:

A o DAoFSo 0.667849
Maria maria NP00000 1
leu ler VMIS3So 0.875
o o DAoMSo 0.944727
livro livro NCMS000 0.977273
. . Fp 1

Conforme se observa, para cada unidade lexical, é apresentada a forma canónica dessa unidade, a sua etiqueta morfo-sintáctica (ex: DAoFS – artigo definido feminino singular; NP – nome próprio; NCM – nome comum) e a probabilidade associada à etiqueta gerada.

Para a sub-tarefa de análise morfológica, o software *Jspell*⁵ (Simões & Almeida, 2001) é também uma aplicação importante a considerar.

2.2.2. RECONHECIMENTO DE ENTIDADES NOMEADAS – NER NAMED ENTITY RECOGNITION

O reconhecimento de entidades nomeadas visa, tipicamente, a identificação de pessoas, entidades, locais e datas que são referidas nos diversos textos. Também para esta sub-tarefa as abordagens se dividem em *simbólicas* e *estatísticas*.

O pacote de software *FreeLing* incorpora módulos que permitem realizar esta tarefa com uma boa qualidade para a Língua Portuguesa.

Exemplo: O software *FreeLing* obtém o seguinte resultado para a frase “A Maria leu o livro em Lisboa.”:

A o DAoFSo 0.667849
Maria maria NP00SP0 1
leu ler VMIS3So 0.875
o o DAoMSo 0.944727
livro livro NCMS000 0.977273
em em SPS00 1

⁵ Disponível em: <http://natura.di.uminho.pt/wiki/doku.php?id=ferramentas:jspell>

Realce-se a identificação da etiqueta "SP" (pessoa) no termo "Maria" e da etiqueta "G" (local) no termo "Lisboa".

Um outro sistema disponível também para utilização é o *Rembrandt6* (Cardoso, 2008), que permite, ainda, a identificação de algumas relações entre as entidades identificadas.

2.2.3. ANALISADORES SINTÁCTICOS

Estes analisadores visam obter a estrutura sintáctica das frases, identificando, por exemplo, os sintagmas nominais, preposicionais e verbais dessas frases.

Para a Língua Portuguesa, existem vários analisadores disponíveis: o já referido *FreeLing* (com um analisador de dependências e um analisador "superficial"⁷); *DepPattern8* (com um analisador de dependências); e analisador *PALAVRAS9* (Bick, 2000). O analisador *PALAVRAS* está, no entanto, somente disponível para utilização via web, o que inviabiliza a sua aplicação a grandes colecções de textos.

Exemplos:

Os analisadores *PALAVRAS* e *FreeLing* obtêm os seguintes resultados para a frase "A Maria leu o livro":

PALAVRAS:

SOURCE: Running text

1. a Maria leu o livro.

A1

UTT:cl(fcl)

.

| -S:g(np)

| | -D:pron(det "o" <artd> DET F S) a

| | -H:prop("Maria" F S) Maria

| -P:v(fin "ler" <fmc> PS 3S IND VFIN) leu

| -Od:g(np)

| -D:pron(det "o" <artd> DET M S) o

| -H:n("livro" M S) livro

FreeLing:

⁶ Ver: <http://xldb.di.fc.ul.pt/Rembrandt/>

⁷ shallow parser

⁸ <http://gramatica.usc.es/pln/tools/deppattern.html>

⁹ <http://beta.visl.sdu.dk/>


```

+sn_[
  espec-fs_[
    +j-fs_[
      +(A o DAoFSo -)
    ]
  ]
+grup-nom-fs_[
  +w-fs_[
    +(Maria maria NPooooo -)
  ]
]
grup-verb_[
  +verb_[
    +(leu ler VMIS3So -)
  ]
]
sn_[
  espec-ms_[
    +j-ms_[
      +(o o DAoMSo -)
    ]
  ]
+grup-nom-ms_[
  +n-ms_[
    +(livro livro NCMSooo -)
  ]
]
]
F-term_[
  +(. . Fp -)
]
]

```

Embora com um resultado final distinto, observa-se que qualquer um dos programas permite obter a representação da estrutura sintáctica da frase analisada.

2.3. ANÁLISE SEMÂNTICA

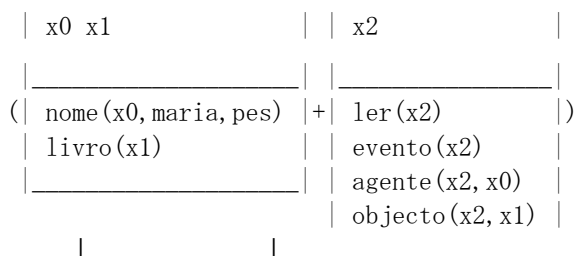
Embora não seja viável efectuar uma análise semântica completa aos textos em Língua Portuguesa (ou em qualquer Língua Natural), é possível realizar análises parciais, obtendo anotações semânticas e estruturas de representação parcial do discurso. Um exemplo de uma possível anotação semântica é a associação de classes de uma ontologia a algumas unidades lexicais dos textos (ex: Maria —*Humano*; Lisboa—*Cidade*).

Para o processo de inferência de anotações semânticas pode ser utilizado o software *FreeLing*; para as estruturas de representação do discurso, pode ser utilizada a ferramenta

*BOXER*¹⁰ (Bos, 2008), que transforma o resultado de análises sintácticas em estruturas de representação do discurso (DRS).

Exemplo:

A frase “A Maria leu o livro.” pode ser transformada na seguinte estrutura do discurso pela ferramenta *BOXER* (em formato gráfico e com algumas adaptações, para uma mais fácil visualização):



Ou seja, são identificadas duas entidades ($x_0 \rightarrow \text{Maria}$; $x_1 \rightarrow \text{livro}$) e um evento ($x_2 \rightarrow \text{ler}$), que estão relacionados devido à sua função de agente ou objecto da acção em causa.

2.4. TAREFAS ESPECÍFICAS

Neste grupo de tarefas incluem-se as ferramentas computacionais com objectivos distintos (por exemplo, editores especializados) e as ferramentas que visam obter algum tipo de informação complementar baseada nas análises já realizadas. Relativamente aos editores especializados, é de realçar o eDicator¹¹ (Paixão de Sousa *et al*, 2010), que é um editor que combina edição XML e um etiquetador morfossintáctico. Relativamente a ferramentas que visam obter informações complementares, realça-se a tarefa de sumarização de textos e a de responder a perguntas sobre o conteúdo desses textos (sistemas de pergunta-resposta).

A sumarização automática visa apresentar os textos de uma forma condensada, mantendo a sua informação mais relevante; isto é, perdendo o mínimo possível de informação. Rodrigues (2011) efectua uma análise detalhada das várias estratégias existentes para abordar este tema (da puramente simbólica à puramente estatística), com um foco especial nas especificidades da Língua Portuguesa, e propondo uma abordagem simbólica com um desempenho global bastante positivo.

¹⁰Disponível em: <http://svn.ask.it.usyd.edu.au/trac/candc/wiki/boxer>

¹¹Disponível em: <http://humanidadesdigitais.org/edictor/>

Os sistemas de pergunta-resposta têm como objectivo responder a questões concretas sobre o conteúdo de colecções de textos. Esta é uma área que tem sido objecto de análise nos últimos anos, havendo várias iniciativas europeias¹² e americanas¹³ para o fomento da investigação neste domínio. A título de exemplo, apresenta-se uma pergunta realizada no âmbito do processo de avaliação CLEF e a resposta obtida pelo sistema desenvolvido por (Saias e Quaresma, 2012), com base em textos do jornal “Público” de 1994 e 1995:

P: Quantos desempregados há na Europa?

R: 23 milhões.

Texto de suporte: A taxa de desemprego nos países industrializados deverá crescer 0,1 por cento até ao fim do ano, atingindo 8,6 por cento da população activa, ou seja, 33 milhões de pessoas, 23 milhões dos quais na Europa ocidental, sublinha um relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ontem divulgado em Genebra.

3. ESTUDO DE CASO: GAZETAS MANUSCRITAS DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA

Nesta secção é apresentado algum do trabalho realizado sobre as gazetas manuscritas existentes na Biblioteca Pública de Évora, visando a criação de um sistema de pesquisa de informação sobre o conteúdo das referidas gazetas.

Foram realizadas as seguintes tarefas:

1. Desenvolvimento do portal das Gazetas Manuscritas da BPE;
2. Análise sintáctica dos textos;
3. Enriquecimento dos textos com marcadores semânticos;
4. Identificação de entidades e criação automática do índice onomástico;
5. Criação automática de relações entre entidades;

¹² CLEF – Cross Language Evaluation Forum.

¹³ TREC – Text Retrieval Conference.

3.1. PORTAL DAS GAZETAS MANUSCRITAS DA BPE

Numa primeira fase do trabalho, foi construído um portal para os textos das Gazetas Manuscritas da BPE:



O portal possui as funcionalidades básicas de pesquisa – pesquisa por palavra ou expressão e a possibilidade de utilização de operadores booleanos – e é baseado nas aplicações de software livre *Joomla!*¹⁴ e *dspace*¹⁵.

Actualmente, o portal é de acesso restrito e permite o acesso aos textos publicados (Lisboa 2002; Lisboa, 2005).

A título ilustrativo apresenta-se um exemplo de pesquisa e visualização de informação:

¹⁴ Disponível em: <http://www.joomla.org/>

¹⁵ Disponível em: <http://www.dspace.org/>

DSpace@CITI: Resultados da Pesquisa - Mozilla

File Edit View Go Bookmarks Tools Window Help

http://dspace-cidehus.xdi.uevora.pt/handle/123456789/1308/simple-search?query=Andre+Lopes Search

Home Bookmarks Genealogia - q... Common UNIX... Bem-vindo à... Explore more t... Diverlanhoso -... Declarações El... Yamaha DSPA...

Pesquisa Avançada

Sobre o Repositório:

Percorrer:

- Comunidades & Coleções
- Titulos
- Autores
- Assuntos
- Etiquetas
- Por Data

Entrar:

- Serviço de Alertas
- Meu DSpace utilizadores autorizados
- Editar Conta
- FAQs
- Guias

Resultados da Pesquisa

Pesquisar: Volume 1 (Paginado)

por andre lopes Enviar

☐ Utilizar Sinónimos ☐ Biblio

Resultados 1-10 de 16.

Registos:

Issue Date	Title	Author(s)
Jun-2007	Pagina 60v	-
Jun-2007	Pagina 13	-
Jun-2007	Pagina 65	-
Jun-2007	Pagina 14v	-
Jun-2007	Pagina 6	-
Jun-2007	Pagina 87v	-
Jun-2007	Pagina 80v	-
Jun-2007	Pagina 10v	-
Jun-2007	Pagina 145	-
Jun-2007	Pagina 157	-

f113-1.pdf

File Edit View Go Help

Previous Next 1 of 1 150%

/fl. 13/ está em Madrid, e Firrau no Porto de Santa Maria donde a Princeza não tem esperanças de prenhe como se diçe.

O Marques de Abrantes a[i]nda tem queixa, e não tomou somana, e fes sahir duas náos a correr a costa no mesmo dia em que lançou ao mar a que se acabou no estalleiro, e vai para Mombaça.

ElRey não foi ver esta função, a Rainha a vio embarcada¹, e o Sr. Infante D. Francisco voltou para Quelluz.

Dom Manuel de Leiva foi pela posta a Madrid, e ficou hum irmão seu em sua caza, donde se continuavão os particulares, e ainda se não comessarão os de casa de Andre Lopes do Lavre.

ElRey continua as suas jornadas a Mafra, e não he certo ainda que a obra se acabe para dia de S. Francisco

3.2. PROCESSAMENTO DOS TEXTOS

O conjunto de textos das Gazetas Manuscritas (Lisboa et al, 2002; Lisboa et al, 2005), foi processado automaticamente, recorrendo ao analisador sintáctico *PALAVRAS* apresentado na secção anterior.

A título ilustrativo, veja-se o resultado da análise de uma frase¹⁶ do “Diário de 23 de Agosto de 1729”:

João de Saldanha cazou hum filho que daqui tinha hido, com hua filha herdeira de Martinho da Sylveira de Menezes.

Resultado do analisador *PALAVRAS*:

João=de=Saldanha [*João=de=Saldanha*] *PROP M/F S/P*
cazou ALT *cázou* [*cazar*] *<DERS> V PS 3S IND VFIN*
hum [*um*] *<quant> <arti> DET M S*
filho [*filho*] *<Hfam> N M S*
que [*que*] *<rel> SPEC M/F S/P*
de [*de*] *<sam-> PRP*
aqui [*aqui*] *<-sam> ADV*
tinha [*ter*] *V IMPF 1/3S IND VFIN*
hido ALT xxxo [*hido*] *N M S*
\$,
com [*com*] *PRP*
hua ALT xxx [*hua*] *N F S*
filha [*filho*] *ADJ F S*
herdeira [*herdeira*] *<H> N F S*
de [*de*] *PRP*
Martinho=da=Sylveira=de=Menezes [*Martinho=da=Sylveira=de=Menezes*] *PROP M/FS/P*

Este exemplo permite ilustrar algumas das características do sistema, bem como algumas das dificuldades encontradas:

1. Identificação de nomes próprios (PROP)
 1. João de Saldanha
 2. Martinho de Sylveira de Menezes

¹⁶A frase foi simplificada, tendo-se retirado uma segunda oração.

2. Identificação de acções (verbos -- V)
 1. Cazou
3. Anotação semântica de nomes comuns
 1. filho – Hfam (humano, família)
4. Dificuldade em analisar palavras desconhecidas
 1. hido
 2. hua

Apesar de o analisador não ter sido desenvolvido para a Língua Portuguesa utilizada nas Gazetas Manuscritas – 1729-1754 – verifica-se ser possível identificar automaticamente nomes próprios e algumas acções e eventos. A identificação dos nomes próprios é um processo fundamental para a construção automática do índice onomástico.

Com base na análise anterior, é construída uma árvore sintáctica¹⁷:

STA:fcl

=SUBJ:prop('João_de_Saldanha' M/F S) João_de_Saldanha

=P:v-fin('cá' PS 3S IND <DEFS>) cazou

=ACC:np

==>N:pron-det('um' M S <arti>) hum

==H:n('filho' M S <Hfam>) filho

==N<:fcl

===SUBJ:pron-indp('que' M/F S) que

===ADVL:pp

====H:prp('de' <sam->) de

====P<:adv('aqui' <-sam>) aqui

===P:v-fin('ter' IMPF 3S IND) tinha

===ACC:np

====H:n('hido' M S) hido

====N<PRED:pp

=====H:prp('com') com

=====P<:np

=====H:n('hua' F S) hua

=====N<:adj('filho' F S) filha

=====N<:n('herdeira' F S <H>) herdeira

=====N<:pp

¹⁷ Os sinais de “=” representam níveis de profundidade da árvore sintáctica.

```

=====H:prp('de') de
=====P:prop('Martinho_da_Sylveira_de_Menezes' M S) Martinho_da_Sylveira_de_Menezes
=.

```

Esta árvore sintáctica permite verificar a capacidade de:

1. Identificar constituintes das frases
 1. Sujeito (SUBJ) – João de Saldanha
 2. Predicado (P) – cazou
 3. Complemento directo (ACC) – hum filho...
 1. “Head” do complemento directo (H:n) -- filho
 4. Orações relativas (N<:fcl) – que de aqui tinha hido
 5. Oblíquos (N<PRED) – com hua filha...
2. Extrair triplos sujeito-acção-objecto
 1. João de Saldanha – cazou – hum filho

Este tipo de processamento foi efectuado sobre todos os textos, tendo-se obtido um conjunto de entidades e um conjunto de triplos “sujeito-acção-objecto”.

Cada entidade identificada como sendo um nome próprio deu origem a uma entrada no índice onomástico (após validação manual) e foram adicionadas etiquetas semânticas aos textos e *links* do índice para essas entidades. As etiquetas semânticas foram inseridas recorrendo à linguagem XML – *eXtended Markup Language*.

Um exemplo é:

... foi pela posta a Madrid, e ficou hum irmão seu em sua caza, donde se continuavão os particulares, e ainda se não comessarão os de casa de <io¹⁸ id="39">Andre Lopes</io>

De uma forma correspondente, no índice onomástico, é criado um *link* para a ocorrência em causa:

[39] André Lopes /fl.66/¹⁹

Com base nos triplos sujeito-acção-objecto iniciou-se o processo de construção de uma ontologia que representasse (parcialmente) a informação veiculada nas *Gazetas Manuscritas*.

¹⁸ “io” representa “índice onomástico”

¹⁹ Supondo que o nome próprio ocorre na folha 66 das *Gazetas Manuscritas*.

Sendo esta uma tarefa muito complexa, definiu-se como primeiro passo a identificação automática de relações entre pessoas e, de uma forma mais específica, a identificação de relações familiares.

Lígia Duarte, no âmbito do trabalho de doutoramento que está a realizar na Universidade de Évora, sob o tema *O parentesco em fontes narrativas do séc. XVIII: ensaio de uma representação semi-automática*, identificou, numa análise preliminar, 878 relações de parentesco nos textos relativos ao período 1729-1734.

Estas relações podem ser referidas de uma forma implícita:

1. Titulares, família real; Ex: “condeça moça”, “príncipe”

ou explícita:

- Simples: “filho de”
- Estruturadas: “neto de X, “mulher de Y”
- Compostas

Para melhor ilustrar a complexidade do processo de inferência das relações de parentesco, veja-se o seguinte exemplo:

Hontem bautizou o Conde da Ribeira e ainda que pelo nojo não convidou os parentes e parentas de ambas as familias, jantarão magnificamente. A minina se chamou Joanna, sendo sua madrinha a Sra. Condeça de Alvor sua avo, que deu a sua filha hua bolsa de moedas. Foy padrinho D. Luis da Camara irmão do Conde e a Sra. Condessa da Ribeira que tambem se achou na função, deu em nome de seu filho a sua nora hum cofre de charão com luvas e outros adereços e hum ramo de flores que tinha por remate hum prego de hum diamante brilhante de grande preço. (Diário, 1731, BPE, código CIV/1-5d, fl. 100v).

Sendo certo que os triplos sujeito-acção-objecto representam um *input* importante para esta tarefa, a leitura do exemplo anterior demonstra que não é suficiente para permitir a extracção de todas as relações de parentesco.

Tendo em conta esta constatação, definiu-se a seguinte metodologia adicional:

- Identificar padrões “linguísticos” (lexicais + sintácticos) que indiciem relações de parentesco;

- Criar regras, com base nos padrões identificados;
- Aplicar as regras definidas à totalidade dos textos.

Vejamos dois exemplos para a relação de casamento:

Declarouse o casamento de D. Bras da Silveira com a Sra. D. Maria Caetana de Tavora Dama do Paço e irmã do Conde de Povolide. que de mais de alvará tem dezouto mil cruzados de legitima, ainda senão sabe se hirá para a Beira e não tem dispensação.

e

Deve tratar-se de D. Afonso de Noronha, filho terceiro dos 4os Condes dos Arcos, que, não tendo descendência do primeiro casamento, **desposou** D. Guiomar Bernarda de Lencastre, filha herdeira de D. Rodrigo de Lencastre

Uma análise detalhada das diversas formas de referir casamento, permitiu inferir as seguintes regras:

- X **desposou** Y
- **casamento de** X com Y
- **cazou** X com Y
- **caza** X com Y

Estas regras foram aplicadas aos textos analisados sintacticamente e foram extraídas as relações correspondentes, criando-se uma base de conhecimentos do tipo:

casado(X,Y).

Pode-se verificar que a regra “casamento de X com Y” é aplicável ao primeiro exemplo apresentado, obtendo-se X=“D. Bras da Silveira” e Y=“D. Maria Caetana de Tavora”, e que a regra “X desposou Y” é aplicável ao segundo exemplo, obtendo-se X=“D. Afonso de Noronha” e Y=“D. Guiomar Bernarda de Lencastre”. Neste sentido, a base de conhecimentos conterà os seguintes factos:

1. casado(“D. Bras da Silveira”, “D. Maria Caetana de Tavora”).
2. casado(“D. Afonso de Noronha”, “D. Guiomar Bernarda de Lencastre”).

A metodologia descrita encontra-se em fase de aplicação à totalidade dos textos e será necessário estendê-la e aplicá-la a outras relações de parentesco consideradas pertinentes.

4. CONCLUSÕES E TRABALHO FUTURO

A Inteligência Artificial, com a sua sub-área de Processamento de Língua Natural, pode desempenhar um importante papel na análise e caracterização de textos históricos e na sua divulgação e acesso generalizado.

Para além disso, é possível construir ferramentas computacionais com a capacidade de automaticamente extrair e representar algum do conteúdo semântico dos textos analisados e construir bases de conhecimento, que permitem pesquisas e inferências de elevado grau de complexidade e abstracção.

O trabalho realizado permitiu criar ferramentas de apoio à análise das Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora e, assim, contribuir para a divulgação do seu “Património Textual e Memória Linguística”.

Como trabalho futuro, pretende-se construir uma rede semântica com as relações de parentescos (e, eventualmente, outro tipo de relações) constantes nos diversos textos, permitindo a sua representação e visualização gráfica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BICK, Eckhard (2000): *The parsing system PALAVRAS. Automatic Grammatical Analysis of Portuguese in Constraint Grammar Framework*. Aarhus University Press.
- BIRD, Steven, Edward LOPER, Ewan KLEIN (2009): *Natural Language Processing with Python*. O'Reilly Media Inc.
- BOS, Johan (2008): “Wide-Coverage Semantic Analysis with Boxer”. In: J. Bos, R. Delmonte ed., *Semantics in Text Processing. STEP 2008 Conference Proceedings. Research in Computational Semantics*. College Publications, 277-286.
- BRANCO, António, Amália MENDES, Sílvia, PEREIRA, Paulo HENRIQUES, Thomas PELLEGRINI, Hugo MEINADO, Isabel TRANCOSO, Paulo QUARESMA, Vera Strube de LIMA e Fernanda BACELAR (2012): *The Portuguese Language in the Digital Age - A Língua Portuguesa na Era Digital*. In: Georg Rehm and Hans Uszkoreit eds. White Paper Series. Berlin: Springer Verlag. Disponível em: <http://www.meta-net.eu/whitepapers>.
- CARDOSO, Nuno (2008): *REMBRANDT - Reconhecimento de Entidades Mencionadas Baseado em Relações e ANálise Detalhada do Texto*. Encontro do Segundo HAREM, PROPOR. Aveiro.

- LISBOA, João Luís, Tiago MIRANDA e Fernanda OLIVAL (2002): *As Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*, vol. 1 (1729-1731). Lisboa. Colibri/CIDEHUS-EU/ CHC/UNL.
- LISBOA, José Luís, Tiago MIRANDA e Fernanda OLIVAL (2005): *As Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. Vol. 2 (1732-1734). Lisboa. Colibri, CIDEHUS-UE/ CHC/UNL.
- PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara, F. N. KEPLER, P. P. F. FARIA (2010): *E-Dictor: Novas perspectivas na codificação e edição de corpora de textos históricos*. In: Tania Shepherd, Tony Berber Sardinha, Marcia Veirano Pinto org., *Caminhos da Linguística de Corpus*. Campinas: Mercado de Letras.
- REHM, Georg e Hans USZKOREIT (2012): *META-NET White Paper Series*. Disponível em: <http://www.meta-net.eu/whitepapers>
- RODRIGUES, Luís (2011). *Sumarização automática de texto*. Tese de Mestrado em Engenharia Informática. Universidade de Évora.
- SAIAS, José e Paulo QUARESMA (2012): "DI@UE in CLEF2012: Question answering approach to the multiple choice qa4mre challenge". In: Pamela Forner, Jussi Karlgren, and Christa Womser-Hacker eds. CLEF (Online Working Notes/Labs/Workshop).
- SAIAS, José e Paulo QUARESMA (2004): "A methodology to create legal ontologies in a logic programming based web information retrieval system". *Journal of Artificial Intelligence and Law (AI&Law)*, 12(4):397–417.
- SCHIMD, Helmut (1994): *Probabilistic Part-of-Speech Tagging Using Decision Trees*. International Conference on New Methods in Language Processing. Manchester. UK
- SIMÕES, Alberto Manuel e José João ALMEIDA (2001): *jspell.pm — um módulo de análise morfológica para uso em processamento de linguagem natural*. In: Anabela Gonçalves e Clara Nunes Correia eds. *Actas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (Lisboa, 2-4 de Outubro de 2001). Lisboa: APL, 485-495. Disponível em: <http://alfarrabio.di.uminho.pt/~albie/publications/jspell.pm.pdf>

EASILY ANNOTATING MANUSCRIPTS ONLINE: A WEB-APPLICATION FOR LINKING IMAGES TO TEXTS

MANUEL RAAF

Institute of Empirical Linguistics & LOEWE

Center "Digital Humanities"

Goethe-University Frankfurt am Main

1. INTRODUCTION

In May 2012, the development of a linguistic tool for annotating palimpsests started at the LOEWE-Center "Digital Humanities" and its subproject *Caucasian Palimpsests*, housed at Goethe-University Frankfurt, Germany.¹ The LOEWE-Center is funded by the State of Hesse and contains several projects that make use of technologies as tools for academic and scientific research. As part of the focus on "Digital Humanities", researchers of the Humanities and computer scientists combine their skills in creating (large) text-based corpora and tools for using and expanding them.

Work began in June 2012 on the annotation software. During the first month of preparation, different possible techniques for realizing the aims described in chapter two were considered. Significant progress has since been made; however, since creating the application is a one-person, part-time position, there is still a lot to do. Nonetheless, the aims given next will definitely be reached at the end of the project's runtime in December 2013, and the application can already be used in its current state for basic annotations.

¹ <http://www.proloewe.de/en/home/welcome.html>
http://verwaltung.hessen.de/irj/HMWK_Internet?uid=fa56ocob-ed11-9311-1010-43bf5aa60dfa
<http://www.digital-humanities-hessen.de/>
<http://www.digital-humanities-hessen.de/iii-archiv-corpus-edition/35-handschriftenanalyse-und-edition/49-kaukasische-palimpseste>

Below is a description of the project's aims and the current state of the application, as well as plans for the future and a short summary about the work done so far. There is currently no public demo available. For technical details, see chapter 4.

2. AIMS

2.1. GENERAL AIMS

Although the project title expresses a relation to Caucasian scripts, the application need not be restricted to this project only. Rather, it has been designed such that any type of character or symbol that is supported by Unicode² can be entered. The number of projects supported by the application, as well as the number of annotations in one project, is similarly not restricted. Furthermore, the tool is able to satisfy linguistic needs in searching for words, word forms, allomorphs, etc. Additionally, all this is provided online in a user-friendly way, without the need for installing any software or browser-plugin.

The kind of images that can be annotated by means of the application can be chosen freely by the user, so that manuscripts, palimpsests, inscriptions, graveyards, music notes, and many more types of images can be annotated.

2.2. REASONS FOR DEVELOPMENT

Computers are a very powerful tool for linguists (and other researchers of the Humanities). By means of their speed in reading and processing data,³ one is able to search through thousands of pages or even annotate texts automatically, thereby saving one a lot of time compared to reading, analyzing and comparing the material by hand. With a bit of training, any researcher will find computers relatively easy to use.

Currently, existing annotation software is limited by the fact that it has to be installed on a computer and does not allow for annotating multi-layer images, e.g. palimpsests. It is usually also not yet possible to add more images to one set of annotations. In some cases, it is

² Unicode is a standard for encoding and displaying characters and symbols in most of the world's languages. It currently supports more than 110,000 characters/symbols. See also: <http://www.unicode.org>.

³ Modern hard disks in workstation computers (e.g. office computers) usually read around at least 60 Megabytes per second (MB/s), i.e. tens of thousands of pages of full text. Servers, however, are able to read with a transfer rate of even 600 MB/s or more (<http://en.wikipedia.org/wiki/RAID>; http://en.wikipedia.org/wiki/Serial_ATA).

Modern central processing units (CPUs) are able to execute some billion "thoughts" (http://en.wikipedia.org/wiki/Instructions_per_second). Considering this, a human being can never compete with computers when it comes to analyzing text.

also not possible to enter data without the knowledge of markup languages, such as XML.⁴ Hence, the software presented in this paper is not merely reinventing the wheel, but rather the necessary creation of a new kind of annotation program that solves the aforementioned weaknesses.

In addition to the general advantages of computers as linguistic tools mentioned briefly above, there are several more specific benefits offered by web-applications. The most important of which is the lack of need to install any additional software on the researcher's computer. Consequently, making and reviewing annotations is not bound to one specific computer, rather one is able to access and use the application and all data from any computer that has access to the Internet. The only software requirement is that the user needs a modern browser.⁵ The computers and notebooks used by scientists today are usually up-to-date sufficiently.

By storing all the data online, one is able to access it from any computer from anywhere in the world. There is no need for manual backups, since all the data is stored on the server and backups will be performed automatically by it. The computing power of a server is, on average, much higher than that of a workstation (i.e. personal computer, notebook). Therefore, the application is faster in processing, e.g. search queries.

Thanks to the Internet, one is also able to share work with colleagues from all over the world, as well as to publish work or research questions.

3. THE APPLICATION

This section describes in brief the application's parts and functions in their current state. Except two of the application's main parts for annotating images (see 3.4), screenshots of the applications will not be presented due to limited space in this paper.

The application's current working title is *ImAnTo* (Image Annotation Tool).

⁴ XML (Extensible Markup Language) is a markup language that is used mainly for hierarchically saving information readable to humans and computers alike. Each XML-document consists of a tree-structure. Due to the fact that there are only a few limitations in such a structure, one is able to represent the data almost unrestrictedly. Most programming languages can access XML-documents via freely available libraries. Despite its structuring, XML is mainly used for exchanging information from one system or structure to another (<http://www.w3.org/standards/xml>).

⁵ I recommend Mozilla Firefox (<http://www.mozilla.org>) for several reasons including modernness, security and speed; however, Opera, Chrome, Safari or MS Internet Explorer are also acceptable alternatives that work with the application.

3.1. PROJECT MANAGEMENT

Since *ImAnTo* is able to handle more than one project, there is the need for a project management system. This allows users to create new projects, as well as to change or delete existing ones. The basic information for each project is currently limited to the name of the project, its description, the default sublines, and default number of fields per line. The latter settings save time when annotating because each subline containing the given number of fields will be created automatically for each master-line (i.e. the line containing the text visible in the image). In other words, standard sublines such as *transliteration*, *glossing*, *translation* and *comments* can be created by default for each added master-line.

After creating a new project, one is able to upload images.

3.2. UPLOADING IMAGES

Storing images to a project is possible by uploading either single image files individually or as an archive (e.g. zip, tar, 7z, etc.) containing any number of image files. *ImAnTo* will automatically create all preview images upon upload. Since all images are stored to one specific project, the set of all images can be edited via the *Image Browser*.

3.3. IMAGE BROWSER

Whenever multiple images are assigned to a project, a comfortable way for browsing through them is provided: the image browser. This displays small preview-images (so-called *thumbnails*) in a list similar to the image preview in a folder on a Windows-system. Each of the thumbnails is followed by a checkbox that can be checked in order to delete the chosen image (see Figure 1). Additionally, each image can be enlarged by simply clicking on it—doing so will provide a closer view (see Figure 2). Next to the enlarged version are several links: one to the *Annotation Page* (see 3.4.) for this particular image, one to the *Setup Page*, and one for deleting the image and its associated annotations. Clicking either the first link or the image itself opens the *Annotation Page*. The *Setup Page* provides basic functions for editing (e.g. cropping, rotation), deleting, adding comments to, and adding alternative versions of the image. Alternative versions might be needed in cases where multispectral imaging was used for creating the images. Hence, since those images are in grey-scale, the original/colored version could be added as alternative image, to which one can switch later on the *Annotation Page*.

Figure 1 – Thumbnails of all images of the selected project

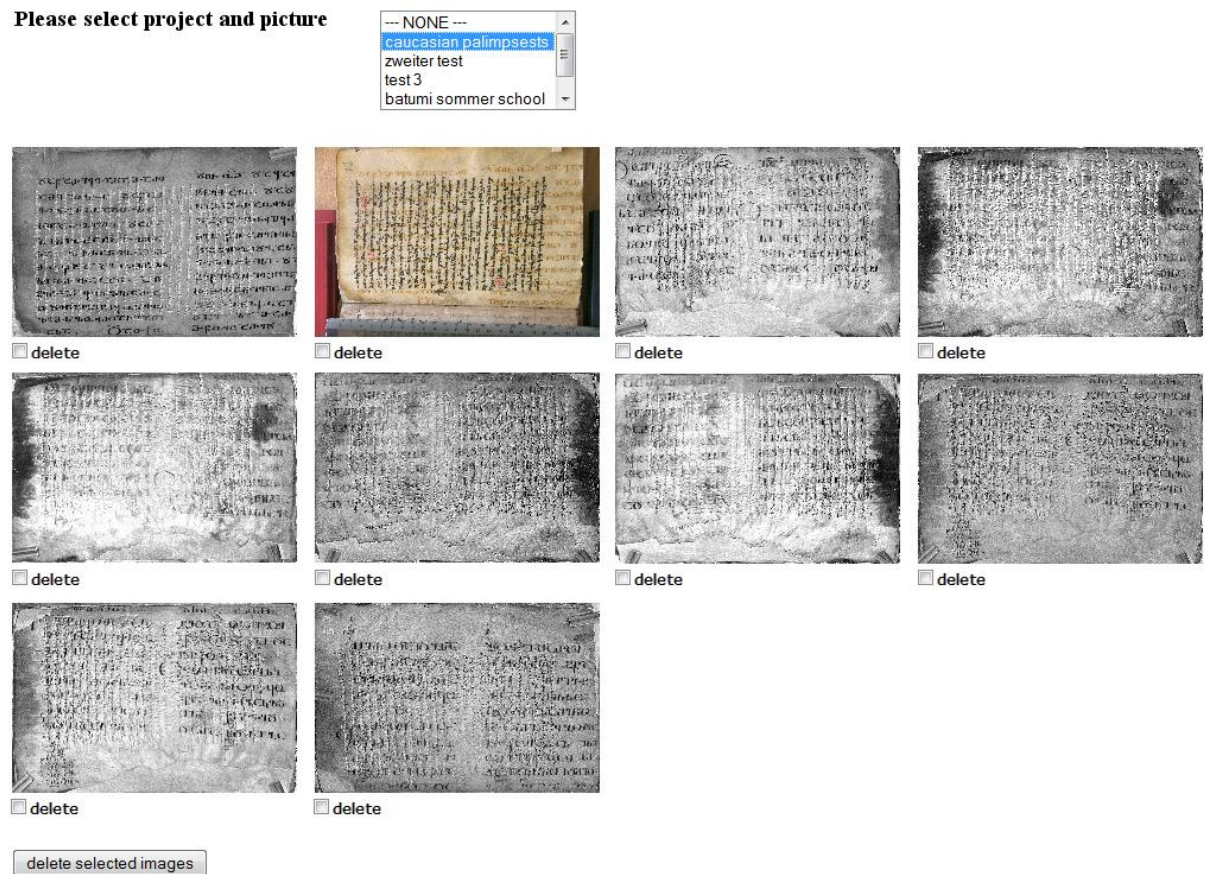
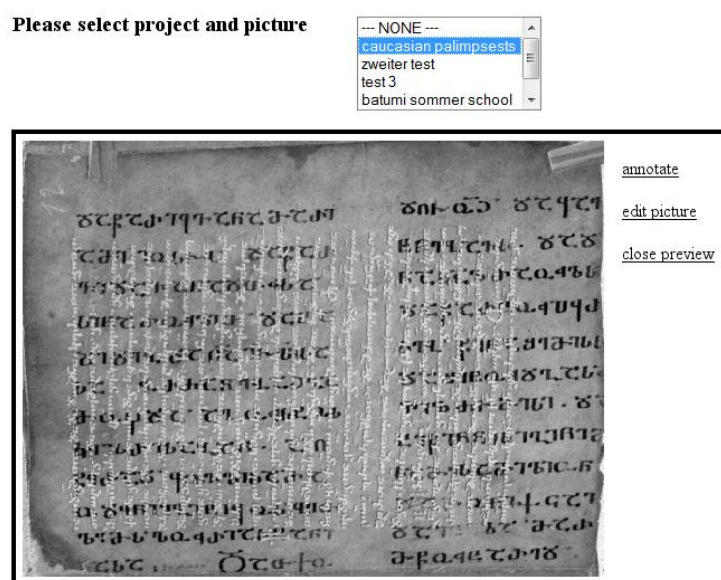


Figure 2 – Preview of the selected image



Each preview can be easily closed (similar to closing programs or folders in Windows) in order to go back to the complete list of the project's images.

3.4. ANNOTATION

3.4.1. DRAWING SHAPES

The important information in the image has to be highlighted in some way in order to link it to the particular textual information. For doing this, *ImAnTo* currently provides three different shapes: rectangle, circle, and polygon. Each can be easily created by selecting the desired shape, then clicking and moving the mouse to create the shape nodes. Once drawn, the shape can be moved, resized and/or deleted by using the mouse and/or the keyboard, similar to the use of picture editing software such as *Windows Paint* or *PhotoShop*.

The shapes are stored in a special object within *ImAnTo*, i.e., they are not really drawn on the image. Consequently they do not damage/modify the image, rather simply overlay it.

Each new shape will automatically be linked sequentially to the first column of text fields that is not yet linked to a shape, e.g., the first shape to the first column, the second to the second, the third to the third, and so on. However, this relationship can be set by hand (using mouse and keyboard combinations) as well.

A future update to *ImAnTo* will allow for linking more shapes to one text column, i.e., so that researchers are able to group shapes for word-wrapped text, etc.

3.4.2. TEXT FIELDS

All textual information, e.g. the annotation data, is stored in text fields and encoded in Unicode characters. *ImAnTo* allows researchers to add as many sublines of annotation as required, so that one is able to add sublines for glossing, translation, transliteration, comments, alternative translations, POS, etc. The structure of lines and their fields resembles a spreadsheet table, in which an entire column of fields within a given master-line is linked to one shape on the image (see Figure 3). All sublines will be added below the master-line. By clicking the button (or the menu entry) for "new line", "new field", "delete line", or "delete field", the associated action will be executed.

Please select your drawing tool.

undo
redo

☒ show all shapes
 ☐ show selected shape/word only

Please select the image for displaying below:

☐ original image
 ☒ edited image
 zoom

1: original text: მც მცა-მცა-მცა მცა-მცა-მცა ✖ 📄 with 5 field(s)

translit. georgian: და მცა-მცა-მცა მცა-მცა-მცა ✖ 📄

translit. latin: da mca-mca-mca mca-mca-mca ✖ 📄

glossing 1: da mca-mca-mca mca-mca-mca ✖ 📄

glossing 2: CONJ PV-führen-3SG AOR mariam-NOM ✖ 📄

translation: und führte mit Maria ✖ 📄

2: original text: და მც მცა-მცა ✖ 📄 with 5 field(s)

translit. georgian: იოსებ და მცა-მცა ✖ 📄

translit. latin: iosëb da mca-mca ✖ 📄

glossing 1: iosëb-Ø da mca-mca ✖ 📄

glossing 2: iosëb-ABS CONJ PV-gehen-3SG AOR ✖ 📄

translation: Josef und ging ✖ 📄


3: original text: მცა-მცა მცა-მცა ✖ 📄 with 5 field(s)

translit. georgian: მცა-მცა მცა-მცა ✖ 📄

translit. latin: vanad twasa ✖ 📄

Annotations represented in one master-line and as many sublines as needed will be most useful for most users. Each text field (at a minimum the ones in the master-line) will usually contain one word. However, manuscripts often contain letters of various sizes or in a different style, e.g. drop caps, etc. In order to annotate this information, too, the content of the text field needs to be split into another subline, i.e. another annotation level itself containing new information (see Figure 4). This can easily be done by clicking on “add character level”. *ImAnTo* will automatically split the field’s content into single letters, each of which appears in the first line of a new text column of the new level. All other levels will be faded out in order to focus on the selected one. For example, the sublines related to this new level might be named “*capital*” and “*colored*”, containing information like “capital Latin letter c” and “red”. Creating further levels for these additional levels of annotation is possible by selecting them individually in the “*Search Page*” (see 3.5). It is possible to add as many levels as needed, each of which can contain as many lines as needed. Therefore, it is conceivable even to split single characters into sublevels, if needed, in order to annotate strokes or other atomic characteristics, such as diacritics in hieroglyphics or Asian scripts, etc.

Figure 4 shows an example of this feature: after clicking either the small button above every text field or the menu entry “add character level”, the field’s content will automatically be split into its characters. In the example below, the sublines are named *character* and *description*. In the case that any of these new fields do not need additional annotations, they can be left empty. Due to space limitations in this paper, only a small section of the *Annotation Page* can be presented in the following screenshot.



1: original text:

translit. georgian:

translit. latin:

translation:

original text:

character:

description:

translit. georgian:

translit. latin:

translation:

translit. latin:

translation:

The challenge for annotation software for palimpsests lies in the nature of palimpsests themselves, i.e., that at least two texts and/or scripts overlay one another. A particular image of the palimpsest may show most of the underlying script very well, while some parts can only be visible in another image. In order to annotate the whole palimpsest as a single item, there hence need to be additional images available to the annotator.

3.4.5. GROUPING SUBLINES

If desired, researchers can group sublines in order to hide unneeded ones. For doing so, the groups need to be defined in the *Project Manager*. The *Annotation Page* will then contain links for showing/hiding these groups of sublines. This will help when dozens of sublines for each master-line are used, because they can be temporarily hidden in order to focus on those that are relevant. For example, a manuscript containing 30 master-lines, each of which contains on average 7 fields by 50 sublines, would have a total of 10,500 fields—this

would lead to a very long *Annotation Page*. Being able to minimize unneeded sublines reduces both screen space and potential user confusion.

3.4.6. UNDO, REDO

Since one of the stated aims is usability, *ImAnTo* provides a function for undoing and re-doing an action—moving, adding or deleting a shape, as well as changing the content of a text field or deleting it can be easily undone. If necessary, a given action can be “re-done”, i.e., the process of undoing can itself be undone, thereby restoring a previous change.

3.4.7. RE-INDEXING

The removal of one text field will, of course, cause the deletion of the whole column, but it will not delete the shape to which it is linked. After deleting several text columns, the abandoned shapes will definitely need to be linked to new annotation columns. In order to do so, one simply uses the function for re-indexing (i.e. re-linking) the shapes to the columns hierarchically according to the order of the text columns: the first shape drawn on the image will be linked to the first text column, the second shape to the second text column, and so on. Unfortunately, it is not possible at the moment to use the position of the shapes on the image as the basis for re-indexing the relationships. This further development might be implemented in the upcoming months.

3.5. SEARCH

The current search function allows users to select a project in which to search, as well as its existing lines in order to focus on particular annotations, e.g. in the gloss-line. The wildcard * stands for “any character from zero occurrences to infinity” and allows one to search for word forms or morphemes, e.g., *çãõ as search value will provide *introdução*, as well as *imaginação*, etc. The results will be listed either as pure text (see Figure 5) or as text extended with its associated shape in the image in which it occurs, so that one is able to quickly see the particular part of the image that belongs to the search result.

In addition, each result is highlighted and by clicking on it, a new window containing the particular *Annotation Page* opens. There, the shape associated with the particular search result appears as the only one in order to focus on the result. All other shapes, which are temporarily invisible, can be made visible again by choosing the option “show all shapes”.

Figure 5 – Search Page with highlighted results

Search

☐ case sensitive ☐ colorize all ☐ fulltext ☒ fields only

Please choose the projects and fields you want to search in:

Project:

---ALL PROJECTS---
caucasian palimpsests
zweiter test
test 3
batumi sommer school

Lines:

---ALL LINES---
original text
translit. georgian
translit. latin
glossing 1

წარ*

search

Your search for წარ* provides the following 2 results: (Click on the result for loading the image.)

no.	subline title	fields 1 to n		
1	original text:	ხე	ქუჩა-მეზარა	მეზარა-მე
	translit. georgian:	და	წარმოყვანა	მარიამი
	translit. latin:	da	çariqvana	mariami
	glossing 1:	da	çar-iqvan-a	mariam-i
	glossing 2:	CONJ	PV-führen-3SG.AOR	mariam-NOM
	translation:	und	führte mit	Maria
2	original text:	იოსებ	ხე	ქუჩა-მეზარა
	translit. georgian:	იოსებ	და	წარმოყვანა
	translit. latin:	iosēb	da	çarvida
	glossing 1:	iosēb-Ø	da	çar-vid-a
	glossing 2:	iosēb-ABS	CONJ	PV-gehen-3SG.AOR
	translation:	Josef	und	ging

3.6. ZOOM

In general, since about half of the screen will be used for displaying an image, it should be big enough to be readable. Still, one might want or need to zoom into specific areas in the image. By clicking the “zoom” button and moving the mouse over the image, that part of the image will be magnified at the coordinates of the mouse pointer.

4. TECHNIQUE

This section describes the application’s technical aspects in brief. More details about the single techniques mentioned below are provided in the particular footnotes.

All languages and programs are open source, so that there is no need for any licenses. There are well documented instructions, manuals, help, performance and security statistics available for all.⁶

As web server, *Apache*⁷ is used for providing and processing the data. It is locally installed on a standard office-computer that serves as client and server. The system has an Intel i5-660 CPU with 3.33 GHZ and 4 GB of RAM. As operating system, Windows 7 Professional 64bit is used. There was no need for buying a special computer as a development system and/or dedicated (test-)server, since the application does not need much computing power in its current state and usage. The client (e.g. the computer used for accessing the application) also does not need to be a particularly modern high-end machine. For further developments and especially for hosting more projects online, a dedicated server would be bought to ensure high computing power and provide an accurate service.

The application's two main services are executed by Apache and its integrated standard libraries: *PHP*⁸ and *MySQL*⁹. The setup of both is set to "medium",¹⁰ except the maximum amount of memory, which is set to 512 MB each. All connections are encoded in *Unicode*¹¹ (utf-8) by default; the data in MySQL is stored as *utf-8 binary* in order to support case-sensitive searches. Except for the images, all data is stored in one MySQL database.

PHP serves as interface between the user's actions and the database.

The front-end (e.g. the user-interface) is realized in *HTML5*¹² that is mostly generated and modified by *JavaScript*.¹³ The web pages are all written in PHP and mainly contain the

⁶ Open source software is free of charge and anyone is allowed to create his own version by modifying the (open) source code. This is a security advantage since anyone and everyone can check the code for harmful commands. For this reason, security gaps in open source programs generally do not remain undiscovered for very long.

⁷ Apache is a very popular and powerful free web server that enables one to involve database languages, programming languages, security techniques and self-created programs for websites and web-applications (<http://apache.org>). It currently runs over 300 million websites all over the world (<http://news.netcraft.com/archives/2013/03/01/march-2013-web-server-survey.html>).

⁸ PHP is an easy to learn and very popular script language that is available on almost every web hosting service (<http://php.net>). It can be used for generating and submitting HTML and JavaScript-code, accessing databases and the file system.

⁹ MySQL is a dialect of SQL (structured query language), which is a language for creating databases and their entries, as well as for accessing them. It is very common since it is free, easy to learn and administrate, and very powerful (<http://dev.mysql.com>).

¹⁰ PHP and MySQL are delivered with several standard setup files. They contain many different settings in order to fit to the system's hardware.

¹¹ Unicode is a character set that currently supports more than 110,000 characters and signs. In theory, it is able to display more than 1 million characters and signs in its current specification. It is the set of choice in linguistics since it ensures that all researchers can access the data, regardless of their local settings.

¹² HTML (Hypertext Markup Language) is the basic language that organizes and displays the contents of websites. Its current standard is version 4.01 (<http://www.w3.org/standards/webdesign/htmlcss>). The upcoming version, HTML5, is currently under development and only partly supported by modern

output of the basic HTML-code and some JavaScript statements, as well as SQL-statements and file system operations for uploading, moving, and generating images.

Since all major modern browsers support HTML and JavaScript, and since *ImAnTo* does not need any other plug-in to operate, there is no need for these or other software on the client. The client does not need to be a high-end computer since HTML and JavaScript are processed quite fast (on average) by computers that are no older than five years. That is one main advantage over other image annotations software that need plug-ins and/or a higher computational power. Another advantage is that also the languages used on the server are open source, well documented, and supported by a huge community.

The application as result of the current project phase will be published with the techniques given above.

For further development, the script language would be changed to *Perl*,¹⁴ due to its better support and performance with regard to *regular expressions*.¹⁵ Additionally, *PostgreSQL*¹⁶ would replace MySQL for the same reason. These two modifications would not take a lot of time, since the languages are very similarly. Perl and PostgreSQL are open source, too.

5. FUTURE DIRECTIONS

The parts presented so far will be completed by December 2013. This includes a user-friendly layout and menu entries for adding/deleting fields, lines, etc. The parts described in 5.1, 5.2, and 5.3 will be written after the current first project cycle is completed in December 2013, i.e. if additional funding is granted. These features will probably take another six months of development, so that they would be available for use in Summer 2014. The others described beginning with 5.4 cannot be handled within this timeframe—because of their

major browsers (<http://www.w3.org/TR/html5>). It is a very powerful new version of this language, supporting several multimedia files and actions that currently are not usable in pure websites (i.e. without plug-ins). Nevertheless, the most important feature for *ImAnTo* is already supported by all browsers, i.e., displaying the element *canvas* for working with images and drawing shapes on them. HTML5 will become a standard and all browsers will support the new elements and features some short time after the release of the standard.

¹³ JavaScript is a (usually browser-inside) script language that was created to extend HTML (<http://www.w3.org/standards/webdesign/script>). By aid of JavaScript it is possible to modify existing HTML elements on a website dynamically, as well as to add them.

¹⁴ Perl is a script language created by the American linguist Larry Wall. It is often used for linguistic-related programming and very powerful in using regular expressions, since they are an inbuilt part of the language (<http://www.perl.org>).

¹⁵ A regular expression (abbr. regex and regexp) is a formal expression that is mainly used to check text patterns. By means of its many options and supported character classes one can quite easily search even thousands of pages of text for complex patterns within seconds (http://en.wikipedia.org/wiki/Regular_expression).

¹⁶ PostgreSQL is another dialect of SQL (<http://www.postgresql.org>). It supports regular expressions more efficiently than MySQL. However, it is more difficult to administrate.

complexity, these exceed the requirements of the additional funding. These are merely possible further developments, which would make *ImAnTo* the first and only annotation software able to annotate texts, images, videos, and sounds online by using a common browser.

5.1. USER RIGHTS MANAGEMENT

A user rights management system would allow project leaders to restrict access to the whole project or single parts of it to specific users, groups, or the general public. As such, a project could be split into several chunks, each of which could then be assigned for completion by a specific user or group that could even be spread over different cities or countries. All other users would be locked out. For demonstration purposes and/or in order to avoid accidentally deleting vital data, one could be allowed to login with limited user rights to view the content, but not to change it.

For registering and accessing *ImAnTo*, one would only need to enter a valid e-mail address and a password. Each user would be identified via his name and e-mail address, so that e.g. the project leader(s) can put him into groups, etc.

5.2. LEXICON/Dictionary

Because of the freedom it offers for annotating various forms of handwritten materials, *ImAnTo* can store any textual information that is needed in arbitrary fields to an image or parts of it. For example, for the manuscript showing the modern Portuguese phrase *estas lindas aves brancas*, *ImAnTo* would contain the following annotation fields:¹⁷

original text:	estas	lindas	aves	brancas
glossing_1:	est-as	lind-as	av-es	branc-as
glossing_2:	DEM-PL.f	nice-PL.f	bird-PL.f	white-PL.f
translation:	these	nice	birds	white

By the help of a built-in lexicon, researches would need to fill in the information of the lines *glossing_1*, *glossing_2* and *translation* only once for their first occurrence. Afterwards, the lexicon would automatically retrieve the entered information for these words for all later occurrences. Accordingly, *lindas* in another line or manuscript would automatically be annotated as given above. This would not only save time in the process of annotation, it

¹⁷ Used abbreviations: DEM = demonstrative; PL = plural; f = feminine

would also prevent spelling mistakes in different entries, e.g., accidentally typing *wihte* instead of *white* for the next occurrence. However, note that if the very first entry contains an error, all others will of course also contain it. Such errors can easily be corrected by changing the lexicon's entry and refreshing the annotations for updating the changes. That is, errors would need to be corrected only once.

Additionally, the lexicon would also allow researchers to save all other necessary details associated with one word (e.g. POS, derivations, etymology, etc., as well as information about ambiguity). This information could be automatically added to the annotated page, either as sublines or as a separate info box linked to a particular field.

5.3. CITATIONS

In publications, references are necessary in order to document the source of a given statement. Online editions of any kind are usually not designed for citation. Hence, there is the need for citation functionality that allows researchers to publish their annotations in papers. For doing so, the annotation would be copied to a special server hosting the quotable annotations via a *Uniform Resource Identifier* (URI).¹⁸ Such an annotation published for quotation cannot be edited, which guarantees that its content can be reliably used in papers. However, this also means that any errors will remain in the published annotations – just like errors will remain in editions of books or single papers once they are published. The only way of error-correcting would then be to create a new process of “publish for quotation” and use the resulting URI in papers from then on. Of course, if no publication ever contains the erroneous unique link, no one will ever have access to it, since it is not possible to browse through quotable annotations or guess/calculate their link by any algorithm. That is, for better or for worse, without the URI nobody is able to access the material published for quotation.

5.4. EXTENDED SEARCH FUNCTION

Currently, the search function does not always find the suspected entries because of unclear word-boundaries. This is caused by search commands that do not yet consider special means for annotating abbreviations, e.g., the curly brackets in *iē{rusa}{em}isasa* (Old Georgian “of Jerusalem”) surround text that is not written in the manuscript because the word “Jerusalem” was commonly abbreviated. The brackets are not considered characters in any coding system. Thus, they actually mark a word-boundary and, therefore, the search for *iērusalem** will not find any results.

¹⁸ A URI is a unique identifier for resources of any kind, mainly used for web addresses or e-mail addresses (http://en.wikipedia.org/wiki/Uniform_resource_identifier).

To solve this problem, an extension to the current *Search Page* would need to be developed in which characters and punctuation marks could be defined by the user himself. Similarly, there would need to be a way to ignore non-characters in the middle of a word (i.e., defined as “several characters without spaces between them”). Only then would the search for *iērusalem** also be able to find *iē{rusa}l{em}isasa*.

5.5. IMPORT/EXPORT

Since the Caucasian palimpsests mentioned at the beginning of the paper are already transcribed and translated, their content will be imported by a separately written function. This function will not be a part of *ImAnTo* itself, but rather as an aid only for the specific project “Caucasian Palimpsests”. For all other projects, there should be an equivalent function, regarding the special formats researchers might use for their particular data. Thus, there is the need for an import function that allows users to import texts (and annotations) and the coordinates of associated shapes, both from different sources, e.g., XML, Toolbox, ELAN, plain text, etc. It is not possible to satisfy everybody’s needs concerning this matter, but many users would be able to easily upload their data into *ImAnTo* with a few clicks and extend it with additional information by hand. Without such a function that supports different formats and structures, researchers would have to manually convert the existing data to one specific XML scheme (since XML and XML-like structures are well-suited for this purpose). Manually converting the data would not be very user-friendly, however, so it would be ideal to implement such a function to do so automatically. Otherwise, most researchers of the Humanities would not be able to import their data because they might not necessarily have skills in software development and/or converting data structures. The same argument applies to exporting data.

5.6. OPEN STANDARDS FOR REPRESENTATION OF DATA

No open standard for data representation is used at the moment. All information is organized in a self-written structure that is stored in a SQL-database.¹⁹ I plan to do more research into open standards, e.g. the *Open Annotation Data Model*,²⁰ to check whether it can be used for representing all levels, lines, and relationships needed for typical palimpsests.

¹⁹ SQL (Structured Query Language) is a programming language for creating databases, inserting data into them, and requesting these data (<http://en.wikipedia.org/wiki/SQL>).

²⁰ <http://www.openannotation.org/>

5.7. AUDIO/VIDEO ANNOTATION

In general, all kinds of data can be annotated by computer programs. Even web-applications like the one presented are able to do so, and they are becoming better with time because of the more powerful features afforded by computer languages and their modifications.

As mentioned in chapter 4, *HTML5* is the upcoming standard of the most-used language for creating websites. Thanks to the fact that it supports audio and video files inherently, no plug-ins for playing those files would be needed. Consequently, materials that contain audio comments, speeches, any content of field research, the documentation of excavations or church paintings, etc., could be split into sections/chapters and complemented with all kinds of annotations. During play back, *ImAnTo* would automatically change the annotations in relation to the file's current position in the timeline.

Expanding the development in this direction would result in the first and only online universal multimedia annotation software. Though this further functionality is planned, it is not clear whether it will be possible to realize in the future.

6. CONCLUSION

From the first month of preparation up until now, almost every step of development has been implemented without problem, as described in chapter three. There still are a few bugs present, but I am convinced that they will be fixed soon so that the development will be successfully finished by December 2013.

Nevertheless, the bugs do not prevent the use of *ImAnTo* in its current state: researchers can already draw shapes on images, enter annotation data in as many lines and levels as needed, save all this information, and search through it. The importation of already existing data for the Caucasian palimpsests (i.e. transliterations, translations, and comments) is ready, too. Furthermore, *ImAnTo* has been chosen for use in a separate project focusing on Old Lithuanian manuscripts. In addition, it is currently being considered for use as the annotation tool in an archaeology project at Goethe-University Frankfurt that is currently in its planning phase.

On the one hand, because of *ImAnTo*'s simplicity, users will find it easy to learn to use. Furthermore, the modern and powerful techniques used in the application, its powerful functions, its optimization for palimpsests, and its low-level overhead on the other hand, clearly make it very attractive as the tool of choice for annotating palimpsests, manuscripts, paintings, coins, etc.

In a nutshell, the future appears positive and promising for the continuing development and use of *ImAnTo*.

BIBLIOGRAPHY

Since this paper is documenting the development of a computer program, there was no need for citing printed or digital sources.

The web-resources given in the technical explanations were accessed last on 21st of June 2013.

NOTA BIOGRÁFICA DOS AUTORES



Ana Paula Banza – Docente e investigadora do Departamento de Linguística e Literaturas da Universidade de Évora. Doutorada em História da Língua Portuguesa. Membro do CIDEHUS-UE. anabanza@uevora.pt



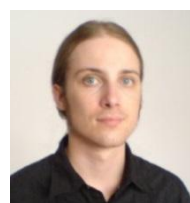
Arnaldo do Espírito Santo – Professor Catedrático do Departamento de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras de Lisboa. Membro do Centro de Estudos Clássicos da FLUL. Coordenador do Projecto de Edição Crítica dos Sermões do Padre António Vieira (CEFi – Centro de Estudos de Filosofia, UCP). arnaldo.esp.santo@gmail.com



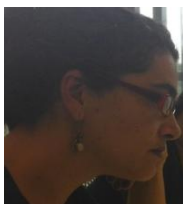
Francisco Vaz – Docente e investigador do Departamento de História da Universidade de Évora. Doutor e Agregado em História. Especialidades: história do livro e da leitura. Membro do CIDEHUS-UE fvaz@uevora.pt



João Paulo Silvestre – Investigador do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL). Doutor em Linguística. Co-responsável pelo projecto *Corpus Lexicográfico do Português*. Especialista em Lexicologia, História da Lexicografia e Edição de Corpora. jpsilvestre@fl.ul.pt



Manuel Raaf – Investigador do Loewe Institut – Center Digital Humanities, Frankfurt am Main, Alemanha. Especialidades: Linguística Empírica, produção de ferramentas para a criação de *corpora* no âmbito de projectos de Humanidades Digitais. raaf@em.uni-frankfurt.de



Maria Clara Paixão de Sousa – Docente e investigadora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Brasil. Especialidades: Linguística Histórica, Humanidades Digitais e Linguística Computacional. mariaclara@usp.br



Maria Filomena Gonçalves – Docente e investigadora do Departamento de Linguística e Literaturas da Universidade de Évora. Doutorada em Linguística Portuguesa e Agregada em História da Língua Portuguesa e Historiografia Linguística. Membro do CIDEHUS-UE. mfg@uevora.pt



Paulo Quaresma – Docente e investigador do Departamento de Informática da Universidade de Évora. Doutor e Agregado em Informática. Especialista em Processamento de Linguagem Natural. pq@uevora.pt

O universo digital trouxe para a esfera do livro e do texto uma dimensão global, permitindo que às multisseculares bibliotecas se tenham acrescentado as bibliotecas virtuais, cuja acessibilidade tornou mais rápida e menos árdua a actividade do investigador. Assim, quem pretenda hoje rastrear fontes desconhecidas ou esquecidas nas bibliotecas portuguesas dispõe, não apenas de ferramentas adequadas ou adaptáveis a objectivos específicos, mas também de meios de pesquisa e de difusão da informação inimagináveis há poucas décadas atrás.

Com este livro, intitulado Património Textual e Humanidades Digitais – Da antiga à nova Filologia, pretende-se, por um lado, recuperar e valorizar, não só fontes da memória textual do português clássico que ou são desconhecidas ou têm andado esquecidas, mas também demonstrar o interesse cultural e filológico de espólios de manuscritos da fase final do período clássico; e, por outro, mostrar como hoje é possível aplicar o meio digital a fontes antigas e quais as soluções encontradas para casos concretos.

Os textos reunidos neste volume representam, pois, um percurso da antiga à nova Filologia, que se assume como uma Filologia Digital, representando algumas das áreas de investigação que se situam (ou se adentram) em domínios de tangência com as Humanidades Digitais – a história do livro e da leitura, a inventariação de espólios, o resgate de textos clássicos e a análise de fontes pouco ou escassamente estudadas – e congregando temas quer de raiz filológica, linguística e historiográfica, quer do âmbito da Informática e da Linguística Computacional.